



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HYGOR FRANCISCO CARVALHO GONÇALVES

**“COMO SE FOSSE DA FAMÍLIA”:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE AS AMAS DE LEITE NO RECIFE DO
SÉCULO XIX (1871 – 1889)**

Recife

2023

HYGOR FRANCISCO CARVALHO GONÇALVES

**“COMO SE FOSSE DA FAMÍLIA”:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE AS AMAS DE LEITE NO RECIFE DO
SÉCULO XIX (1871 – 1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Robson Pedrosa Costa

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

G635c Gonçalves, Hygor Francisco Carvalho.
 “Como se fosse da família” : discursos e representações sobre as
 amas de leite no Recife do século XIX (1871 – 1889) / Hygor Francisco
 Carvalho Gonçalves. – 2023.
 191 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador : Robson Pedrosa Costa.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
 CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

 Inclui referências.

 1. História. 2. Amas-de-leite. 3. Escravidão - Brasil. 4. Recife (PE).
 5. Representações sociais. 6. Século XIX. I. Costa, Robson Pedrosa
 (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-081)

HYGOR FRANCISCO CARVALHO GONÇALVES

**“COMO SE FOSSE DA FAMÍLIA”: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE AS
AMAS DE LEITE NO RECIFE DO SÉCULO XIX (1871 – 1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Aprovado em: 28/04/2023.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Robson Pedrosa Costa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor José Bento Rosa da Silva (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Maciel Henrique Carneiro da Silva (Examinador externo)
Instituto Federal de Pernambuco

A todas aquelas que trabalham dentro das casas e experenciam diariamente as dificuldades do trabalho doméstico.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Robson Costa, pelo auxílio e pela disposição em por na prática a pesquisa em andamento.

A José Bento e Maciel Silva pela disponibilidade, leitura atenciosa, avaliação e enriquecimento da pesquisa.

Aos meus professores por ampliarem meus horizontes, me levando a perceber novas formas e propostas para minhas pesquisas.

À CAPES pelo incentivo à pesquisa científica e por proporcionar o desenvolvimento desta pesquisa via Bolsa DS.

À minha mãe que, dentro de suas possibilidades, me estimula aos estudos e pelos sacrifícios feitos para que eu chegasse até aqui.

A Daniel, meu companheiro de vida, de estudos, de planos. Por ele continuar ao meu lado nas alegrias e nos estresses da vida acadêmica, dividindo espaços e projetos.

A Vera, Roberto, Marina e Luiza pelo acolhimento, incentivo e momentos felizes.

A Magnólia e Antônia por fazerem da minha vida mais alegre e afetuosa. Pela presença confortante e horas de companheirismo.

A Cleiry e Valeska por compartilhar sonhos, alegrias e pela amizade verdadeira.

A Gabi, Manu e todos os meus amigos pelas horas de festa, conversas, afeto e por tornarem a rotina mais leve.

A todos que passaram pela minha vida, durante esse processo, e de alguma forma contribuíram para o alargamento dos horizontes e das perspectivas desenvolvidas nesta pesquisa.

E assim, quando a lei foi assinada
Uma lua atordoada assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra a bondade cruel
Meu deus! Meu deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social
(PARAÍSO DA TUIUTI, 2018)

RESUMO

O século XIX no Brasil foi conhecido como o período das inovações tecnológicas, científicas e sociais, ao passo que o país ostentava uma ideia moderna de progresso que era contrastada com a prática colonial da escravidão. Na cidade do Recife, a escravidão já aparecia urbanizada, e instituições como a imprensa, a medicina e a família senhorial se dedicavam a debater o papel do sujeito negro na sociedade escravista enquanto também vislumbravam o fim do regime de cativeiro. Tendo em vista a importância do trabalho doméstico para os debates sobre escravidão, questiona-se: como as transformações das práticas cotidianas e dos processos discursivos reverberaram nas representações das amas de leite no Recife do fim do século XIX? Com esta questão, as amas de leite surgem como personagem central para o entendimento de como os dispositivos operantes na sociedade brasileira do século XIX articulavam o público e o privado. O estudo sobre o papel desempenhado pela mulher negra, dentro do sistema da escravidão e a partir das representações circulantes sobre ela, é a porta de entrada para entender as formas de dominação exercidas dentro das casas senhoriais, local de atuação das amas de leite. Dessa forma, a dissertação tem como objetivo debater os discursos normativos, reformadores das práticas sociais e das representações, abrangendo os debates sobre o sujeito negro em contato com as famílias senhoriais e burguesas. Nesse sentido, enquadra-se os conceitos de raça, gênero e ciência empregados durante o século XIX no Recife. Portanto, estando inserida nos Estudos da Escravidão e do Brasil Império, a pesquisa destrincha a série de discursos e representações sobre a mulher negra e as amas de leite e o papel que os dispositivos normativos tiveram na prática das amas de leite e na reorganização do trabalho doméstico. Toma-se para a centralidade do debate as representações que foram gestadas na literatura, nos retratos de família e na imprensa, ponderando sobre as interações discursivas entre as diferentes instituições. Ao fim da pesquisa, considera-se que os diversos discursos circulantes na época, ao mesmo tempo que se confrontavam a partir de diferentes projetos para a mulher negra, corroboravam ideais racistas basilares, muitas vezes reiterando noções higienistas da medicina e do racismo científico – mesmo quando estamos tratando com discursos progressistas.

Palavras-chave: ama de leite; cotidiano; escravidão; Recife; representação; século XIX; trabalho doméstico.

ABSTRACT

The 19th Century in Brazil was known as the period of technological, scientific and social innovations. At the same time, the country boasted a modern idea of progress that was contrasted with the colonial practice of slavery. In the city of Recife, slavery already appeared urbanized, and institutions such as the press, medicine and the white family dedicated themselves to debating the role of the black subject in the slave society while also envisioning the end of the captivity regime. Bearing in mind the importance of domestic work for debates on slavery, the dissertation asks: how did the transformations of daily practices and discursive processes reverberate in the representations of wet nurses in Recife at the end of the 19th century? With this question, the wet nurses emerge as a central character for understanding how the devices operating in Brazilian society in the 19th century articulated the public and the private. The study of the role played by black women within the system of slavery, as well as their representations, is the gateway to understanding the forms of domination exercised within white households where wet nurses worked. In this way, this dissertation aims to discuss the normative discourses, which informed social practices and representations, regarding the debates about the black subject in contact with the manorial and bourgeois families. In this sense, it frames the concepts of race, gender and science produced during the 19th century in Recife. Therefore, being part of the Studies of Slavery in Brazil's Empire, the research unravels discourses and representations about black women, investigating the role normative apparatuses had in the practice of wet nursing and in the reorganization of domestic work. The debate is centered around representations created within literature, family portraits and the press, considering the discursive interactions between the different institutions. At the end of the research, it is considered that the various discourses circulating at the 19th Century, while confronting each other based on the different projects they presented for black women, corroborated fundamental racist ideals. Such ideals often reiterated hygienist notions that stemmed from medicine and from Brazil's scientific racism.

Keywords: wet nurse; everyday life; slavery; Recife; representation; 19th century; domestic work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DISCURSOS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES – O HÁBITUS SENHORIAL E O CONTROLE DO COTIDIANO	25
2.1	<i>O PODER DO DISCURSO E AS REPRESENTAÇÕES</i>	27
2.2	<i>PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO</i>	30
2.3	<i>AS INSTITUIÇÕES E O CONTROLE SOCIAL</i>	39
2.4	<i>AS REPRESENTAÇÕES E O HÁBITUS</i>	49
3	ESCRAVIDÃO FICCIONADA: REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NA LITERATURA	55
3.1	<i>INFLUÊNCIAS INSTITUCIONAIS NA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA</i>	58
3.2	<i>A PELE COMO PASSAPORTE</i>	62
3.3	<i>CORPO E SEXUALIDADE COMO ATRIBUTOS DO SUJEITO ESCRAVO NO TEXTO LITERÁRIO</i>	71
3.4	<i>A DISCIPLINA DO CORPO ESCRAVIZADO NA CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE</i>	79
3.5	<i>A QUEBRA DA DICOTOMIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E O DISCURSO CORRUPTIVO DO LAR</i>	86

4	“MEMÓRIAS DA MÃE PRETA”: AS REPRESENTAÇÕES DAS AMAS DE LEITE NOS RETRATOS DE FAMÍLIA	93
4.1	“SOBRE FOTOGRAFIA”	99
4.1.1	<i>O JOGO DAS REPRESENTAÇÕES: “O RITO DA POSE”</i>	107
4.1.2	<i>A IMAGEM COMO REPRESENTAÇÃO DA DOR</i>	112
4.2	AS AMAS DE LEITE NA FOTOGRAFIA	116
4.2.1	<i>AS VESTES</i>	118
4.2.2	<i>O CENÁRIO</i>	122
4.2.3	<i>A VELHICE</i>	125
5	“QUE SEJA ACEADA E SEM VÍCIOS”: O COMÉRCIO DO ALEITAMENTO E AS REPRESENTAÇÕES DAS AMAS DE LEITE NOS ANÚNCIOS DE JORNAL	138
5.1	“A PEDIDOS”: UM BREVE CONTEXTO SOBRE A IMPRENSA DO SÉCULO XIX	140
5.2	“AMAS DEGENERADAS”: O CASO DA IMPRENSA MÉDICA NO COMBATE ÀS AMAS DE LEITE	143
5.3	“PROCURA-SE”: AS AMAS DE LEITE NOS ANÚNCIOS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO	151
5.3.1	<i>A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO IDEAL DAS AMAS DE LEITE A PARTIR DA IDEALIZAÇÃO DA “QUALIDADE FÍSICA”</i>	160

5.3.2	<i>“PREFERE-SE SEM FILHOS”: UMA NOTA SOBRE AS CRIANÇAS CATIVAS</i>	166
5.4	<i>“E VEIO A ABOLIÇÃO...”</i>	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: MONTANDO UM MOSAICO DE REPRESENTAÇÕES	178
6.1	<i>DE ONDE PARTI</i>	178
6.2	<i>PERCURSOS QUE TOMEI</i>	179
6.3	<i>AONDE CHEGUEI</i>	182
	REFERÊNCIAS	187

1 INTRODUÇÃO

No contexto histórico brasileiro, a escravidão aparece como um dos principais estigmas presentes em nossa construção nacional. Ser brasileiro é conviver com as divergências e desigualdades que a escravidão e sua abolição sem reformas nos proporcionaram – é pensar em como as práticas coloniais de uma sociedade latifundiária, imersa no controle de outros corpos, escravizando-os, alicerçaram a formação de uma sociedade hierarquizada, reverberando nas práticas do Brasil em pleno século XIX. O racismo estrutural e disseminado socialmente, práticas de exclusão escancaradas nas políticas públicas, além da determinação de certos tipos de trabalho como exercício primordial da população negra são exemplos do *modus operandi* estabelecido pelo regime escravista em três séculos de História negra no Brasil e que são demarcadores de uma construção histórica onde a divisão de classe também é uma divisão racial.

É baseado nessas condições que busco dar forma a essa pesquisa, tratando do sistema escravista a partir de dentro das casas, no íntimo das relações familiares, onde discursos foram (re)produzidos para o controle do trabalho doméstico, atravessando as representações circulantes sobre a mulher negra e, por fim, reverberando na percepção social sobre as amas de leite. A partir disso, defendo, através desta pesquisa, a importância de uma maior abrangência de estudos históricos sobre o trabalho doméstico e suas representações, sobretudo no que diz respeito às mulheres negras e como suas representações também desembocaram nos controles exercidos sobre as amas de leite durante o fim do Império do Brasil.

É importante falar sobre as amas de leite no campo da História da Escravidão porque, salvo algumas exceções, é notável a ausência de discussões ou particularidades que injetem a discussão sobre seu papel para a família senhorial no que diz respeito à dominação do corpo da mulher negra, o papel que o aleitamento desempenhou nas discussões públicas e como essas relações entrincheiravam as relações domésticas, tornando-as, discursivamente, complexas e interligadas. Tal debate é importante principalmente em países como o Brasil, no qual a figura das amas de leite permanecem etereamente dispersas em uma espécie de aura que sombreia as relações domésticas atuais, principalmente quando se trata do cuidado de crianças. Talvez tenha sido esse o motivo que me chamou tanta atenção quando me deparei com uma foto da ama de leite Mônica, presente no Museu do Homem do Nordeste, no Recife. Uma imagem raramente registrada, projetando a presença e a existência daquela mulher, mas por um olhar senhorial. Foi a partir de tal foto que busquei iniciar a minha jornada.

Portanto, a proposta desta pesquisa é pensar não a escravidão em sua visão macroscópica, mas as minúcias e os pequenos espaços dominados pela escravidão doméstica e suas representações a partir de diversos dispositivos institucionais. Objetivo pensar, através das problemáticas que envolvem as amas de leite, o controle de seus corpos, seus filhos, sua maternidade e refletir sobre como a sociedade do Brasil em pleno século XIX foi pensada e organizada, colocando em xeque a relação dicotômica entre o público e o privado, a casa e a rua, a partir da busca pelo controle do doméstico. Nesse sentido, é importante investigar as diferenças existentes dentro do próprio sistema escravista, entre os próprios cativos, muito além da simples relação entre senhor – escravo, e, a partir disso, perceber as transformações nas relações e representações que envolvem o trabalho doméstico e, sobretudo, a mulher negra no fim da escravidão.

Colaborar com uma nova perspectiva acerca da História da Escravidão no Brasil através das amas de leite é bastante importante, por nos possibilitar adentrar outras portas para o entendimento das relações particulares, as presentes dentro das casas e que muitas vezes foram afastadas dos olhares curiosos. Durante muito tempo a História brasileira priorizou focar nas transações econômicas e na estrutura das grandes fazendas que faziam o comércio negreiro girar, a exemplo dos trabalhos canônicos de Evaldo Cabral de Mello (1989) – que aborda o viés econômico dos últimos anos da escravidão – e de Luiz Felipe de Alencastro (2000), que discute as relações do tráfico atlântico. Entretanto, fazer uma História da Vida Privada é tão importante quanto a história da lavoura, pois nos abre a mente para entender como as ações exteriores se articulam com as que acontecem dentro das paredes do lar. Abordar uma História da Vida Privada é, portanto, justificar o entendimento de tais vivências escravistas a partir dos microespaços, ambientes singulares e de regras colateralmente opostas as da rua, da lavoura ou da própria senzala.

Contudo, nesse interim, quem foram as amas de leite e qual seu papel dentro da família senhorial e no contexto do sistema escravista? Para Gilberto Freyre (2003) e Joaquim Nabuco (2013) elas foram as *mães pretas*, “negras sábias e acolhedoras” que cuidaram das crianças de seus senhores, muitas vezes à revelia de seus próprios filhos. Mulheres tidas “como se fossem da família”, que criavam seus pequenos num complexo sincretismo cultural e linguístico, inspirando respeito de autoridade diante dos demais escravizados da casa. Inseridas dentro do grupo de “cativos domésticos”, seja num sobrado urbano ou numa casa-grande de engenho, os cativos, em sua maioria mulheres negras, compunham, junto com a família senhorial, a corte doméstica da família brasileira. Eram elas: as arrumadeiras, as mucamas de companhia, cozinheiras, lavadeiras e as amas de leite – como abordou Maciel Silva (2011) em seu trabalho

sobre o contexto urbano do Recife, ao trabalhar as vendeiras e trabalhadoras domésticas no Recife do século XIX.

Nesse panorama, trabalhar as amas de leite é como construir uma “cama de gato”, um entrelaçado de linhas que se conectam através de pontos interligando toda uma história comum. Para tal enlaçamento, é preciso levar em conta a sua condição de escravizada, condicionada pelo “afeto” dominador dos senhores, discursada, abordada e representada de diversas maneiras de acordo com interesses senhoriais. Esse panorama muitas vezes produziu representações que divergem entre si e, por vezes, das representações de outras categorias de mulheres negras na sociedade da época. Para abordar as amas de leite, precisamos também investigar sua condição de mulher, como sua negritude foi (re)desenhada pelos homens de sua época e pelos dispositivos aplicados pela sociedade para o controle do seu corpo. Isso nos leva também a pensar o seu papel como nutriz, em como o sistema anulou sua maternidade, transformando-a em “mulher-máquina” e fazendo do aleitamento uma das empresas, derivadas da escravidão, mais lucrativas. A sobreposição de todas essas características exige que pensemos as amas de leite a partir de suas particularidades – como Maria Helena Machado (2018) nos apontou em seu texto sobre a mulher, o corpo e a maternidade, ao afirmar que não devemos pensar a escravidão como um sistema homogêneo, o que é endossado por Katia Mattoso (2016) em seu clássico texto: *Ser Escravo no Brasil*.

Tal linha de pensamento nos leva a perceber as dinâmicas que configuraram a escravidão no Brasil e a manutenção da sociedade dentro de um projeto “civilizacional”. Se refletirmos sobre as características específicas envolvendo o sistema da escravidão, para além de seu sentido amplo do maquinário escravocrata, é possível perceber as nuances existentes no íntimo do aparelho. Com isso quero pontuar que se a escravidão vivenciada na lavoura se difere daquela das cidades, o cativo privado se difere igualmente daquele existente no ambiente público. Com isso, as sujeições surgem de maneira particular em cada um dos casos. Imersa na intimidade do lar, presente no cotidiano da família senhorial, a posição atribuída às amas de leite no ambiente doméstico muitas vezes pode ter gerado “distinção” perante os outros escravizados da casa, devido às formas diferenciadas – no que toca nas relações senhor - escravo – que o cuidado da criança necessita. Marcus Carvalho (2003) e Maciel Silva (2011) chegaram a abordar alguns desses pontos em seus textos sobre a escravidão doméstica no Recife, destacando principalmente as diferenciações entre mucamas, cozinheiras e amas de leite, todas caracterizadas como escravas domésticas, enquanto vendeiras e costureiras exemplificam as cativas e libertas do ambiente público. Tal distinção serviu de material para uma gama de representações que as diferenciou ao mesmo tempo que as interligava. A literatura, as

fotografias e os anúncios jornalísticos demonstram as articulações discursivas e as consequentes representações acerca da mulher negra, do trabalho doméstico e sobretudo das amas de leite.

Entretanto, muitas vezes as diferenciações entre diferentes ofícios do trabalho doméstico poderiam ser lidas como produtos de uma sociedade paradoxal. Contudo, como afirma Mariana Muaze (2018), o que realmente se apresenta por trás de tantos aparatos e resguardos “oferecidos” pelos senhores às escravizadas amas de leite é um processo de sujeição mascarado. Através de concessões e gratificações – o tal respeito pelas mães pretas postulado por Gilberto Freyre (2003 e 2013), por exemplo – o senhor demarca a força do seu poder e o domínio que exerce sobre aqueles corpos.

De toda forma, é praticamente impossível tentarmos tratar das particularidades da escravidão doméstica e, precisamente, das amas de leite, sem entender o que se passava no Brasil ao mesmo tempo. Diversos autores como, por exemplo, Raimundo Arrais (2004), Maciel Silva (2011) e Lilia Schwarcz (1998) nos dão pistas para entendermos que é a partir da década de 1870 que finalmente ocorre a mudança de chave para a representação da escravidão. Essas mudanças de representação incidem inclusive nas práticas privadas (através do controle sobre o exercício do aleitamento) e promovem a reorganização das representações sobre a mulher negra que, por sua vez, desembocavam nas amas de leite. Tendo isso em vista e embora o mundo parecesse girar em conformidade para a extinção da escravidão no Ocidente, o Brasil insistia em apertar o freio de mão no que dizia respeito ao assunto. Entretanto, a década de 70 do século XIX, para os brasileiros, foi um verdadeiro período de transformações, marcado pelo enraizamento de ideologias, práticas racistas e o crescimento do conceito de higiene que preconizava a marginalização da população negra e a extinção de muitas de suas práticas. O ano de 1871 marcou um ponto de virada nas discussões sobre a escravidão e suas representações, alterando práticas e reiterando outras. Foi a partir da Lei do Ventre Livre que os debates sobre maternidade, aleitamento e cuidados com a criança passaram a vigorar na sociedade.

Na soleira da lei, novos dispositivos médicos de controle do corpo e da saúde tanto das mulheres brancas quanto das negras, interligados pelo interesse sobre a primeira infância, foram assimilados pelos jornais em forma de propagandas de alimentos infantis e atributos diferenciadores no comércio de amas de leite. Esses dispositivos de controle foram também reproduzidos nas formas narrativas da literatura sobre as relações entre o doméstico familiar e a mulher negra. As fotografias em estúdios muitas vezes contrabalançavam discursivamente as representações oriundas da medicina racista, ao mesmo tempo que reiteravam determinados conceitos escravistas. Além disso, consolidou-se um movimento que propunha reformas no

sistema trabalhista brasileiro, auferindo a emancipação negra. O Império do Brasil buscava assimilar para si, diante do mundo, a imagem de uma nação jovem e politicamente afinada aos interesses internacionais, embora não soubesse como lidar com o fim da escravidão; ou as elites não se predispusessem a reorganizar de fato o mercado de trabalho. Ao mesmo passo, iniciava-se o período industrial do Brasil com as estradas de ferro e a expansão urbana, assim como o grande incentivo acadêmico fomentado em solo nacional com as aberturas e modernizações das Academias de Ensino Superior. O grande plano voltava-se para a criação de uma nova elite pensante não mais dependente de estudos no exterior, mas sim intelectuais da terra, que conhecessem os problemas da nação e que tivessem meios suficientes para alterá-los de dentro, utilizando as ferramentas disponíveis no próprio solo nacional. Gilberto Freyre (2013) condensa esse período de transição intelectual brasileiro como a “geração dos bacharéis”, saídos da Faculdade de Direito de São Paulo e Recife.

Assim, as cidades tornaram-se esferas que correram para acompanhar o crescimento e modernização intelectual, passando a se sobreporem ao campo. Em todo o Império, as capitais das províncias abraçaram tal projeto encabeçado pelo imperador, atuando como um verdadeiro mecenas da nova elite intelectual. Jovens efervescentes de novas ideias e em busca de revoluções sociais, muitas vezes indo em combate com as ideias da elite anciã, seus parentes, no pleito político. Deste modo, Recife não se difere das demais capitais ao buscar para si ares europeizados, de inspirações francesas, readequando seus ambientes e comportamentos. O centro urbano, como podemos perceber, tornou-se uma grande amalgama de saberes, vivências e troca de costumes. Entretanto, em contrapartida, o lar passou a viver tensas relações com ambiente público, no que diz respeito à manutenção das práticas familiares. A relação dicotômica entre a casa e a rua foi um dos pontos de maior controvérsia na sociedade dos oitocentos brasileiro. O homem, o *pater familias*, seguro estava do seu poder junto a sua esposa, filhos e criadagem. A mulher, recomendada aos serviços domésticos, lidaria com cativas do lar e registraria o cotidiano doméstico, um diário do lar.

Sendo assim, é diante deste emaranhado de discussões que levantei até então que surge a questão central para esta pesquisa: *como as transformações das práticas cotidianas e dos processos discursivos reverberaram nas representações das amas de leite no Recife do fim do século XIX?* Com este questionamento, busco compreender as transformações e permanências do trabalho doméstico tendo em vista as múltiplas representações sobre a mulher negra e como elas desembocaram e influenciaram a construção das variantes de representação das próprias amas de leite em diferentes esferas sociais, levando em conta arquivos como jornais, retratos e obras literárias. Tomo as diretrizes para a compreensão das práticas cotidianas e a valorização

dos discursos a partir do entendimento de que “a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado” (CHARTIER, 1991, p. 184). Isto é, estudando as representações, temos acesso a discursos que operam poder no período de declínio do trabalho servil.

Contudo, a discussão proposta por esta pesquisa não poderá ser feita do nada. É importante ter em vista o diálogo com os demais pesquisadores que buscaram, em suas regiões ou até mesmo no Recife, adensar a problemática que envolve pensar a casa senhorial, o trabalho doméstico, o lugar da mulher negra na sociedade e as amas de leite dentro do contexto da passagem para a liberdade. Os estudos sobre as amas de leite são plurais – por vezes elas aparecem em meio a estudos amplos sobre a escravidão como forma de debater os enlaces entre maternidade, servidão e trabalho; outras vezes trabalhos se dedicam a trazê-las para o centro da discussão buscando dialogar com as complexidades sobre maternidade da mulher negra no século XIX brasileiro.

Primeiramente faço menção ao clássico trabalho de Katia Mattoso com seu livro “Ser Escravo no Brasil” (2016), publicado no Brasil pela primeira vez na década de 1970, mas que continua atual e referencial para os estudos sobre a escravidão no Brasil. Embora a autora não traga em seu texto um estudo amplo sobre as amas de leite, o livro de Mattoso é importante porque nos leva a entender as nuances do sistema escravista brasileiro. Nesta obra, a autora também perpassa todos os pontos de sustentação do sistema, desde as rebeldias e as solidariedades até a urbanização da escravidão e as nuances alcançadas pelo processo de emancipação. Dentro de seu escopo, embora não chegue a tratar diretamente das amas de leite, é possível traçar plausíveis figurações das amas de leite, no tratamento das redes familiares e o lugar das crianças negras nas cidades.

Entretanto, em trabalhos mais atuais, é mais fácil “delimitar” linhas de raciocínio e abordagem sobre os diversos aspectos e problemáticas que as amas de leite suscitam. Atualmente, vários trabalhos publicados, em sua maioria a partir da década de 2010, buscam focar nas problemáticas envolvendo as questões acerca da mulher – uma nova perspectiva também sobre a História das Mulheres –, corpo e maternidade; elementos pertinentes para o entendimento das representações das amas de leite através dos variados discursos vinculados a esses temas. Trazendo uma perspectiva que parte de uma abordagem sobre a história da enfermagem, Carlos Pinheiro, Adriana de Araújo, Ana Paula de Vasconcelos, Débora Freitas, Heda Neri de Alencar e Karla Rolim propõem no artigo “O Cuidado das amas-de-leite e o protagonismo negro na história da enfermagem: uma luta por equidade”, publicado em 2015,

uma série de discussões sobre o aleitamento, cuidados com a criança e as problemáticas do corpo feminino através de suas “fragilidades”.

Tal perspectiva casa muito bem com os trabalhos desenvolvidos pelas historiadoras Maria Helena Machado e Lorena Telles. Machado traz em seu trabalhos discussões já mais específicas ao contexto da escravidão urbana e suas relações com ambiente doméstico, as questões acerca do corpo e seus controles, as relações entre senhora-escrava, mas também questões que as unem – de formas desiguais –, no que diz respeito a maternidade. Maria Helena Machado aborda muito bem essa relação “paradoxal” entre as amas e suas senhoras no texto “Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão”, publicado em forma de capítulo no livro organizado por Giovana Xavier, Juliana Farias e Flávio Gomes (2012), “Mulheres Negras no Brasil Escravista e no Pós-Emancipação”. Em seu texto, a autora adentra em questões envolvendo a maternidade das amas de leite escravizadas e os dilemas sofridos por essas mulheres diante do dever da amamentação da branca e do “apartamento” do exercício de sua própria maternidade. O que acontece com as crianças, filhas dessas amas de leite? A base do texto de Machado é o estudo de casos ocorridos na corte já em pleno declínio da escravidão e do combate direto do saber científico com as práticas familiares senhoriais. Já em 2018, Maria Helena Machado aborda uma nova perspectiva sobre o tema em outro texto seu, intitulado “Mulher, corpo e maternidade”, publicado no livro organizado por Lilia Schwarcz e Flávio Gomes “Dicionário da Escravidão e Liberdade”. Nesse texto, Machado nos leva a perceber as nuances entre esses três pontos que demarcaram as condutas patriarcais da família que envolviam a escravidão doméstica e nos leva a pensar a contraditoriedade do sistema escravista tanto em âmbito geral, quando aos determinados grupos que o formam.

Seguindo uma perspectiva parecida a de Maria Helena Machado, Lorena Telles aborda uma perspectiva mais focada na categoria “Ama de Leite”, título de seu capítulo no mesmo livro organizado por Schwarcz e Gomes (2018). Em seu capítulo, Telles traz uma abordagem que procura apresentar quem eram as amas de leite dentro das casas senhoriais, focando em suas relações com a família senhorial no exercício do controle do corpo e do poder exercido sobre a maternidade da mulher negra. Outro trabalho, desta vez focando na questão da maternidade negra e as questões acerca da gestação cativa estão presentes em sua tese de doutoramento pela USP, “Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)”, na qual a autora estuda casos de mulheres negras que experienciaram a gravidez e o parto ao mesmo tempo que suas senhoras brancas e sofreram com o dilema de abandonar seus filhos recém-nascidos para o exercício da amamentação do bebê branco.

Deste modo, podemos perceber que tanto o artigo que aborda as amas de leite num viés mais voltado para o exercício da enfermagem quanto os trabalhos elaborados por Maria Helena Machado e Lorena Telles trazem uma abordagem sobre as amas de leite mais voltadas para as problemáticas envolvendo o cotidiano doméstico, as relações entre mulheres – em sua maioria – e, principalmente, as questões que envolvem os limites da maternidade escrava e seu exercício. Entretanto, outras perspectivas menos voltadas para as relações domésticas são apresentadas por outro grupo de autores que buscam consolidar as amas de leite como um grupo, de onde é possível extrair as nuances do sistema escravista urbano, entendendo, desta forma, os trânsitos sociais. Se formos pensar em um grupo de autores que tratem similarmente esta abordagem, destaco os trabalhos de Sandra Koutsoukos, Elizabeth Carneiro e Marília Ariza.

Formada em Belas Artes e doutora em Multimeios, Mídia e Comunicação, pela UNICAMP, Sandra Koutsoukos contribui para o campo com seu livro, resultado de sua tese de doutoramento, chamado “Negros no Estúdio do Fotógrafo” (2010). Koutsoukos busca justamente mapear as representações e autorrepresentações de pessoas negras no século XIX brasileiro a partir da popularização da fotografia e o interesse social de registrar-se. Para além disso, Koutsoukos traz a problemática da distorção discursiva e a apropriação de imagens de negros para a defesa de ideias racistas provenientes do XIX, fundamentais para o racismo científico. A autora também aborda em seu estudo as questões de aluguel de amas de leite pelas Casas de Misericórdia para a amamentação de órfãos, o combate da medicina oitocentista ao exercício do aleitamento negro, considerado “mercenário”, casando-se em vários pontos com as perspectivas abordadas por Machado, Telles, Pinheiro e demais autores. Completando a amplitude de sua pesquisa, Sandra Koutsoukos ainda aborda a questão dos anúncios de compra, venda e aluguel de amas de leite nos jornais da Corte.

Quem também propôs um trabalho que toma como fontes os anúncios de compra, venda e aluguel, também na Corte, foi a doutora Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, ao produzir uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca de 1850 a 1888, em sua tese de 2006. Carneiro elabora um trabalho cartográfico, no qual mapeia as amas de leite situadas na corte imperial, no período de 1850 a 1888, indicando a maior incidência por procura por amas e seus locais de atuação. Em seu trabalho, a autora aborda justamente como era elaborado o comércio de amas de leite através dos jornais e como se davam as formas de acesso as amas de leite através de tal comércio. O ponto essencial para o cruzamento entre as pesquisas é a utilização de anúncios para a construção cartográfica. Carneiro utiliza-se dos anúncios jornalísticos de compra, venda

e aluguel de amas na Corte do Rio de Janeiro, demonstrando tanto os trânsitos como as particularidades dos anúncios empregados.

Somando-se às vozes acima mencionadas, Marília Bueno de Araújo Ariza elabora discursões importantíssimas, embora tire o foco das amas de leite e passe a tratar diretamente da criança, principalmente as libertas a partir do Ventre Livre. Dentro das discussões sobre a mulher negra escravizada, a maternidade e o exercício do aleitamento, é importante pensar justamente onde ficam as crianças, onde elas habitam e quais as dificuldades vivenciadas pelas crianças cativas, recém-nascidas ou na infância, quando suas mães exercem sua maternidade ao cuidar da criança de sua senhora. O texto sobre as crianças do Ventre Livre juntou-se aos de Lorena Telles e Maria Helena Machado na publicação do Livro “Dicionário da Escravidão e Liberdade” (2018), organizado por Schwarcz e Gomes. Já em 2021, Ariza traz novamente a questão da infância cativa ao tratar das disputas simbólicas envolvendo as discussões legislativas em torno da Lei do Ventre Livre, trabalhando no entendimento de como os processos que estabeleceram a escrita da lei lidaram com a maternidade da mulher negra cativa, em capítulo de livro organizado por Maria Helena Machado, Luciana Brito, Iamara Viana e Flávio Gomes.

Conquanto as demais pesquisas sejam de extrema importância para a história da escravidão e da vida privada, é a partir da contextualização da ama de leite no trabalho doméstico que vai nos dar entendimento dos processos trabalhistas no privado e como essa dinâmica reverberou no público, durante os processos de abolição e declínio do Império. A partir disso, ressalto a importância desta pesquisa, por ela se propor a trazer uma visão mais localizada acerca das transitoriedades no campo do trabalho em Pernambuco. Pensar no Recife como um grande centro urbano e de decadência escravista, permite-me delinear os processos sociais vivenciados pela cidade, na época, além de refletir as amas de leite como um grupo que experienciou várias formas de ser. Pensar em como o ato de amamentar pôde ser completamente apartado do “ser mãe” e transformado por um processo de “coisificação”, que cinde o amamentar da maternidade. É preciso, assim, pensar nas transformações políticas do Império, a abolição e a modernidade como aparatos discursivos para o controle dos afro-brasileiros e de suas representações. Nesse sentido, esta pesquisa, muito mais do que uma História da Vida Privada, é uma História do Trabalho Doméstico.

Tendo isto em mente, direciono esta pesquisa para pensar através da ótica da representação as múltiplas dinâmicas sociais e como a ama de leite se destaca nas diversas esferas sociais através das várias representações elaboradas sobre elas, sejam elas provenientes de anúncios de jornais, retratos ou literatura. Assim, objetivo pensar em como as amas de leite

transitaram da maternidade por obrigação para a simples maternidade dedicada, no trabalho livre. Para a construção do trabalho, desenvolvo “três frentes” de pesquisa que, ao final, me permitem acessar um panorama das relações estabelecidas entre o público e o privado, a partir dos variados discursos circulantes na sociedade sobre as práticas familiares, o trabalho doméstico e mulher negra, influenciando diretamente nas representações das amas de leite.

Uma primeira frente de análise foi baseada na investigação das representações da mulher negra na literatura brasileira. Partindo da ideia da ficcionalidade da escrita narrativa, busco compreender como a produção textual assimilou e reproduziu uma série de discursos originários de dispositivos médicos que procuravam conduzir as formas como a mulher negra era vista e quais papéis eram atribuídos a ela na sociedade. Um ponto que me permite pensar a literatura como fonte preciosa de representações é o entendimento de que a ficção mobilizou práticas sociais concretas, de modo que as representações da mulher negra reverberaram na construção das imagens sociais das próprias amas de leite. Há aí uma troca discursiva na forma como os romances operam textualmente e como se conectam através das representações. Desta forma, demonstrarei que é possível perceber que a literatura corrompe ao mesmo tempo que complexifica as relações entre as imagens produzidas sobre o trabalho doméstico e como elas permitem o acesso ao entendimento do trânsito das amas de leite dentro das casas senhoriais. Embora as amas não tenham figurado como personagens principais na maioria dos romances, a construção imagética do doméstico e dos processos trazidos pela narrativa literária terminam por justificar e abrir janelas de acesso para as representações das amas de leite fora do próprio texto.

Uma segunda frente vem da análise imagética das amas de leite a partir dos seus retratos. Passando pela popularização da (auto)representação, abordaremos como a imagem, no caso das amas de leite, surge como dispositivo de controle e dominação dos corpos. Figurando também como discurso visual reiterativo do direito senhorial, a imagem da ama de leite serve como contrapeso na balança que procurava, através do higienismo, condenar as práticas vinculadas ao aleitamento materno. É nas imagens encenadas para o registro da câmera que a sociedade abre as portas do íntimo à exposição dos olhares curiosos. Como fonte, serão acessados os retratos da Coleção Francisco Rodrigues, catalogada e de posse da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife. Tal coleção é famosa pela quantidade de fotos que abarcam do fim do século XIX até meados do século XX pernambucano.

Por fim, uma terceira frente foi construída através da análise dos anúncios de compra e venda de amas de leite, existente no Diário de Pernambuco. A escolha partiu por ele ser o jornal mais antigo em circulação em Pernambuco, além de ser um dos mais importantes porta-vozes

de seu tempo. Estudar os jornais me permite acessar como o olhar opressor do homem é um olhar que domina, cobiça e negocia o corpo da mulher negra escravizada – olhar que ao mesmo tempo que barganha as suas “habilidades” (termo muito comum nos anúncios de jornais para descrever o nível de aprendizado da mulher a ser vendida ou alugada), sexualiza seus corpos e impõe seus desejos sobre elas de forma violenta. Será justamente à luz da interpretação desse olhar que podemos perceber questões que estão diretamente vinculadas aos discursos normativos propostos pelas instituições, notando a convergência com a ideia de representação da mulher negra assimilada pela literatura (principalmente sobre a sexualização do corpo negro). A escolha do Diário de Pernambuco também se deu pela preservação de seu acervo, sendo de fácil acesso público pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Tendo em vista tudo o que foi discorrido até então no texto, situo todas as pistas de representação dentro do período que percorre de 1871 – 1889. Justifico esse período por se tratar de um momento ímpar para a História nacional e da Escravidão. A Lei de 28 de setembro de 1871, por mais burlada que tenha sido, foi o pontapé e a primeira pequena vitória do movimento abolicionista que buscava livrar a nação da escravidão desde os anos de 1860, além de ser um momento de grande produção intelectual, institucionalização e reestruturação das políticas nacionais. A partir de 1871, as demais legislações abolicionistas regeriam as pequenas vitórias sobre o estado escravista, embora esse se mantivesse firme o suficiente para impedir que maiores reformas fossem tomadas. Todavia, embora o movimento tenha se fortalecido com as aprovações legislativas, é de importância ter em vista que as mesmas leis demarcaram o processo dual de ruptura e reiteração dos protocolos do sistema escravista. Assim como as demais instituições, é possível perceber influências do movimento abolicionista nas representações elaboradas a partir do texto, das imagens e até nos anúncios. Alternativamente, as representações gestadas nesses meios também agenciaram parte dos discursos abolicionistas – o que reflete especialmente na literatura.

Por fim, a queda do Império; o que mudou? O que permaneceu? Como o trabalho doméstico se adequou ao mundo livre e quais os rumos das amas de leite após o desaparecimento formal da categoria com o fim da escravidão? Esses são pontos, questionamentos, que reiteram a importância desta pesquisa tanto para o campo geral da História quanto para estudos sobre o trabalho doméstico brasileiro.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. O primeiro deles, intitulado *Discursos, Práticas e Representações – O Habitus Senhorial e o Controle do Cotidiano*, trata do debate teórico-historiográfico que situou a pesquisa dentro dos conceitos basilares para seu desenvolvimento: *o cotidiano, o discurso, o habitus e a representação social*. Em paralelo a

este embasamento, uma discussão historiográfica sobre o período no Brasil foi trabalhada para que pudéssemos visualizar os cenários por onde foram organizadas as práticas sociais e suas representações. Entremeadado a isso, discutimos os domínios femininos, suas relações com a escravidão e o movimento emancipacionista.

O segundo capítulo, *Escravidão Ficcionalada: Representações da mulher negra na literatura*, propõe a construção de um panorama que adentre as casas senhoriais através da literatura da época e busque a compreensão das dinâmicas cotidianas da família e os receios envolvendo o trabalho doméstico, além das relações interracializadas estabelecidas na sociedade. Através das ressonâncias entre instituições e a literatura, podemos mapear como o discurso médico e moralista proferido publicamente penetrou às casas tornando os romances do século XIX do Brasil muito mais que folhetins, convertendo-os em textos cautelares e normativos para as condutas exercidas no trabalho doméstico. Além disso, tal investigação nos permite acessar a amplitude de representações atribuídas à mulher negra e que terminam por desembocar na construção das representações das próprias amas de leite. As obras selecionadas para a análise nos permitem justamente isso: a amplitude da observação das tipologias atribuídas a mulher negra que ao mesmo tempo se distanciam de uma ideia fabulada do que seria e do que veio a ser uma ama de leite no Brasil do século XIX.

O terceiro capítulo, *Memórias da Mãe Preta: As representações das amas de leite nos retratos de família*, partiu de uma revisita à história da fotografia no Brasil, buscando entender seu estabelecimento no país, além de mapear as técnicas e tipos de fotografias que foram populares em solo brasileiro e compreender o ponto mais relevante para a pesquisa: o interesse social pela (auto)representação. Combinado a isso, uma base teórica sobre técnica fotográfica, estudos de imagens na história e direcionamentos para leitura de imagens, nos permitiram acessar os pontos que permitem conectar o representante, o representado e a ausência de fala entre os dois. É pensar nesses pontos, interligados pela linha da teatralidade da produção imagética, que acessamos a fonte das múltiplas representações pessoais, poderes simbólicos e discursos presentes num único retrato. Foi a partir da costura destes nós que finalmente pudemos abrir as cortinas para uma leitura dessas imagens como dispositivos de dominação e submissão do corpo da ama de leite a partir da representação da mulher negra resignada e dócil, através de práticas afetivas e da promoção do “senso de pertencimento à casa senhorial”.

O quarto e último capítulo, de nome “*Que seja aceada e sem vícios*”: *O comércio do aleitamento e as representações das amas de leite nos anúncios de jornal*, parte do mapeamento de anúncios de compra, venda e aluguel de amas de leite nos anúncios do Diário de Pernambuco. A premissa do capítulo é buscar, através das publicações, compreender as

dinâmicas comerciais envolvendo o aleitamento e o “consumo” de amas de leite no decorrer do tempo estudado. Ao percorrer de forma sistematizada todo o tempo da pesquisa, busca-se compreender as alterações, permanências e reminiscências do trabalho doméstico escravo e a procura por amas de leite no período de declínio da escravidão. Recife serve como cenário para a compreensão de como o sistema faliu, levando ao arrefecimento gradual da busca por amas de leite, ao mesmo tempo que discursos também vinculados ao jornal combatiam a prática de aleitamento terceirizado. Um terceiro ponto a ser investigado é como a industrialização trabalhou a favor dos discursos através do desenvolvimento de novas formas de alimentação infantil que independessem do aleitamento por amas de leite, e como esses produtos, de certa forma, competiram comercialmente com as amas de leite negras.

Enfim, espero contribuir, com esta pesquisa, com novos olhares sobre a escravidão, a maternidade e, sobretudo, o trabalho doméstico, para que seja possível refletir sobre o passado e sobre a nossa formação nacional a partir do seu amplo histórico de violências, que foi desenhado também nas relações traçadas no interior do lar senhorial.

2 DISCURSOS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES – O HÁBITUS SENHORIAL E O CONTROLE DO COTIDIANO

Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

Abro este capítulo com uma citação do texto *O Mundo como Representação* (1991), de Roger Chartier, para reafirmar a importância dos estudos sobre as representações sociais no campo da História. Como podemos perceber, a nova História Cultural, das Mentalidades ou, ainda, intelectual, nos permite adentrar em determinados espaços que antes eram pouco abordados na disciplina histórica.

Compreendemos que, durante muito tempo, os temas relacionados aos estudos da escravidão estavam diretamente ligados ao campo social, econômico e até político da História. Era através desses centros de pensamentos que se formulavam os conhecimentos acerca da história da escravidão e as reverberações dessas práticas para a sociedade. Entretanto, ao trazer a justificativa proposta por Chartier (1991), podemos viabilizar outras formas de compreender a sociedade.

É exatamente ao pretender estudar o grupo das amas de leite que almejamos compreender tanto as práticas tidas como inerentes ao patriarcado – no que se resume à família e ao modo como esta se apresenta à sociedade – como a relação desse sistema social com a escravidão – as relações sociais e comerciais estabelecidas entre senhor-escravo. Assim, articulando o patriarcado à escravidão, buscamos entender as práticas e processos de dominação dentro do próprio sistema escravista.

Assim, trazer novos questionamentos que ajudem no entendimento dessas representações que, como a História Cultural indica, pode ser a porta de entrada para o conhecimento de uma sociedade determinada; no nosso caso, a sociedade imperial brasileira e, mais especificamente, acessando as representações das amas de leite, dentro do que pretende a História Cultural.

Dessa forma, almejamos perceber os processos de normatização do cotidiano – englobando aqui os diversos setores da sociedade, mas principalmente os senhores e os escravizados – e, através dessas normas, a construção das diversas representações acerca daquelas mulheres. Nos últimos anos, diversos autores buscaram, em suas pesquisas, abordar questionamentos sobre o local estabelecido para as amas de leite na sociedade brasileira. Lorena

Telles (2018), Maria Helena Machado (2012 e 2018) e Marília Ariza (2018), por exemplo, abordam de diversas perspectivas práticas e até mesmo representações que envolviam as amas de leite na organização da família. A partir do diálogo entre tais perspectivas, busco, como abordado no capítulo introdutório deste trabalho, perceber, através das práticas discursivas e cotidianas, as alterações e as permanências das representações das amas de leite no ocaso da escravidão e conseqüentemente as mudanças no trabalho doméstico. Entendendo, nessas novas organizações, os novos papéis e representações acerca dessas mulheres

A caminho de tal propósito, este capítulo foi dividido em três pontos que possam discutir como as práticas e representações moldaram a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. O primeiro ponto trará uma “revisita” aos conceitos de *discurso* e *representação social*, entendendo que tanto o conceito abordado no texto de Michel Foucault (1999) quanto o trazido por Roger Chartier (1991) podem, de certa forma, se complementar. Afinal, eles interligam-se, trazendo novas formas de compreender os diversos espaços sociais e suas hierarquias. É pensando, pois, na formalização dessas identidades hierárquicas que nascem as representações, marcas distintivas dos diversos grupos sociais e que, por sua vez, estão intrincadas no cotidiano – seja do lar, da cidade ou do campo.

No segundo ponto, abordaremos o conceito de *cotidiano* e *práticas urbanas*, a partir do texto *A Invenção do Cotidiano* (1998), de Michel de Certeau, no intuito de compreender os trânsitos das cidades e em como o poder do discurso e as representações inerentes a ele reverberaram pelos espaços urbanos, modificando os códigos de pensamentos e estruturas da sociedade. Para nós, entender tais bases teóricas é refletir sobre como a classe senhorial, a partir de discursos tidos como progressistas, se desvencilhou de uma noção de “arcaísmo colonial”, se revestindo intelectualmente, e determinou os rumos sociais. Isso não diz respeito somente aos senhores, mas também aos escravizados, redefinindo suas relações e, principalmente, o ponto que mais toca a classe senhorial: seu direito de posse. Intuímos, a partir daí, as pistas para o entendimento das representações das amas de leite.

Por fim, no terceiro ponto, na esteira do trabalho de Mariana Muaze (2018), trago o conceito de *Habitus* trabalhado por Norbert Elias em seu texto *O Processo Civilizador* (1994), para complementar a discussão proposta neste capítulo. Neste fluxo, endossa-se, conforme a historiografia sobre o período, a ideia de que a sociedade da época era paradoxal, principalmente se tomarmos aquela que existia no Brasil nos fins do século XIX. Tal concepção, acredito, é bastante pertinente para a compreensão justamente da ideia de *afeto* desenvolvida na obra freyreana, que atenua as violências exercidas durante o sistema escravista ao reivindicar uma noção senhorial de afetividade. Tal noção de *afeto* permanece em nossa sociedade ainda

hoje, mas já nos oitocentos demarcava os variados tipos de relações que se estabeleciam socialmente na época, além de delimitar simbolicamente o controle do corpo e os processos de dominação. Em nosso caso, trata-se dos corpos das mulheres negras que atuavam nas casas senhoriais como amas de leite à medida que o Recife continuava com seu fluxo modernizador, imprimindo os valores almejados pelo Império para a reorganização do Estado nacional.

2.1 O PODER DO DISCURSO E AS REPRESENTAÇÕES

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos (FOUCAULT, 1999, p. 49).

Compreender uma sociedade é abarcar as diversas práticas atribuídas pelas pessoas que a formam, suas normas, sua rotina e suas hierarquias. É ao juntarmos tudo isso que teremos a noção do cotidiano de um grupo social, por exemplo. Esse cotidiano, juntamente com o contínuo funcionamento dessas práticas é que vai resultar na estrutura coercitiva para controle da cidade e da população. Entretanto, para acessar as representações imbuídas dentro de uma determinada sociedade, é necessário compreender, primeiramente, o papel autoral dessas hierarquias para a estrutura social. Daí o papel fundamental do discurso para a manutenção das regras sociais.

Trazendo uma percepção foucaultiana da cidade, a vigilância foi uma das marcas das sociedades do século XIX. Para o Brasil, estruturas de dominação, punição e vigilância eram corriqueiras tanto dentro das casas quanto nas ruas e passagens: a figura do escravizado e a constante afirmação do controle sobre os corpos dos negros e sua deslegitimação enquanto pessoa eram parte de um processo de produção de verdades e representações. Como abordam Lília Schwarcz (1993) e Marcus Carvalho (2003) e demais autores que buscam compreender o sistema escravista e suas implicações no contexto nacional e recifense, limites foram estabelecidos para o regimento da ordem através da produção do discurso, de maneira semelhante à abordada por Foucault sobre controles e vigilâncias em *A Ordem do Discurso* (1999).

Para o século da ciência, o discurso, assim como as representações, foi uma poderosa ferramenta para o regramento das práticas sociais, sendo uma lente legitimadora do que se propunha considerar como “civilização”. No Brasil, as instituições acadêmicas funcionaram como principais fontes reprodutoras de condutas e pensamentos que basearam o novo projeto de modernização social. Lembra-se que por mais imperativo que tenham sido os almejos

aristocráticos e burgueses do Brasil Imperial, a industrialização do país nunca simbolizou, tampouco, a quebra do sistema escravista.

Por enquanto, voltemos a Foucault (1999) para montarmos os alicerces da discussão em questão. O filósofo não busca desassociar o discurso de uma verdade, ou uma pretensa ideia do que seja a verdade, embora ele deixe claro o caráter excludente e os interditos da produção discursiva. Para Foucault, há variadas “verdades” em variados discursos, contudo o que legitima um discurso, logo, a “verdade”, é o ponto de partida de tal discurso; em nosso contexto, é aí que detectamos o papel da instituição na construção do controle social.

Entretanto, não podemos classificar o discurso como uma obra sólida proveniente de uma causa específica, pois ele é oriundo de uma diversidade de práticas políticas, sociais e coercitivas. Um discurso não trabalha de fonte única: segundo o texto de Foucault (1999), a principal força de um discurso é o comentário e sua repetição. Sobre isso, o autor nos diz que “o comentário conjura o acaso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito de modo realizado” (FOUCAULT, 1999, p. 25-26). Portanto, podemos compreender que é através da elaboração e propagação de diversos discursos que as práticas cotidianas são, também, fomentadas, e são as repetições desses discursos, junto com outros fatores, que são atribuídas às representações sociais aos diversos grupos, indivíduos ou instituições.

Podemos perceber que alguns procedimentos da sociedade brasileira não foram muito diferentes do contexto francês trabalhado por Foucault, até porque o modelo civilizacional abordado por D. Pedro II para modernizar a nação partiu de regras comportamentais vigentes na França. Na realidade brasileira, muitas foram as instituições que se apropriaram e reproduziram discursos, buscando mediar relações sociais e exercer controle dos corpos. Cabe aqui elucidar que, para a sociedade do século XIX, especialmente a do Brasil, o “controle dos corpos” não era apenas aplicado para o controle da massa escravizada, mas toda uma sociedade teria que permanecer restrita a normas e ao controle de suas práticas e representações de classe. Como veremos adiante, a medicina brasileira exerceu pleno controle sobre a apropriação dos saberes populares sobre saúde e condensou as práticas sociais ligadas à maternidade, sobretudo buscando readequar práticas diante de novos moldes higienistas que bebiam diretamente dos debates raciais aplicados pelos darwinistas europeus na marginalização dos corpos não brancos – como abordam Sandra Koutsoukos (2010) e Lilia Schwarcz (1993).

Ainda sobre Foucault e o discurso, podemos perceber que “essa vontade de verdade, com os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas” (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Portanto, pensar a sociedade brasileira do fim do século XIX é pensar também nas práticas discursivas, amplamente conduzidas pela hierarquia senhorial, e suas apropriações e ressignificações pelas instituições. São essas ressignificações legitimadas pelo poder institucional que vão formular novos conjuntos de práticas, e essas novas práticas reverberam em como as representações são formuladas.

Sobre o conceito de representação social, Chartier afirma que “as representações embora aspirem à universalidade a partir da razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Para cada caso é necessário o relacionamento dos discursos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p. 17). “Grupos”: eis uma das chaves para entender as ligações nervosas de uma sociedade. Se, para chegarmos no conceito de representação, tivemos, anteriormente, que compreender minimamente o poder do discurso e as instituições que as legitimam, podemos entender, também, a elite social como uma instituição dirigente. Entretanto, voltemos à ideia foucaultiana do poder do discurso para ressaltar que, para o filósofo, o discurso não se limita somente à fala, mas ao texto, ao vestir-se, ao *representar-se*. Tudo que forma e está presente numa sociedade é elaboração discursiva potencialmente excludente, e a representação aqui aparece como mais um fator de distinção.

Trago, como exemplo, o caso das amas de leite, que, durante a segunda metade do século XIX, foram extensivamente representadas em retratos, ricamente elaborados em estúdios, no qual elas eram postas a se representar sofisticadamente vestidas à moda senhorial, sempre acompanhadas pelas crianças das quais cuidavam.

Dessa forma, podemos perceber formas de como o discurso passa a circular pela alta sociedade e, enquanto instituição, ela passa a validar como verdadeiras as diversas representações sobre um determinado grupo, mesmo que sejam conflitantes. Neste caso, na projeção dessas representações, estejam elas nos retratos ou anúncios jornalísticos, por exemplo, o discurso aparece como uma “verdade”, dado que ambos os exemplos não se apartem, mas, sim, implementem os diversos processos de dominação existentes na relação entre senhor e escravo. Tanto retratos quanto anúncios jornalísticos, ainda que trazendo representações aparentemente conflitantes sobre o corpo das amas de leite, foram incorporados por instituições médicas e jurídicas para uma maior manutenção do sistema escravista.

Representar-se ou representar a algo, na sociedade brasileira do XIX, foi hierarquizar as identidades de classe e exercer controle sobre o comportamento da comunidade. Grupos: acadêmicos, médicos, senhores de escravos, escravizados e população pobre e livre; todos eles tinham representações elaboradas sobre si ao mesmo tempo que eles próprios elaboravam suas próprias representações. Entretanto, nem todos os grupos eram bem-sucedidos em disseminar

seus discursos enquanto produções de verdade, como diz Foucault (1999) em seu texto. A própria noção de “sociedade” do XIX era em si uma grande representação coletiva, através dos retratos, dos anúncios de jornais, do controle exercido sobre os escravizados e como esses respondiam a essas representações, representando-se em suas indumentárias, trazendo heranças africanas em seus ritos e em seus ofícios. Assim, por exemplo, os abolicionistas viabilizaram a abolição progressiva através de discursos massivos saídos das faculdades de direito, ao passo que os médicos combatiam as amas de leite, outorgando o papel do aleitamento às mães e a higienização social, através do racismo científico. Portanto, podemos perceber que as representações sociais se articulam com uma ordem discursiva que privilegia a classe senhorial, a partir das organizações hierárquicas e institucionais.

2.2 PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO

Sobre o *cotidiano*, Michel de Certeau demonstra que “as práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como *procedimentos*. São esquemas de operações e manipulações técnicas” (CERTEAU, 1998, p. 109). Logo em seguida, o autor aponta que, para compreender melhor tais procedimentos que compõem o cotidiano, é necessário, antes de tudo, apontar o seu modo de operação em relação ao discurso produzido pela sociedade. Nesse sentido, nos cabe pensar em como os múltiplos discursos, práticas e representações que tenho abordado até aqui corroboram para a construção do cotidiano, no caso aqui em questão, das cidades.

Michel de Certeau, ao retomar Foucault, em seu texto “*A Invenção do Cotidiano*” (1998), deixa claro como os sistemas de disciplina e vigilância, durante o século XIX, compuseram a dinâmica de construção social. Como abordamos anteriormente, as sociedades e seus discursos, durante o período, exerceram o poder delimitador das camadas sociais, normatizando suas práticas, ao mesmo tempo que estabeleciam novos discursos acerca dessas mesmas práticas. Deste modo, como buscou afinar Roger Chartier (1988) e o próprio Michel Foucault (1999), as representações imbricadas a esses discursos eram, por suas vezes, quem colaboravam para a manutenção e classificação das regras e procedimentos do que Foucault vai chamar de “microfísica do poder”.

Entender essa colocação de Certeau (1998) sobre o poder do discurso para a construção da sociedade, que tão bem se casa com o defendido por Chartier (1988 e 1991), nos coloca no rumo para a compreensão do espaço urbano e suas tecnologias para a doutrinação do corpo. Para isso, Certeau utiliza-se de conceitos trabalhados por Foucault (1998) para identificar essas

tecnologias vigilantes que dominam o espaço público através da regulamentação da população. Entretanto, ele não se refere estritamente ao modelo panóptico prisional, no qual Foucault se espelha, mas toma a licença para perceber toda a cidade como uma instituição e toda a sociedade como o agentes regulatórios. Tendo isso em mente, podemos perceber como, no caso do Recife, uma cidade escravista do século XIX, já na década de 1870, experienciava o cotidiano envolto em um complexo sistema de regras que iam desde os locais de circulação social ao modo de portar-se numa fotografia. Códigos eram a chave para esse sistema de produção discursiva que privilegiava os senhores e que, sob coerção, mantinha o controle das práticas de africanos e escravizados.

Para entendermos a cidade e as práticas urbanas, é necessário, nesse sentido, compreender o que se pretendia por cidade no século XIX. À luz de Lilia Schwarcz (1993 e 1998), Marcus Carvalho (2001) e Raimundo Arrais (2004), e seus estudos sobre as cidades, as instituições e a sociedade no Brasil imperial, podemos perceber como a ideia de crescimento urbano estava intrínseco à percepção do que era o “progresso”. E como filhos do progresso, a arquitetura urbana, a educação e a medicina foram alguns dos pilares que formularam essas regras classificatórias que encontramos no texto de Certeau (1998) e passaram, entre si, a estabelecer “relações panópticas”, tomando o lugar de fala como produtores de discursos e legitimadores de costumes. As classes jurídicas e médicas foram os agentes regulamentadores da sociedade e dos principais meios de coerção e dominação dos corpos negros.

Tomando o Recife como exemplo, restringindo um panorama nacional a uma visão local, podemos perceber, no que foi percorrido até aqui, que a compartimentalização da sociedade em diversas esferas gentrificadas foi o estabelecimento da proposta do “panóptico foucaultiano” de forma mais ampla. Pensemos nas relações tênues, porém demarcadas, entre o público e o privado e os grupos que as habitam, assim como na espacialidade do Recife urbano.

Na década de 1870, o Recife já havia passado pelo processo de crescimento espacial empreendido sob o governo do Barão da Boa Vista. Bairros foram organizados de formas que se adequassem ao estilo de vida de quem o habitava, como, por exemplo, as diferenças existentes entre os bairros de São José, Boa Vista e Casa Forte. O primeiro era destinado a uma população mais precária de livres, libertos e cativos, visivelmente mais pobre e conturbado; a Boa vista era sede de palacetes burgueses, ruas asseadas e pouco comércio, enquanto Casa Forte, subúrbio recém ocupado, figurava quase como um retiro e um balneário à beira do Capibaribe, para a aristocracia e burguesia intelectual da capital pernambucana, como nos demonstra Carvalho (2001) e Arrais (2004). Ainda sobre a espacialidade urbana e a introdução

de novas valorações baseados na vida burguesa europeia, Raimundo Arrais diz que para aqueles que transitavam pela cidade

Catalogar o vasto repertório edificado do Recife equivalia a um gesto de afirmação da importância da cidade. Uma publicação de 1884, pretendendo desenhar um panorama de grandeza da capital pernambucana, enumerava os edifícios mais notáveis da cidade, desfiando uma extensa lista de prédios públicos em que pontificavam os edifícios do Arsenal da Marinha, Arsenal da Guerra, Asilo de Alienados, paço da Assembléia Provincial, Casa dos Expostos, Casa de Detenção, Cemitério Público, Ginásio Provincial, Hospital Pedro II, Liceu de Artes e Ofícios, Palácio do Governo, Teatro de Santa Isabel, admiráveis obras da engenharia e da arquitetura, que penetravam sua filiação estética aos estilos europeus contemporâneos. (ARRAIS, 2004. P. 176-177)

Então, ao trabalhar na captação, adequação e difusão dos discursos “progressistas” europeus, a sociedade brasileira – recifense, em nosso caso – passou a ressignificar velhas práticas, buscando distanciar-se de uma ideia arcaica e colonial. O antigo, aqui, tornou-se inimigo da “civilização”. Longe do patriarcalismo “mourisco” do início do século XIX, a sociedade passou a diminuir os espaços entre o público e o privado. Entretanto, isto continuou a ser uma espada de dois gumes para uma sociedade como a brasileira. Já pontuamos, anteriormente, a dicotomia entre o público e o privado; no caso em questão, essas duas esferas são as que mais vão permanecer em constante diálogo. As novas práticas sociais permitiram novas formas de experiências e representações, o retrato foi uma delas, as artes as outras. Os manuais de etiqueta normatizavam as antigas práticas, mais “frouxas”. Como vestir-se, comer, falar e portar-se na rua eram essenciais para a distinção social, também no Brasil do XIX. Daí buscamos tirar as formas como as pessoas se representavam nos retratos da época. Símbolos de distinção foram essenciais também para o entendimento e busca pela identidade de diversos negros que se auto representaram nos estúdios fotográficos, como mostrou Sandra Koutsoukos (2010).

Portanto, ao retomar as aplicações dos novos discursos que fomentavam as novas práticas sociais e, conseqüentemente, moldavam as novas produções representativas, mais uma vez buscando unir Foucault (1999), Certeau (1998) e Chartier (1991), podemos perceber da seguinte forma, o homem – enquanto sujeito patriarcal – era a voz que normatizava a sociedade através de determinadas instituições, buscando controlar os caminhos urbanos atribuindo passaporte restrito aos diversos ambientes. Cada local, rua ou indivíduo passou a ter para si um papel distinto a ser desempenhado na sociedade “civilizada”. Aos demais indivíduos, sejam cativos ou não, ricos ou comerciantes, ficou atribuído o controle do olhar, a observação e recriminação da conduta alheia. Tal colocação nos leva a pensar como a cidade do século XIX

e o Recife não fugiu à regra como um “grande panóptico” onde todos, ao mesmo tempo que buscam controlar-se, regulamentam o comportamento alheio pelo olhar.

Tal perspectiva é que leva a compreender melhor as relações assimétricas estabelecidas, inicialmente, entre o público e o privado, tomando como exemplo os estudos trazidos por Marcus Carvalho (2003) e Maciel Silva (2011) sobre as limitações nas relações entre as escravas domésticas e as públicas (de ganho), colocando em constante vigilância as interações entre dois lugares opostos: o lar, resguardado das malícias e procrastinações, e a rua, tida como o local que abrigava toda a criminalidade, ócio e sexualidades que eram avessas à moral burguesa da época. Com isso, podemos ponderar ainda como, com o passar do tempo, essas relações conflituosas buscaram um melhor diálogo entre si, a partir da abertura do privado aos olhares públicos. Como veremos mais adiante, bailes, saraus e todos os elementos de publicização da vida burguesa vão ser responsáveis por novas práticas e representações da sociedade e a mulher branca vai ser um dos pontos-chaves dessa mudança discursiva. Entretanto, essas mudanças comportamentais não vão restringir-se apenas ao grupo senhorial, pois aos cativos também vão ser atribuídos papéis de controle social e, sobretudo, ao que diz respeito às práticas maternais, reverberando, por sua vez, no lugar social das amas de leite. Contudo, como se deu essa mudança na conduta social feminina?

Ao estudar o papel das mulheres na sociedade, Mary del Priore (2004) e Marcus Carvalho (2003), – no caso de Del Priore, a autora atenta-se às mulheres brancas, enquanto Carvalho investiga as relações entre senhoras e escravizadas – percebem as minúcias das relações sociais urbanas, que envolviam até uma readequação do modelo patriarcal sugerido por Gilberto Freyre (2003). Os autores mostram-nos, com clareza, como o homem toma para si o lugar de fala social e estabelece os códigos sociais determinantes para a manutenção das práticas. Às mulheres brancas, o lar, o controle dos escravizados domésticos e a manutenção da família. Aos homens brancos, a autoridade, a honra e o controle social. Tal sistema esclarece perfeitamente as estruturas que modulam o espaço urbano, desde seu planejamento arquitetônico, feito para separar e demarcar os lugares de pertença de cada grupo social, até a delimitação de quem pode e como deve se locomover por esses espaços. Desta forma, podemos, mais uma vez, perceber o poder do discurso imperar, com sua excludência, nas práticas urbanas.

Michelle Perrot (1989 e 2007), juntamente à perspectiva trazida por Del Priore (2004) e Carvalho (2003), aborda o aspecto do “fazer História” feminino. Em sua História das Mulheres, Perrot aborda a questão do “sótão” da memória, ou seja, as escritas femininas europeias que podem ser vistas como símbolos de suas vozes tão caladas. A autora parte de um estudo sobre a sociedade francesa do século XIX, mas que se torna pertinente o transplante

ao solo brasileiro pelas similaridades comportamentais exercidas pelas mulheres senhoriais durante o mesmo período por aqui. A partir da escrita de diários, livros de contabilidade doméstica e cartas a parentes, Perrot (1989) demarca o controle feminino no privado e a fabulação de suas memórias. Contudo é pertinente dizer que até mesmo a autora encaminha-se para as fragilidades dessas escritas. A moral social, determinada pela religião, impôs a essas mulheres a validade para determinados escritos arquivais femininos. As cartas e “livros de razão”, por sua simplicidade documental, tal validade não se aplica, mas aos diários sim. Eles são a concretização dos mais recônditos pensamentos femininos e por isso são “perigosos”. Michelle Perrot nos diz em seu texto como era comum a fragilidade dos diários. As mulheres, durante muito tempo, restritas ao cotidiano privado e resilientes aos deveres religiosos, eram incentivadas a escrever diários como forma de registro, além de ser um instrumento que permite o fluxo de consciência. Ali ficariam registradas coisas que muitas vezes eram somente ditas em confissão. Contudo, a partir da moralidade católica, comum na região ibérica e transplantada ao Brasil, posteriormente, muitos dos confessores também estimulavam a destruição desses mesmos diários, durante os processos de morte feminina. Simbolicamente, esta ação funcionava como uma espécie de “expição dos pecados” ali registrados. Tal dinâmica terminava por atestar a raridade de tais arquivos e a fragilidade da escrita feminina.

Claro que Perrot (2007) não chega a direcionar sua escrita diretamente às mulheres senhoriais de origem portuguesa que estabeleceram os moldes sociais no Brasil oitocentista. Entretanto, no Brasil, tal prática foi comum, ainda mais se levarmos em conta o alto grau de influência católica exercida no Brasil durante os períodos colonial e imperial. Exemplo disso permanece a princesa Isabel, registrada em diversas fontes como uma mulher extremamente católica e pia. Daí o poder das representações: se a família imperial brasileira seguia os protocolos católicos, toda a aristocracia, mesmo burguesa, buscava implementar em seu regime familiar tais práticas sociais. Sobre o modelo cristão de mulher branca honrada e virtuosa, Elizabeth Carneiro (2006) aponta que tal representação está diretamente correlacionada ao da Virgem Maria Imaculada, oriundo de discursos e processos vinculados à religião que buscavam determinar o papel da mãe de família obediente, fiel e reclusa ao lar.

Contudo, claramente não podemos afirmar que tais práticas tenham sido semelhantes às práticas das mulheres negras escravizadas durante todo o período vigente do sistema. Beatriz Nascimento (2019) aponta diretamente para as diferenças existentes entre a mulher branca e a mulher negra dentro da construção das práticas sociais no Brasil. Nascimento diz que

Devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos. Deste modo, seu papel é assinalado pelo ócio, mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio

lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população (NASCIMENTO, 2019, não paginado).

Lélia Gonzales (2019) traz apontamentos sobre a História da mulher negra no Brasil, explanando como a instrumentalização do corpo negro, em olhar especial ao feminino, foi responsável pela construção de diversas práticas e discursos formadores de esferas conscientes de estar no mundo, principalmente as mulheres que atuaram dentro do espaço doméstico. Gonzales, em seu texto crítico sobre os costumes racistas e sexistas presentes na cultura brasileira, colabora com os estudos trazidos por Nascimento em seu texto quando abre o leque de posicionamentos hierárquicos presentes na nossa sociedade. Ela aponta para as práticas sociais, desempenhadas como um hábito pela classe senhorial, que estabelece rigidamente os papéis executados pelos indivíduos, seccionados em “castas”, e que subjuga o corpo da mulher negra.

Ao buscar os primórdios da história da mulher negra brasileira, Gonzales (2019) remonta o “personagem” da *mucama*, conectando-o diretamente às empregadas domésticas. Para a autora, a mucama, a mulata ou a crioula aparece como um personagem de caráter ambíguo, apresentando linhas de atuação que levam diretamente ao desejo e às práticas sexuais, tão romantizadas por Freyre (2003) em *Casa-Grande & Senzala* e que foram tão caras à sua ideologia da democracia racial. Ao mesmo tempo, Gonzales também descobre um novo caminho, o da mulher protetora, aquela que é responsável, muitas vezes, não somente pelo cuidado da criança senhorial, mas do arregimento de toda a família: a *mãe preta*. Entretanto, ao tomar o personagem da antiga mucama, Lélia Gonzales aponta, também, para os dois lados do mesmo espelho ao dizer que “a mucama ‘permitida’, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca, porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida” (GONZALES, 2019, n.p). Assim, Gonzales, aqui, se refere às reminiscências das antigas mucamas nas práticas de trabalhos domésticos atuais. A partir disso, ela estabelece os dois lados que espelham a mulher negra na História do Brasil: enquanto *mucama*, ela é simplesmente uma mulher, objeto de desejo das práticas sexuais reprimidas socialmente pela moral, relativamente colonial, da sociedade brasileira; enquanto *mãe preta*, fonte de afeto e cuidados, uma mãe em “todos os aspectos”. Isso nos ajuda a sinalizar como eram essas mesmas práticas no passado, levando em conta que, como dito logo acima, as práticas hoje muitas vezes atuam como uma série de permanências do passado escravista.

Sobre o sentido atribuído à mulher negra ao “interpretar” a mucama desejada, Beatriz Nascimento (2019) também ressalta a objetificação do corpo da mulher negra por parte de seus senhores, ao assinalar que

A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores – situação determinada principalmente pela moral cristã portuguesa que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa, dependente economicamente do homem, e limitada quando esposa, ao papel de procriadora, com a vida sexual restrita à maternidade – fez com que a libertação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra e mestiça (NASCIMENTO, 2019, n. p.).

Por sua vez, sobre as práticas da maternidade exercida pelas mulheres negras, Lélia Gonzales (2019) diz que

A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe.
E, quando a gente fala em função materna, a gente está dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe dizem respeito para a criança brasileira (GONZALES, 2019, n.p).

Acredito que, através desses diálogos, podemos perceber as nuances que diferenciam a história da mulher branca da história da mulher negra, principalmente num contexto demarcado por práticas e heranças de um sistema marcado pela escravidão, como é o caso do Brasil. Podemos perceber, e até compreender, como se dão as relações familiares – negras e brancas –, as práticas cotidianas, a difusão discursiva e diferentes quebras de hábitos que singularmente demarcaram a segunda metade e o final do século XIX brasileiro. Contudo, mesmo com essas quebras e remodelações de hábitos, podemos perceber a permanência de valores paternalistas e patriarcais em nossa sociedade. São esses mesmos valores que continuam a enrijecer o local determinado à existência negra, pelo senhor, fazendo com que os negros permaneçam ocupando da mesma maneira os lugares semelhantes da hierarquia social, como aponta Beatriz Nascimento (2019). Isto dificulta a mobilidade social, principalmente com relação aos demais grupos de cor de pele mais clara, fortalecendo, por tabela, os processos de dominação, demarcados por privilégios raciais e que perpetuam até os dias de hoje, principalmente no âmbito do trabalho doméstico.

É por via desses pontos de relação que busco esclarecer aqui, que podemos compreender as colocações de Foucault (1999), Chartier (1988 e 1991) e Certeau (1998) na construção das práticas cotidianas e as consequentes representações da sociedade e seus personagens. Tomemos como exemplo uma residência senhorial: o senhor, como chefe de família, assegura seu poder por via do controle público e com isso seu papel nas principais instituições sociais – academias, jornais e campo médico. Entretanto, esta mesma figura masculina busca resguardar o privado e os espaços familiares dos olhares cobiçadores do público. Desta forma, a sociedade determinou limites para seus espaços: o público cada vez mais estabelecido a partir de uma ótica masculinizante e o privado a partir de um prisma mais feminino. Entretanto, complexidades foram existentes nas formas como essas delimitações sociais operaram.

Ao mesmo passo que os homens tomavam para si a organização pública, pudemos perceber, a partir de estudos como o de Luís Felipe de Alencastro (1998) e Mary Del Priore (2016) que na segunda metade do século XIX, as mulheres também passaram a adentrar em determinados espaços públicos e a exercer específicas funções sociais, ao mesmo passo que o homem, apesar do controle doméstico da mulher, permanecia sendo o chefe do lar. Contudo, uma última ressalva sobre a organização espacial do lar é necessária, no que diz respeito à “feminilidade” do lar. Não podemos de modo algum classificar as relações domésticas entre mulheres como uma homogeneidade. Na verdade, as relações femininas dentro do privado brasileiro foram demarcadas por uma série de limites hierárquicos baseados na diferenciação das raças; limites que envolviam principalmente a submissão da mulher negra, a cativa, diante da mulher branca, a senhora – como os estudos de Gonzales e Nascimento fazem ver.

Seguindo a partir dos pontos trabalhados até aqui, acredito que possamos compreender perfeitamente como a sociedade se encaixou dentro dos panoramas teóricos que buscavam entender o poder do discurso e suas representações. Entretanto, devemos regressar à compreensão do papel do progresso na construção da fala (branca) masculina e na convenção das práticas urbanas que determinaram o espaço e o cotidiano.

Quando digo que Certeau (1998) atribui ao homem a posição privilegiada da ordem discursiva e imbuiu ao discurso uma voz predominantemente masculina, é pensando no que essa ideia de progresso apresentou às cidades: o interesse pela política, a administração e a medicina como a tríade de manutenção do controle diante da cidade. São esses três elementos que, acredito, estabeleceram o controle “panóptico” – tomando licença do conceito foucaultiano – como regra subliminar para a circulação das práticas sociais. Ao tratar a sociedade do século XIX como “panóptica”, busco, de forma subjetiva, trabalhar os olhares regulatórios existentes nas cidades. Pensando o Recife, as redes sociais, estratificadas em diversas camadas, exerceram esse olhar vigilante e normatizador, em que todos ao mesmo tempo que se policiam, policiam o próximo. Assim, podemos listar, a título de exemplo, algumas instâncias de vigilância e normatização da época:

- O discurso político, responsável pelo controle social, aparecia como o patriarcado fincando seu pé e agravando a dicotomia entre o privado e o público, numa manobra de resguardar seus interesses diante do avanço “progressista”.
- Os juristas e intelectuais dirigindo o governo, mediado por novas concepções que tanto asseguravam o direito do senhor em relação ao escravo quanto por outro lado buscava avançar no combate a esse mesmo direito.

- O discurso administrativo, responsável pelo controle do espaço urbano, determinando quem tem e quem não tem acesso aos seus espaços, coagindo e excluindo a população negra e escravizada do acesso pleno às práticas urbanas experienciadas pelos senhores e pela população branca.
- Por fim, o corpo médico, responsável pelo controle dos corpos, pela absorção e práticas higienistas que, ao mesmo tempo, procurando se manter em aliança com as ideias europeias, se valeram de discursos racistas que foram difundidas no combate aos negros, valendo-se do conceito de delinquência, por exemplo, para caracterizar seus corpos à margem da sociedade. Foram os médicos, em nosso caso, um dos pontos mais relevantes para a mudança nas representações acerca das amas de leite, na virada da década de 1870, quando a amamentação passou a ser pauta nos discursos médicos.

Ter a compreensão ampla desses questionamentos nos serve para entendermos mais claramente a relação dicotômica entre o privado doméstico e o público, percebendo os lugares pré-determinados aos diversos indivíduos sociais – as mulheres brancas, os intelectuais, os escravizados. Contudo, também temos que ter em vista, uma vez mais, que o sistema escravista não era um aparato coeso. Dentro do próprio sistema, afinal, havia grupos distintos, compostos de acordo com suas funções ou aptidões.

Nesse sentido, entre o corpo escravizado também havia relações de repressão e vigilância, principalmente entre os grupos que desempenhavam atividades diversas. Às escravizadas domésticas – as amas de leite, mucamas, cozinheiras ou arrumadeiras –, de acordo com a conduta social, era vetado ao máximo o contato com as escravizadas “públicas”, as que desempenhavam atividades nas ruas e conheciam minimamente os trânsitos urbanos, entre elas as quitandeiras, lavadeiras e doceiras. Tais experiências, que foram usadas em caráter de exemplo, foram amplamente estudadas também por diversos autores como, por exemplo, Marcus Carvalho (2003) e Maciel Silva (2011). Dentro da visão aplicada por eles para a sociedade do XIX, podemos claramente ver como o poder do discurso foi essencial para a manutenção do sistema regulatório e das representações, como nos mostrou Roger Chartier (1988 e 1991) e Michel Foucault (1999). A seguir veremos um panorama sobre como atuaram as instituições no controle da sociedade, da política e do cativo, principalmente a partir da década de 1870.

2.3 AS INTITUIÇÕES E O CONTROLE SOCIAL

Para o contexto brasileiro, a institucionalização das práticas sociais pelo homem, indivíduo masculino, ao mesmo passo que obtiveram sucesso ao controlar, vigiar e determinar os trânsitos especiais, encontraram resistência na manutenção do bem mais precioso para a organização da sociedade brasileira. A escravidão, a partir da década de 1870, já apresentava fortes sinais de mudanças estruturais que culminariam na emancipação da população afro-brasileira.

Angela Alonso, ao tratar dos processos emancipacionistas no Brasil, apontou diversas alterações no sistema nervoso do cativo. Alonso nos diz que “a escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da nação” (ALONSO, 2015, p.29). Daí sua legitimidade institucional e a prática escravista como um hábito social. Tal legitimidade terminou por retardar o quanto pôde a discussão sobre a emancipação negra. Contudo, para que tal debate fosse possível, diversas instâncias tiveram que entrar no contrapeso da balança senhorial: a academia.

As academias, ou faculdades de ensino superior, obtiveram relevante sucesso durante o século XIX brasileiro, principalmente na produção de discursos que entraram em vigor durante o período. Foram essas mesmas instituições que legitimavam a postura masculinizante da sociedade. Foram as vozes saídas das Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, assim como das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, que produziram novos discursos determinantes para as novas práticas sociais a serem seguidas e, por conseguinte, as representações que daí surgissem, como nos mostrou o trabalho de Lilia Schwarcz (1993) sobre as ações das instituições no período. Gilberto Freyre (2010), que denominou os acadêmicos e intelectuais de *bacharéis*, demonstrou bem a transição sofrida pela antiga sociedade colonial, também masculina, mas moldada nos valores aristocráticos e familiares do antigo regime ibérico. Os valores coloniais eram simbolizados pelo patriarcado da Casa Grande. Já os novos valores dos bacharéis se voltavam para uma elite burguesa de homens críticos e atentos às novas normas sociais da Europa industrial; para o Brasil, a era dos sobrados. Schwarcz nos mostra especificamente como a sociedade brasileira migrou da homogeneidade da estrutura social baseada no controle do corpo negro e da terra para uma estrutura mais complexa, que reflete sobre os problemas estruturais do agora, tendo em vista alterações para o futuro. Contudo, os moldes da academia oitocentista brasileira refletiam as indicações e modas vigentes da Europa.

Com isso, o darwinismo e o racismo científico tornaram-se base para as definições de como os negros seriam tratados dentro do senso modernista que o Imperador buscava construir por aqui.

A partir da década de 1870, no Brasil, a ciência ebuliu toda uma gama de estratégias, discursos e determinações que buscaram ressignificar antigas práticas e regulamentar outras. O sanitarismo, o higienismo e a antropologia criminal foram as ferramentas encontradas por médicos, sanitaristas e leigos para acionar novas formas de categorização para corpos já há séculos “despossuídos”, como indica o termo aplicado por Elizabeth Carneiro (2006). Através do racismo científico, estudantes das Faculdades de Direito e Medicina buscavam diagnosticar delinquências, aptidões físicas e o caráter da população negra através de cálculos elaborados a partir da medição do tamanho da cabeça e a mandíbula dos negros. A partir de tais estudos praticados em aula é que os novos discursos ganhavam as portas da ampla sociedade.

Foram os médicos, por sua vez, em suas teses, que determinaram como a saúde básica da população, em específico da família e da mulher, devia ser tratada, ainda mais daquelas que eram dependentes do trabalho doméstico realizado por escravizados. Neste ponto, os médicos claramente direcionavam seus esforços para a questão das amas de leite. Dentro de todas essas linhas discursivas, podemos ponderar as diversas representações e associações feitas por esses médicos para restringir a prática das amas de leite e, por conseguinte, impor novas práticas referentes a amamentação; assim como, por parte dos intelectuais do direito, gestaram-se os discursos que buscavam normatizar a desordem como culpa de uma “incultura” dos negros. Para a medicina, assim como para a antropologia criminal, vícios e maledicências eram transmissíveis, assim como as doenças hereditárias, através do leite materno. Essas maledicências, por sua vez, eram caracterizadas como um traço genético, como mostra Schwarcz (1993) e Koutsoukos (2010). Com isso, os médicos passaram a propagar discursos “científicos” que “comprovavam” a legitimidade dos argumentos, buscando pôr fim às práticas da amamentação terceirizada, advogando em favor da exclusão do ofício das amas de leite e do exercício da prática materna pelas mães senhoriais.

Entretanto, para uma sociedade escravista, com a prática da amamentação negra já estabelecida como prática habitual em toda família abastada, poderosos embates sobre a questão da amamentação se consolidaram tanto dentro da academia como fora dela e no campo legislativo. Como podemos ver, o início da década de 1870 foi um período ímpar da História brasileira durante a segunda metade do século XIX, marcada por uma avalanche conceitual e discursiva provenientes de diversos setores sociais. Contudo, uma terceira corrente discursiva, nascida dessas mesmas instituições, penetrou as camadas existentes fora dos muros institucionais, também em favor de uma modernidade nacional, mas partida da quebra de um

dos mais enrijecidos sistemas sociais brasileiro: a escravidão. A partir de exemplos de outras nações, sejam americanas ou europeias, que aboliram a escravidão no decorrer do XIX, uma parcela da nata intelectual nacional se posicionou a favor da mudança na organização do trabalho.

O movimento emancipacionista brasileiro, mais tarde abolicionista, segundo nos mostra Alonso (2015), iniciou-se na década de 1860, quando o Brasil, durante o apogeu da monarquia, inspirou-se nas demais nações europeias e, sobretudo, os Estados Unidos, que passava pelo processo de abolição da escravatura no mesmo período, para remodelar as práticas brasileiras. Contudo, o movimento brasileiro não foi tão uniforme e centralizado como o ocorrido com outros países. Diversos autores defendem que a palavra-chave para o entendimento do movimento, no Brasil, é *gradualismo*. Tal termo justifica em os processos escalonados que o movimento passou no Brasil. A exemplo disso, temos as leis de 1871, a de 1885 que buscaram gradualmente impor um fim a longo prazo para a escravidão e a de 1888, que pôs fim ao sistema escravista brasileiro, embora esta não tenha sido completamente eficaz no que diz respeito a reorganização social e a agregação da população negra no campo da cidadania, relegando-os à margem social e as precarizações.

Sobre o tema, Alonso (2015) diz que o movimento pode ser categorizado em três fases: a das “flores”, a dos “votos” e a das “balas”. A fase das flores marca o momento quando um novo grupo emergiu das instituições, não para culpabilizar os negros pelas mazelas sociais, mas para fazê-los ingressar na sociedade de maneira igualitária. Tal fase, Alonso aponta, foi marcada juntamente por grandes mudanças de comportamentos e modernização das formas de representar-se socialmente. Os intelectuais muito mais voltados aos pensamentos iluministas que moldavam as abolições nos demais territórios escravistas da América e da Europa apropriaram-se das esferas públicas e seus espaços de convivência para dialogar com essas ideias de maneira acessível ao resto da população. As mulheres brancas e suas cativas negras, antes restritas ao lar e ao domínio doméstico, abriram suas casas para luxuosas recepções, concertos e reuniões abolicionistas, muitas vezes presididas por elas mesmas. Negras cativas e libertas circularam fazendo seus ativismos e propagandas para o projeto crescente que buscava libertar a população negra dos olhos vis da escravidão. As classes jornalísticas e artísticas também abriram suas portas para propagar anúncios, discursos e chamadas para reuniões, assim como apresentações de concertos, atos de manumissão e apresentações teatrais foram montadas nos principais teatros da cidade.

Ainda na perspectiva do olhar de Alonso (2015) sobre o tema, ao mesmo passo que a publicidade em torno do movimento crescia, a nova fase marcada pelos “votos” acelerava a

discussão dentro das esferas governamentais. O governo de anciões que rodeavam o Imperador, defensores imortais do escravismo, digladiavam entre si para impedir que as propostas ofertadas pelo bacharelado penetrassem na mente do sistema imperial. D. Pedro II, por mais magnânimo e intelectual que parecesse na sua época, por não tomar uma postura condizente ao seu posto, se curvou aos interesses ministeriais de refrear o avanço emancipacionista. Contudo, figuras como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Lima Barreto e André Rebouças, se responsabilizaram pela principal oposição ao escravismo dentro das disputas institucionais, levando, não como se pretendia, ao avanço das propostas que culminaram nas leis emancipacionistas. Contudo, não pensamos no processo abolicionista brasileiro como um movimento único e completamente vitorioso para o avanço da história negra no Brasil. Dentro deste contexto, foram promulgadas as leis do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885). Muito poderia ter sido feito e pouco foi de fato; o que vemos por trás do Ventre Livre ou do Sexagenários é a luta de uma classe tradicional, uma geração nascida nos moldes coloniais que não viam outra forma de existir além da concretização dos seus domínios, seja sobre a terra ou sobre o corpo negro. Ao mesmo tempo, o discurso progressista da época, enquanto visava a abolição, não debatia mudanças estruturais que reposicionassem o negro para fora da marginalidade. Nesse sentido, se consolidava um embate entre dois diferentes modelos sociais, um tomado a partir da noção europeia de progresso e o outro representando os valores da era colonial; ambos, porém, baseados na exploração de mão de obra negra.

Entremado às propostas plenárias que envolveram a escrita e a promulgação das duas primeiras leis, Alonso (2015) ainda determina uma última fase na progressão do movimento abolicionista, o que ela chama de “fase das balas”. Tal fase foi marcada, de fato, por revoltas armadas em todo o território, alarmadas, sobretudo, pela abolição dos territórios das províncias do Norte, Ceará e Amazonas. Não é possível dizer que essas três fases foram distintas, extinguindo uma para que outra começasse. Tais fases aconteceram ao mesmo tempo, atuando em esferas diferentes, estilos diferentes, mas sintonizadas e combativas. De fato, como a autora mesmo diz em seu texto, o movimento abolicionista brasileiro, embora não tenha consistido numa guerra civil, como no caso dos Estados Unidos, foi, sim, um dos principais movimentos sociais de grande porte de nossa história e o que de fato chegou mais perto de reestruturar a política nacional. Nesse sentido, precisamos encarar o que foi tirado do projeto (reforma agrária, inserção e capacitação do negro no mercado de trabalho, dentre outras políticas) para que a abolição pudesse ser ganha. Reverberações das ações envolvidas de ambas as partes, durante o movimento, permanecem até os dias atuais. Garantimos o acesso à liberdade e à cidadania à

população afro-brasileira, mas não garantimos acesso à educação, a terras ou a igualdade de condições sociais.

A Lei Áurea chegou em meio a última fase do movimento abolicionista, a lei, porém, que era revestida de expectativas, não trouxe nenhuma forma que garantisse de fato a cidadania aos ex-cativos. A escravidão, então, foi abolida sem nenhum “mas”, nenhum “porém”. Estava extinta; “ponto”. Com isso, pouco mudou no último ano do Império. Em 1889 novas políticas de contenção de negros e marginalização foram tomadas pelo governo, em detrimento de políticas de acesso à instrução ou a terras para os libertos. Incentivos foram criados para o estímulo à imigração ao Sul do país, em detrimento da capacitação do negro para o trabalho industrializado. Assim, a abolição garantiu uma mudança no modelo de trabalho (do escravo para o assalariado), sem, porém, garantir as transformações estruturais necessárias para a formação de uma sociedade menos desigual, principalmente no que diz respeito ao papel da população negra e, em especial, da mulher negra, no contexto do trabalho.

Ao refletir sobre isso, é interessante pensar em como as práticas de vivências da escravidão, tanto para os escravizados quanto para seus senhores, foram alteradas através dos novos discursos e implementação de novas condutas. Entretanto, percebemos que, em determinado tempo, as práticas urbanas, restritas aos escravizados, alteraram-se de forma que o acesso à liberdade foi facilitado a partir de novas formas de trabalho livre e semi-livre durante o processo de abolição que demarcou claramente a trajetória social do Brasil na segunda metade do século XIX.

A Lei do Ventre Livre, por exemplo, previu e estabeleceu o acesso formal a estas práticas ao determinar que todo escravo tinha direito, em acordo com seu senhor, de adquirir pecúlio e pagar pela sua liberdade e de seus familiares. Esse artigo previsto em lei proporcionou mudanças significativas nas rotas trabalhistas urbanas nas capitais brasileiras, estabelecendo uma dicotomia regional ainda maior entre o Norte e Sul agrário, termo usado por Evaldo Cabral de Mello (1989) para seus estudos sobre o período. Sylvana Brandão (2018), ao estudar o processo da Lei do Ventre Livre em Pernambuco, detectou que, na província, a transição para o trabalho livre foi bem mais fluido do que em outras capitais brasileiras e a corte. Brandão nota que tal fenômeno ocorreu devido ao grande trânsito de venda de escravizados para as regiões cafeeiras e, para os que permaneciam em Recife, por exemplo, o acesso ao pecúlio e, conseqüentemente, à liberdade foi bastante facilitado.

Entretanto, Pernambuco por si não era uma província em que o abolicionismo era um pensamento hegemônico. No parlamento, grande foi a resistência dos políticos pernambucanos para os argumentos previstos nas leis emancipacionistas – 1871, 1885, 1888 –, principalmente

no que dizia respeito à manutenção da economia nacional. A questão da mão de obra e como a lavoura lidaria com o fim da escravidão, estremecida pela possibilidade de uma redistribuição de terra sem indenização, terminou por contrastar os interesses sócio-políticos do Império, arregimentados por uma elite agrária, e a ameaça constante da perda das pernas e mãos que sustentavam a lavoura, como aponta Cabral de Mello (1989). Os parlamentares, que ao perceber os caminhos que a emancipação tomava, aderiram aos incentivos governamentais para a imigração europeia. Além disso, eles não previram a manutenção dos libertos em suas terras e a capacitação deles ao trabalho livre, assim como a problemática de inserção do cativo idoso na sociedade, principalmente a partir da Lei dos Sexagenários (1885), como abordou Joseli Mendonça (2008); “previram”, porém, um drástico aumento da vadiagem e do ócio por parte dos libertos, diagnosticando a liberdade como um ônus ao patrimônio nacional. Vale lembrar que tais argumentações inseridas sobre a inserção e condução da população negra no trabalho partem das mentalidades constituídas nos debates sobre a abolição no período, como trabalhado pelos autores acima citados.

Nesse sentido, uma das concepções mais trabalhadas durante o século XIX, a partir dos debates da liberdade, era de que os libertos não trabalhariam mais, a não ser que continuassem sendo “conduzidos” a tal, como também apontaram Maria Helena Machado e Flávio Gomes (2018). Assim, podemos perceber nessas colocações que esses pensamentos difundidos diante da assembleia repercutiam muitos dos conceitos trabalhados e ensinados nas academias de direito e medicina, mais uma vez buscando justificar a incapacidade e a inferioridade do negro, a partir dos parâmetros raciais.

Trabalhando, também, o contexto pernambucano, Celso Castilho (2018) aponta para a problemática do abolicionismo, ainda em tempos pré-1871. O historiador argumenta que Pernambuco já despontava na discussão pública sobre a abolição, apesar das fortes resistências encontradas dentro e fora da província. Apesar do grande fluxo de extração de mão de obra escrava de Pernambuco, a abolição aqui, para Castilho, aconteceu de forma lenta e gradual, chegando ao ápice em 1880, quando, de fato, as discussões sobre o fim da escravidão tornaram-se mais coletivas na província. Outro ponto que o autor aponta para uma maior “aceitação” do processo emancipacionista foi o fundo de emancipação estabelecido pelo governo provincial para a conclusão da transição do modo de trabalho em cinco anos.

Já Lorena Telles (2021), ao se introduzir nos estudos sobre o período, argumentou sobre os reflexos do período emancipacionista dentro do contexto doméstico, retomando a ideia de que, ao mesmo tempo que toda a discussão sobre a abolição fervilhava dentro e fora do parlamento, o corpo médico buscava dar fim às práticas escravistas que envolviam a

amamentação e a criação da criança por parte das mulheres negras. Contudo, a sociedade senhorial não estava preparada para quebrar com antigas tradições. Em seu texto, a autora aborda a perspectiva de que a partir da década de 1880, com o avanço das tramitações para a liberdade, os senhores esperavam que os libertos em geral, mas principalmente as mulheres negras, permanecessem sob seu controle, mesmo após a abolição. Elas seriam tratadas como criadas, e essas mulheres, recém-saídas do cativeiro, seriam uma espécie de “elo” entre o passado e o presente, nos processos de controle trabalhista exercidos pela família branca. Isso implicaria na criação de novas práticas de controle dos corpos femininos e negros, talvez não mais “despossuídos” por completo, mas através da ressignificação das práticas do trabalho doméstico livre.

Telles (2021), ao apontar o trabalho de Maria Helena Machado em seu texto, diz que a autora ainda percebe nestas formas de trabalho doméstico, construídas à base de relações dependentes e inseguras, por parte dos senhores, nuances que de certa forma estabelecem condutas baseadas na cobrança de “troca de favores” e do apelo aos cuidados dispendidos “amorosamente”. Tal percepção de Maria Helena Machado sobre o trabalho doméstico do período, trazida por Lorena Telles, em seu texto, é pertinente porque nos remete diretamente a ideia da “doméstica fiel”, a “cria da casa” fortemente vinculada à família, como imaginada no trabalho de Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (2003).

Contudo, como trazer todas essas amplas discussões sobre liberdade, legislação e práticas sociais para a questão das representações das amas de leite? Podemos ter em mente que, mesmo que se trate de uma categoria do sistema, as amas de leite tiveram discursos normativos e representações constantemente atreladas às suas práticas. Marília Ariza (2021) aponta em seu texto as particularidades das representações sobre as mães escravizadas, suas crianças e as discursões sobre a liberdade do ventre. A autora argumenta que, à mulher negra não era atribuído sentido ao seu corpo, mais uma vez utilizando o termo trabalhado por Elizabeth Carneiro (2006), um “corpo despossuído”, onde sua condição materna não era legitimada pela sociedade. O não pertencimento do corpo da mulher negra foi objeto de discussão em diversas instâncias intelectuais da sociedade. Os espaços ocupados pela literatura, artigos médicos e demais representações culturais e religiosas, durante as décadas de 1870-80, dedicaram-se a substanciar a interdição da maternidade negra, tida como aparato “nuclear” da família senhorial. Todavia, ao não ser mais contestável a libertação do ventre, as mesmas famílias trataram de impor e ressignificar o “direito” aos corpos através da não separação da família escrava, mais um ponto previsto em lei a partir de 28 de setembro de 1871. Desta forma,

a partir do *Ventre Livre*, as representações da mãe escrava tornaram-se pauta única para as representações da mulher negra, na segunda metade do século XIX.

Podemos perceber então, a partir das colocações de Marília Ariza (2021), como as práticas emancipacionistas a favor da liberdade da população negra se valeram de duas representações fortes e repleta de simbolismos, a mãe e a criança, brancas e negras. Representações estas amplamente difundidas e extensivamente trabalhadas durante todo o findar do século XIX. Mas como pensar na manutenção de tais práticas escravistas e do papel da mulher negra dentro do ambiente doméstico a partir de um “hábito social”, colocando a escravidão e suas relações como sendo parte do que se entendia por sociedade no Brasil do século XIX?

2.4 AS REPRESENTAÇÕES E O HABITUS

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1994, p. 23).

A partir do caminho traçado até aqui, podemos perceber como o discurso, as práticas urbanas e as representações elaboradas por elas partiram dessas “tecnologias” que basearam a ideia de progresso. Partindo do conceito trabalhado por Norbert Elias (1994) na citação que abre esta parte, passaremos a denominar “o progresso” de “civilização” ou o “processo civilizador” por qual passou a nossa sociedade, compreendendo que a noção de “civilização” prevê noções regulatórias sobre “progresso”.

A partir dos estudos trazidos por Schwarcz (1993 e 1998), Freyre (2010) e Arrais (2004), podemos perceber como a ideia de “civilizar” a sociedade, dentro dos preceitos sociais e até econômicos da segunda metade do século XIX – lembremos que a Inglaterra já passava pela segunda revolução industrial e a França era grande fornecedora dos manuais de etiqueta – estava em voga, também, no Brasil. Segundo Sandro Vasconcelos da Silva, “o século XIX pode ser considerado o apogeu da ideia de civilização moderna com a cientificização das sociedades, sobretudo a europeia” (SILVA, 2011, p.215). A partir disso, podemos entrever como as grandes cidades escravistas brasileiras, como aborda Marcus Carvalho (2018), foram as primeiras a experimentar essa difusão discursiva para padronização social, ou a europeização brasileira, sendo clara, agora, a dicotomia entre o espaço urbano e o rural.

O principal ponto que torna o Brasil um caso exemplar nessa busca pelo reconhecimento como uma nação “civilizada” foi a política imperial que buscava se alinhar aos métodos sociais

européus. O país tinha grandes problemas que procurava resolver para que o Império fosse visto como uma nação civilizada. Um desses pontos era a sua relação com a escravidão. Koutsoukos (2010), Schwarcz (1993 e 1998) e diversos historiadores abordaram como o império se armou de um projeto civilizador que buscou “reparar” esses buracos. Desde a produção de uma história nacional encomendada a Adolfo de Varnhagen, por D. Pedro II, ao movimento intelectual, discursos e, conseqüentemente, representações foram elaboradas sobre a soberania nacional e seu povo. Quanto à escravidão, o papel secundário, se podemos dizer assim, atribuído ao negro na construção do Estado, não permitiu aos afro-brasileiros figurar, também, como protagonista ao lado do indígena em tal projeto. Exemplo disso é o Movimento Indianista que movimentou as artes brasileiras do século XIX e tendo como patrono José de Alencar, ferrenho opositor da Lei do Ventre Livre, por exemplo. Peças, romances, pinturas e óperas foram compostas em honra e elevação dos antepassados indígenas que “ajudaram” na formação da nação brasileira. Contudo, a partir da década de 1870, o negro passa, também a figurar no espaço público, como parte integrante da sociedade brasileira, a partir da militância do movimento emancipacionista. Com isso, pensar a escravidão inserida dentro do habitus social é refletir o sistema como fio condutor da economia latifundiária e pilar para o alicerce que sustenta a hierarquia social brasileira. A partir disso, o grande questionamento que se fazia pertinente para aquela sociedade era como “justificar” o contínuo uso da mão de obra escrava, mesmo diante das novas revoluções tecnológicas.

A construção de representações que “amenizassem” tal defeito de caráter imperial foram extensivamente elaboradas e difundidas massivamente, tanto em território nacional quanto no exterior. Em nossa sociedade, a grande produção discursiva, a constante busca pela verdade, como nos diz Foucault (1999), por diversas camadas e setores sociais, abriram um enorme paradoxo. Ao mesmo tempo que o poder político acirrava-se nos debates sobre a abolição e a manutenção da escravidão, médicos que defendiam o higienismo social combatiam ferrenhamente todas as atribuições desempenhadas por negros e viam na abolição um problema social. Todavia, enquanto o público digladiava sobre o que se faria com a população negra, o privado buscava assegurar a construção de uma imagem sedutora, que buscasse atribuir à escravidão um outro olhar, mais ameno diante das demais nações que passavam a condenar o Brasil por ser o último país americano a permanecer na dependência de escravizados. Notamos aqui que a escravidão, para grande parte das grandes nações, já era vista como atraso social e sinônimo de incivilidade.

Em meio a tantos discursos paralelos circulantes pela grande sociedade é que vemos como as representações desempenharam papel fundamental tanto para a manutenção quanto

para marginalização das práticas escravistas. Como abordou Alencastro (1997), as imagens de amas de leite, por exemplo, buscavam elucidar, para quem as observava, um *afeto* ou até um *respeito* por aquela mulher que, muitas vezes, era referida como “da família”. Esse foi o poder do discurso emanado e projetado pelos retratos e as suas contínuas representações para além do que está gravado na imagem, mais uma vez unindo aqui as ideias de Foucault (1999) e Chartier (1988 e 1991). Entretanto, como perceber o papel desempenhado por essa amalgama discursiva na construção do *habitus* social?

Norbert Elias, ao trabalhar seu texto *O Processo Civilizador* (1994), busca compreender os processos que estabelecem e dão forma à sociedade de corte, levando em conta as práticas cotidianas e particulares da aristocracia e da nobreza, assim percebendo como a corte é repleta de produções discursivas e vastas representações sobre si. Para o Antigo Regime, a nobreza e a realeza eram exemplos de conduta e protocolos inalcançáveis a camadas sociais mais baixas, mas que legitimavam a autoridade exercida por reis – o direito divino da realeza parte desse mesmo molde –, permitindo representações plurais sobre o executor do poder do estado. No caso brasileiro, a sociedade colonial foi erguida sob prismas que defendiam a autoridade real e a regulamentação familiar a partir do discurso religioso. Se pensarmos nos antigos engenhos, como nos descreveu Gilberto Freyre (2003), podemos ter ideia de uma estrutura completamente hierarquizada, simbolizada pelo poder emanado da casa grande.

Ao transplantar a sociedade de corte, trabalhada por Elias, para a organização latifundiária do engenho, podemos compreender o senhor de engenho como autoridade máxima do seu “mini estado”, sua família e aparentados, condicionados as práticas de vassalagem da antiga nobreza, e os escravizados, a população que seguia o poder régio da casa grande a partir das rédeas da submissão. Tal pensamento pode justificar as práticas autocráticas que constituíram o *hábitus* da família senhorial. O interessante é pensar que, durante as décadas imperiais, pouco dessa estrutura senhorial foi alterada, embora a perspectiva de controle social partisse de diversas instituições – a exemplo da própria família imperial que exerceu grande papel na modelação familiar brasileira do século XIX. Entretanto, a família nuclear, em seu âmago, buscou preservar muito das práticas sociais que a definia como “família tradicional”, a “aristocracia brasileira”. São esses hábitos, essas práticas e discursos resguardados pelas grandes castas brasileiras, por exemplo, que determinam os hábitos tido como “inerentes” à classe pertencente, conceitos definidores do local ao qual uma pessoa pertence. Por isso, Elias (1994) nos leva a compreender, em seu texto, que o *habitus* funciona como o conjunto de códigos definidores de um indivíduo ou uma determinada classe. Ou seja, ao mesmo passo que um indivíduo/classe se define/representa através de práticas específicas, também busca

definir/representar o próximo. O importante, para Elias, é perceber que esse movimento cíclico, ao passar do tempo, é absorvido pelas práticas e discursos cotidianos, passando a ser considerados como “inerentes” ao grupo ao qual você pertence.

Contudo, esse esquema se dá dentro de um processo que Elias chama de “civilizador”, e podemos perceber como, no contexto brasileiro do XIX, tal processo buscou reconfigurar as práticas sociais a partir de novos códigos que viabilizassem a entrada do Império dentro do grupo uniformizado através de práticas disciplinadoras “superiores”. Então, podemos perceber a ideia do “progresso” como um sistema globalizado de normatização social. Sendo assim, quem não seguisse tais práticas, seria posto a margem do que se pretendia ser “civilizado”. Desta forma, códigos normatizadores sobre os maneirismos sociais, o portamento em mesa, a fala, o dançar ou o vestir-se, foram distribuídos de forma globalizada e, aparentemente, em comum acordo como práticas sociais que definiam as representações da alta classe.

Nesse sentido, Schwarcz (1998) aborda como o Império construiu para si uma representação que assegurasse a inclusão do Brasil dentro dos códigos europeus de civilização, emergidos como centro do mundo. Tal prática não buscou apenas alterar e distanciar a nação de um passado colonial, moldado ao estilo feudal que a Europa apagava, mas, também, buscou amenizar a influência africana presente no Brasil ao apropriar-se de ritos e códigos culturais, estabelecendo-os como identidade nacional. Ao tratar desse processo de assimilação cultural a partir desse “processo civilizador” no Recife, Sandro Vasconcelos da Silva (2011) indica que as

Aspirações de ordem, progresso e civilização conduziram os desejos das classes dominantes brasileiras para a criação de uma nova sociedade, ganhando força no período do segundo reinado com a intensificação das inovações materiais visando a modernização da estrutura cidadina e consecutivamente a normatização e o refinamento do comportamento de seus habitantes, sobretudo das classes dominantes (SILVA, 2011, p. 215).

O autor diz “sobretudo das classes dominantes” pois é claro que a ideia de civilização era voltada para a reafirmação do poder normativo pela classe senhorial, mas é importante perceber que essas mesmas regras visavam, também, a reafirmação da dominação sobre as classes mais marginais; no nosso caso, os escravizados. Aos cativos também foram determinados limites de convívio e comportamento. Por isso, ao longo do texto, foi constantemente referenciada a dicotomia entre o público e o privado. No entanto, vale lembrar que a transição desses comportamentos não se deu de forma homogênea, rápida e ampla, e que, mesmo dentro das classes dominantes almejantes e promotora das mudanças, havia sinais de resistência dos novos hábitos (SILVA, 2011, p. 216).

Esse foi o grande dilema enfrentado por esse “processo civilizador” que o Império tentou implantar no Brasil, porque, embora a classe senhorial tomasse as novas formas de comportamento – o *habitus* para Elias (1994) – como autênticos de sua casta, não permitiu-se que a mudança comportamental e discursiva penetrasse completamente na coluna do seu corpo social. A escravidão, pivô de diversos discursos e representações durante o correr do período, embora fosse considerada uma “anormalidade” dentro de um sistema civilizado, era visto, no Brasil, como passaporte para o status de “nobreza” da terra; era a afirmação de poder através do exercício de dominação. O grande dilema da sociedade brasileira da época: representar-se civilizado sem perder o controle do poder que determinava as suas práticas sociais. Portanto, podemos assim compreender as questões que levaram a classe senhorial a reafirmar seu *status quo* a partir de singelas fotografias de seus filhos com suas amas de leite, por exemplo. Deste modo, podemos, então, compreender a sociedade brasileira edificada a partir de um ciclo indissociável entre *discurso – práticas urbanas – representações – habitus*.

Mariana Muaze, ao trabalhar o conceito de *habitus* no contexto das relações entre as amas de leite, seus senhores e a questão da amamentação, em seu texto *Maternidade Silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX* (2018) afirma que

a figura da ama de leite e a prática social da amamentação por escravas negras, largamente disseminada no seio da classe dominante, auxiliaram na configuração do *habitus* senhorial, uma segunda natureza, na qual os futuros senhores, desde a mais tenra idade, experimentavam relações escravistas no seu cotidiano e intimidade (MUAZE, 2018, p. 361).

A partir disso, ao nos debruçarmos no exemplo dos retratos das amas de leite, percebemos na representação olhares originários de diversas fontes – o senhor, o fotógrafo, a criança e a própria ama, embora esta não tenha sido permitida meios de acesso à livre produção de seu discurso – e que demonstram claramente o exercício da dominação senhorial sobre o corpo negro, desde a postura ereta da criança ao livre toque em um braço ou ombro da ama. Ou até mesmo, de certa forma, a postura austera e de respeitabilidade impressa na fisionomia da ama, encontrada em muitos desses retratos. É interessante perceber os limites não só discursivos, mas de dominação, que emanam de uma simples imagem, ao mesmo tempo que, para a época, certa “sensibilidade” também era evocada na feitura das imagens.

Foram a partir das práticas urbanas estabelecidas socialmente que o indivíduo social – o homem, para Certeau (1998) – buscou concentrar suas perspectivas normativas na invenção do cotidiano social. Com isso, podemos perceber as tênues linhas que constroem as práticas urbanas, por sua vez, a partir de uma série de processos discursivos, dos exercícios de

dominação dos corpos negros, da reafirmação do controle senhorial e da manutenção da ordem familiar.

Tomando o exemplo dos retratos de amas de leite, podemos, segundo Muaze (2018), pensar como tais relações, que podem ser lidas como paradoxais, são na verdade a confirmação de um hábito construído à base dos longos séculos dominação senhorial experienciado tanto dentro das residências quanto nas ruas. Muaze, ao enfatizar a relevância de compreender as estruturas de dominação social através das amas de leite defende que

Estudar as amas de leite escravas proporciona pensar o limite de uma dinâmica privada que concentrava uma miríade de sentimentos constituinte da relação senhores e escravos no âmbito doméstico. A elas eram permitidas a convivência e a participação direta na vida senhorial, sem tampouco modificar seu *status* de propriedade e a condição de violência física e simbólica a que todo escravo estava submetido (MUAZE, 2018, p. 362).

Portanto, se essas miríades de sentimentos nos espelham relações que podem ser lidas como “paradoxais” é devido a uma série de práticas que envolveram a dominação do corpo da mulher negra ama de leite, baseadas em processos contínuos de gratificação e punição, dentro do lar senhorial. Mariana Muaze (2018) mostra o seguinte: as táticas de dominação senhorial eram muito mais refinadas do que normalmente se percebe, principalmente no que compete pensar as relações domésticas. Para as mulheres negras que ficavam a maior parte do dia subjugada ao olhar punitivo de suas senhoras, o “afeto” recebido pelo “bom comportamento”, por menos que pudesse parecer a olhos “desatentos”, se fazia muito eficaz enquanto prática de dominação, principalmente para o contexto de um país que buscava representar-se civilizado e ao mesmo tempo lutava por construir uma representação da escravidão que de alguma forma a justificasse dentro do mundo moderno.

Logo, se pensarmos através do viés proposto pelo conceito do *habitus* de Elias (1994), sobre o conjunto de ações irreflexivas e internalizadas como “naturais” da sociedade, é possível compreender a forma como as representações reafirmavam o discurso escravista ao mesmo passo que buscavam modificar as práticas sociais, mediante o processo civilizador. Assim, o *habitus* age no processo de naturalização de discursos e representações que formam a tessitura da vida cotidiana.

Entretanto, se o recurso às amas de leite para amamentação das crianças podia resultar de um *habitus* senhorial disseminado como prática social legitimada, a partir da década de 1870, no Brasil, os discursos médicos vão percorrer todo o Império numa tentativa de alterar e redefinir práticas, modificar representações e, assim, edificar um novo hábito social, baseado nas alterações na prática da amamentação. Portanto, como o papel atribuído pelas amas de leite

contribuíram, ou não, para a manutenção desse *habitus*? Como discursividades operaram em relação a essas práticas? Como já vimos anteriormente, o papel da medicina sanitarista e a sua prática na medicina social foi uma força significativa para a mudança de chave nas representações das amas de leite. Em seu combate contra as práticas de amamentação, através do recurso das amas de leite, os médicos produziram discursos que iam diretamente contra o *habitus*. Mais uma vez tomando como base o texto de Mariana Muaze, vemos que ela argumenta que

No discurso médico, a amamentação por amas só seria aceita para garantir a sobrevivência do recém-nascido na ausência ou impossibilidade da mãe. A narrativa que se fortalecia não preconizava somente uma mudança na visão da mãe, vista como figura central na educação e instrução dos futuros cidadãos do Império (MUAZE, 2018, p. 371).

É visível o intuito discursivo, por parte dos médicos, de redefinir as representações do papel da maternidade da mãe branca, em detrimento das representações das amas de leite, por conseguinte, da mulher negra, deslocando-a do papel de mãe. Como vimos anteriormente, ao mesmo passo que a medicina social avançava na sua ofensiva contra a mulher negra e seu papel como mãe, outros discursos, como por exemplo o abolicionista, visavam a defesa da maternidade da mulher negra e o papel da criança negra para a manutenção dos valores do que podia, para época, ser considerado como família. Tal explanação serve para manter fresca em nossa mente a complexa rede de discursos, práticas e representações que definiram nossa sociedade em seus diversos setores. O complexo, nesse caso, é pensar os cruzamentos entre essas redes no mesmo espaço temporal. Contudo, voltemos à questão das representações acerca das amas de leite e as alterações dos hábitos sociais.

Percebemos, a partir de tais discursos que visavam a alteração de práticas já tidas como “inerentes” à nossa sociedade e, conseqüentemente, uma completa modificação da rede de representações acerca das amas de leite. O “X” da questão dessas alterações estava na transmutação da visão “afetuosa” e “generosa” da ama de leite, sintetizada em seu papel dentro da estrutura familiar branca e que buscava, por parte de um controle social maior, manter-se como uma abrandamento da condição servil diante do mundo civilizado em uma completamente oposta. Numa tentativa disciplinar de alteração das cordas sociais, a medicina social buscou inculcar na sociedade representações que buscavam destruir o discurso corrente e que lhes dessem o controle de construção do *habitus*. Para os médicos, as amas de leite eram “negras africanas, estúpidas, cheias de vícios, sem carinho”, como Mariana Muaze (2018) exemplifica, em seu texto, a partir de citação tirada da edição de 1879 do periódico médico “*A Mãe de Família*”.

Todavia, Muaze complementa que “no ambiente privado, falava mais alto o *habitus* senhorial escravista pautado em relações sociais discricionárias, autoritárias e hierárquicas” (MUAZE, 2018, p. 372). Nesse sentido, considero importante que, enquanto os discursos médicos visavam marginalizar as amas de leite e quebrar os hábitos de amamentação via amas de leite, os retratos, os anúncios que comercializavam seu leite e demais representações provenientes de diversos discursos propagados, funcionavam como tecnologias de manutenção do próprio *habitus*. Contudo, independente das diretrizes discursivas, a dominação sobre o corpo negro, em específico, o da mulher negra, era mantida.

Acredito que refletir sobre os pontos trazidos por Michel Foucault (1999), Roger Chartier (1988 e 1991), Michel de Certeau (1998) e agora Nobeit Elias (1994), ajudou a compreender, parcialmente, as formas em que a sociedade foi moldada, no contexto brasileiro. Assim, pudemos perceber o papel do discurso na construção das práticas sociais e suas representações, atentando para uma construção do cotidiano. A partir daí, pudemos pensar em como essas mesmas práticas cotidianas foram consolidadas através do novo *habitus*, aquele que buscava direcionar a sociedade a uma noção estática de “civilização”.

Fazer essas interconexões conceituais serviu para compreender como a sociedade brasileira, com atitudes vorazes, buscou afastar-se de um *habitus* colonial, revestindo-se de novas cores, adaptando para si um “processo civilizador” que buscava demarcar o período imperial, porém, guardando no privado do lar os vínculos com o tradicionalismo, representados na manutenção da escravidão. Deste modo, entendemos como esse processo foi importante para a sociedade imperial, principalmente a partir da década de 1870 quando o sistema escravista entrou em pauta não só com os debates sobre o direito à liberdade aos negros, mas, antes disso, em como manter os corpos negros sob domínio dos senhores.

Serve-nos, ainda, pensar mais diretamente nos costumes da corte brasileira, que buscando-se intelectualizada, buscou defender o sistema de cativo promovendo discursos que beirassem a naturalização de tais práticas, involucradas de suposta humanização, como D. Pedro II, ao se projetar como o pai da nação e um intelectual do seu tempo, fez ao atribuir ao *habitus* brasileiro novas cores, fazendo dele “O Magnânimo”, assim como D. Isabel foi tomada ao ser nomeada “A Redentora” pelo suposto trabalho feito em favor do povo negro. Aí está o poder do discurso e a ação das representações que estruturam o *habitus*.

Pensamos, em relação às casas senhoriais, como as famílias mantiveram a conduta social de se preservar das maledicências da rua, do progresso. Podemos ver aqui a revolta do antigo contra o novo, o colonialismo senhorial e a civilização com suas novas tecnologias. Nesse processo, refletimos sobre como as amas de leite foram postas em centro de diversos

discursos, contraditórios, e que diante de uma sociedade em constante movimento, como a da segunda metade do XIX, obtiveram representações contraditórias atribuídas a si, enquanto suas próprias representações sobre si eram suprimidas pela ordem do discurso.

Por fim, trazer novas janelas abertas para os estudos da escravidão, principalmente no que compete a compreensão das suas representações é, também, trazer um outro olhar para os processos de dominação vivenciadas pela população negra dentro das casas e na sociedade em geral. Tomamos como personagem central o grupo das amas de leite, que ao mesmo tempo eram “reverenciadas” no seio da família senhorial nas inúmeras fotografias, mas que também tinham seus corpos publicados em linhas jornalísticas, comercializando sua maternidade e as apartando de seus filhos, sem contar com o discurso médico que buscou ferrenhamente pôr fim a séculos de prática de amamentação por amas de leite, por meio do racismo, marginalização e difamação do corpo da mulher negra e do seu lugar de mãe. Dentro do cotidiano doméstico, mas intensamente debatidas em discursos que produziam verdades na esfera pública, o domínio das amas de leite foi central na construção do habitus senhorial, e as noções de progresso da época agiram frequentemente sobre as práticas atribuídas a elas. Assim, estudar as amas de leite, como demonstrado, é um caminho também para articular como representações se articulam à ordem do discurso, construindo um cotidiano naturalizado pelas práticas dos sujeitos.

3 ESCRAVIDÃO FICCIONADA: REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NA LITERATURA

Embora sua descrição esteja presente tanto na fala de curiosos senhores e viajantes europeus quanto em ricas e detalhadas narrativas de médicos, juristas, policiais, figurando também nos anúncios de compra, venda e fuga de escravas, é a ficção do século XIX (nela incluídos romances, contos, poesias e peças teatrais) o lugar privilegiado para o estudo de uma série de imagens produzidas durante a escravidão (XAVIER, 2012, p. 67).

Como pudemos compreender a partir do capítulo anterior, o século XIX no Brasil foi emoldurado por uma sequência de projetos governamentais desenvolvidos para revestir a nossa sociedade de acordo com um padrão europeu de civilidade. Seja na organização familiar, política ou acadêmica diversos setores da organização nacional brasileira foram viesados por esses projetos. Dentro de uma ideologia civilizacional, as letras e, por conseguinte, a literatura desempenharam papel fundamental na capacitação da população para a experiência da nova forma de estar em sociedade que se buscava imprimir no Brasil.

Romances, contos e poesias foram ferramentas essenciais para uma maior penetração do público dentro do ambiente privado, buscando estabelecer o diálogo através da publicização de cenas do cotidiano familiar. Contudo, as produções literárias do Brasil surgem como materiais de conscientização social, trazendo em suas palavras aspectos e valores da vida burguesa trabalhados em excessos estilísticos que se articulavam com tendências de obras europeias de autores como Gustave Flaubert, Victor Hugo e Lord Byron. O sentimentalismo e a impossibilidade de um amor plenamente experienciados seriam temas presentes na literatura brasileira, principalmente a partir de obras de autores como Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães, Machado de Assis e até mesmo José de Alencar. Uma das marcas da literatura brasileira do século XIX foi as adversidades amorosas a partir dos desequilíbrios sociais presentes em nossa sociedade, e a escravidão também serviu como janela para a construção do panorama social. Dentre os desequilíbrios retratados estão a relação senhor-escravo e os desdobramentos de uma miscigenação racial presente no contexto da sociedade brasileira, como argumentou Giovana Xavier (2012) em seu texto sobre a representação da mulher escrava na ficção carioca.

Mary del Priore (2004) e Michelle Perrot (1989 e 2007) apontam, em seus textos sobre as práticas femininas, para o papel desempenhado pela literatura como uma prática social primordialmente direcionada às mulheres da elite burguesa, em contraponto às discussões políticas e comerciais vinculados ao periódico, que eram mais voltados ao público masculino. O século XIX no Brasil também foi marcado pelo crescimento intelectual e instrutivo das

mulheres, principalmente as brancas, futuras senhoras da elite, distanciando-se cada vez mais das ideias de educação básica perpassadas para as mulheres do lar como herança de uma colonialidade portuguesa. A princípio, os folhetins que disputavam espaço nos jornais com anúncios de compra e venda de amas de leite, carregadores, cozinheiras e demais categorias de trabalho doméstico, somados aos informes de fuga de cativos, foram destinados a suprir a crescente demanda de leitoras para tal gênero. Portanto, durante muito tempo, antes da primazia dos livros editados e distribuídos por grandes editoras, os mesmos periódicos destinavam parte de suas páginas para os olhos burgueses femininos, trazendo diariamente capítulos repletos de amores tórridos e impossíveis, cheios de intrigas e morais conscientizadoras das práticas virtuosas, além de discursos reguladores da moral designada aos diversos grupos e suas práticas.

Sidney Chalhoub (2003), em seu trabalho que aponta Machado de Assis como um historiador do seu tempo, assinala uma série de críticas e até mesmo contextualizações dos embates político-sociais presentes em suas obras, que enervaram a sociedade brasileira do período. Chalhoub aponta o mesmo sobre as obras de José de Alencar, embora, no caso deste segundo literato, o argumento seja praticamente o oposto desenvolvido por Machado. Em um rápido resumo, o historiador trabalha justamente para percebermos o papel relevante que a literatura obteve para a difusão dos discursos sobre o sistema escravista e suas práticas, juntando-se à imprensa, às imagens e às cartilhas médicas para a formação do corolário discursivo sobre o papel, os malefícios e os benefícios da manutenção do sistema do cativo. Desta forma, ler os romances escritos durante o período da segunda metade do século XIX brasileiro é pensar nos discursos da época que estruturaram as representações ficcionais.

É com isso em mente que trago como objetivo deste capítulo o estudo das representações da mulher negra na literatura brasileira do século XIX, atentando para, além do enredo, as discussões sociais estabelecidas no texto, que se articulam com a escravidão e o período político-social da época. Embora as amas de leite não tenham sido um personagem corriqueiramente presente nos romances, a mulher negra e o trabalho doméstico foram trabalhados amplamente pela literatura. Tendo isso em vista, abordar as representações literárias da mulher negra e trabalhadora doméstica é uma maneira de entender as dinâmicas interraciais presente dentro das casas senhoriais. Como vimos no capítulo anterior, diversas esferas institucionais atuaram na construção da normatividade social e na construção, reformulação e quebra de uma série de representações da mulher negra. Compreender as práticas cotidianas e como a família atuou na troca discursiva através tanto da assimilação quanto da vigilância desses discursos, além do exercício do controle do lar e do trabalho, nos

permite adentrar as noções que moldaram a imagem da mulher negra e, conseqüentemente, das amas de leite, como trabalhadoras do doméstico.

Desta forma, antes de nos adentrarmos diretamente nas representações sobre as amas de leite, tema central da pesquisa, é imprescindível submergirmos primeiramente na casa senhorial. O entendimento de como a escravidão operava no interior das casas, estabelecendo relações hierárquicas, divisórias entre a sala e a cozinha e até mesmo as alcovas, nos permite um maior esclarecimento sobre as representações da mulher negra na intimidade do lar. A observância dessas representações e sobre como o próprio trabalho doméstico era visto nas casas nos permite investigar as diferenciações racistas impostas discursivamente sobre a mulher branca e a negra. Os papéis desempenhados pela mulher negra socialmente nas casas senhoriais é o que vai nos oferecer as janelas de compreensão sobre as representações das próprias amas de leite, mulheres negras, domésticas, também inseridas dentro do cotidiano familiar senhorial. Por isso, abordar representações da mulher negra escravizada na literatura vai nos encaminhar para o entendimento de como os vários discursos, incluindo o próprio discurso familiar, se manifestaram nas representações do cativo doméstico. Ao abordar a mulher negra, afinal, a literatura do século XIX dedicou boa parte de suas páginas a conflitar diferentes visões sobre as relações interracialis com os senhores brancos, dinâmicas de punição no ambiente doméstico e outras questões que passaram a ser parte do corolário normativo da casa burguesa, lugar de excelência da atuação das amas de leite. Assim, entender a casa senhorial – e o sujeito negro inserido na dinâmica dos senhores – é um ponto de acesso imprescindível para investigar as amas de leite.

Nesse sentido, é importante compreender que as representações das amas de leite não são produzidas de forma isolada. Elas aparecem de forma interligadas às demais representações sobre o cativo, sobre outras escravizadas e sobre a mulher branca. Mapear as representações das mucamas, cozinheiras ou demais atribuições domésticas é buscar perceber como elas são trabalhadas e se influenciam mutuamente. Afinal, as amas de leite também atravessam as atividades domésticas, fazendo parte das práticas de controle exercidas pelos senhores sobre o trabalho doméstico. Nesse sentido, elas tanto estão inseridas dentro do grupo das domésticas como, muitas vezes, são tratadas distintivamente em relação ao mesmo grupo, com suas representações ora sendo conciliadas com a sensualidade e desobediência atribuídas a mucamas, por exemplo, ora sendo tratadas como exemplos ideais de uma suposta docilidade.

3.1 INFLUÊNCIAS INSTITUCIONAIS NA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA

Como pudemos perceber através de nossa caminhada até aqui, os discursos moldam as práticas sociais de um determinado meio e (re)definem as representações das diversas camadas da sociedade. No caso brasileiro, a dicotomia que separou por muito tempo os espaços privados e públicos, determinando os espaços do homem e da mulher, produziu diversas práticas e representações que se destinavam para espaços sociais específicos. Dentro de um projeto cuidadosamente construído e posto em prática durante o segundo reinado como forma de reformular o Império brasileiro em torno de uma identidade nacional, esses discursos e representações também passaram por uma reorganização entre o passado e o presente, o retrógrado e o progressista. Para os homens públicos, tais inovações deviam partir do interior das casas, fazendo jus ao ditado de que “costume de casa, vai à praça”. Contudo, secularmente, o domínio dos lares era exercido por suas mulheres, as matronas senhoras de seus escravos e de seus filhos, a nova geração intelectual da nação. A moral social do discurso político e das regras de convivência devia chegar até elas de forma que as apeteassem e as despertassem para a reprodução ou para a representação das ideias moralizantes dentro das casas; nada mais eficaz do que buscar plantar uma ideia de exaltação aos valores nacionais.

Foi baseado nesse conjunto de reflexões que D. Pedro II tomou frente de uma série de medidas que visaram o fortalecimento do sentimento nacionalista e a projeção identitária do Império. Lilia Schwarcz (1998), ao trabalhar sobre tal projeto, aponta para a singularidade do momento em que os letrados e suas instituições buscaram expandir o imaginário nacional brasileiro, através de um passado glorioso, beirando o mítico. Entretanto, um ponto particular se faz visivelmente presente na primeira fase do “projeto”: a exclusão do negro das pautas da construção nacional.

Ao trabalhar a construção de um passado brasileiro, o sujeito negro escravizado foi abertamente retirado dos argumentos e representações de uma construção igualitária da nação. O chamado Movimento Indianista, encabeçado pelo literato e político conservador José de Alencar, alcançou, para sua época, uma amplitude extraordinária, atingindo diversas formas de representações visuais e textuais. Em detrimento do afro-brasileiro presente cotidianamente nas ruas, casas e fazendas, o indígena foi representado como o povo essencialmente originário do Brasil e que, em uma comunhão pacífica com o branco português, em tempos coloniais, deu forma ao povo brasileiro. É interessante perceber a dualidade discursiva e representativa da sociedade brasileira ao levarmos em conta que, ao mesmo tempo que discursos como esse sobre a hegemonia ancestral do indígena eram representados e propagados, o movimento

abolicionista já mostrava sinais de força em combate ao sistema escravista de trabalho, como também contra a marginalização do papel desempenhado pelo negro na formação social do país, como apontou Schwarcz (1998) e Alonso (2015).

Contudo, José de Alencar, político cearense, escravista e contrário a Lei do Ventre Livre (1871), foi o principal baluarte do indianismo brasileiro ao se valer do discurso literário para impingir socialmente a ideologia da nacionalidade através da redenção amorosa entre o indígena americano e o colonizador europeu, como podemos ver nas suas principais obras: *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), que curiosamente são chamados de a “trilogia indianista” do autor. É notável que, nem tanto o *Guarani*, mas tanto *Iracema* quanto *Ubirajara*, foram publicados em pleno movimento abolicionista, sendo o terceiro livro ainda mais emblemático por ter sido publicado três anos após a Lei de 1871. Seus argumentos foram traduzidos e explorados de diversas formas, estabelecendo base para uma cultura visual e auditiva brasileira voltada para a exportação. A pintura e a música foram alguns dos principais expoentes da ideologia indianista, comungada com a literatura de Alencar como, por exemplo, nos trabalhos de José Maria de Medeiros e Victor Meirelles nas artes plásticas e de Carlos Gomes na música que traduziu musicalmente a obra do *Guarani*, dedicando a partitura ao Imperador e apresentando sua obra com sucesso na Itália. No caso de Gomes, o sujeito negro só figuraria centralmente nas suas composições operísticas no ano 1889 em ato comemorativo à Lei Áurea e dedicado à Princesa Isabel.

Como apontado pelo cruzamento dos argumentos trabalhados por Xavier (2012), Schwarcz (1998) e Alonso (2015), foi apenas com o fortalecimento do movimento abolicionista, principalmente na fase que a última autora representa como “fase das flores”, e com o crescimento das discussões sobre a emancipação dos cativos, que tivemos o aparecimento do negro escravizado como protagonista da construção da base social do Brasil. Dentro deste contexto percebemos que, mais uma vez, o folhetim, sediado nas páginas finais dos periódicos diários e das grandes publicações editoriais, vai representar a problemática da escravidão e suas relações sociais e senhoriais para dentro das casas, através dos requintes da obra burguesa do período, direcionada primordialmente para as senhoras e trazendo, em suas páginas, certo discurso moralizante que buscava despertar as mulheres brancas para problemas de cunho social, como também apontou Chalhoub (2003).

É nesse período, a partir da segunda metade da década de 1860, prosseguindo pelas de 1870 e 1880, que vão ser publicados romances como *Vítimas Algozes* (1869), *A Escrava Isaura* (1875), *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), além do conto *Mariana* (1871) e o poema *Sabina* (1875), que serão analisados neste capítulo, buscando perceber como o discurso literário muitas

vezes almejou “conscientizar” o leitor branco sobre os problemas envolvendo a escravidão, especialmente se tratando do que chamamos de literatura abolicionista – demarcada diretamente em oposição àquela pretendida por José de Alencar ao renegar o papel do africano no texto.

Algumas das obras citadas foram publicadas um ano antes ou depois do recorte temporal geral desta pesquisa. Entretanto são importantes, dentro do recorte, para a compreensão das discussões e o contexto social em que foram escritas. No caso de *Vítimas Algozes*, em 1869, o projeto da Lei do Ventre Livre já estava em plena discussão na câmara. Não há como ignorar uma representação que já indica os rumos sociais que eram tomados durante o período de promulgação da lei. Semelhante questão se apresenta sobre a obra *O Cortiço* que, apesar de publicada em 1890, é uma representação literária de como se operou a reorganização social após a Lei Áurea. A obra mostrava qual o local destinado à população negra recém liberta dentro de uma sociedade que buscava o auge do seu programa de higienização social. Embora a literatura de folhetim tenha sido primeiramente vinculada às páginas finais de periódicos específicos, sua circulação foi nacional, promovida principalmente pelo crescimento do mercado editorial do período. Assim, é importante se ter em mente que romances originalmente publicados na Bahia ou no Rio de Janeiro, por exemplo, circularam amplamente no contexto de Recife.

Folhetins romanescos que tiveram em seu tema central a problemática da escravidão, ou contaram em seu elenco com personagens fiéis e carismáticos, durante muito tempo fizeram sucesso às vistas dos leitores como representações de uma sociedade pacífica e ordenada de acordo com a estrutura idealizada para sociedade em que se colocava o sujeito negro no lugar paternalista da dependência. Personagens singelas, fiéis e companheiras, confidentes e defensores de seus senhores, durante muito tempo permearam as páginas dos folhetins. Entretanto, entre o fim dos anos de 1860 e perdurando os anos de 1870, as formas de representar a escravidão e seus personagens foram se modificando. A suposta fidelidade dos cativos por seus senhores foi cada vez mais sendo posta em questão na literatura, a ponto de a dúvida sobre a lealdade dos cativos passar a fazer parte da estrutura de representação da chamada literatura naturalista. Nesse sentido, era comum que romances fizessem uma espécie de empreendimento científico sobre corpos negros, propagando ideais produzidos pelo racismo científico. Nesse sentido,

Lançar mão de características animais para descrever a população escrava foi um recurso muito utilizado pelos escritores da época e deveu-se, sobretudo, ao vivo diálogo entre ciência e literatura, que culminou na construção de tipologias que inferiorizavam o negro e reforçavam a superioridade genética dos brancos (XAVIER, 2012, p. 70).

O desmascaramento dessas representações se dá, como Giovana Xavier (2012) já o disse, pela propagação de uma série de discursos do racismo científico absorvidos amplamente pela sociedade, solidificado nos regulamentos da medicina higienista, responsável pela reorganização e readequação das normas do trabalho doméstico, por exemplo, mas também pela influência do movimento abolicionista que se firmava também como grande produtor de discursos e práticas que buscavam dismantelar o sistema escravista em prol de uma emancipação. Ainda sobre como o romance naturalista buscou desconstruir antigas representações sobre o cativo, lançando mão dos ideais racistas em voga na segunda metade do XIX, Xavier afirma que

Nessa literatura, homens e mulheres escravos tiveram seus traços físicos e comportamentais descritos como animais, cuja origem se dava devido às condições de degenerescência impostas pela escravidão e pela herança genética africana (XAVIER, 2012, p. 70).

Embora muitos estudiosos da literatura apontem o romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1881, como sendo um dos marcos da escola literária, muitos dos aspectos que Xavier aponta na citação acima já era denunciados em obras anteriores ao *Mulato* de Azevedo a partir de homologações entre o sujeito negro e uma suposta maldade inerente à raça. Exemplo disso é na forma que Joaquim Manuel de Macedo descreve a personagem Lucinda atribuindo a ela características como “traíçoeira e malvada” e cheia de “animação infernal” (MACEDO, 2010, não paginado) em *Vítimas Algozes*, publicado originalmente em 1869. Ou como Bernardo Guimarães representou Rosa como “invejosa e malévola” (GUIMARÃES, 2011, não paginado) em *A Escrava Isaura*, publicado originalmente em 1875.

Na mesma linha de raciocínio que Chalhoub trabalhou ao versar sobre Machado de Assis e até mesmo José de Alencar, como seu principal antagonista, Francisco Pinto Olímpio (2007), em seu artigo sobre questões identitárias presentes em *O Mulato*, termina por agregar Aluísio Azevedo ao grupo de literatos-historiadores, que ao retratar uma série de práticas e estereótipos que envolveram a escravidão brasileira, atribuíram aos seus textos certo tom de denúncia social. O autor afirma que

Aluísio encontrou na história da cidade e na observação do meio em que vivia, o essencial da matéria de “*O Mulato*”. O autor viveu pessoalmente certas situações que aparecem na obra. O fragmento reflete bem a descrição pormenorizada da ambiência e dos tipos humanos, que são frutos da preocupação de Azevedo, em retratar fielmente um cotidiano pinçado por breves cenários praticados, igualmente, na realidade vivida por ele (OLÍMPIO, 2007, p. 65).

Ao exercer um papel etnográfico, partindo do exercício de observação e baseando-se na sua própria experiência de vida, Aluísio Azevedo pode construir representações reais das

práticas discursivas existentes numa grande cidade do Norte do Império. O enredo do folhetim se desenvolve na São Luís oitocentista, cidade natal do autor. Desta forma, percebemos que a crueza da literatura naturalista buscou afastar para longe uma ideia de sociedade docemente organizada e de relações equilibradas entre senhores e seus escravos, ainda que, para fazê-lo, tenha frequentemente recorrido às representações que vilanizavam ou animalizavam personagens negros.

A partir desse pequeno entendimento sobre as alterações das representações da escravidão na literatura a partir da assimilação dos discursos científicos e das práticas que envolviam a difusão do movimento abolicionista, analisaremos diversos aspectos trabalhados na literatura como modificadores do olhar social para o sistema escravista.

3.2 A PELE COMO PASSAPORTE

Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais definidores de moralidades e do devir dos povos. Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo – desta feita, um “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2012, p. 20).

Refletindo sobre o que Schwarcz diz em seu texto, não temos como separar o poder que o discurso científico desempenhou na reorganização da sociedade, principalmente no que diz respeito à raça e, dentro desse escopo, aos sujeitos negros e escravizados. Desta forma, compreendemos muito dos interesses impressos nas práticas sociais durante a segunda metade do século XIX, colocando a circulação literária como um de seus maiores veículos. Como vimos no tópico acima, o casamento entre tais discursos e a literatura se deu de forma que, através dos textos, muitos dos paradigmas e ideologias racistas perpassassem diversas esferas sociais através das palavras. Os folhetins serviram como panfletos, até mesmo cartilhas, destinados a (re)moralizar os indivíduos sociais por meio da família. A quebra do sustentáculo familiar e paternalista escorado na escravidão doméstica serviu, muitas vezes, como principal ponto de ruptura para uma possível emancipação dos cativos, atravessado pelos movimentos abolicionistas de cunho social e legislativo.

Entretanto, como a própria Lilia Schwarcz (2012) diz, todas essas terminologias e criminalizações, desenvolvidas pelo determinismo científico sobre a população negra, irrigada pelos preceitos médicos de branqueamento social via entrelace geracional entre o branco e o negro, terminou por adequar os discursos literários que lidavam com o racismo, a ascensão

social e a mestiçagem de formas bem particulares, desenvolvendo uma ideia da cor da pele como passaporte identitário. Contudo, muitos dos romances publicados na época terminaram por deixar escancarados em suas páginas que a pele como passaporte tinha suas validações e limitações. Podemos compreender tais casos de forma clara e simples se colocarmos frente a frente as questões que envolvem *O Mulato* (1881) e *A Escrava Isaura* (1875).

A trajetória de Raimundo, protagonista de *O Mulato*, se desenvolve na São Luís do Maranhão, observada pelo autor como sendo uma das cidades mais preconceituosas do Norte do Império. “Mulato”, filho de negra escravizada com seu senhor branco, fruto dos vários licenciamentos presentes das relações senhor-escravo, Raimundo foi liberto na pia batismal tendo garantido, por seu pai, direitos de filho legítimo, apesar do casamento de seu pai com uma senhora branca e do lugar prestigiado na sociedade. Educado no exterior, Raimundo retorna ao Brasil e é aceito como igual pelos bacharéis e jovens ilustrados da corte, no Rio de Janeiro. Entretanto, a percepção e recepção observada pelo personagem ao retornar à sua cidade natal, no Maranhão, é completamente oposta à anterior. Na velha cidade do Norte, Raimundo é recebido a olhos tortos, má vontade e certa aversão social por parte de todos e até mesmo de sua família, incrustados nas observações de D. Maria Bárbara, sogra de Manoel Pescada, tio do jovem. O drama tragirromântico se desenvolve em torno do relacionamento entre Raimundo e Ana Rosa, prima do rapaz, moça branca e ilibada da sociedade. Ao apontar a impossibilidade do romance entre Raimundo e Ana Rosa, Aluísio de Azevedo já aponta para problemáticas discursivas sobre o lugar do sujeito negro imerso numa sociedade racista, como a brasileira, e que bebia, neste momento, no determinismo institucional estipulador do lugar em que as pessoas de cor deviam circular dentro da sociedade, mesmo sendo livres. O impasse da postura social exercida em sociedade, através da conduta de cor da pele, é o ponto.

A relevância da leitura da obra de Azevedo como material histórico está justamente em como ele se valeu de uma observação sobre o meio em que vivia para construir a representação de seus personagens. A falta de máscaras e a apresentação de uma sociedade hipócrita buscava deixar claras as formas como a sociedade experienciava um crescimento de certo protagonismo social por parte de pessoas racializadas. A descrição que o autor/narrador faz de Raimundo diz muito sobre um protótipo do que seria a “raça brasileira” criada no “laboratório racial” referenciado por Schwarcz (2012).

Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai. Cabelos muito pretos, lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. A parte mais característica da sua fisionomia era os olhos — grandes, ramalhudos, cheios de

sombras azuis; pestanas eriçadas e negras, pálpebras de um roxo vaporoso e úmido; as sobrancelhas, muito desenhadas no rosto, como a nanquim, faziam sobressair a frescura da epiderme, que, no lugar da barba raspada, lembrava os tons suaves e transparentes de uma aquarela sobre papel de arroz (AZEVEDO, 2014, não paginado).

Azevedo diz que Raimundo seria o tipo “acabado” de brasileiro se não fosse os olhos azuis que herdara do pai. Mas o que é ser um tipo acabado de brasileiro? Até os dias de hoje não se pode dizer qual seria o tipo “acabado” ou “perfeito” do brasileiro, o laboratório apontado por Schwarcz (2012) não foi tão eficaz no seu trabalho eugênico para uniformizar o que se caracterizaria como “raça brasileira”. Entretanto muito dos pontos descritos e embrionados por Aluísio Azevedo, na descrição e na pertença de Raimundo ao reivindicar seu lugar social, foram argumentados e defendidos por Gilberto Freyre (2003) em *Casa-Grande & Senzala*. A ideologia desenvolvida pelo sociólogo pernambucano girava em torno de uma glorificação do mulato como o grande sucesso obtido depois de séculos de miscigenação racial no Brasil. Todavia, ainda nos anos finais do século XIX, o autor maranhense, através da história de Raimundo, buscou já desmistificar e de certa forma quebrar a ideia de que o mulato era uma união perfeita de duas raças, mostrando que, apesar de todo o requinte de sua educação, herança e comportamento refinado, por mais atenuada que tenha sido sua negritude, a sociedade brasileira, baseada em instituições e discursos deterministas, trancaria seus preconceitos para dentro de suas casas mascarando um *hábitus* senhorial inerente.

Tinha os gestos bem educados, sóbrios, despídos de pretensão, falava em voz baixa, distintamente sem armar ao efeito; vestia-se com seriedade e bom gosto; amava as artes, as ciências, a literatura e, um pouco menos, a política (AZEVEDO, 2014, não paginado).

Lendo mais esta descrição de Raimundo, feita por Azevedo, fortalece ainda mais a ideia do bacharel ilustrado também por Freyre em *Sobrados & Mocambos* (2010). Contudo, valendo-se dos preceitos que configuram as obras naturalistas do século XIX, nada disso é suficiente para a hegemonia da aceitação social de Raimundo. Apesar de seus olhos azuis e seus modos, a verdade é que sua “tez morena e amulatada” (Azevedo, 2014, não paginado) prevaleceu para o mascaramento do racismo exercido em sua presença. O tom da sua pele, apesar de tudo, relembra à sociedade de sua origem: sua mãe, uma mulher negra escravizada por seu pai lembrava a todos a validade do “passaporte” social capitalizado por Raimundo, ganho através do status de liberdade ainda em seu batismo. Tal limitação fica completamente amostra quando Raimundo busca questionar seu tio o porquê da recusa da mão de Ana Rosa, sua prima, em casamento:

— Mas então?! Se é meu amigo, que diabo! diga-me a razão com franqueza! tire-me, por uma vez, deste maldito inferno da dúvida! declare-me o segredo da sua recusa, seja qual for, ainda que uma revelação esmagadora! Estou disposto a aceitar tudo, tudo! menos o mistério, que esse tem sido o tormento da minha vida! Vamos, fale! suplico-lhe por... aquele que caiu assassinado!—E apontou na direção da cruz. Era seu irmão e dizem que meu pai... Pois bem, peço-lhe por ele que me fale com franqueza! Se sabe alguma coisa dos meus antepassados e do meu nascimento, conte-me tudo! Juro-lhe que lhe ficarei reconhecido por isso! Ou, quem sabe? serei tão desprezível a seus olhos, que nem sequer lhe mereça tão miserável prova de confiança?...

— Não! não! ao contrário, meu amigo! Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha, no caso de que isso tivesse lugar!... E só peço a Deus que lhe depare a ela um marido possuidor das suas boas qualidades e do seu saber; creia, porém, que eu, como bom pai, não devo, de forma alguma, consentir em semelhante união. Cometeria um crime se assim procedesse!...

— Com certeza há parentesco de irmão entre ela e eu!

— Repare que me está ofendendo...

— Pois defenda-se, declarando tudo por uma vez!

— E o senhor promete não se revoltar com o que eu disser?...

— Juro. Fale!

Manuel sacudiu os ombros e resmungou depois, em ar de confiança:

— Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é... é filho de uma escrava...

— Eu?!

— O senhor é um homem de cor!... Infelizmente esta é a verdade... (AZEVEDO, 2014, não paginado).

A tragédia firmada após tal revelação termina por mudar completamente a visão de mundo de Raimundo e abre as cortinas para um racismo estrutural e estruturante que a sua “cor morena e amulatada”, juntamente com o seus olhos azuis e o refino social, parecia encobrir. A passabilidade de Raimundo como cidadão livre de pleno exercício de suas práticas terminava no ponto em que o discurso impedia o seu trânsito entre o privado familiar e o público que, ao lutar por um branqueamento eficaz da sociedade, expurgava a continuidade da miscigenação. O sangue negro de sua mãe e seu passado de cativo delimitaram o campo de acesso de Raimundo, contradizendo a ideia da perfeição do mulato escrita por Freyre (2003 e 2010) anos depois e como apontou Olímpio (2017) em seu texto.

Embora este texto busque analisar as representações das mulheres escravizadas na literatura, ter esta perspectiva de Raimundo e a visão social aplicada a partir dos escritos de Aluísio Azevedo sobre a sociedade do século XIX nos abre caminho para pensar a representação de uma personagem que, assim como O Mulato, tem sua trajetória demarcada pela questão da pele, bem como as questões que envolvem sua passabilidade na sociedade. Isaura, escrava mestiça de pele clara do romance escrito por Bernardo Guimarães, pode ser vista como o lado B da visão experimentada por Raimundo em sua novela. Sobre Isaura, Guimarães diz

As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda análise. A tez é como o

marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidios rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada. Na frente calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo; di-la-féis misteriosa lâmpada de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração (GUIMARÃES, 2011, não paginado).

Assim como Raimundo, a premissa da construção de Isaura era a mesma. Ela é filha de uma escravizada doméstica, oprimida pelos assédios de seu senhor, e um capataz português, representado como uma pessoa generosa e com hábitos pacíficos não condizentes à sua função. Isaura aparece trazendo à tona todas as características estéticas herdadas de seu pai branco, herdando de sua mãe apenas a beleza, o caráter e, sobretudo, sua condição de cativa. Juliana, escravizada e mãe da mocinha, não é uma personagem recorrente no enredo, aparecendo apenas como memórias e a partir de referências ao destino seguido por sua filha. Entretanto, o autor utiliza-se da representação de Juliana para apontar para algumas questões sobre as relações domésticas da época. A trajetória de Juliana termina com uma morte dolorosa após anos de assédios exercidos por parte de seu senhor, castigos corporais como punição de suas recusas e por sua redenção amorosa ao lado de Miguel, o capataz português e pai de Isaura.

Ao apontar as angústias de Juliana, Guimarães denuncia o tipo de relação opressora determinante de muitas das relações íntimas envolvendo as escravizadas e seus senhores, que eram normalizadas à época. Gilberto Freyre (2003), por exemplo, ainda normaliza as práticas abusivas entre senhores e escravas, negligenciando as violências sexuais da escravidão, e buscando normalizar esse tipo de relação ao apontar as tenções sexuais envolvendo o homem branco e a mulher negra. Contudo, estudos mais críticos, como os de Lélia Gonzales (2019) e Beatriz Nascimento (2019), apontam as problemáticas do texto freyreano e assinalam as bases racistas e sexistas envolvendo a construção da representação do corpo da mulher negra, principalmente no ambiente doméstico.

Todavia, o grande “X” da questão de Isaura é que ela não era descrita como negra. Embora tenha herdado a condição de sua mãe, a mocinha era uma mestiça de pele clara, e o autor, já nos primeiros capítulos, encaminhava os pontos paradoxais da vida de Isaura.

Se Bernardo Guimarães já não desse sinais de seu estado de cativo anteriormente à sua descrição, pensaríamos que aquela moça se tratava de mais uma representação de uma senhora branca. As qualidades expressas na representação de Isaura, no auge de sua quase branquitude perfeita, afinal, entra em paralelo com a descrição feita de sua senhora, a Dona Malvina.

Era também uma formosa dama ainda no viço da mocidade, bonita, bem feita e elegante. A riqueza e o primoroso esmero do trajar, o porte altivo e senhoril, certo balanceio afetado e langoroso dos movimentos davam-lhe esse ar pretensioso, que acompanha toda moça bonita e rica, ainda mesmo quando está sozinha. Mas com todo esse luxo e donaire de grande senhora nem por isso sua grande beleza deixava de ficar algum tanto eclipsada em presença das formas puras e corretas, da nobre singeleza, e dos tão naturais e modestos ademanos da cantora. Todavia Malvina era linda, encantadora mesmo, e posto que vaidosa de sua formosura e alta posição, transluzia-lhe nos grandes e meigos olhos azuis toda a nativa bondade de seu coração (GUIMARÃES, 2011, não paginado).

Embora de belezas equivalentes, sendo a cor da pele um dos pontos centrais para como Guimarães entende a beleza feminina, um grande vácuo separa as duas personagens: o lugar servil de Isaura. A singeleza, a timidez e a languidez de Isaura são demarcadores da sua subserviência e consciência de seu lugar dentro da organização social; visto em contraponto ao porte altivo, senhoril e pretensioso de sua senhora. Contudo, as linhas que definem as relações cordiais entre Isaura e seus senhores são muito tênues. Ao contrário do que percebemos em outros romances e até mesmo no estudo historiográfico sobre a escravidão, o romance da Escrava Isaura busca trazer certas atenuações sobre as relações senhor-escravo, o que reverbera em muitos dos discursos da época. Embora escrava, Isaura foi criada pela senhora de sua mãe como uma pupila, digna de uma educação similar à que qualquer moça branca recebia em sua casa. A cor de sua pele deu a Isaura acesso a coisas que eram incomuns aos escravos. Em algumas linhas, em seu diálogo com Isaura, Malvina diz: “Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (GUIMARÃES, 2011, não paginado). Ao contrário de Raimundo, Isaura, se livre, mesmo mestiça, teria passabilidade completa na sociedade. Seus dotes somados à cor alva de sua pele garantem para ela acesso completo. Neste caso, o tom mais claro da pele de Isaura sublima o fato de sua mãe ter sido negra e escravizada, ao contrário de Raimundo, cuja cor da pele escancarava suas origens, apesar de seus olhos azuis e seus modos “refinados”.

Entretanto, assim como assinalou Mariana Muaze (2018), a cordialidade e até mesmo a generosidade das relações paradoxais entre senhores e escravos também ficam visíveis nas relações senhoriais na Escrava Isaura, principalmente no que diz respeito ao controle do que pode ou não ser feito diante da vontade de sua senhora e da possível punição, no caso da contravenção. Malvina diz:

Oh! não; não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar. - Não quero, - continuou em tom de branda repreensão, - não quero que a cantes mais, ouviste, Isaura?... se não, fecho-te o meu piano (GUIMARÃES, 2011, não paginado).

A cantiga cantada por Isaura e reprimida por Malvina era: “Desd'o berço respirando/ Os ares da escravidão/ Como semente lançada/ Em terra de maldição/ A vida passo chorando/ Minha triste condição” (GUIMARÃES, 2011, não paginado). As relações de poder intrincadas de forma “branda” demarcam os lugares determinados para ambas. Não cabia à Isaura queixar-se de sua sorte; afinal, fora educada como qualquer outra jovem branca. Diante de tais aspectos, o que o autor imprime, é que ao olhar senhorial de Malvina, Isaura devia portar-se digna de seus dotes e sua posição. A representação isauriana emana subliminarmente do discurso de uma escravidão doméstica branda e afetiva. O afeto de malvina termina por mascarar a realidade das relações que a une a Isaura. Isaura consciente deixa-se levar pela conduta afetuosa de sua senhora, evitando a mão que castiga. Contudo, Guimarães ainda complementa a narrativa da representação doméstica ao mostrar o poder castigador de Malvina, a partir de uma insatisfação causada pela escrava:

Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores (GUIMARÃES, 2011, não paginado).

Como Lilia Schwarcz (1993) e diversos autores que estudaram o processo científico no Brasil na segunda metade do XIX apontaram, o processo de branqueamento social e higiênico progredia discursivamente em todos os confins do Império. Isaura, publicado originalmente em 1875, aparece como símbolo de uma mestiçagem ideal, que culmina no embranquecimento. A claridade da pele da cativa a posicionou como exemplo de um futuro para a problemática da mestiçagem no Brasil.

Entretanto não podemos esquecer-nos de que a representação de Isaura, como escrava branca, popularmente conhecida no Brasil, é uma alegoria da escravidão doméstica. Mucama de Malvina, Isaura mais uma vez tem seu tratamento atenuado, baseado em diferenciações, também pela cor de sua pele. A passabilidade de Isaura, socialmente vista como uma pessoa diferenciada, já era experienciada nos tratamentos dispendidos a ela por parte de sua senhora e principalmente na forma como os demais escravos a tratavam. Guimarães em seu texto deixa muito claras as diferenciações entre Isaura e as demais cativas domésticas dizendo que as demais cativas da cozinha e mucamas a tratavam de forma diferencial e protecionista, quase similar ao tratamento forçado dispendido por elas a suas senhoras.

Todavia, Guimarães nos dá outras pistas para a confirmação do “bem-sucedido” trajeto de Isaura como sujeito mestiço de pele clara nos trânsitos amplos das relações sociais. O enredo central da novela conta como a jovem cativa cheia de encantos herda também de sua mãe os suplícios inerentes à escravidão brasileira que foram os constantes assédios sofridos por ela

através da relação hierárquica do jovem senhor Leôncio que, assim como seu pai, também busca atormentar Isaura com investidas violentas e sexuais. Ao contrário de Malvina, que exerceu seu poder sobre Isaura de forma mascarada e investida de argumentos que pusessem a escrava num lugar de ingratidão, Leôncio o exerce de forma puramente cruel. Através de seu personagem, podemos perceber, no folhetim, os verdadeiros métodos punitivos aplicados ao cativo em situação de desobediência. Tendo fechado este pequeno parêntese sobre o enredo central do romance, mas sem sair dele, Isaura, tendo fugido da casa senhorial com ajuda de seu pai, refugia-se em Recife onde permanece meses de forma incógnita e de passe completamente livre dentro dos limites sociais da capital pernambucana.

O enredo nos entrega que, mesmo fora do grande circuito social da cidade, Isaura e seu pai tiveram seus disfarces intactos, em grande parte devido ao fato da cor da pele de Isaura juntamente com seu jeito delicado não suscitarem desconfianças. Contudo, é numa cena específica, quando Isaura e seu pai entram num grande salão de baile, que Bernardo Guimarães nos dá chave para perceber a amplitude da passibilidade de Isaura dentro da sociedade branca e aristocrática, mostrando como uma pessoa, embora escrava, conseguiu adentrar e frequentar a sociedade livre somente pelo tom de sua pele.

Os três interlocutores de Álvaro, bem como muitas outras pessoas, que por ali se achavam, puseram-se em ala para verem passar Elvira, cuja presença causava sensação e murmurinho, mesmo entre os que não estavam prevenidos.

- Com efeito!... é de uma beleza deslumbrante! Que porte de rainha!...
- Que olhos de andaluza!...
- Que magníficos cabelos!
- E o colo!... que colo!... não reparaste?...
- E como se traja com tão elegante simplicidade! - assim murmuravam entre si os três cavalheiros como impressionados por uma aparição celeste (GUIMARÃES, 2011, não paginado).

A Elvira a qual se referem os rapazes é, na verdade, Isaura disfarçada. Álvaro, também referido no trecho, aparece como o jovem estudante que se enamora da jovem cativa, sem saber de sua condição, durante seu período de esconderijo no Recife. Entretanto, podemos notar, através dessa passagem, como os cabelos, o olhar, o porte e “beleza de rainha” impressos por Isaura causam comoção nos demais personagens que ignoram sua condição de escravizada e a cortejam como mais uma jovem simples e filha da aristocracia local. Ao contrário do Mulato de Azevedo, a Isaura de Guimarães não expressa a crueza das relações racistas presentes na sociedade brasileira, mas exprimem o deleitamento de uma figura mestiça que, ausente da patente de sua condição social, flutua entre os senhores que não percebem muito além de seus modos e da cor da sua pele; o resultado eficaz do discurso higienista, motor do laboratório racial que abordou Schwarcz (2012) em seu texto.

Porém, o que demarca a relevância de *A Escrava Isaura* não é somente os discursos sobre a brancura da pele e até onde o passaporte da cor consegue atingir. Publicado em 1875, quatro anos depois da Lei do Ventre Livre, embora se passe na década de 1840, o folhetim de Bernardo Guimarães explicitou em seu texto questões de seu tempo. O movimento abolicionista rangia os dentes da sociedade em paralelo às questões sanitárias e higienistas, fazendo da obra, assim, também um reflexo do que se discutia em torno da questão da liberdade dos escravos. Álvaro, protagonista masculino do romance, aparece como um estudante de direito da Faculdade do Recife e grande entusiasta do movimento. Ao descobrir o infortúnio de sua amada, após desmascarada no mesmo baile que a enaltecera, o jovem corre contra todos e busca a liberdade de viver junto à sua amada. As características empregadas a Álvaro, pelo autor, buscaram reforçar a ideia da nova sociedade ilustrada, saída das instituições, e que buscaram as reformas sociais proeminentes do período, como vimos em capítulo anterior. Com base nisto, podemos perceber um pouco da relevância de *A Escrava Isaura* como um texto imbuído de referências discursivas institucionalizadas e servindo como referência ao pensamento crítico da época que buscava compreender, sob formas higienistas, o branqueamento da sociedade escravista ao mesmo tempo que via o fim da escravidão como um dever social.

Para concluir esse ponto que pretende esclarecer questões relevantes sobre a mestiçagem e o passaporte social baseado na cor da pele aciono o trabalho de Machado de Assis, que publicou, ainda em 1871, um conto intitulado *Mariana*, que abordaremos melhor mais adiante, mas, por hora, uma comparação com *Isaura* se faz interessante. Assim como a heroína de Guimarães, a de Machado também aparece como uma jovem cativa, educada dentro da casa de seus senhores, onde serve e vive. Tutelada por sua senhora que a educou com todos os refinamentos de uma jovem moça, servia, depois de adulta, para entreter seus senhores com seus dotes e seu pleno exercício da “eterna gratidão”. Contudo, o desenrolar de *Mariana* é completamente diferente. Não há passabilidade para *Mariana* na sociedade. Negra, ela termina por amargar os limites e ameaças imposta pelo regime escravista, divergindo dos interesses e experiências vivenciados por *Raimundo* e *Isaura* no contexto de exercer a pele como passaporte.

Neste sentido, podemos ver como *O Mulato*, *A Escrava Isaura* e *Mariana* compilam diversos aspectos sobre a problemática da mestiçagem. Enquanto *Raimundo* nos lembra das limitações impostas ao mestiço do século XIX, no Brasil, *Isaura* representa uma fantasia senhorial de uma raça mestiça que viria a ser branca. Por sua vez, *Mariana*, nos lembra criticamente que ser negro numa sociedade como a brasileira, mesmo com educação e proteção, é estar submetido às faces mais cruéis do racismo e, portanto, da escravidão.

3.3 CORPO E SEXUALIDADE COMO ATRIBUTOS DO SUJEITO ESCRAVO NO TEXTO LITERÁRIO

A mulher negra e seu corpo ocuparam lugar especial na literatura oitocentista. Considerando os diálogos entre história e literatura, é importante historicizar esse conjunto de tipologias nos quais o feminino de cor foi enquadrado (XAVIER, 2012, p. 81).

As representações sobre o corpo negro, principalmente ao se referirem aos apelos sexuais que culturalmente são vinculados a eles, são produtos de reminiscências seculares da escravidão. Estruturas, padronizações e práticas comportamentais permanecem intrincadas numa sociedade como a brasileira, que pouco proveu para desconstruir as ideologias racistas e supremacistas que alicerçam ainda hoje os moldes do trabalho no País, como demonstram textos de autoras como, por exemplo, Lélia Gonzales (2019). O atrelamento da sexualidade ao corpo negro precede desde tempos coloniais; ao homem, o lugar de macho, a virilidade reprodutora e a força de trabalho tida como “descomunal”, enquanto a mulher, mesmo tendo sua feminilidade posta em questão devido também a sua construção de um corpo maquinário provedor de leite, tem nos seus movimentos e formas físicas o deleitamento obsceno que as deixa num limbo entre o fetichismo, o escape sexual e a fantasia de um ser sedutor quase mítico, como apontam as representações sobre a mulher negra nos textos de Gilberto Freyre (2003), por exemplo.

Ao retomar a citação de Giovana Xavier (2012), que abre este intertítulo, podemos perceber de forma mais contundente as tipologias apontadas pela autora dentro do contexto da escravidão. Os arquétipos da mãe-preta, ama de leite corpulenta, bondosamente firme, mais velha, por exemplo, a princípio parece se diferir do arquétipo da mulata sensual, com corpo curvilíneo, com trejeitos e maneirismos sensuais. Porém, nos discursos racistas, ambas estão passíveis à exploração sexual.

Assim, é o atributo sexual ao qual foi imposto o corpo da mulher negra que transita por diversos textos e formas de pensamento. O racismo e o machismo são fortes alicerces das diversas produções discursivas sobre o corpo feminino negro. Gilberto Freyre (2003), em *Casa Grande & Senzala*, deixa claro tal forma de pensar quando sugere ser também um ato de estímulo sexual o contato íntimo da criança branca ao tomar o peito da ama de leite cativa no ato da amamentação. O pernambucano escreve o seguinte:

Já houve quem insinuasse a possibilidade de se desenvolver das relações íntimas da criança branca com a ama de leite negra muito do pendor sexual que se nota pelas mulheres de cor no filho-família dos países escravocratas (FREYRE, 2003, p. 367-368).

Olhar para o ato da amamentação como ato de iniciação sexual revela como a argumentação freyreana depende de um entendimento de que o corpo da mulher negra é necessariamente um objeto de desejo colonial. Assim, amamentar, sob a visão racista de Freyre e dos escravocratas do século XIX, converte-se em ato de exploração sexual da mulher negra, representação divergente da almejada pelos retratos que buscam no registro da ama de leite com a criança uma ideia de afeto e gratidão respeitosa.. Desta forma, a representação literária de Freyre (2003) sobre a ama de leite se vincula à da mulata sensual, sob a ótica do discurso freyreano acerca das relações sexuais. E o sociólogo pernambucano vai mais além, ao falar, de forma que chega a evocar um saudosismo, “da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa” (FREYRE, 2003, p. 367) e a vincula àquela “que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa do homem” (FREYRE, 2003, p. 367); as duas submetidas à memória de prazeres carnavais. As representações da mulher negra freyreana têm muitas ressonâncias com as representações literárias sobre a mulher negra oitocentista e cativa, principalmente no que diz respeito às relações interracialis experienciadas dentro das casas senhoriais.

Variedade nas representações sobre a mulher negra não faltaram na literatura brasileira dos oitocentos, mesmo naquelas publicadas em tempos em que a escravidão já ganhava outras narrativas e perfis que passavam longe da aurora rememorada por José de Alencar e Gilberto Freyre, ambos em seus respectivos tempos. Contudo, partindo de uma construção mais naturalista da literatura, convergindo do simples relato romântico do texto, a mulher negra surge nos folhetins com descrições que acentuam a construção do seu corpo, a partir de demarcações que constroem representações sólidas e destoantes das heroínas brancas e romanescas. Rita Baiana, Rosa, Sabina, Mariana e Domingas aparecem carregadas de simbologias, e envoltas em discursos, que terminaram por demarcar as representações dos seus diversos corpos a partir dos lugares predeterminados para mulheres negras na sociedade da época.

Pegando a soleira da representação de Gilberto Freyre (2003), que evoca a figura da “mulata faceira” tão presente no imaginário brasileiro, principalmente nas representações originadas a partir do início do século XX, como apontou Giovana Xavier (2012), uma personagem do romance *O Cortiço* apresenta todos os predicados que formam a imagem da mulata sensual, trigueira e voluptuosa. Sobre Rita Baiana, a personagem em questão, Xavier diz: “esbanjando sensualidade, vitalidade e alegria, a descrição física de Rita é feita por meio da sinestesia, figura de linguagem que mistura gostos e sensações, conforme observamos em expressões como ‘cor de canela’ e cheiro ‘de manjerona’, atribuídas a ela por seu criador” (XAVIER, 2012, p. 77).

Embora publicado em 1890, por Aluísio Azevedo, o enredo de *O Cortiço* é interessante para esta análise por conta da riqueza narrativa que o autor faz sobre a sociedade em fins do império, principalmente no que concerne ao modo de vida tomado por muitos ex-cativos, imigrantes e brasileiros pobres ao findar do regime. Contudo, o que nos interessa perceber aqui é a retratação que Azevedo faz de Rita Baiana – a qual Giovana Xavier (2012) se refere como a “representação máxima da mulata sensual na literatura brasileira” (p. 77). Como descreve Azevedo:

No seu cabelo farto, crespo e reluzente, puxado para a nuca, havia um molho de manjeriço e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Inquieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador (AZEVEDO, 2014, não paginado).

Entretanto, é na cena da roda de samba na casa da própria Rita que o autor termina por elevar ao máximo a sensualidade na representação da sua baiana ao descrever suas formas ao dançar:

Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo (AZEVEDO, 2014, não paginado).

É possível ver como Aluísio Azevedo constrói duas representações quase distintas, embora sensuais da mesma personagem. A primeira é muito mais embasada nos atributos físicos da pessoa da Rita, que dão forma e já demonstram a personalidade da personagem. A segunda cristaliza mais sua culturalidade, sua ancestralidade. O autor evoca, afinal, através dos movimentos da dança de Rita sua ancestralidade africana, concretizada na forma como o autor/narrador descreve o movimento de seus quadris, braços e cabeça. Movimentações descritas a partir de uma submissão a um olhar interessado no “gozo” e no “prazer”. Muito do “requebrado luxurioso que a punha ofegante” e o modo como o autor representa os espectadores, no texto, terminam por associar a representação de Rita Baiana, composta na aurora do século XX, às representações da mulata freyreana (FREYRE, 2003), amplificando cada vez mais a gama das tipologias sobre a mulher negra: indo da figura da jovem vivaz e sedutora à figura corpulenta e séria das amas de leite.

Entretanto, as representações das mulheres negras escravizadas ficcionadas não foram uniformes, assim como não foram as representações feitas acerca da mulher negra fora do texto literário, como nos casos das amas de leite que veremos nos próximos capítulos. Desta forma,

referente à literatura, podemos perceber, afinal, “graus de sensualidade” na maneira como essas mulheres aparecem no texto. Isaura, apesar de cativa, permaneceu isenta de tais características por conta da cor de sua pele e dos discursos atribuídos a ela, que terminaram por demarcar seu lugar no enredo enquanto uma mulher virtuosa e casta. Não cabia socialmente lançar mão da imagem de uma moça de pele clara, embora declaradamente descendente de sangue africano, e ressaltar traços que lembrassem seus antepassados. Assim, a pele, de certa forma, diante do ideal do embranquecimento, era também tida como central nos costumes, independentemente da ancestralidade. O projeto de civilização brasileira, então, ao mesmo tempo que idealizava uma branquitude que poderia emergir da mestiçagem, pregando uma redenção racista da cor e dos costumes, também, contraditoriamente, continuava a perpetuar e desejar a figura da brasileira de pele “morena”, que carregava muito da sensualidade proibida dos povos africanos. É nesse segundo argumento que Rita se encaixa.

A grande questão que surge ao colocar Isaura e Rita lado a lado é o posicionamento social que podemos perceber de ambas: uma descrita para casar, o futuro da mulher puramente brasileira, renascida dos séculos de conjunção entre cultura e raça portuguesa e africana; enquanto a outra adentra socialmente “saracoteado o atrevido quadril” (AZEVEDO, 2014, não paginado), lembrando a todos de onde vem e sendo posta socialmente no lugar de amante. Há, no texto, uma fala de Rita que ajuda a validar tal questão. É a seguinte: “ – casar? Protestou Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Livra!” (AZEVEDO, 2014, não paginado) e ainda prossegue dizendo: “Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! Qual! Deus te livre! Não há como viver cada um senhor e dono do que é seu!” (AZEVEDO, 2014, não paginado). Ao trazer tal fala para Rita, o autor demarca que, mais do que inapropriada para o casamento, Rita apresenta uma série de posturas estereotípicas tidas como das comunidades afro-brasileiras, sendo, ela mesma, desassimilada aos costumes morais cristãos. Não à toa, a redenção de Isaura – a escrava mestiça que é branca – vem a partir do casamento eurocentrado.

O discurso de que o negro africano não era afeito aos valores familiares, e assim vivia a partir de uma desassimilação da cultura católica e europeia, ajuda a disseminar a ideia de que sujeitos racializados são inadequados para uma possível vida pós-abolição. A liberdade de Rita é um demarcador de sua sensualidade, característica que não vemos ser possível numa moça criada aos moldes de Isaura, por exemplo. Dessa forma, o autor termina por rotular, através de Rita, o papel que as mulheres pobres de cor tem dentro da sociedade, sendo tidas como pessoas de afeto efêmero, contato curto e incapazes de construir a base da prática socialmente aceita, a vida em família. Tais perspectivas parecem ser fruto de uma incapacidade de compreender

outros arranjos afetivos, presentes em comunidades negras da época, que escapam dos arranjos previstos pela Igreja Católica.

Indo adiante, e voltando à diversidade descritiva na qual o corpo da mulher negra é representado na literatura, o personagem de Rosa, em *A Escrava Isaura*, traz questionamentos que, postos lado a lado com a descrição feita de Rita, mostram as confluências e divergências entre as representações.

Esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos, e vermelhos como boninas que acabam de desabrochar em manhã de abril. Os olhos negros não eram muito grandes, mas tinham uma viveza e travessura encantadoras. Os cabelos negros e anelados podiam estar bem na cabeça da mais branca fidalga de além-mar. Ela porém os trazia curtos e mui bem frisados à maneira dos homens. Isto longe de tirar-lhe a graça, dava à sua fisionomia zombeteira e espevitada um chispe original e encantador. Se não fossem os brinquinhos de ouro, que lhe tremiam nas pequenas e bem molduradas orelhas, e os túrgidos e ofegantes seios que como dois trêfegos cabritinhos lhe pulavam por baixo de transparente camisa, tomá-la-íeis por um rapazote maroto e petulante. Veremos em breve de que ralé era esta criança, que tinha o bonito nome de Rosa (GUIMARÃES, 2011, não paginado).

Enquanto Rita é o retrato perfeito da mulata fetichizada, com seus cabelos fartos, quadris volumosos e que exala sensualidade ao andar, Rosa aparece esbelta e flexível de corpo. Enquanto Rita traz seu sorriso claro e faceiro, Rosa mostra seus lábios grossos, volumosos e úmidos. Rita aparece como uma mulher racializada e sensual – adulta, voluptuosa, descrita de acordo com o desejo colonial e masculino dos homens brancos. Rosa, uma criança que, a princípio, beira à androginia, ainda é descrita como uma promessa de sensualidade: mesmo magra e zombeteira, Guimarães ainda a imagina a partir de seus “peitos que hão de crescer”, numa promessa de uma sensualidade que poderia vir a aflorar.

Assim, a questão da subliminar puberdade de Rosa nos leva a uma série de enquadramentos da história brasileira e que levam a fomentação de pensamentos como os desenvolvidos por Gilberto Freyre. O tratamento dado às meninas que, assim como suas mães, eram cativas, dentro das casas senhoriais, elucidam a precocidade da atividade sexual das mulheres negras desde o tempo colonial. A perspectiva de alteração de olhares sobre o corpo de jovens negras, em detrimento ao atribuído às jovens brancas, é claramente um demarcador social. Essa é a primeira assimilação discursiva impressa em Rosa e que tanto a difere dos dotes atribuídos à sua antagonista, também cativa da casa, Isaura, devido ao tom de pele.

Sabina, personagem de Machado de Assis num poema homônimo publicado em 1875, o mesmo ano em que *Isaura* foi publicado originalmente, traz a história de uma mucama jovem sobre a qual os homens da cidade despejam seus desejos. Inclui-se, dentre esses, o senhor moço de Sabina, o único que “lhe acende os olhos de gazela” (MACHADO DE ASSIS, 1992, não

paginado). O desenlace de Sabina no enredo do poema lembra muito a ideia da perpetuidade da iniciação dos desejos sexuais do homem a partir do contato com o corpo da mulher negra. Enquanto Sabina nutre afeto pelo senhor moço, para ele, ela se resume ao despertar de sua própria sexualidade.

Não partindo da mesma premissa literária de Rita Baiana e Rosa, Sabina surge através das palavras de Machado de Assis como um terceiro exemplo, o de um olhar sutil e romântico, porém não desprovido de sexualidade, ao qual o corpo da mulher negra foi submetido. Machado escreve:

Os cabelos da cor da noite escura/ que ali soltos e úmidos lhe caem,/ como um véu sobre o colo. Trigueirinha,/ cabeça negro, os largos olhos brandos/ cor de jabuticaba, quem seria/ quem, senão a mucama da fazenda,/ Sabina, enfim? (MACHADO DE ASSIS, 1992, não paginado).

Embora descrita de forma mais singela do que suas predecessoras, Sabina também aparece envolta de sensualidade, e o que a une a Rita e Rosa é justamente a acentuação de características que consolidam o perfil de leitura do século XIX: a cor dos olhos, da pele, os cabelos, dando forma ao corpo desejado pela classe senhorial. Ao olhar tão intimamente para essas descrições femininas e levando em conta que a primazia da literatura era o seu direcionamento ao leitor feminino, o que se torna claro a partir de todas essas análises é o olhar masculino presente na escrita, que sempre ressalta certa sensualidade (ou promessa de sensualidade, no caso de Rosa) no corpo da mulher racializada. Como vimos anteriormente, o papel da escrita, da construção discursiva e do ordenamento das práticas e representações estiveram nas mãos do sujeito masculino. De certa forma, os interesses, os discursos e as metáforas literárias que marcaram a literatura brasileira e suas representações, ratificam a imposição da vista de mundo às mulheres pelas lentes do homem. Isso faz, de certo modo, que muitas das premissas de diferenciação dos corpos negros e brancos partam dessas representações dicotômicas como, por exemplo, as relações com o corpo presentes em Malvina e Isaura com relação a Rita Baiana, Rosa e Sabina. Indo além, podemos pensar que, dirigidas ao público feminino e branco, as representações das mulheres negras não só projetam olhares masculinos mas também reificam as diferenças entre as mulheres brancas e negras, fazendo a manutenção de uma ordem racista.

Contudo, algumas representações quebram as expectativas que eram comumente construídas sobre os corpos negros. Machado de Assis, ainda em 1871 – quatro anos antes da publicação de *A Escrava Isaura* –, apresenta Mariana, uma escrava negra que se assemelha muito, em costumes e moral, à famosa escrava branca de Guimarães:

Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo da sua raça. Sentia-se-lhe o fogo inquieto e vivaz que lhe rompia os olhos negros e rasgados. Tinha os cabelos naturalmente encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora (MACHADO DE ASSIS, 1994, não paginado).

O interessante da descrição de Machado de Assis sobre Mariana é a forma como o autor sabiamente põe as palavras sobre o corpo de Mariana na boca de um dos personagens, um fidalgo chamado Sr. Coutinho. Machado, ao fazer o próprio Coutinho descrever os dotes de Mariana, faz de seu texto uma crítica ao status permissivo da sociedade brasileira ao imprimir o olhar senhorial sobre uma cativa “cria de sua casa”. Outro ponto interessante é a conjugação das narrativas entre Mariana, Rosa e a própria Isaura. A descrição do corpo da jovem Mariana de 18 anos lembra muito o que ficou dito nas entrelinhas da descrição de Rosa. Não quero dizer que a construção de corpo de ambas são as mesmas – muitas coisas, afinal, se diferem, tanto em termos estilísticos quanto narrativos – mas a precocidade sublimada de Rosa e a escancarada maturidade de Mariana partem da mesma premissa do abuso doméstico de jovens negras no contexto da escravidão. O contraponto que Machado de Assis faz ao imprimir Mariana e a diferir de Rosa e Rita Baiana, embora a volúpia de seu corpo continue presente, é o fato da criação e das oportunidades oferecidas pela família à Mariana. Assim, enquanto Isaura é retratada como sendo moral e virtuosa a partir de sua excepcional pele clara, Mariana possui os mesmos atributos porém tem um destino mais amargo – a morte – por conta da cor de sua pele negra. É neste ponto que as representações de Isaura e Mariana se unem ao passo que se separam. De certa forma, a representação criada por Machado de Assis, quando vista hoje, quebra o discurso normativo da cor da pele branca como virtude (como pensado por Guimarães em sua Isaura) e ressalta a proeminência de um discurso higienista que viria a ser produzido na concepção da escrava branca.

Dito isso, é possível perceber a organização discursiva e narrativa que costuram as construções dos corpos de Rita, Rosa, Sabina e Mariana, e até mesmo Isaura, e suas representações. A atribuição da sexualidade como demarcador das representações do corpo da mulher negra com certeza se sobressaiu, sejam elas as esbeltas e flexíveis, quando jovens, ou a ideia de uma mulher mais corpulenta como podemos perceber em representações como, por exemplo, das amas de leite nos anúncios jornalísticos. Entretanto, a sensualidade frequentemente permeou as palavras de quem produzia as narrativas e de quem as perpetuava. Contudo, ainda dentro desse amálgama tipológico, utilizando o termo aplicado por Xavier (2012), uma personagem que também tem seu corpo descrito narrativamente na literatura, porém diverge dessa ideia da negra/mulata voluptuosa, é Domingas, personagem de Aluísio Azevedo em *O Mulato*.

O corpo de Domingas não se constrói na base da luxúria e do desejo, como no caso das personagens analisadas anteriormente, mas no alicerce do luto e da dor. Tendo sido apartada de seu filho, liberto na pia batismal e de seu amante e senhor, morto em uma emboscada, Domingas se amarga na solidão e no esquecimento. Enlouquecida, vaga fantasmagoricamente mata adentro dançando e cantando sob a luz da lua. O autor que certamente buscava evocar alguma empatia pela personagem, termina por chocar o leitor com a condição a qual a mulher está entregue; o autor a descreve como “uma preta alta, cadavérica, tragicamente feia, com os movimentos demorados e sinistros, os olhos cavos, os dentes escarnados” (AZEVEDO, 2014, não paginado). A construção medonha da figura de Domingas, na verdade, é feita sob uma série de alegorias embebidas de discursos racistas e que eram proeminentes na época. O livro, como vimos anteriormente, foi publicado em 1881, mas desde a década de 1870 a medicina buscava impingir socialmente a ideia de que os negros eram viciosos, degenerados e amorais, contrapondo-se aos discursos vinculados na mesma época sobre uma mulher negra de corpo saudável, aseado e, para os brancos, produtivos – como podemos ver nas representações associadas à figura das amas de leite. Então, o horror que paira à descrição de Domingas diz respeito tanto a seu aspecto fantasmagórico quanto ao desvio do corpo produtivo idealizado pelo sistema escravista. A construção de corpo de Domingas, feita pelo autor, pode ser vista como uma representação, uma alegoria, de todos os medos impostos à família branca e por ela nutridos. Neste sentido, é importante destacar a singularidade da figura de Domingas justamente por ela ressaltar como os discursos institucionais e imperialmente assimilados pela literatura reproduzem e disseminam tais ideias figurativamente. A dor leva a personagem a loucura e a coloca num estado de frenesi que assusta a todos com seus cantos e movimentos, desprovidos de sensualidade, mas que vestem perfeitamente a ideia de um sujeito negro degenerado, que se desviou dos encantos esperados de uma mulata e do produtivismo demandado dela (sob um prisma colonial).

Domingas é importante porque ela conviveu com as demais protagonistas e antagonistas romanescas de sua época, representando, por sua vez, a multiplicidade das construções e representações dos corpos negros que se moldavam aos interesses do campo em que eram escritos. Cativa, como Isaura, Domingas não aparecia formosa, instruída, nem refinada como a heroína de Guimarães e nem sedutora como Rosa e Rita Baiana, por exemplo, dado que até seu canto era considerado uma “melodia esquisita e monótona” (AZEVEDO, 2014, não paginado). A medonha figura de Domingas aparecia ao meio delas como uma representação do real estado da escravidão, a definhar como a morte, principalmente ao servir de alegoria para uma sociedade que já havia decretado a falência do sistema promulgando uma lei e beirando a

assinatura da segunda. Ao descrever a aparição de Domingas, o narrador ainda diz que sua voz de contralto emitiam notas prolongadas e tristes, como gemidos. Ela é a distorção do fetiche racista que, em outras representações, enquadrou mulheres negras como sujeitos inerentemente sensuais.

Podemos, desta forma, entender que dentro das representações da mulher negra, no texto literário, não cabiam apenas às sedutoras e luxuriosas, mas também as loucas, desviantes e corrompidas. Rita Baiana, Rosa, Sabina, Mariana, Isaura e Domingas, cada uma a sua forma transitaram e deram forma à variedade da construção e representação do corpo negro na literatura, entrelaçadas pela sexualidade como atributo do estar social da mulher negra no sistema da escravidão. Todas elas, às suas maneiras, respondem (e, em geral, reiteram) perspectivas racistas, seja perpetuando a suposta sensualidade atribuída às mulheres negras, seja desviando-se das expectativas de modo a se tornar uma assombração para as pessoas brancas.

3.4 A DISCIPLINA DO CORPO ESCRAVIZADO NA CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE

Em raras exceções, o escravo será representado como fiel e com boas qualidades. Para a sociedade escravocrata da época, ver o escravo superar o homem branco no que quer que ele fosse era algo sócio e moralmente subversivo, inaceitável (SILVA, 2012, p. 1).

Vários autores, como Luiz Felipe de Alencastro (1997) e Mariana Muaze (2018), desenvolveram trabalhos onde argumentam que a disciplina do escravizado era a premissa que os senhores utilizavam para ordenar o sistema escravista e manter a hierarquia social. Foucault (1998) contribuiu dizendo que o sistema de vigilância é a ferramenta que ordena a sociedade fazendo de cada indivíduo também agente vigilante, ao passo que o sujeito regula o próximo enquanto termina por regular a si mesmo. O mesmo se dava dentro das relações escravistas, envolvendo as relações senhor-escravo, mas também as relações dos escravizados entre si.

O afeto também é elaborado a partir dos sistemas de disciplina que englobam os sujeitos socialmente. Muaze (2018) afirmou que a construção disciplinar dos cativos domésticos partiu das relações que embaraçam ordem, dominação, gratidão e recompensa, principalmente ao retratar as relações que envolvem os cuidados das crianças por suas amas de leite, exemplificando as tênues relações do trabalho doméstico em constantes processos de dominação e regulação a partir do afeto. Alencastro (1997) ainda aborda a questão da construção da afetividade ao apontar para os retratos como materiais disciplinares; contratos de

uma suposta gratidão por serviços compulsoriamente executados. Como veremos a seguir, a confecção de retratos e, posteriormente, seu oferecimento como presente, serviram para a manutenção do controle dos corpos das mulheres negras ambientadas no doméstico senhorial, principalmente na execução de suas atribuições, como no caso das amas de leite, mas também para a construção de uma afetividade em torno da escravidão que construísse a imagem de um cativo brando e humanizado, que visava proteger o regime escravista das crescentes preocupações com sua evidente crueldade.

Na literatura, Andrea Marques da Silva (2012), na citação que abre este intertítulo, mostra o caminho para pensarmos na raridade da representação do negro benevolente e fiel. De acordo com os discursos propagados na época, o negro deveria estar submetido ao branco e não posicionado no mesmo patamar do senhor. Os discursos racistas, antropológicos e médicos da época preconizavam a inferioridade intelectual do sujeito negro, ao mesmo tempo que o controle pelo afeto era gerido discursivamente. A confusão discursiva da sociedade termina por impor incongruências também no discurso literário, no qual questões raciais sobre a cor da pele e a sensualidade/sexualidade do sujeito negro vão se somar textualmente ao controle da representação do cativo também através da afetividade. Giovana Xavier (2012), apesar do apontamento trazido por Silva (2012) em seu texto, termina por defender que a “fidelidade cega”, além da sensualidade e a resignação, por exemplo, são mais um conjunto de estereótipos presentes nos textos literários, principalmente ao retratarem escravas domésticas.

Assim, é dentro desse parâmetro de uma “fidelidade cega” e uma ideia de resignação que podemos incorporar as amas de leite dentro do espectro do trabalho doméstico, se pensarmos sobre as tipologias trabalhadas por Xavier sobre as representações da mulher negra doméstica. Contudo, ainda sobre a questão do afeto, a autora termina por divergir de Silva (2012) ao defender uma ideia de recorrência dessas representações fiéis e ainda diz: “menos do que amigas e companheiras, estas mulheres são retratadas como cães de guarda incansáveis, desprovidas de senso crítico e de humanidade” (XAVIER, 2012, p. 71).

Deste modo, podemos compreender que ambas as autoras percebem o mesmo problema através de olhares diversos. Enquanto Silva (2012) dialoga com a ideia de uma “raridade” do protagonismo negro na literatura, ainda mais valendo-se da pregação dos discursos racistas sobre a inferioridade racial nas obras da época, a autora aponta para a ratificação da ideia de uma submissão racial. Xavier (2012), sem discordar de todo, amplifica a discussão trazendo em seu texto a problemática da multiplicidade desses discursos ideológicos, colocando também o afeto ao lado da corrupção e da sensualidade como organismos de representação que servem como argumentos de manutenção das práticas textuais racistas. Tendo isto em mente, podemos

perceber, também na questão do afeto, as diversas faces que o sentimento tomou no texto literário. O desfecho de personagens como Mariana, Sabina e Bertoleza demonstram os braços discursivos que a afetividade enraizou no texto literário.

A trama afetiva que une Mariana e Sabina, ambas personagens de Machado de Assis, é justamente o processo de dependência paternalista que permeia as relações de ambas com seus senhores. Ambas as “crias de casa” foram cuidadas dentro do privado sob a soleira das senhoras da casa que, de “forma protetora”, estabeleceram um processo de submissão através da confiança por parte dos trabalhos desempenhados por ambas como mucamas da casa.

Mariana diverge de Sabina num ponto: Mariana fora criada “como se de casa fosse”, recebendo de sua senhora “os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas” (MACHADO DE ASSIS, 1994, não paginado), agregando ao papel de Mariana dentro da casa senhorial o ambíguo sentimento de pertencimento. Sabina, por sua vez, desabrochava sua juventude “entre os carinhos da sala”. Machado de Assis escreve sobre ela: “era cria da casa. A sinha-moça,/ com quem ela brincou sendo menina,/ sobre todas amava esta Sabina,/ com esse ingênuo e puro amor de roça” (MACHADO DE ASSIS, 1994, não paginado). Nenhuma das duas tinha mão para o serviço pesado; delicadas e belas, elas serviam às suas senhoras como acompanhante, guardadas no limbo entre o companheirismo e a amizade.

Como abordado, especialmente a partir do trabalho de Chalhoub (2013), a obra machadiana ressalta as críticas sociais ao ponto de ao autor, muitas vezes, ser dado um valor específico enquanto crítico histórico. Desta forma, os discursos embutidos em textos como Mariana e Sabina abrem portas para entender as questões sobre os andamentos do regime escravista a partir dos olhares domésticos e senhoriais. Contudo, entre as duas personagens, é Mariana quem vai nos dar a base para entender os limites da afetividade senhorial e o lugar do cativo dentro da prática doméstica, sobretudo aqueles que ocupam o lugar íntimo de resguardo do corpo senhorial.

A mocinha de Machado foi criada com dotes de senhora, semelhando-se a Isaura, como já foi dito, em criação e erudição. Coutinho, o senhor-moço, irmão da senhora de Mariana, ao lembrar-se da jovem cativa diz:

A sua educação não fora tão completa como a de minhas irmãs; contudo, Mariana sabia mais do que outras mulheres em igual caso. Além dos trabalhos de agulha que lhe foram ensinados com extremo zelo, aprendera a ler e a escrever. Quando chegou aos 15 anos teve desejo de saber francês, e minha irmã mais moça lho ensinou com tanta paciência e felicidade, que Mariana em pouco tempo ficou sabendo tanto como ela (MACHADO DE ASSIS, 1994, não paginado).

Mariana saber costurar, escrever e ler, além de falar francês, já é indicativo de várias questões que postas juntas podem até evocar uma contraditoriedade discursiva. Primeiramente, o acesso a tudo que foi posto a Mariana era incomum aos cativos domésticos e, principalmente, condenado socialmente, como abordou Silva (2012) no começo do intertítulo. Pôr o cativo no mesmo patamar que o senhor, seja intelectualmente ou não, era malvisto e até condenado por antever a quebra das relações senhoriais. A brecha no normativo social, da instrução do sujeito negro, partia da premissa de liberdade, a partir da ideia de distinção social, como abordaram textos de Schwarcz (1993) e Koutsoukos (2010). Entretanto, a permissividade senhorial não partia de mãos benéficas. Muaze (2018) expõe essas relações de dominação engendradas através da benevolência. A gratidão, o trabalho e a submissão do escravizado eram a contrapartida para tais regalias. A queixa e a vazão da imaginação do poder de argumento eram tidas como ingratidão. A ingratidão era a quebra das relações ou o reordenamento do poder de dominação abertamente cruel dos senhores. O que quero exemplificar, através de Mariana, são as relações entranhadas que mascaram a política de domínio paternalista e constroem o falso paradoxo apontado por Muaze (2018). O oferecimento de semi-jóias, retratos ou aulas de francês e costura são exemplos historicamente demonstrados das relações paternalistas da escravidão doméstica.

O interessante do texto de Mariana é que Machado de Assis expõe a “inteligência natural” (MACHADO DE ASSIS, 1994, não paginado) de Mariana dizendo que a moça tinha consciência de sua condição e não “abusava” dos cuidados recebidos: “Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasiões de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham afeição fraternal” (MACHADO DE ASSIS, 1994, não paginado). Machado de Assis ao usar o termo “inteligência” foi muito sagaz ao descrever a consciência que Mariana tinha de sua condição. Não era o fato da jovem cativa ser inteligente que estava em jogo, era o fato da própria moça ser consciente do seu cativeiro e do que realmente estava em jogo na questão. Embora todos os cuidados e afetos despendidos pela família como processo de dominação servissem com eficácia para a manutenção da ordem doméstica, a gratidão pelo que se recebe e o não almejar mais do que é oferecido permanecem como pontos de regulação dessas relações. A exclusão da mesa e da real intimidade da família, por mais educada que esta fosse, era o ponto limítrofe.

Através destas questões, abordadas no texto sobre Mariana, podemos perceber uma das faces da disciplinarização do corpo negro, atravessado por um sistema normativo, envolvendo as táticas de submissão construídas à base da benevolência da busca da gratidão pela recompensa. Contudo, outra face da construção da afetividade disciplinar se constrói na

literatura. Não tão refinadas em suas representações, Sabina e Bertoleza se unem à Mariana para o desfecho do corpo afetivo através do amor disciplinado e resignação de sua condição. O que atravessa essas três personagens é o afeto exacerbado, o amor e a falta de reciprocidade dele, que elas dispendem aos seus senhores.

O amor trágico quase sempre foi o desfecho moralizante executado pela literatura para a construção de sua moral discursiva. Entretanto, ao atribuir tal papel a personagens negros, os autores procuram impingir na moral dos atos executados por suas personagens a imagem do que acontece, ou deve acontecer, quando se transpassa os limites das relações raciais e de afetividade entre o cativo e seus senhores. Neste sentido, apesar das heroínas negras serem punidas por amarem, a literatura muitas vezes diverge da perspectiva da antropologia e do racismo científico, que na época, defendiam que a mulher negra era incapaz de ter sentimento. Dessa forma, os textos literários da época reconheciam as afetividades das mulheres negras ao mesmo passo em que as puniam por isso.

Apesar da pacificidade das relações cotidianas que atravessam o existir de Mariana e Sabina, a elas, em determinado momento, não é furtado o interesse amoroso por seus senhores. O despertar da juventude e dos amores românticos não são prerrogativas brancas na literatura do fim do século XIX e tanto Machado de Assis quanto Aluísio Azevedo – com Bertoleza – deixam isso claro. Contudo é a proibição desse amor e a falta de correspondência que aparecem como alegoria de uma ausência de gratidão por parte delas. Enquanto a inteligência de Mariana a impôs limites conscientes para execução do seu amor, fazendo-a sofrer, a inocente Sabina se entrega ao desejo amoroso na relação com seu senhor-moço, sem perceber as prerrogativas do desejo puramente sexual por parte dele.

A aflição consciente e a disciplina do seu afeto por Coutinho levam à punição do amor unilateral. Mariana traz mais um caso interessante quando Machado de Assis demarca a imposição do poder senhorial de Coutinho ao tentar descobrir o motivo da tristeza de Mariana. Ao tentar esconder o motivo de sua crescente aflição, o corpo disciplinado de Mariana, impróprio para o amor, é visto como insubordinado e ingrato por recusar-se a abrir sua mente. Ao trazer tal questão, Machado de Assis termina, mais uma vez, criticando a premissa escravista do escravo-objeto, sem sentimentos, dependentes e submisso até em pensamentos ao seu senhor. Não é o amor não correspondido que leva Mariana ao fim trágico, mas a acusação da quebra da confiança depositada pelos senhores, a abertura forçada de sua consciência por Coutinho e a destruição da ideia de intimidade e sentimento até então desenvolvido pela jovem. Ou seja, a tragédia de Mariana se desenvolve a partir das reações da classe senhorial à sua suposta ingratidão, e não apenas por um suposto “amor não correspondido”.

Sabina entrega-se puerilmente aos encantos sedutores de Otávio, a partir dos quais ambos tem seu contato com a sexualidade. Assim como Mariana, Sabina disciplinou seu sentimentos e submissa se resignou a um amor esperançoso na espera do retorno do amado. Diferentemente da inteligência de Mariana, a inocência de Sabina não a preparou para a verdade sobre as relações com os senhores brancos. Ao retornar para casa, depois de meses, Otávio, casado, encontra Sabina grávida. A quebra da ilusão amorosa da juventude força Sabina a ter consciência de sua posição e da incapacidade de frutos originados no amor de um senhor com uma cativa. Diferentemente de Mariana, Sabina não tem seus pensamentos violados e não cai no rótulo de corpo indisciplinado. O que leva Sabina a seu fim trágico é a dura compreensão de mundo ao qual ela está submetida. Sabina e Mariana, assim como Bertoleza, que veremos a seguir, recorrem a morte como desfecho de suas angústias e, ao mesmo tempo, terminam por cometer o ato de insubordinação tão temido por seus senhores.

Apesar do mesmo desfecho das jovens machadianas, Bertoleza, personagem de Aluísio de Azevedo em *O Cortiço*, traz pontos sobre a disciplinarização do seu corpo e sua construção afetiva que merecem ser analisados à parte. Bertoleza, cativa de um senhor velho e cego, ganhava a vida como escrava de ganho vendendo sua quitanda pela cidade, onde se torna amante de um comerciante português chamado João Romão. Após a morte do seu senhor, Bertoleza se vê enredada ao amante por uma série de artimanhas; a primeira delas é a falsificação de sua carta de alforria e as promessas de companheirismo oferecidas por Romão. A falta de reivindicação da cativa pelos familiares do antigo senhor fazem com que Bertoleza creia levar uma vida de cumplicidade e liberdade ao lado do amante.

Entretanto, João Romão passa a utilizar-se dos sentimentos de Bertoleza como ferramentas para o controle disciplinar do corpo de sua companheira. Sem saber, e movida por um grande sentimento de gratidão pelo afeto e proteção do amante, Bertoleza é condicionada a extenuantes trabalhos dentro da taverna chefiada por João Romão. Ela é constantemente descrita por ele como sendo como uma “crioula suja”, “fedorenta a cozinha e bodum de peixe” (AZEVEDO, 2014, não paginado). A continuidade do estado de cativo de Bertoleza é fundamentada a partir da gratidão que ela sente pela proteção e o amor de João Romão. Entretanto, ela não se dá conta de sua condição, como fez Mariana ao manter-se lúcida de sua posição. Contudo, a inocência de Bertoleza passa a assemelhar-se, a certo ponto, com a ilusão do sentimento verdadeiro, característica de Sabina.

Outro ponto de destaque na representação de Bertoleza é a grande transformação do seu corpo através do trabalho. A compulsividade do trabalho, alicerçado por um amor cego, traz transformações a Bertoleza, transformando-a numa figura “gorda” e “malcheirosa”

(AZEVEDO, 2014, não paginado), o que, no contexto do livro, envolve a desprovir da sua sexualidade, distanciando-se completamente da figura asseada e sensual de Rita Baiana, personagem do mesmo folhetim. O “declínio” corporal de Bertoleza, presa afetivamente ao homem, lado a lado à liberdade voluptuosa de Rita, que não aceita casamento, demarca o lugar preciso dos estereótipos da construção do corpo negro a partir de uma ideia de afetividade cega.

A construção textual de João Romão, principalmente o desenrolar de sua relação com Bertoleza, é bastante significativa e torna-se uma alegoria do homem senhorial brasileiro do século XIX, independentemente de classe social. É justamente na forma em que ele condiciona e disciplina o corpo de Bertoleza numa falsa construção afetiva e, principalmente, o desfecho que dá à sua relação, tratando-a como um objeto, um estorvo, que dá forma à real crítica social. O taverneiro português, ao ter delírios de grandeza e sonhar com um casamento lucrativo, digno da moral social e familiar brasileira do período, vê em Bertoleza um obstáculo para seu plano matrimonial e de maneira alguma pensa na afetividade nutrida pela mulher negra. Na indecisão de matá-la ou não, termina por decidir-se revelar a verdade a ela da maneira mais vil, restituindo-a ao cativo.

Ignorante de sua real condição, desconfiada e prevendo sua morte, Bertoleza passa por nova transformação. O rompimento do afeto a alerta para o perigo de sua vida, seus sentimentos feridos abrem sua mente para a consciência de sua humanidade e isso fica claro no grande embate entre os dois amantes, quando a quitandeira reivindica seus direitos adquiridos com os anos de companheirismo e seu trabalho. Bertoleza clama pelo que é seu e diz que só sob sua morte João Romão se casará. É neste ponto de rebelião que Bertoleza quebra a disciplinaridade do seu corpo. Diferentemente das heroínas de Machado de Assis, a quitandeira de Azevedo cria um embate com seu amante/senhor branco, reivindica sua humanidade e a legitimidade do seus sentimentos. Contudo, a reação senhorial reaparece no discurso através da ação de resposta de João Romão. Diante da afronta exercida por Bertoleza, o português termina por castigá-la por sua insubordinação, entra em contato com o verdadeiro senhor de Bertoleza e arma para restituí-la novamente ao sistema. É justamente ao se ver frente a frente com o filho do seu antigo senhor que Bertoleza desperta para a consciência de sua real condição. Desesperada, indisciplinada e afetivamente destruída, Bertoleza que experienciara a liberdade e o afeto ilusório entre ela e seu senhor-amante insurge-se novamente esfaqueando-se no ventre e matando-se diante de todos.

Desta forma, reconhecemos a afetividade como exercício de disciplinarização do corpo da mulher racializada. Mariana, Sabina e Bertoleza são atravessadas pela consciência de sua condição de cativa, e a falta dela, de uma construção afetiva e com seus corpos demarcados pela disciplina escravista baseada no exercício de seus ofícios e na recompensa por eles. As

insurreições de cada uma, a seu modo, demarcam as resistências e as consequências de uma humanidade reivindicada. Insurreições domésticas não foram práticas apenas expostas como enredo literário. Maria Helena Machado (2012) abordou o caso de uma ama de leite que foi acusada de matar o filho de sua senhora por ter seu leite negado à alimentação de seu próprio filho.

Entretanto, ao retomar as trajetórias de Mariana, Sabina e Bertoleza, na literatura europeia romântica, é comum que as heroínas também recorram à morte com fim. Neste sentido, heroínas românticas não parecem poder vislumbrar outro fim além da morte. Contudo, enquanto personagens como Ana Karênina e Emma Bovary são destruídas moralmente e socialmente, levadas ao fim trágico, por seus autores, por desviarem-se da moral e estrutura familiar burguesa, heroínas como Mariana, Sabina e Bertoleza são punidas por desviarem-se dos limites raciais impostos aos seus afetos. Assim, reafirma-se a impossibilidade de escaparem do lugar servil imposto a elas.

3.5 A QUEBRA DA DICOTOMIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E O DISCURSO CORRUPTIVO DO LAR

O escravo negro era tido como uma coisa repulsiva devido a uma suposta feiura, a sua cor e à falta de higiene, esta última se explicava pela condição subumana em que viviam (SILVA, 2012, p. 1).

As rachaduras na dicotomia colonial entre o público e o privado apareceram a partir do alargamento dos discursos institucionais na sociedade. Como vimos anteriormente, a família, a imprensa, a medicina e a academia expuseram entre si ideologias que admitiram tanto a permissividade quanto a condenação de uma série de práticas vinculadas à escravidão e como o sistema operava dentro das cidades, principalmente. Dentro das diversas instituições elencadas aqui, a família obteve o maior destaque na convergência das discussões. As práticas familiares, vinculadas ao trabalho doméstico, foram postas como exemplo para o início de uma série de alterações e reorganizações nas práticas sociais que ficariam vigentes a partir da incursão dos saberes médicos e civis, como abordaram diversos autores como Luis Felipe de Alencastro (1997) e Lilia Schwarcz (1993 e 1998).

O trabalho doméstico foi pauta constante no discurso médico, o qual buscava limitar as práticas de dependência do negro cativo em diversos ofícios, principalmente os que preconizavam o contato íntimo da família, como eram os casos das amas de leite, amas secas e mucamas, como apontou Sandra Koutsoukos (2010). Angela Alonso (2015) destacou o

processo civil e legislativo incorporado pelo movimento abolicionista que discursava a favor de uma humanização do sujeito negro e o combate ao trabalho escravo. Maria Helena Machado (2018 e 2021), Lorena Telles (2018) e Joseli Mendonça (2008 e 2018), por suas vezes, demonstraram como o corpo, a maternidade e o lugar social da mulher negra escravizada na sociedade serviram como embate para grandes discussões durante o XIX.

A desconstrução dicotômica pelo qual a família e a ordem pública passaram, a partir da segunda metade do século XIX, diz muito também sobre os rumos que as próprias práticas escravistas tomaram, pondo em crise o hábito senhorial do controle e manutenção de suas relações. A importância do discurso médico e político foram de grande relevância para a modernização dos valores familiares e para uma abertura do privado diante do público. À medida em que o discurso político adentrava diante das questões sobre os direitos dos cativos – daí a premissa de Bertoleza ao reivindicar sua parte no trato com o amante português, pondo seus sentimentos às claras diante do abandono –, o campo civil, através dos intelectuais, produzia discussões massivas sobre como a família devia proceder na manutenção e na vigilância dos trabalhadores domésticos. Os jornais, paralelamente, vendiam cativas domésticas “aos rodos”, e os médicos condenavam a terceirização da maternidade, como os autores acima citados trabalharam em suas pesquisas, interligando diversos pontos e tecendo a rede de compreensão do escravismo brasileiro.

Contudo, a família alicerçada fortemente nos moldes paternalistas e, na realidade, dependentes da assistência escrava, ofereceu resistência às novas formas pelas quais as práticas buscavam discursivamente ser redefinidas. Exemplo disso é a utilização da imagem de cativos, em especial as amas de leite para a construção do corolário das representações. É nesse ponto que a literatura passa a incorporar em seus textos temas que envolviam questões sociais sobre a escravidão, de forma que de algum modo tocasse e buscasse incutir na família certos discursos moralizantes em torno do sujeito negro escravizado, sobretudo o doméstico. Sobre o tom cauteloso da literatura é importante frisar o papel energético que o discurso médico foi assimilado em muitas das obras que foram publicadas no período e, sobretudo, a influência que o movimento abolicionista terminou por exercer também no texto literário, muitas vezes mesclando-se com discursos racistas e que buscavam a eficácia dos seus interesses através da transmissão de sentimentos como a desconfiança, o medo e a repulsa. A “falta de asseio” de Bertoleza e a fisionomia “zombeteira” de Rosa demarcam exemplos de como o discurso literário apropriou-se de uma série de postulados racistas para a reelaboração da imagem do negro cativo dentro das casas.

A antagonista de Isaura, Rosa, nos fornece um olhar muito específico das relações domésticas entre os escravizados e como tais relações ressoam dentro da casa senhorial. A prática discursiva sobre a corrupção do lar a partir da escravidão, na literatura, parte do preceito principal da ligação direta entre o escravo e o senhor. Contudo, Rosa, em sua trajetória, nos mostra que o caminho pode ser muito mais indireto. “Invejosa e malévola” (GUIMARÃES, 2011, não paginado), Rosa se desenha através da rivalidade existente entre ela e a escrava de pele clara, mocinha do romance. As atitudes “petulantes” (GUIMARÃES, 2011, não paginado) da jovem negra com Isaura, partindo do recalque que perpassam os atributos físicos da rival e, conseqüentemente, o tratamento dispendido a esta pelos senhores, fazem com que Rosa crie uma série de situações em que gera discordância entre os demais cativos, seja na cozinha ou até mesmo na senzala. Não há como ignorar que essas ações, mesmo entre o núcleo da comunidade cativa, reverberam dentro das casas. As atitudes de Rosa para com Isaura terminam por incitar novas prerrogativas de vigilância dentro do ambiente doméstico, e sua postura invejosa fica ainda mais clara no segundo ato do folhetim diante dos suplícios sofridos por Isaura. O segundo ato, afinal, é marcado por passagens em que Isaura, reduzida ao tronco, também sofre com as arrogâncias de Rosa que, diante da tragédia da rival, toma o posto anteriormente ocupado por Isaura e se torna mucama da senhora Malvina. Assim, enquanto à escrava branca, Isaura, cabem todas as virtudes e sinceridade, à Rosa, a escrava negra, cabe, no livro, as maledicências.

As práticas sorradeiras de Rosa, ao ser movida por uma série de disputas com Isaura, ilustram bem as rachaduras das relações cativas no doméstico e a busca pelo favoritismo dentro das casas senhorias, principalmente para a execução de atividades tidas como “de confiança”. Ao mesmo tempo, o fato de Rosa aparecer em contraste com Isaura, notavelmente branca, expõe um medo senhorial da suposta corrupção que cativos negros poderiam oferecer a seus valores supostamente virtuosos. Desta maneira, é justamente a quebra da confiança das relações privadas que a literatura, principalmente a publicada durante os embates discursivos da segunda metade do XIX, vai trabalhar ao reformular os personagens do cativo no texto. Tal literatura, afinal, rompe com frequência a imagem da negra fiel e seguidora dedicada de sua senhora e imprime personagens cada vez mais desviantes e perjuros, como foi o caso de Lucinda, personagem do livro *Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869. No livro, Lucinda é tida como responsável pela corrupção de Cândida, a senhora branca que, antes casta, acaba por se desvirtuar pela “má influência” de sua acompanhante negra – o que culmina em um ato sexual fora do casamento, cujo consentimento é questionável, em que a escravizada leva o amante da senhora até sua cama durante à noite.

Embora publicado originalmente anteriormente à Lei do Ventre Livre, *Vítimas Algozes* surge como um dos precursores das discussões sobre os rumos da escravidão na literatura. Sidney Chalhoub (2003) afirma que

“*As Vítimas-algozes* era tentativa de obrigar os leitores a ‘encarar de face, a medir, a sondar em toda sua profundidade um mal enorme que afeia, infecciona, avilta, deturpa e corrói a nossa sociedade, e a que nossa sociedade ainda se apega semelhante a desgraçada mulher que, tomando o hábito da prostituição, a ela se abandona com indecente desvario” (CHALHOUB, 2003, não paginado).

O autor ainda escreve que Macedo era, em sua prática política, defensor da emancipação gradual da escravidão, mas que, contudo, serviu-se do seu poder de alcance literato para, através de seu texto, “não deixar nada por explicar” (CHALHOUB, 2003, não paginado). Segundo o historiador, o autor de *Vítimas Algozes* viu que só havia dois caminhos a seguir diante da conscientização do discurso emancipacionista através da literatura:

O primeiro consistia em narrar as misérias e os sofrimentos dos escravos, suas vidas “de amarguras sem termo”, o “inferno perpétuo no mundo negro de escravidão”. Seria o quadro do mal que o senhor faz ao escravo, “ainda sem querer”. O segundo caminho, aquele escolhido por Macedo, mostraria “os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos dos escravos, inimigo natural e rancoroso do senhor”. Seria o quadro do mal que o escravo faz ao senhor, “de assentado propósito ou às vezes involuntariamente e irrefletidamente” (CHALHOUB, 2003, não paginado).

A construção da ambiguidade das relações senhoriais, no doméstico, partindo diretamente do escravo, foi a medida que a literatura, em especial Joaquim Manuel de Macedo, achou, assimilando muitos dos discursos sociais e médicos da época, para propagar o discurso de que a escravidão era incompatível com uma sociedade civilizada, além de pôr em constante perigo o “principal bem” da sociedade: a família. Porém, é necessário perceber as nuances e as inflexões que o período também exerceu na construção do texto literário. Chalhoub nunca descarta o papel de historiadores que os romancistas também exerceram ao construir representações sobre sua época ou rememorando um tempo recente. *Vítimas Algozes* nasce de um tempo em que A Guerra do Paraguai caminha para seu desfecho, grandes processos de emancipação/abolição ocorrem nas colônias americanas, incluindo a guerra civil nos Estados Unidos e as tentativas escravistas de refrear a emancipação brasileira e o projeto de Lei vigorado em 1871.

Portanto, pensar a personagem de Lucinda, para além de um discurso cautelar que impunha culpa no sistema escravista pelo comportamento dos escravos, é bastante relevante. Lucinda não nasceu vítima apenas do sistema ao qual ela está presa, mas também do tempo em que foi escrita. A forma “traíçoera” e “malvada” (MACEDO, 2010, não paginado) com que Lucinda é descrita termina por não ser apenas a representação da escravidão e dos males que

ela traz à família senhorial, mas também uma representação do seu próprio tempo. Como podemos ver, a imagem que Macedo busca pintar do ambiente doméstico em perigo com a escravidão, embebido de influências do discurso médico, como veremos mais adiante, tem muita similaridade com o que a própria medicina buscou impingir diretamente na família, referente às amas de leite e a amamentação; desvirtuando a ideia de uma fidelidade resignada para uma nova que buscavam representar as amas de leite como perigosas e corruptivas da saúde.

A novela de Lucinda começa quando esta é apresentada à Cândida, uma jovem adolescente, em advento de seu aniversário, por seu padrinho. A família de Cândida é a perfeita alegoria de uma família burguesa de classe média paternalista e dependente dos serviços que a escravidão oferece. Contudo, questões que precedem a chegada de Lucinda na nova casa senhorial já demonstram os tênues alicerces que moldam as relações domésticas. A mucama apresentada pelo padrinho da moça, ainda criança, foi levada para uma escola de mucamas, onde o autor já diz ter sido um lugar de muita permissividade e maledicência, o que fez com que Lucinda crescesse “no meio da prática dos vícios mais escandalosos e repugnantes” e “testemunhando torpezas de luxúria” (MACEDO, 2010, não paginado). Ao referir-se à infância de Lucinda, o autor já expõe a suposta precocidade da sexualidade das meninas negras, culpabilizando a escravidão pela falta de conscientização e até cuidados com os cativos. O discurso aqui empregado por Macedo não põe a cativa apenas no lugar de “degenerada” e “desviante por natureza”, mas como um sujeito engendrado e levado por uma série de costumes e práticas que interveem na conduta supostamente natural do ser humano. Cândida, a mocinha, jovem educada e culta, traz no seu próprio nome a alegoria da branquitude brasileira, representando as senhoras pudicas e castas. Ela é a premissa de um lar doméstico e privado, gestado longe do desregramento do público.

Lucinda não era “cria” da casa; não foi criada dentro dos moldes da família que a recebeu. Na escola de mucamas, onde ficou, a jovem cativa teve contato com mulheres mais velhas e que viviam suas vidas servindo seus senhores na rua. Muito mais do que a corrupção da inocência senhorial pela maledicência da escravidão, o texto de Lucinda trazia também a corrupção do privado pelo público. A denúncia expressa no livro de Macedo era montada na síntese dos perigos, por ele assimilados e reproduzidos, do discurso de que a escravidão era insustentável, principalmente dentro das casas. Tal insustentabilidade da escravidão se daria, supostamente, por causa da vida desregrada dos cativos, que conduziria às rachaduras da secular separação do privado com o público, pondo em xeque a confiança estabelecida na execução do trabalho doméstico.

Através da representação de Lucinda, Joaquim Manuel de Macedo desenha uma ideia de escravidão corrupta e incompatível com os ideais burgueses. No período em que se discutia projetos de imigração europeia emaranhados nas problemáticas da escravidão, o autor opta por exercer um posto moralizante que de certa forma distorce o pragmatismo humanitário de muitos dos abolicionistas, subvertendo o sujeito negro e o colocando num papel animalesco, vil e calculista ao mesmo tempo que procura isentá-lo da culpabilidade de seus atos pondo a verdadeira culpa no sistema que os corrompe. Lucinda, afinal, induz Cândida ao ato sexual e outros comportamentos desviantes de sua condição senhorial, não apenas por maldade, mas porque ela mesma teve uma formação tida como degenerada. Ao colocar em dúvida o sistema paternalista tão dito ao se falar da escravidão, o autor pinta a escravidão doméstica como ambientes duvidosos e que, mesmo dentro do privado, deve-se tomar cuidado em suas interlocuções; sinônimos disso estão nas inúmeras passagens em que Lucinda desvirtua a inocência de sua jovem senhora transformando-a numa mulher “lasciva”, “astuciosa” e “namoradeira” (MACEDO, 2010, não paginado).

A corrupção do lar, segundo o texto de Macedo, se dava principalmente dentro da alcova, à noite, enquanto a mucama sussurra nos ouvidos da senhora, despertando o interesse da jovem para a sexualidade. O sexo desregrado e sem pudor, condenado pela moral burguesa, foi mostrada como a matéria de maior eficácia nos “ensinamentos” de Lucinda à sua senhora. Tampouco a corrupção do doméstico ficou restrito ao contato íntimo da mucama com a senhora: a cozinha também figurou no texto de Macedo como um lugar de “devassidões disfarçadas e perigosas” (MACEDO, 2010, não paginado), desta forma demonstrando os perigos também existente entre as portas dos fundos das casas. Cozinheiras, lavadeiras e arrumadeiras, como vimos em capítulos anteriores, mantinham relações com vendedores, quitandeiras e demais funções vinculadas ao público e que, de certa forma, regiam o controle do cotidiano doméstico que partia dos escravizados.

Desta forma, percebemos, através da escrita e dos argumentos trazidos por Joaquim Manuel de Macedo no texto e na forma como ele representa Lucinda como agente corruptor, um discurso que promove a ideia de uma culpabilidade excessiva da escravidão. Em momento algum ele questiona de fato o papel que o senhor desenvolveu para a manutenção do escravismo, de modo que o papel senhorial resume-se apenas à reflexão da consciência individual para o término do sistema. Ao isentar-se de qualquer papel como escravocrata, Macedo delinea os passos a serem tomados por sua classe, partindo de ideias emancipacionistas que terminam por se desvirtuar discursivamente ao assimilar ideias racistas para a defesa do projeto. Ao pintar escravos odiosos, lascivos e maquiavélicos, Macedo lança mão de uma série

de discursos racistas, muitas vezes empregados pela medicina e pela antropologia, para promover a suposta degeneração e incapacidade intelectual da pessoa negra. Ao sugerir tais argumentos e incutir uma falsa conscientização sobre o problema do cativo através do medo do escravo, Joaquim Manuel de Macedo, antes de fazer de fato uma obra alegórica do emancipacionismo, constrói uma visão de confirmação racista sobre a população negra. Assim, se seu texto é tido como abolicionista, ele o é não por prezar pela dignidade da população negra, mas por reconhecê-la, de modo racista, como uma ameaça para a moral branca.

Neste sentido, podemos notar que mesmo dentro da variedade de representações sobre a mulher negra, todas elas estão submetidas, de certa forma, aos discursos racistas que enredavam a escravidão. Enquanto personagens como Rita Baiana exacerbam uma suposta sexualidade da mulher negra, personagens como Mariana e Sabina, que também tem seus destinos traçados pelo sexo, terminam levadas à morte. Isaura, uma espécie de fantasia higienista sobre a escravidão, incorpora todas as virtudes de uma mocinha branca enquanto se distingue de sua antagonista negra, Rosa, que é tida como uma pessoa traiçoeira e invejosa. Nesse sentido, ainda que alguns personagens evoquem nossa simpatia, como é o caso de Mariana, Sabina ou Bertoleza, elas ainda aparecem atravessadas por discursos que, ao passo que provocam empatia também reiteram alguns essencialismos racistas. Lucinda, por fim, parece sintetizar todas as características negativas que uma escravizada negra poderia ter.

Entretanto, se todas essas histórias oferecem modelos trágicos, contos cautelares, da mulher escravizada, essas tipologias negativas só podem existir porque outras representações, igualmente racistas, oferecem modelos ideais de como uma escravizada negra e doméstica deveria ser. É o caso de Mônica, personagem secundária do livro *O Mulato*, que citada *en passant*, é descrita como “gorda, sabia e muito asseada; tetas grandes e descaídas dentro do cabeção. Tinha ao pescoço um barbante, com um crucifixo de metal, uma pratinha de 200 réis, uma fava de cumaru, um dente de cão e um pedaço de lacre encastado de ouro” (AZEVEDO, 2014, não paginado). Assim, mostrando sua nutrição, higiene, sabedoria e assimilação aos valores cristãos, a ama de leite Mônica, que dedicou à sua senhora “um amor maternalmente extremoso, uma dedicação desinteressada e passiva” (AZEVEDO, 2014, não paginado), é um modelo ideal de devoção. Curiosamente, discursos que ligam os atributos físicos das escravizadas às supostas virtudes para o cuidado atravessam os anúncios de jornais de compra, venda e aluguel de amas de leite. Alternativamente, fotografias encomendadas pelos senhores idealizam certa docilidade das relações interracialis no ambiente doméstico senhorial, produzindo imagens em que essas mulheres aparecem frequentemente como índice de uma suposta escravidão paternalista e benevolente. Assim, como veremos, se a maior parte da

literatura alerta sobre os terrores da escravidão doméstica, principalmente para os senhores, a fotografia aparece como um importante arquivo em defesa da continuidade das práticas escravistas domésticas.

4 “MEMÓRIAS DA MÃE PRETA”: AS REPRESENTAÇÕES DAS AMAS DE LEITE NOS RETRATOS DE FAMÍLIA

As fotos foram arroladas a serviço de importantes instituições de controle, em especial a família e a polícia, como objetos simbólicos e como fontes de informação (SONTAG, 2004, p. 32).

Partindo dos pontos trabalhados nos capítulos anteriores entremeados com a citação que abre este capítulo, podemos pensar em diversas formas pelas quais as produções fotográficas circularam na sociedade. O intuito deste capítulo é trazer o papel do retrato para as produções discursivas e representativas da sociedade brasileira ao caminhar para o fim do século XIX, ressaltando o papel simbólico e informativo da fotografia em contraponto à literatura. Dentro da sua diversidade narrativa, o romance muito se dedicou a mucamas e cozinheiras, mas pouco se debruçou sobre as amas de leite, que, supostamente, seriam as responsáveis por prezar pelo lar senhorial que, de acordo com a maior parte da literatura, mucamas pareciam corromper.

Se formos pensar dentro das tipologias sobre a mulher negra, abordadas por Xavier (2012) na literatura, as amas de leite comumente seriam inseridas dentro daquelas mulheres fiéis, confidentes e companheiras resignadas. Neste contexto, os retratos das amas de leite aparecem como dispositivos de controle senhorial sobre essa suposta fidelidade, funcionando como forma simbólica de informação e ratificação do domínio exercido sobre os corpos negros, acentuando o lugar que a escravidão possuía no âmbito privado e sua relação com o público.

Ao contrário da literatura, que buscava acautelar as famílias sobre os problemas da escravidão doméstica e o contato direto com os escravizados, a fotografia serviu como dispositivo contrário ao discurso literário e médico, buscando reafirmar a ideia de uma escravidão humanizada e consciente, baseada na confiança e no afeto entre senhores e escravos. Aos seus modos, as fotografias “respondiam” a representações como as propagadas na maior parte da literatura da época; motivos também explorados por Bernardo Guimarães (1875) e Machado de Assis (1871) que narraram trajetórias de personagens que, apesar de trágicas, eram tidas “como da família”.

As fotografias de amas de leite analisadas neste capítulo serão o total de oito, obtidas da *Coleção Francisco Rodrigues*. A coletânea de fotografias faz parte do acervo imagético da Fundação Joaquim Nabuco e hoje é tida como uma das coleções mais relevantes de fotografias de família. Formada por cerca de 17 mil retratos de diversos indivíduos, a coleção termina por atestar o “amplo e dinâmico circuito social da fotografia existente no Brasil e no mundo, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX” (ARAÚJO, 2020), p.

1). Através da coleção podemos observar, através da imagem, o período da decadência da sociedade aristocrática e a ascensão de uma sociedade burguesa, intelectual e urbano-industrial. Araújo afirma que a partir da observância, os retratos componentes da coleção nos conduzem a uma série de insinuações sobre os modos de viver socialmente como, por exemplo, as “relações sociais de classe, raça, gênero, práticas sociais e representações, vida privada familiar e ritos de passagem, sociabilidades urbanas, modas, valores culturais e padrões comportamentais, expressões de afeto e sentimentos” (ARAÚJO, 2020, p. 2).

A coleção teve início no Recife, nos anos de 1920, idealizada pelo cirurgião-dentista Augusto Rodrigues, pai de Francisco Rodrigues. A coleção ganhou notoriedade a partir de um artigo publicado por Gilberto Freyre, em 1937, que exaltava a importância documental da imagem para estudos históricos e antropológicos sobre a vida social brasileira. Após a morte do seu pai e temendo que as imagens se perdessem, Francisco assumiu a continuidade da coleção, ampliando-a. A relevância pública da coleção, com o tempo, foi tão grande que o Governo de Pernambuco tentou adquirir a coleção para si em 1956, não concretizando a compra. Entretanto, em 1960, a coleção foi comprada pelo antigo Instituto do Açúcar e do Alcool, como acervo do antigo Museu do Açúcar; nessa época, contando com cerca de 12.750 peças. Já em 1977, todo o acervo do antigo museu e do Instituto do Açúcar, incluindo a coleção então denominada de Francisco Rodrigues, foi transferida para o recém-fundado Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco, hoje Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Atualmente a *Coleção Francisco Rodrigues* encontra-se preservada e com acesso ao público através da Coordenação Geral de Documentação e de Estudos da História Brasileira Rodrigo Mello Franco de Andrade (CEHIBRA).

Apesar de ser uma coleção de referência para quem busca estudar a sociedade através de imagens, com ênfase em Pernambuco, é notável a escassa presença de fotografias de negros dentro da coleção. A raridade de retratos de negros nesta coleção, e até mesmo a escassez das fotografias das amas de leite, nos leva a perceber que, na realidade, as oito imagens aqui trabalhadas que retratam amas de leite provavelmente foram conservadas por retratarem, na verdade, as crianças. Ao estudar a coleção, deparei-me com imagens de senhoras, senhores, formandos e até de crianças sozinhas. Dentre eles, encontram-se oito fotografias de bebês e crianças com suas amas. A representação pretendida aqui não era apenas da ama, mas sim do herdeiro. Contudo, ressalto a importância que suas imagens, mesmo como coadjuvante numa representação maior, ocasionaram grandes debates.

É importante sabermos que na sociedade brasileira do século XIX e dentro do vasto catálogo de (auto)representações surgiram a partir da fotografia, os retratos das amas de leite

figuraram como um gênero à parte nos códigos de (auto)representação elaboradas socialmente, tornando-se relevante para a construção de uma nova identidade para a escravidão doméstica, principalmente em um momento que discursos circulavam buscando alterações que feriam diretamente a organização patriarcal da família.

Nas fotografias, Luiz Felipe de Alencastro (1997) identificou um padrão de postura e montagem de imagem que aponta diretamente para os modelos de representação trabalhados nas antigas escolas de arte renascentistas. Similarmente, Sandra Koutsoukos (2010) referenciou tais retratos como imagens de grandes madonas negras, sentadas ou eretas ao lado da criança, estática ou em movimento. Uma adaptação livre das imagens renascentistas de nossa senhora. Essa leitura remete muito à interpretação que Boris Kossoy (2014) fez das primeiras fotografias, comparando-as às pinturas, e Roland Barthes (1984), ao trabalhar os processos modernos da fotografia, apontando para a importância da pose para a construção da representação. É interessante a leitura que ambos os autores fizeram das fotografias das amas de leite porque nos dão margem à diversas interpretações das intenções pretendidas na hora da montagem e em como a escolha da pose contribuiu simbolicamente para a representação das amas de leite.

Vejamos o retrato de Fernando Simões Barbosa e sua ama de leite. Infelizmente, não conseguimos maiores informações sobre Fernando e sua família; um dos pontos mais observados é a falta de completude no registro da imagem. Entretanto, o que mais se sobrepõe, na imagem, é a falta da identificação da mulher ao lado de Fernando. A ignorância sobre a identidade da ama de leite foi quase uma regra no ato da catalogação das imagens. Primeira falha da fonte mnemônica: o curto prazo de validade. Por mais que a família soubesse de quem se tratasse na imagem, um registro que perdurasse fez com que a identidade da mulher negra se perdesse, apenas perpetuando o nome da criança, o que demonstra a real importância do registro: independentemente de quem retivesse a foto, seu fim seria mais a lembrança da imagem do bebê do que de sua ama. Todavia, ao fixarmos o olhar na imagem, podemos ver uma mulher negra, sentada numa cadeira de espaldar alto e ricamente vestida. Embora o cenário não seja extremamente elaborado com ricos ornamentos, a vestimenta senhorial e os ricos detalhes da madeira talhada da cadeira dão por si um aspecto de austeridade e imponência à imagem. O cabelo da ama aparece preso, repartido ao meio, seguindo a ideia de disciplina e higiene que regulava seu corpo, entrando em acordo com as modas senhoriais e se distanciando dos padrões estilísticos africanos. O bebê, como outros de sua época, aparecia em branco, em alusão aos anjos do renascimento.

FIGURA 1: Montagem comparativa entre a fotografia "Fernando Simões Barbosa e sua ama de leite" e a Madonna de Rafaello



FONTE: Montagem do autor¹

Enquanto a foto segue um formato pré-estabelecido, ela também desenha uma ama de leite em sua singularidade: seu olhar austero e as mãos semiabertas, que sustentam o bebê desajeitado. Assim, como abordarei neste capítulo, as fotografias de amas de leite seguem um padrão estilístico ao passo que, cada uma, marcam uma relação específica entre sujeitos de diferentes posições na escravidão doméstica.

Os retratos nos permitem acessar certos tipos de conexões, principalmente subjetivas, que o texto dificilmente nos permite adentrar. No caso das fotografias de família, especialmente, podemos, através dessa subjetividade, obter indícios de práticas, hierarquias e potenciais exercícios do poder simbólico sobre o corpo. Outro ponto trabalhado no capítulo é a observação das alterações sociais e comportamentais vivenciadas pela sociedade brasileira no período. O interesse da representação da sociedade e da escravidão, através da imagem, é o que importa investigar aqui. Para isso, é necessário percebermos a introdução da fotografia, no Brasil, não apenas como uma das mais populares inovações tecnológicas que marcaram o século XIX, mas

¹ Fernando Simões Barbosa e ama de leite: Coleção Francisco Rodrigues – FUNDAJ – CEHIBRA, FR:00550 / Madonna de Raphaello, reprodução da wikipédia. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Raffaello_Madonna_Cowper.jpg. Acesso em 31/08/22.

atentar para o fato que o ato de retratar-se e retratar o outro foi o que buscou dar sentido à nossa sociedade. A partir desse ponto é que buscamos refletir acerca do papel do negro escravizado no processo de “cristalização” da imagem, sobretudo o papel da ama de leite no registro do que se entendia “como da família”.

Ao retornar à citação de Sontag que abre esse capítulo, percebemos que, assim como as demais sociedades do mundo ocidental, as instituições exerceram e ainda exercem extenso controle sobre a comunidade e os indivíduos. Sejam médicos, advogados, jornalistas, todas estas instâncias desempenharam amplo controle sobre os grupos minoritários – pobres, crianças e mulheres negras e brancas. É pensando a partir disso que a citação de Sontag faz completo sentido. O que chama atenção na fala da ensaísta é a colocação da família dentro do jogo institucional. O poder familiar, em constante disputa com o poder público, determinante para a manutenção de diversas formas de dominação, principalmente no contexto da manutenção de um hábito social que já era arraigado e até esperado da alta sociedade brasileira do século XIX.

Como Mariana Muaze (2018) deixou claro, e como abordado no capítulo anterior, as formas de dominação do corpo da mulher negra, exercido entre as paredes do lar, foram conduzidas condicionalmente, o que estabelecia tênues linhas de violência específicas do privado no exercício da escravidão. Sontag (2004) diz que as “fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto” (p. 16). A partir disso, mais uma vez, podemos pensar nessas fotografias de família, especificamente as que registram o momento em que o herdeiro senhorial anuncia seu lugar no jogo do poder ao lado de sua ama de leite, como um testemunho, ou a tentativa, de um “abrandamento” das políticas de dominação, ao menos no ambiente familiar, e que eram diariamente denunciadas no ambiente público a partir da década de 1870, principalmente pelos que advogavam pela abolição.

Portanto, podemos compreender o conflitivo papel desempenhado pelas fotografias na sociedade brasileira: o da manutenção das práticas de domínio existentes no privado, através do combate político estabelecido entre a imagem e o texto. Desta forma, através da imagem representada de si, o privado estabeleceu um canal para o diálogo com o público construindo um embate discursivo entre perspectivas que colocavam em xeque as relações que estabeleciam a dicotomia entre as duas esferas, principalmente no que dissesse respeito à escravidão.

O poder do registro e a facilidade ao acesso da memória foram amplamente trabalhados socialmente na construção de uma narrativa que confirmasse suas práticas. A escravidão existia, estava ali, e ao olhos de quem procurava condená-la, as imagens procuravam dizer o contrário: ela existia, mas não era má como a amplitude discursiva dizia. Segundo as imagens, na

escravidão doméstica não se praticava crueldades, as amas de leite eram tão próximas de seus senhores que eram representadas elegantemente com os bebês senhoriais. Existia confiança, a imagem dizia. Era o embate entre o discurso visual e o textual. As fotografias da escravidão doméstica foram tão utilizadas para reiterar a falsa ideia de uma escravidão “branda”, que outras imagens de pessoas negras chegaram a ser produzidas com fins de estudo para comprovação da supremacia racial branca, no caso brasileiro, pela via da antropologia criminal. Em seu estudo, Ariella Azoulay (2022) comenta, por exemplo, como o pesquisador racista Louis Agassiz, de Harvard, em 1850, utilizou daguerreótipos de pessoas negras nuas para atestar uma suposta superioridade branca. Para ele, tais imagens eram diferentes das encomendadas por senhores de escravos, “que tinham como objetivo retratar a escravidão como uma forma benevolente e paternalista de dominação branca” (AZOULAY, 2022). Em ambos os casos, entre o paternalismo das fotos de família e supremacia declarada do racismo científico, pessoas negras estavam sendo retratadas sob óticas racistas.

Portanto, podemos pensar a presença da criança, nessas fotografias, investida de todo o poder simbólico que sua condição lhe atribui, ao contrário de sua ama que, como disse Muaze (2018), estava posta em cena como receptáculo, o destino para onde esse poder senhorial estava direcionado. Entretanto, essas mesmas relações são ambíguas, não apenas no sentido que envolve a possível afetividade, mas nos controles exercidos entre aqueles indivíduos e as relações intrincadas nos papéis que eles desenvolvem para a mesma sociedade. Contudo, veremos esses questionamentos mais adiante. Por enquanto, nos cabe pensar em como essas imagens repercutiram aos serem dispostas aos olhares do público.

Se, como Alencastro (1997) apontou, muitos desses mesmos registros buscaram inferir na sociedade uma ideia de “humanização” na escravidão doméstica e o não protagonismo contratual da mulher negra, precisamos pensar mais uma vez que essas imagens, embora contassem com a presença da ama negra, não se tratavam de um registro seu. Como apontado em diversos estudos, por mais que tais fotografias buscassem estabelecer um lugar de “pertencimento” da ama dentro da família, a não participação da mulher que seria registrada ao lado da criança na montagem da cena ou na escolha de como representar-se deixa claro o real papel atribuída a ela. Azoulay (2022) também apontou tal questão em seu estudo quando disse que “se o público tem o direito de ver pessoas fotografadas em situações de cativeiro, a população negra será para sempre apresentada como escrava” e é esse papel de escrava representado pela mulher negra ricamente vestida que confere o poder necessário à imagem na elaboração dos discursos vinculados a ela.

Sendo assim, tais registros elaborados em contextos de violência não atenuam o que foi registrado, pois é o caráter violento que tal imagem retém. Portanto, investigar tais imagens, hoje, é observar e analisar a forma como o sistema escravista e os valores privados foram praticados por aquela sociedade, principalmente nos discursos presentes nas formas como escolheram representar-se. Atualmente, ao olharmos profundamente as fotografias das amas de leite, vemos claramente todos os processos de dominação, marginalização da maternidade e vivências que moldaram as vidas daquelas mulheres. Contudo, essa percepção parte de uma concepção contemporânea e antirracista que condena a escravidão, diferentemente do que originalmente foi pretendido, dado que tais imagens faziam a manutenção do sistema escravista. Neste ponto, podemos pensar a imagem como uma cápsula do tempo em que a sociedade buscou guardar tudo que conferisse significado ao estilo social que lutava por manter-se em um tempo que ansiava por mudanças, mas que trouxe consigo séculos de mascaramento de relações domésticas abusivas.

4.1 “SOBRE FOTOGRAFIA”

Hoje, ao abriremos nossos álbuns de infância, nos deparamos com sensações, emoções, olhares que divergem do que imaginamos sobre nós mesmos ou que procuramos representar a outras pessoas, mesmo ao remontarmos nossa infância. A memória, embora não se negue sua importância, tem caráter efêmero e, com o passar do tempo, tudo pode se tornar uma neblina, distorcida pelos nossos anseios de hoje, do que deve ter sido, ou queríamos que tivesse sido, o passado. Mas os álbuns de família estão lá, firmes, empoeirados, mas que trazem a concretização da suspeita ou da dúvida. Susan Sontag (2004) diz que as fotos nos fornecem testemunhos, portanto todas as comprovações do nosso passado estão ali. A fotografia veio para dar forma a memória, ou melhor, para estimulá-la a continuar nítida. Retratar-se é apropriar-se a si mesmo, através do olhar do outro, ao mesmo passo que o outro se apropria de nós. Nosso registro imagético nunca é somente “nós”, é também o “outro”. É a visão de quem nos retrata que está muito mais em primeiro plano do que o que percebemos de nós mesmos. A autora ainda nos indica que

Por meio de fotos, cada família constrói uma crônica de si mesma – um conjunto portátil de imagens que dá testemunho da sua coesão. Pouco importam as atividades fotografadas, contanto que as fotos sejam tiradas e estimadas (SONTAG, 2004, p. 19).

Então, se pensarmos diretamente sobre as fotografias elaboradas durante o século XIX, no Brasil, podemos perceber os processos simbólicos que procuravam ser registrados nas

imagens. Um determinado ofício, um herói de guerra, ou a criança com sua ama de leite. Sontag (2004) mostra o álbum de família como a organização de vestígios, é a amplitude da vida familiar e, como ela mesma diz, “muitas vezes tudo que dela resta” (p.19). Assim, “as fotos são apreciadas porque dão informações” (p.32).

Com isso, podemos pensar nas representações fotográficas como um método condicional para a regulação das práticas sociais, onde o padrão de vigilância individual se amplia para além do agora, passando a operar também no modo em como o indivíduo produz sua narrativa. Padrões de classe, riqueza e poder são estabelecidos através da produção imagética de si e do grupo familiar e isso inclui a ama de leite, compreendida como produto do poder e dominação inerente à classe senhorial e definidor dos parâmetros familiares esperados para a época.

Para além disso, a nostalgia é um fator importante para a relação estabelecida entre o espectador e a imagem fotográfica. É um dos principais pontos de acesso, até mesmo para análises críticas, porque é através do acesso nostálgico que acessamos os invólucros simbólicos da imagem. Quando falo de nostalgia não me refiro somente ao sentimento de lembrar um momento vivo trinta anos antes, mas de perceber, através da imagem, o olhar nostálgico do fotógrafo. Sontag, ao analisar a perspectiva de leitura imagética trabalhada por Walter Benjamin, aponta para sua análise das paisagens fotografadas na Europa pré-guerra e investiga o olhar nostálgico do artista ao perceber que a imagem retratada passa a sensação de que o próprio fotógrafo buscou passar, transparecendo certos aspectos saudosos em seu trabalho, como se ele já soubesse que muito em breve aquele mundo não seria mais o mesmo.

Então, a partir desse olhar de Sontag sobre Benjamin, também podemos perceber que nas fotografias, sejam familiares ou de amas de leite, elaboradas na segunda metade do século XIX, no Brasil, já se buscava conferir esse olhar nostálgico, como se já fosse visível, apesar dos esforços, “a queda do *habitus* senhorial”. Enquanto as fotografias benjaminianas se apegavam a uma ideia de um mundo pré-guerra, as fotografias de escravos no Brasil prezavam pela manutenção da dominação de povos negros. Ao fotografar sua família, o cliente buscava por informações que legitimassem sua posição social e elementos que determinassem seu status. O retrato aparece como, acima de tudo, no século XIX, um ornamento simbólico, em que cada detalhe sugere quem você é e o seu lugar na sociedade. Como Luiz Felipe de Alencastro (1997) chegou a dizer, as amas de leite eram fotografadas juntamente com as crianças, não apenas para demonstração de *afeto* ou manutenção de uma nostalgia, mas para simbolizar *status* social. Somente ricos tinham amas de leite em suas casas; era custoso “ter” uma própria. Isso retoma a ideia da importância que o álbum de fotografia tem ao comprovar os “fatos”.

A fotografia chega ao Brasil a partir da década de 1840, como parte do projeto de inovação urbanística, tecnológica e social visado por D. Pedro II para modernizar o país. Diversos autores que trabalham sobre o período como Alencastro (1997), Lilia Schwarcz (1998) e Sandra Koutsoukos (2010) concordam com a massiva popularidade da fotografia em todo território nacional. A imprensa teve papel central, também, para a popularização do desejo pelos retratos. Inúmeros eram os anúncios que cotidianamente figuravam nas páginas dos jornais, muitas vezes lado a lado com anúncios de escravos fugidos e de amas de leite – aqui percebemos o caráter genérico e indistinto que os jornais empregavam nas suas colunas de anúncios. Exemplo disso é o anúncio do estúdio de Alberto Henschel, publicado no *Diario de Pernambuco* em 7 de julho de 1866, anunciando a nova parceria e a abertura do novo estabelecimento na *Rua do Imperador n. 38* e novamente em 3 de maio de 1873, no mesmo jornal, anunciando ao público a curta interrupção dos trabalhos:

Figura 2: Anúncios do Estúdio Fotográfico de Alberto Henschel no Recife



FONTE: Acervo Digital do Diario de Pernambuco / Disponível na Hemeroteca Digital - BN

Embora a popularização da fotografia alcançasse todas as camadas sociais, sendo acessível a qualquer pessoa (auto)representar-se, o poder simbólico do uso do retrato sempre foi um fator de importância na montagem da cena. Susan Sontag, em suas análises imagéticas, aponta para o fato de cada pessoa ser representada como emblema da camada social a qual pertence, ratificando seu ofício ou profissão. Ao falar disso, ela segue diretamente para a concepção teatral da fotografia ao apontar que

Os ricos e os profissionais de alto escalão tendem a ser fotografados em ambientes internos, sem acessórios. Eles falam por si mesmos. Os trabalhadores e os miseráveis

são, em geral, fotografados em um cenário (muitas vezes, ao ar livre) que os situa, que fala por eles (SONTAG, 2004, p. 75)

Claramente, a autora se refere a um momento em que as técnicas fotográficas já estavam avançadas. Entretanto, o que mais chama atenção na colocação é o fato dela delimitar bem como pessoas de camadas diferentes eram tratados distintivamente, principalmente o que ela chama de “trabalhadores e miseráveis”. Estes, em especial, são levados a compor uma cena, em um cenário no qual ele não vai ser responsável pela própria narrativa, mas, sim, o cenário “que fala por eles”. É interessante pensar nisso porque, durante o século XIX, o artifício da cena foi bastante forte para a composição dos retratos, independente da camada social que o representado pertença. Contudo, como a cena vai ser montada é que vai levar o espectador a perceber quem ele é: rico ou pobre, escravo ou livre.

O aspecto teatral da imagem, durante o século XIX, foi também abordado por Boris Kossoy (2014) quando ele, ao estudar as transformações nas representações entre a pintura e o surgimento da fotografia, aponta para a forte influência que a primeira teve na segunda. Sandra Koutsoukos (2010) ao tratar do mesmo assunto, observou que os detalhes usados em uma cena participam configurando um sistema de códigos, constituindo uma linguagem simbólica que “torna inteligível a ideia que se queira passar” (p. 77) e ainda complementa:

Assim como acontecia na pintura, em fotografia a presença de determinados objetos induzia o observador da foto a uma associação de ideias: a pena e o tinteiro indicavam um comprometimento com a escrita; o livro, a possível cultura, a erudição; jardins e flores, a delicadeza (KOUTSOUKOS, 2010, p. 77).

Entretanto, a autora ainda aponta para a questão do negro na fotografia ao também exemplificar a montagem do retrato para população cativa e liberta:

Porém, caso se tratasse de um jovem negro, tirado entre 1866 e 1870, a mensagem contida podia ser também a de uma “liberdade conquistada”, que vinha com o alistamento; o negro descalço era escravo; a negra segurando criança branca no colo era ama de leite ou ama-seca; escravos na foto do senhor, a exibição dos bens deste, de sua posse (KOUTSOUKOS, 2010, p. 78).

Deste modo, a autora também passa a corroborar com a ideia de um *teatro da imagem* elaborado de forma que a narrativa, apesar de silenciosa, fosse amplamente “audível”. Assim, o estúdio funcionava ao mesmo tempo como camarim e palco, tendo o fotógrafo como diretor, o cliente como protagonista – embora não estivesse em foco – e o representado como personagem coadjuvante. Interessante pensar nessa construção cênica, também pensada por Koutsoukos (2010) e Roland Barthes (1984), porque ao prestarmos atenção nas fotos de amas de leite, por exemplo, que papel caberia a ela dentro do espetáculo? Seria ela tão coadjuvante quanto a criança que está ao seu lado ou uma mera figurante? Prefiro encaminhar tal

pensamento para uma certa duplicidade do papel secundário, tendo em vista que o papel representativo da ama de leite é tão importante quanto o da criança, embora simbolicamente os dois sejam opostos. Enquanto a criança permanece ao lado da mulher negra nutriz, reproduzindo seu poder simbólico transmitido pela hereditariedade, as vezes pelo leve toque na mão da ama, a ama de leite representa a autoridade de quem exerce certo controle sobre aquela criança, sendo ela a responsável por sua primeira educação. Não descartemos, afinal, o provável papel de tutora do jardim de infância das crianças senhoriais, colocando, assim, a disputa de poder – embora extremamente desigual – em via de mão dupla. Uma terceira via também pode ser vista de modo geral ao olharmos tais fotografias: a perspectiva de Benjamin que Sontag trouxe em sua obra; “o olhar para o fim do mundo”. O senhor, protagonista da cena, monta um espetáculo no qual a performance central é a reafirmação de postura social, a razão do mundo do qual ele faz parte e a busca pela eternização dele.

Sobre essa questão, Peter Burke (2017) também contribui com essa perspectiva ao dizer que “antes da década de 1880, na era da câmera de tripé e exposições de 20 segundos, os fotógrafos compunham as cenas, dizendo às pessoas onde deveriam se posicionar e como se comportar” (ebook, n. paginado). Contudo, fica bastante claro que as primeiras fotografias registradas ainda na segunda metade do século XIX exibiam características artísticas bastante diversas da preparação cênica das fotografias atuais. Ainda sobre o papel central do retratista na organização cênica, Roland Barthes (1984) traz uma colocação pertinente sobre o papel desempenhado por esse indivíduo que é ao mesmo tempo pintor e diretor quando diz que “diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele que ele se serve para exibir sua arte” (p. 27). Mais uma vez, Barthes nos leva a perceber a subjetividade dos olhares empregados tanto na elaboração quanto na recepção da imagem. Burke (2017) diz que “como nos retratos de indivíduos, representações da sociedade nos dizem algo sobre uma relação, a relação entre o realizador da representação e as pessoas retratadas”.

Tal perspectiva casa bem ao pensarmos nas intenções hierárquicas presentes nas fotografias. Uma postura, um olhar, uma mão podem claramente definir a hierarquia conduzida na construção da imagem. Fotografias de família em que o marido aparece imponente na imagem, ao lado de seus filhos e sua esposa, buscam dar tanto familiaridade ao grupo doméstico quanto a importância que a família tem para a construção do homem social. Na imagem a seguir, da família Pereira da Costa, registrada no Recife pelo estúdio de J. J. Oliveira, podemos ter ideia das hierarquias presentes no registro familiar.

FIGURA 3: Família Pereira da Costa



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Na imagem, o patriarca da família não aparece em pé, atrás de sua esposa, como estamos acostumados a ver em antigas imagens familiares. Aqui ele aparece sentado confortavelmente de pernas cruzadas em uma cadeira ricamente trabalhada, de braços ornamentados e espaldar alto, como um trono. A simbologia presente na escolha da cadeira e a forma como ele se senta cruzando as pernas é o demarcador da hierarquia familiar no caso dessa imagem. Sua mulher aparece elegantemente vestida e em pé atrás do marido. Sua mão é que toca o topo da cadeira. A escolha de colocar a mulher centralizada e em pé, diante do fotógrafo, nos traz a ideia da reiteração do lugar da mulher como centro do controle privado. As crianças, em frente à mãe e ao lado do pai, representam o êxito familiar, tanto no que se esperava do papel primordial da mulher – a descendência – quanto no papel do homem na construção e manutenção da família. Assim como aconteceu com as imagens das amas de leite, as fotografias de família também estabeleceram uma fórmula, uma pré-organização das representações em conjunto.

Koutsoukos (2010) ao abordar o “espetáculo da imagem” aponta para a instantaneidade da cena, tomando o ato de retratar e ser retratado como uma cena sem bis. Após uma tentativa, onde a cena é construída e engessada sob às rédeas do fotógrafo, o que resta é apenas a memória cristalizada no papel que retorna à “vida” através de olhares curiosos em momentos específicos. Todavia, Burke (2017) também aponta para as atitudes inconscientes que são expressas na hora da montagem do retrato, posturas ou gestos inconscientes que escapam ao olhar atento do diretor e que chegam a transmitir sentimentos, sejam eles medos, ódios ou desejos. Sobre o momento “x” da performance do estúdio, Koutsoukos faz uma ótima descrição:

Teatro armado, modelo postado com pose estudada, ferros encaixados, olhar fixo no lugar definido. Vai ser registrada sua imagem. O fotógrafo se coloca. O cliente suspende a respiração. E um, dois, três etc. Pronto! Agora pode-se relaxar. (KOUTSOUKOS, 2010, p. 79).

Observemos o retrato de Raul e Paulo Cavalcanti de Queiroz Monteiro (abaixo), tirada no Recife pelo estúdio *Oliveira & Tondella*. Ao nos depararmos com a imagem, podemos ver claramente as colocações feitas até agora sobre o rito do retrato. Percebamos que eles não demonstram nada em suas feições, além de uma seriedade incomum às crianças. Não estão minimamente confortáveis, suas posturas eretas nos levam a pensar que eles prenderam a respiração na hora “H”. Observemos também o cenário e o figurino minuciosamente pensado, além do figurino austero, como dois miniadultos. Podemos fabular, ao exercermos nosso olhar espectador, a intenção negociada entre o retratista e os pais das crianças ao retratá-los de tal maneira. Fica clara a intenção de representá-los como o futuro da família, os futuros bacharéis e herdeiros, mas claramente suas vestes representam um posto de destaque social ao vestirem-se totalmente de preto, com um deles chegando a segurar o chapéu. Entretanto, resquícios de sua idade precoce são transparecidos na forma como o que está sentado tem seus pés cruzados, postura muito comum ao nos sentarmos em um local mais alto, como se fossemos nos balançar. Entretanto, tal postura não era comum, no século XIX, aos adultos. Portanto, deixemos fabular acerca de um possível movimento involuntário, como disse Burke (2017).

FIGURA 4: Raul e Paulo Cavalcanti de Queiroz Monteiro



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

É interessante pensarmos esses pontos nas fotografias apresentadas porque é assim que exercitamos nosso olhar e as variadas subjetividades que podem suscitar ao nos depararmos com as imagens das amas de leite. Koutsoukos (2010) nos encaminha a refletir justamente sobre o “jogo dos olhares” e que podemos exercitar ao olharmos a fotografia de Raul e Paulo, por exemplo: o olhar dos pais sobre os filhos e do retratista ao definir como deseja representá-los; em seguida o olhar deles próprios sobre si mesmos representados de determinada forma, após o retrato pronto e que muitas vezes não chega a condizer com o cotidiano; o olhar dos familiares e amigos que ao se depararem com essa fotografia no álbum da família e os variados pensamentos que tais fotografias suscitam em quem as observa, principalmente sobre a temporalidade dos meninos e os afetos ali presentes. Desta forma, podemos perceber que a subjetividade do olhar é uma das chaves de acesso ao grupo de informações que essas fotografias podem nos transmitir. Sobre isso, Burke (2017) corrobora com a intencionalidade simbólica da imagem, e que se aplica perfeitamente bem aqui, ao dizer que “as posturas dos

modelos e dos acessórios e objetos representados à sua volta seguem um padrão e estão frequentemente carregados de sentido simbólico” (ebook, n. paginado).

4.1.1 O JOGO DAS REPRESENTAÇÕES: “O RITO DA POSE”

A fotografia marcou uma das maiores invenções tecnológicas do seu tempo. Inventada em 1839, após inúmeros experimentos envolvendo a captura de imagem, Louis Daguerre conseguiu colocar a máquina que leva seu nome no hall das grandes maravilhas sociais em meados do século XIX. A facilidade da representação que agora simbolizava economia de tempo e dinheiro – nessa altura, a pintura, ainda procurada, mostrava-se extremamente dispendiosa e de processo bastante lento. A instantaneidade do retrato terminou que virou uma febre na Europa industrial, atravessando o além-mar e alcançando jovens nações que buscavam ingressar nos moldes civilizacionais europeus.

O Brasil, como pudemos ver no capítulo anterior, buscava modernizar-se e dar sentido a uma identidade que se buscava construir, principalmente após o fim do primeiro reinado. D. Pedro II, que em meados de 1840 contava com 14 anos de idade, simbolizava a renovação do Império e, ao demonstrar-se desde cedo como incentivador da tecnologia, buscou rodear-se de jovens estudiosos que, como ele, simbolizavam a nova elite pensante do país – os bacharéis. Curioso das novas tecnologias, o imperador buscou logo experimentar e introduzir a novidade em solo brasileiro.

Sandra Koutsoukos (2010) mapeou em sua pesquisa que, ainda em meados da década de 1840, o daguerreótipo tornou-se extremamente popular na corte, contando com inúmeros anúncios, de variados estúdios – brasileiros, franceses e alemães – que se estabeleceram na corte e vendiam seus serviços. Com isso, o interesse social pela (auto)representação tornou-se generalizado. Contudo, no início, o daguerreótipo não chegou a ser completamente eficiente no seu propósito. Boris Kossoy (2014), assim como Koutsoukos, aponta para certos “inconvenientes” enfrentados tanto pelo fotógrafo quanto pelos clientes na hora de retratar-se, mas que, com ajuda de manuais de fotografia e estudos mais ampliados, foram sendo corrigidos com o passar do tempo. Os autores apontam que, em seus primórdios, os retratos feitos a partir do daguerreótipo necessitavam longos períodos de exposição ao sol – cerca de 20 minutos – e com a possibilidade de apenas uma única cópia do registro. A nitidez também era um problema bastante comum nas primeiras fotografias. O inconveniente do sol e a longa espera, muitas vezes resultavam em retratos pálidos, quase fantasmagóricos, devido ao alto brilho da imagem – consequência da luz excessiva –, além de ser bastante comum aparecerem com olhos

arregalados – as pessoas possivelmente permaneciam assim por medo de piscar durante o ato e como apenas uma cópia era feita, tudo precisava ser perfeito.

Todavia, já para fins da década de 40 dos oitocentos, já era possível registrar a redução de espera ao sol dos 20 minutos para os 60 segundos. A redução do tempo de espera para o retrato possibilitou, dentre outras coisas, que os retratistas buscassem outras técnicas como, por exemplo, trabalhar com as noções de luz e sombra, captando amplas noções das técnicas de pintura. Para além disso, foi possível a montagem dos estúdios de fotografia, lugar onde a imagem-espetáculo teria palco. Sobre a montagem da cena, Koutsoukos (2010) mostra que

Muitos fotógrafos se esforçavam para ter e conservar a fidelidade do público. Os que puderam montaram verdadeiros “palácios” com mármore nos revestimentos, viveiros de pássaros para distrair a clientela, painéis variados para servirem de fundo às fotos, mobiliário luxuoso para os cenários, objetos musicais, animais empalhados e plantas raras (KOUTSOUKOS, 2010, p. 32).

A fala de Koutsoukos nos mostra claramente essa perspectiva que estamos tentando mostrar de que fotografia e o ato de representar-se, durante o século XIX, era um verdadeiro espetáculo com produção cenográfica e ensaio das poses. Contudo, podemos perceber que o diálogo entre o público e o privado não era em si muito sincero porque enquanto o público representava-se massivamente através de suas práticas e discursos, sobretudo o textual, o privado dependia da escolha de uma representação perfeita para circular em público. Foi a partir disso que a teatralidade passou a desenhar um papel central na composição da imagem, durante o século XIX.

Muitos dos cenários, objetos e vestuário escolhidos, muitas vezes não condiziam com a realidade esperada da família. Entretanto, o que configurava a imagem como um espetáculo não era apenas a construção cênica. Segundo Roland Barthes (1984) a pose é a natureza da foto. Entretanto, como podemos ver em diversas imagens, o que complementa a representação é o cenário. A cena se projeta de acordo com a pose trabalhada. A representação só passa a ter sentido de completude quando o cenário é elaborado de forma que dialogue com a postura do ator. Com isso, a pose passou a ser trabalhada, por muitos fotógrafos, como distinção de classe. Assim como cenários e vestimentas, as poses também eram catalogadas para que servissem de matéria prima para as vastas criações cenográficas.

A partir disso, a fabulação da narrativa foi uma das possibilidades apresentadas pelos estúdios fotográficos e que foi bastante utilizada pelas famílias na escolha de representar-se. Fotografias que reencenavam o casamento ocorrido trinta anos antes, os filhos crescidos, vestidos de marinheiro enquanto simulavam o remo dentro de um barco, num cenário que simulava um rio; tais perspectivas eram acolhidas e trabalhadas ao gosto do cliente. Foi através

da compilação das imagens familiares cotidianas que deram sentido à sociedade brasileira do século XIX.

Já para os meados dos anos 1860, novidades e inovações não paravam de chegar no Brasil. Uma das principais foi o formato do retrato em *6cm x 9,5cm*, chamado de *carte-de-visite*. O novo molde era reproduzido por meio de uma câmera com lentes múltiplas, com negativo reproduzido em folha albuminada. Após feito o registro, os retratos eram afixados num cartão um pouco maior que ele, onde vinham impresso o nome do retratista e do estúdio. Outro ponto particular do *carte-de-visite* era a permanência do negativo, o que possibilitava o desejo do cliente de adquirir mais unidades da mesma foto, sendo possível até quatro cópias por vez. A praticidade do registro permitiu que as famílias apresentassem parentes distantes ou amigos com um pequeno retrato seu ou da família. Desta forma, a fotografia passou a circular de forma massiva dentre diversas camadas sociais.

Com as inovações técnicas no ato de retratar, novos manuais eram elaborados para que fosse facilitado o acesso e a modernização dos estúdios. Um dos mais famosos manuais de fotografia é o de Disdéri, no qual ficaram estabelecidas algumas regras para a composição da cena: fisionomia agradável, nitidez, jogo de sombras e proporções naturais eram alguns dos pontos propostos no manual. Koutsoukos (2010) aponta também para o detalhe, apresentado no manual, para o registro de pessoas negras, no que diz que o jogo de luz e as proporções necessitavam de maior atenção para que o carbono não escurecesse demais o registro final, levando à perda da fotografia.

Com a grande popularização das *carte-de-visite* e a oportunidade de aquisição de mais de um exemplar da mesma fotografia, os retratos passaram a adquirir para si um caráter colecionável, saindo das paredes, dos porta-retratos em cima de mesas e pianos para figurarem em enormes livros bordados e enfeitados. Os álbuns de família, segundo Susan Sontag (2004) eram responsáveis pela construção narrativa da crônica familiar e pôr suas páginas em movimento é como dar ação a esta narrativa. Sendo assim, estabelecido como parte das práticas privadas, terminou sendo atribuído às mulheres a tarefa de confecção e manutenção dos álbuns e, ao acumular a função de “guardiãs do passado”, como Michelle Perrot (1989 e 2007) chega também a apontar, eram elas que traziam os enormes livros para a sala, raros momentos em que o privado, dentro do privado, expunha sua intimidade aos olhos de terceiros. Portanto, ter acesso a esses álbuns ao visitar um amigo ou um parente distante é como adentrar no cotidiano dessas famílias e acompanhar o crescimento dos filhos ou até mesmo lembrar um ente querido já morto. Nesse sentido, ter fotografias guardadas em álbuns termina por fortalecer a memória familiar, impedindo que a pessoa representada entre no esquecimento.

Com isso, percebemos que a fotografia foi a peça central para o jogo das representações que se iniciava na escolha do estúdio, percorria a montagem do cenário e a escolha da pose, terminando no resultado e na disposição da representação, sejam nas paredes ou nos álbuns de família, o que Koutsoukos vai chamar de “depósitos da memória familiar”. Porém, uma parte importante desse jogo era escolha do cenário, dos ornamentos e do vestuário. O simbólico que emanaria da foto é a chave para como a representação vai existir socialmente entre outras representações que buscam a mesma finalidade. Como dito anteriormente, as representações, através da fotografia, buscaram certificar *status* e distinção social e é nesse ponto que as fotos das amas de leite passaram a figurar igualmente. “Compunha a cena a apresentação dos objetos pessoais do modelo (vestes, calçados, bengala, sombrinha, relógio com corrente etc)” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 72). Objetos de distinção que também seriam trabalhados e representados nas fotografias de pessoas negras – o calçado seria ponto determinante para identificar se uma pessoa era cativa ou não e, em geral, seus instrumentos de trabalho, algo que o identificasse socialmente e desse sentido ao se pertencer ao mundo.

O rito da pose, contudo, era bastante extenuante, apesar da redução do tempo de exposição o processo de feitura das primeiras fotografias era bastante mecanizado. Muito diferente das fotografias espontâneas que estamos acostumados atualmente, para garantir uma melhor qualidade da imagem, os representados deveriam mexer-se o mínimo possível, quase nada, e não era esperado praticamente nenhum gesto. Para isso, eram utilizadas armações de ferro que davam sustentação ao tronco e à cabeça, como podemos perceber, por exemplo, na imagem abaixo que registra momento em que D. Pedro II utiliza do mecanismo para ficar imóvel. Roland Barthes (1984), ao estudar os demorados processos de captura de imagem, relembrou a mecanicidade das representações, disse que essas armações eram “o soco da estátua que eu ia tornar-me, o espartilho da minha essência imaginária” (p. 26-7).

FIGURA 5: Daguerreótipo de D. Pedro II em 1848.



FONTE: Google. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/298715387781392424/>. Acesso em 31/08/22.

O resultado de toda essa mecanização eram imagens “empalhadas”, austeras, obviamente sem nenhuma espontaneidade, mas que traduziam os valores sociais da burguesia da época. Sobre isso, Boris Kossoy (2014) nos traz uma colocação bastante interessante sobre a austeridade das fotografias do século XIX ao dizer que “apesar de estereotipado, era entendido e recebido como indicador de sua posição social e de sua idoneidade moral” (p. 75). Interessante pensar, também, que essa “fórmula” se aplicavam às crianças, que como vimos no retrato dos meninos Queiroz Monteiro, eram retratados como verdadeiros adultos, espelhos dos anseios dos seus pais, o que termina por atribuir à imagem um aspecto fúnebre.

Ainda sobre processo ritualístico das imagens, muitos manuais fotográficos buscavam direcionar não só o fotógrafo acerca da composição da cena, mas ainda indicavam ao modelo, que buscava representar-se, as melhores formas para atingir uma boa qualidade de imagem. Alguns manuais se dirigiam diretamente a pessoas brancas, direcionando-as o caminho como, por exemplo, as roupas deviam ser as mais escuras possíveis porque não refletiam luz, ao contrário das roupas claras que escureciam a tez do modelo. Quando o cenário não fosse elaborado, o fundo perfeito era o branco-amarelado ou cinza claro. Desta forma, podemos

perceber que em todo o processo do rito da imagem, passando da montagem da cena até o modo de apresentar-se diante da câmera, buscou-se amplo apoio nas discussões raciais. Numa sociedade como a brasileira, onde as diferenças raciais ditavam a organização social, a rigidez do rito para uma imagem perfeita de si era a regra.

É inegável a popularidade que as fotografias atingiram na sociedade brasileira. Se, em séculos anteriores, a encomenda de uma pintura com grandes cenários ao fundo demandava grandes cargas de dinheiro, tempo e paciência de ambas as partes para a realização de uma versão representada de si, diante das novas perspectivas burguesas de desenvolvimento tecnológico, a fotografia permitiu acesso a esse tipo de representação de forma bem mais acessível e rápida. Na virada da década de 1860 para 1870, todo grande cenário digno de grandes pinturas tornou-se um espetáculo ao alcance de todos. Contudo, não foram somente as famílias que se valeram das fotografias para a construção de narrativas. Principalmente a partir da década de 1870, a fotografia também foi incluída dentro do espectro dos estudos raciais, no Brasil.

Na década que se buscava a liberdade dos negros, os cientistas e acadêmicos raciais buscavam formas de delimitar a capacidade do negro ao trabalho e ao acesso a liberdade. Lilia Schwarcz (1993), assim como Sandra Koutsoukos (2010) trabalharam o ponto de vista da antropologia criminal que valeu-se da técnica fotográfica para a construção de catálogos, os álbuns de *Typos de Pretos* e a famosa *Galeria dos Condenados*. Estas foram coleções de fotografias utilizadas para a construção de uma narrativa negativa e racista que buscou reforçar visualmente o discurso que pregava a inferioridade negra diante da sociedade brasileira que, no mesmo período, buscava representar-se branca nas imagens de si, procurando distanciar-se de uma identidade negra da nação. Com isso, percebemos que, no jogo das representações, as amas de leite figuravam, não por si próprias, mas levadas a figurar no mesmo jogo, pelas mãos do senhor. Neste contexto, estamos trabalhando primordialmente com as fotografias das amas enquanto fotografias do contexto familiar no século XIX – e assim elas foram feitas. Entretanto, para partirmos para uma análise que dê conta dos esquemas de dominação, é importante que tal perspectiva se some ao reenquadramento de tais fotos, de retratos de família a registros de violência.

4.1.2 A IMAGEM COMO REPRESENTAÇÃO DA DOR

O que é vida? O “ser” da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos; como resultado, não podemos fazer referência a esse “ser” fora das operações de poder e devemos tornar precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida (BUTLER, 2015, p. 14)

Em seu livro *Quadros de Guerra*, Judith Butler (2015) argumenta que a percepção do que é *vida* vai além do sentido aplicado pelas ciências biológicas. Para a filósofa, a vida parte de um conjunto de práticas culturais que funcionam como elementos regulatórios das “disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2015, p. 13). Butler trabalha o conceito de “enquadramento” como uma condicional da sociedade na prática de escolha do que vai ser apresentado. Em nosso caso, ao trabalhar as fotografias das amas de leite, podemos perceber que o enquadramento dado a elas é a partir de uma apresentação de uma escravidão doméstica “afetiva” que diverge dos discursos públicos que buscam impor a leviandade da prática da amamentação negra. Com isso, ao trazer a percepção *butleriana*, podemos ver como enquadramento escolhido pelo fotógrafo, em diálogo com o cenário, vestuário e gesto, buscou condicionar a representação final das relações de dominação doméstica através da amamentação.

Ao tratar a respeito da vida da mulher negra, ama de leite, dentro de uma ampla pesquisa social, partindo do texto trabalhado pela filósofa, indica que a existência da mulher negra não seria caracterizada como “vida”, se comparada à mulher branca porque, partindo do pensamento de Butler (2015), vidas só são vidas se forem qualificadas como tal desde o começo e se for adequada para ser enquadrada dentro dos padrões normativos de uma sociedade ou cultura. Sem esse esforço, essas vidas não são tidas como vividas e perde todo o sentido. Considerar tal pensamento, nos remete diretamente ao que Michel Foucault (1999) nos diz sobre o discurso como prática de “construção da verdade”. Então, se mantivermos em mente o papel marginalizado da mulher negra dentro do senso do que é ser vida – ou indivíduo – podemos diagnosticar o sentido material da vida dela, excluindo a “capacidade” daquela mulher de exercer seu direito à vida. Com isso, quero dizer que dentro da perspectiva de uma sociedade escravista e estratificada, como a brasileira, o papel da mulher negra se manteve material no sentido de ela ser enquadrada como um “veículo”, um “objeto” e não um “ser”. A concretude do papel da ama de leite dentro do sistema expurgou da mulher negra todos os direitos. Embora debata-se que a maternidade tenha sido praticada a partir do contato com o menino branco, não

era a sua maternidade que estava em prática e em questão e sim a da sua senhora, da qual ela terminava por participar como veículo de nutrição da criança.

Então, ao trazermos essa percepção de vida de Butler para um contexto da História das Mulheres brancas e negras, podemos pensar na precariedade da vida da mulher e nas contínuas violências aplicadas ao seu grupo a partir de uma sociedade masculina. Sobre essa questão que interliga intricadamente as variantes da violência doméstica, podemos pensar nas precariedades da existência feminina, dentro de uma sociedade patriarcal. Butler (2015) diz que a apreensão da precariedade conduz à potencialização das violências e a um entendimento da sociedade que termina por vulnerabilizar fisicamente certos grupos, chegando a incitar o desejo de destruí-los. Ao pensar sobre isso, embora existam precariedades entre as duas vidas, é importante saber a discrepância entre as precariedades vivenciadas pelas mulheres *brancas* das mulheres *negras*. Esse ponto fica muito mais claro ao pensarmos nos discursos médicos e sua busca pela destruição das práticas de amamentação por amas de leite.

No tocante das fotografias, pensar o enquadramento é muito mais interessante, porque vai muito mais além da ideia de “embelezamento” e harmonia dos objetos da imagem. Ao pensar no processo de escolha do que representar na imagem, o que intriga mais o olhar de quem observa a imagem depois de pronta, é o que ficou de fora. A curiosidade de perceber o que foi deixado por trás é o que a imagem busca despertar, principalmente séculos depois do seu registro. As imagens surgem a partir de uma ideia de reconhecimento – sejam de práticas sociais, hábitos ou reafirmações de postura. Pensar as fotografias das amas de leite corresponde refletir sobre tudo isso porque elas buscaram, em seu tempo, representar, além de toda a ideia já discutida aqui, o reconhecimento da sociedade escravista brasileira dentro do espectro europeu do que era civilizado. Sobre as práticas de reconhecimento, Judith Butler diz que

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos (BUTLER, 2015, p. 19)

É interessante pensar na relação que a autora traz entre reconhecimento e enquadramento ao nos depararmos com as imagens das amas de leite. Talvez, se por algum motivo elas tivessem sido representadas sozinhas, tivessem sido reconhecidas por elas mesmas, ou talvez não. Talvez apenas tivessem feito parte dos inúmeros álbuns de retratos de negros que só serviram para reconhecer a diversidade africana em solo brasileiro. A questão das amas de leite nas fotografias não está na perspectiva de reconhecê-las enquanto sujeito, mas se

condiciona ao fato da necessidade de reconhecimento de um sistema que já era visto como antiquado, de práticas que identificam a sociedade como tal e até mesmo o reconhecimento de “práticas afetivas” que afastam a subjetividade das práticas de violência. Emoldurar uma cena é exatamente editar a representação, de acordo com os prospectos desejados pela sociedade. Por a imagem dentro de uma moldura é mais uma estratégia de edição e de direcionamento da representação. Buscar questionar a moldura da imagem é constatar a fragilidade e até mesmo a “falsidade” da cena, ampliando o olhar para o que vaza do enquadramento.

Todavia, pensar as fotografias das amas de leite é realmente pensar nesses vazamentos, descobrir as fragilidades e falsidades impressas nas imagens. É constatar as formas de violência inerentes nas práticas de açoitamentos – os abusos morais e físicos vivenciados pela mulher negra dentro das casas senhoriais, as relações paradoxais existentes entre mulheres brancas e negras e as relações envolvendo a maternidade entre ambas. É perceber os esforços sociais para a manutenção cultural que determina o papel da mulher branca como mãe de “alguém” e da mulher negra como mãe de “ninguém”.

Portanto, ao nos depararmos com a análise sobre as fotografias das amas de leite é refletir além da simples representação do papel, mas pensar no papel sociopolítico que tais representações desempenharam para a estrutura social do século XIX no Brasil. Muito mais que uma simples representação para a construção da narrativa visual de uma família, as fotografias das amas de leite buscaram comover o olhar espectador numa tentativa de “afetividade” explorada através do enquadramento. Contudo, olhar para essas mesmas fotos, séculos depois e fora do seu contexto primário, envolvem reconhecer a violação ao direito da vida sofrido por milhares de mulheres africanas durante o período escravista brasileiro. Tal perspectiva se assemelha ao que tanto Judith Butler (2015) quanto Susan Sontag (2004) trazem ao trabalharem os olhares sobre as fotografias de guerra. Olhar para as fotografias das amas de leite como representações da dor é justamente quebrar a moldura do retrato e reenquadrar a imagem, pondo no cenário as opressões e violências discursivas sobre a mulher negra cativa, perceber a precariedade de suas vidas, não vividas, e contemplá-las como pessoas passíveis de luto.

Sobre os sentimentos que tais imagens podem evocar aos olhos espectadores, Sontag diz que tudo depende do grau de familiaridade que uma pessoa tem com tais imagens. Por mais que existisse um significado que buscasse incorporar afetivamente a imagem da ama de leite com a criança dentro da narrativa familiar, o que determinou o interesse pela representação da mulher negra nutriz com a criança ao seu lado foi a ideologia que estava por trás do enquadramento familiar do retrato. O importante de analisarmos as fotografias das amas de leite, atualmente, é justamente essa desconstrução da imagem, ir além da simples visão de uma

fotografia familiar que caracterizou socialmente a imagem do século XIX do Brasil e passar a lê-las como testemunhos, provas, de uma série de eventos que demarcaram moralmente a construção da consciência política de um período da História.

Para analisarmos tais fotografias é necessário pormos nossos olhares no mesmo caminho em que Butler (2015) e Sontag (2004) suscitaram em suas pesquisas, analisando o enquadramento, enquadrando-o, depois em uma moldura ainda maior, trazendo à luz os simbolismos da teatralidade imagética, sua consciência política e os bastidores que também contribuíram para a construção do retrato-espetáculo. Sobre a análise fotográfica, Roland Barthes (1984) diz que informar, representar, surpreender e fazer significar (algo) são as principais funções da fotografia. A partir dessa colocação, retomamos a relevância que as representações imagéticas das amas de leite desempenharam para os circuitos discursivos do século XIX brasileiro. As fotografias das amas de leite, como gênero, dizem muito sobre o que Barthes incorporou como funções da imagem. Essa foi uma das formas que o privado buscou representar-se politicamente, significando e buscando surpreender ao tratar a amamentação terceirizada como um ato de generosidade e uma benesse às crianças, buscando respostas para o contínuo trabalho escravo, quando o mundo já virava seus olhos para outras formas de produção.

Então, pensar nos simbolismos que vão além de uma simples recordação de família, é por as fotografias de amas de leite como subversivas tanto ao regime discursivo que buscava-se empregar através da medicina quanto ao que era combatido pelo movimento abolicionista, por exemplo. Todavia, ao refletirmos sobre as questões que levaram as amas de leite a serem retratadas, conseguimos acessar todas as violações existentes por trás e diante do enquadramento. É esse acesso que nos leva a pensar, atualmente, os retratos das amas como um dos maiores símbolos de violência contra a mulher negra na História brasileira, quebrando de vez com o romantismo primário das imagens, pretendido desde o momento do registro. Assim, cientes da importância da pose para as fotografias, da ideia dos retratos enquanto arquivos de memória e nostalgia em seus trânsitos públicos e privados, e com consciência de como esses enquadramentos promovem determinadas cenas de reconhecimento, podemos, enfim, partir para as análises fotográficas.

4.2 AS AMAS DE LEITE NA FOTOGRAFIA

Nas fotografias tiradas no Recife, a ama de leite aparece com a criança refestelada nos braços; a ama, sentada, os braços apoiados, vestida com elegância e trazendo uma medalha no pescoço, é fotografada com o menino ao seu lado, de pé, recostado ao ombro dela, ternamente lhe envolvendo o braço. (ALENCASTRO, 1997, P. 207)

Ao partirmos da colocação de Alencastro (1997) sobre os retratos das amas de leite no Recife, identificamos a fórmula constantemente trabalhada pelos fotógrafos na construção das representações das amas e que caracterizam as fotografias de amas de leite como um gênero conciso dentro das fotografias familiares. Como abordamos, no início do capítulo, as fotografias das amas de leite beberam muito da montagem cênica utilizada pelos pintores clássicos. Como Barthes relevou em seus estudos, a pose vai se sobrepor ao cenário, sem apagá-lo, direcionando o olhar para a imagem central, o foco. Somente a partir da identificação do foco da cena, pode-se iniciar as leituras sobre a imagem.

Ser uma cativa ama de leite não era necessariamente pertencer completamente à organização geral do sistema. O trabalho doméstico, como vimos, tinha suas particularidades e, dentro dele, as amas de leite tinham práticas diversas, a depender das suas funções dentro de casa. Durante o decorrer da pesquisa, pudemos perceber que as vivências e demandas atribuídas às amas de leite terminaram por configurar outros tipos de violências, muito mais voltadas para o castigo moral do que o físico, principalmente no que corresponde ao domínio por gratificação. Contudo, a imagem que se procurou imprimir das amas de leite, no decorrer da História, foi a de diferenciação do trabalho. Mariana Muaze (2018) já apontou que, para as amas de leite, o sistema de dominação era estreitamente fundado no poder simbólico, através de recompensas e demonstrações de gratidão. A partir de 1871, o alcance à alforria vai ser uma dessas formas empregadas pelos senhores para a manutenção do trabalho doméstico, principalmente como garantia de um bom atendimento da ama de leite dentro de sua casa, utilizando a liberdade como agente de regulação e dominação do trabalho privado.

Em artigo coletivo encabeçado por Carlos Washington Pinheiro (2015) sobre o papel da ama de leite dentro da História da Enfermagem, os autores dizem que “tornar-se uma ama-de-leite poderia significar ascensão social e até alforria, porque alguns senhores as libertavam como forma de valorizar o cuidado executado em seus filhos” (p. 128). Tal colocação só fomenta a posição tomada por Muaze ao demonstrar as complexidades dos processos da escravidão privada. Em contraponto a essa ideia de respeitabilidade e cuidados extremados com as crianças, tidas do ponto de vista particular da família branca, discursos proferidos

“atestando” os perigos de transmissões de doenças, representando as mulheres negras como ignorantes e viciosas, terminaram por levar o foco das representações imagéticas para as amas de leite. Suas fotografias, muito mais do que um *souvenir* de gratidão, serviram como retórica discursiva; o ponto em que a imagem doméstica rebate o texto médico.

Georgia Quintas (2009) diz “que o que mais impressiona nesses retratos é o fato de que com eles é sugerida uma proximidade afetiva mútua, entre escravas e crianças” (p. 13). É justamente essa “sugestão” que é trabalhada na montagem da cena. A semelhança postural com as pinturas renascentistas de nossa senhora não são por acaso. Talvez fosse pelo mesmo motivo que o regente da foto (o fotógrafo) aconselhasse roupas elegantes e joias, artefatos que demonstrassem senso de dignidade e altivez por parte da ama de leite, predicados requeridos para a imagem de uma escravidão doméstica que se diferísse dos horrores expostos nas demais formas de trabalho escravo. Afinal, “qual fosse o caso, a encomenda e a conservação do retrato envolvia também uma rede de relacionamentos e de trocas, de afeto e gratidão, de obediência, trabalho e dedicação” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 137).

Contudo, a montagem da representação a partir da vasta iconografia de Nossa Senhora não é desprovida totalmente de simbolismos. Retratar a ama de leite ao lado da criança de modo que o olhar já remetesse à imagem da Virgem Maria foi proposital e essencial para a magnitude que as imagens das amas de leite alcançaram dentro da produção discursiva do período. Contudo, como veremos, a pose, com o passar do tempo, vai falar mais do que o cenário. Muitas fotografias apresentam uma montagem cênica que busca dar uma caracterização maior à cena. Entretanto, muitas das fotos também apresentam o que chamamos de efeito “vinheta” em que as bordas da imagem ficam escurecida ou embaçadas, dando ênfase diretamente ao centro da imagem – no caso, às amas de leite e ao bebê.

4.2.1 AS VESTES

Logo abaixo temos os retratos de José Eugênio Moreira Alves e sua ama de leite (esquerda) e Maria Cavalcanti de Queiroz Monteiro e Petrolina (direita). O primeiro ponto que nos chama atenção é a similaridade da escolha em como representá-las. Talvez isso se deva ao fato de ambas as amas terem sido registradas pelo mesmo estúdio: Alberto Henschel & Cia.. Henschel figurou como um dos principais fotógrafos que atuaram no Brasil nos oitocentos, tendo atuado tanto em Recife quanto em Salvador e no Rio de Janeiro. Entretanto, o que nos importa ver, primariamente, é o estilo “vinheta” escolhido para o registro das amas de leite em questão.

FIGURA 6: José Eugênio e ama de leite / Maria Cavalcanti de Queiroz Monteiro e ama de leite Petrolina



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Interessante pensar na perspectiva de que, à falta de um cenário montado, a cena perde a característica de um grande ato, buscando impor à imagem uma visão mais intimista entre a ama e a criança. Todavia, mesmo essa alteração na chave da representação não destitui do retrato a ideia do espetáculo, principalmente se a vemos a partir do seu caráter encenado, tal qual uma cena teatral em que os atores são colocados em evidência com um único holofote direcionado ao palco. Ambas as imagens são praticamente fotografias de busto, o que de fato aproxima do olhar do espectador a um detalhamento maior da cena. É justamente o olhar direcionado ao centro da foto que vai nos dar possibilidade de perceber as nuances presentes na diferença entre as duas representações.

Na imagem da direita, a ama de José Eugênio porta-se de forma bastante semelhante à ama de leite de Fernando Simões Barbosa, presente no início do capítulo. As duas amas demonstram claramente os pontos simbólicos que determinam parte da fórmula das representações das amas de leite na fotografia. Assim, como na primeira foto, a ama de José Eugênio apresenta um vestido elegantemente trajado, em tons claros e cabelos repartidos e presos à moda europeia. Tais pontos já advogam a favor de uma ideia de asseio tão prezada para a apresentação do ofício. Além disso, a forma como o cabelo se apresenta, em conjunto com o vestido, denota uma possível assimilação à cultura luso-brasileira, apontado por Pinheiro

(2015) e Quintas (2009) como outro fator de “excelência” para o ofício. Em termos de joias, ambas fotografias não apresentam ornamentos, exceto a ama de José Eugênio que parece portar um par de pequenos brincos. A falta de joias pode, nesse caso, simbolizar uma ideia de simplicidade. As duas fotografias são simples, sem muitos efeitos.

Embora Henschel tenha optado por representá-las da mesma forma, alguns elementos as diferem. O primeiro são as cadeiras. Enquanto na imagem da esquerda a cadeira apresenta um ar de imponência que remonta às antigas cadeiras de madeira maciça presentes nas casas grandes, a imagem de Petrolina apresenta uma cadeira bem mais simples e pouco detalhada, que corresponde diretamente à escolha de como vesti-la. A ama de leite de Maria Cavalcanti, ao contrário da imagem ao lado, apresenta não um vestido que facilmente identificamos como senhorial, mas uma saia (ou um vestido), também claro, envolto por uma manta estampada, que podemos identificar como um possível pano da costa. Deste modo, podemos perceber uma escolha de representação que mostrasse Petrolina mais “africanizada”, ideia colaborada também pelo estilo do penteado apresentado.

Nesse sentido, as duas imagens têm abordagens de representação sutilmente diferentes, apesar de emplacarem as mesmas técnicas de composição. Enquanto Petrolina apresenta-se com vestes mais africanizadas, portando-se com seriedade em uma cadeira mais simples, a ama de leite de José Eugênio apresenta-se assimilada às vestes luso-brasileiras, em uma cadeira mais sofisticada e com semblante mais complacente. Apesar de não podermos acessar profundamente as relações que interligam essas mulheres às famílias as quais serviam, as imagens representam diferentes níveis de assimilação ao ambiente senhorial. Então, olhar as duas fotos lado a lado nos permite notar como a figura da ama de leite constantemente negociou suas origens com as práticas inerentes à vida senhorial.

Um último ponto sobre a análise conjunta das duas imagens é necessário. Enquanto a real identidade da mulher que serviu como nutriz de José Eugênio se perdeu pelas falhas da oralidade, Petrolina teve o seu registro completo escrito: “ama de leite e parteira”. Talvez essa seja a chave para o entendimento da representação “simples” de Petrolina, se a compararmos com o retrato ao lado. O fato de Petrolina ter ajudado no nascimento de Maria Cavalcanti e logo após ter servido como sua ama de leite, deve ter dado à ama um lugar de destaque dentro do ambiente doméstico, resultando na sua representação. Devido ao anonimato do registro das amas de leite, não foi possível mapear se a atividade de parteira era costumeira entre as cativas que serviam como amas. Contudo, ter acesso ao registro de parteira de Petrolina nos abre caminhos para novas hipóteses, deixando seu registro ainda mais instigante na busca de mais respostas.

Mas e as crianças? Tanto José Eugênio quanto Maria Cavalcanti aparecem representados ricamente vestidos, sentados ao colo de suas amas, provavelmente trajando suas vestes de batismo, como era de costume na época. O detalhe de como ambas as crianças foram representadas está nas botas. Simbolicamente, para a sociedade brasileira da época, o sapato é o fator determinante da cidadania, os escravizados eram vetados aos calçados, devido ao seu status de serventia.

Entretanto, a escolha de representar as crianças ao lado das amas de leite partia muito mais da simples incapacidade de mantê-las paradas durante o demorado processo do registro. O ato de representar crianças sem as amas de leite também foi bastante comum. Tal fator leva à hipótese de que para ter acesso aos retratos as amas de leite deveriam “pertencer” à família por um tempo, o que geraria o senso de “afeição” necessário para a confecção do registro.

FIGURA 7: Maria Adelayde Medeiros / Maria José de Medeiros



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Ao observar as fotografias de bebês e crianças registradas sozinhas, como as de Maria Adelayde Medeiros e Maria José de Medeiros (acima), podemos notar que mesmo com os longos processos envolvendo o registro fotográfico da época, mecanismos foram desenvolvidos

para que se fosse possível representá-los e, o mais interessante, mantendo a fórmula da cena espetacular. Isso só ressalta a ideia de que as fotografias das amas de leite eram muito mais do que a ideia de “retrato da criança” do que o simples afeto e gratidão pela ama de leite. O poder das representações imagéticas das amas de leite provém da construção discursiva que regulou as práticas cotidianas, como abordaram Foucault (1999) e Chartier (1988 e 1991).

4.2.2 O CENÁRIO

FIGURA 8: Amas de leite e crianças não identificadas



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Diferenças e semelhanças unem essas duas fotografias às apresentadas anteriormente. Assim como a ama de leite de José Eugênio e Fernando Simões, as amas de leite apresentadas agora também não obtiveram sua identidade registrada no retrato, ao contrário de Petrolina. Isso só reforça a ideia de que era incomum o registro nominal das amas de leite nos retratos. Em cartas e diários eram mais comuns o registro dos nomes delas, como apontou Muaze (2018). Contudo, com relação às imagens, podemos perceber o forte predomínio da oralidade e do reconhecimento por meio do círculo familiar, não perdurando o conhecimento de quem são

essas mulheres com o passar do tempo. Todavia, no caso desses dois retratos, nem a criança foi identificada durante a catalogação das imagens.

Ao contrário das duas anteriores, não nos deteremos em analisar suas vestes, visto que ambas trajam o mesmo estilo de roupa. As duas portam vestidos senhoriais à moda brasileira do período. Joias não se fazem presentes, com exceção do colar de pérolas em três camadas apresentado pela ama de leite à direita. Isso abre espaço para o detalhamento dos vestidos, principalmente as golas trabalhadas em rendas e a estampa listrada do vestido da ama à esquerda. Outro ponto de destaque, com relação aos retratos anteriores, é o tom escuro dos vestidos. Tal organização da destaque para as alvas golas e detalhes em ambas as mangas, presente nas duas fotos. A brancura das golas em destaque, por exemplo, ressalta o asseio e os cuidados necessários para ser uma boa ama de leite, assim como a organização do penteado de ambas. Ao contrário de Petrolina, ambas as amas de leite agora se apresentam completamente assimiladas aos padrões sociais do século XIX brasileiro.

Porém, o que apresenta-se com maior força para uma análise dos retratos é a presença de um cenário trabalhado, que realmente busca dar nitidez ao panorama imagético da representação destas amas. Aqui, o olhar de fora pode facilmente se perder pelos detalhes apresentados nas imagens. A ideia de fórmula apresentada por Alencastro (1997) fica ainda mais visível ao vermos as imagens. A fórmula não se restringe apenas à forma como elas são representadas – a pose que defendeu Barthes (1984) como sendo a alma da imagem –, mas, também, a como o cenário é projetado, como sendo um único espetáculo repetido várias vezes, diferindo apenas alguns detalhamentos cenográficos e o elenco.

Ambas as imagens apresentam o mesmo fundo de caráter claro/pastel, sem aderência de grande profundidade à imagem e o mesmo padrão de composição. Notemos que ambas as amas de leite não trazem as crianças em seus colos, talvez, numa tentativa de não fazê-las compartilhar do mesmo foco. As duas crianças são postadas em verdadeiras colunas, como obras de arte valiosas, em cima de almofadas ricamente trabalhadas. Isso nos remete diretamente às antigas pinturas de reis e rainhas que figuraram com suas coroas apoiadas em almofadas sobre colunas. Todavia, não imaginemos aqui que a intenção do fotógrafo fosse realmente fazer essa ligação direta com a figura da ama de leite. Representar as crianças sobre colunas almofadadas talvez fosse um meio encontrado de conferir destaque maior a elas, colocando-as no lugar do real futuro da família, as novas gerações – a joia familiar.

A presença das amas de leite na imagem parte de uma ideia de suporte que, também, podemos ler como símbolos do poder simbólico exercido pelas crianças sobre os corpos das suas nutrizas negras – principalmente se olharmos atentamente para as pequenas mãos que

ambas as crianças depositam sobre as mãos cuidadosas de suas amas de leite. Todavia, detalhes podem ser deixados de lado ao passarmos o olhar desatento e devido às similaridades na organização das duas imagens. Na fotografia à direita, não é necessariamente uma coluna que suporta a almofada e a criança, mas, sim, uma pequena mesa de madeira – notemos os pés de madeira por baixo do pesado pano – forrada com um tecido floral ricamente trabalhado em tons escuros. A almofada apresenta-se, também, trabalhada e bordada em tons que mesclam o escuro e o claro e bastante recheada, de forma que garante volume e altura à criança. A criança completamente nua pode vir como uma comprovação do seu gênero, como também pode permitir elucidarmos a falta do sacramento do batismo – devido ao costume de representar as crianças com suas vestes batismais, devidamente cristã, de acordo com a moralidade católica vigente no Brasil da época. Essa foto pode ter sido registrada durante o período do nascimento e o sacramento da criança.

A criança nua, branca, pode também traduzir, de certa forma o motivo pelo qual sua ama de leite apareceu trajada toda em tom escuro. Não tão escuro como seu tom de pele, mas o suficiente para que o destaque maior seja a criança e sem renunciar aos detalhes que demonstrem o asseio dos cuidados. A ama elegantemente postada na foto, demonstra complacência e senta-se de forma ereta numa cadeira ricamente trabalhada.

Já no retrato à direita, certos detalhes na composição do cenário a diferem da imagem ao lado. Não é uma mesa forrada que aparece em cena, mas realmente uma coluna ornamentada, produzindo um efeito “clássico”, atribuindo um certo requinte à foto. Devido ao estudo da coluna, podemos pensar que seja de mármore ou alguma pedra fácil de ser trabalhada; o mesmo material apresentado pela pilastra que surge no canto esquerdo da imagem, por trás da criança. Ao contrário da almofada anterior, esta também é ricamente trabalhada e bordada em tecido, porém não tão recheada quanto a anterior. A ostentação cenográfica já se concretiza na coluna. Contudo, a função da almofada apresentada é a mesma que da foto anterior, ao de suportar a criança sentada sobre a bancada.

A presença de plantas é um fator de destaque do retrato da direita; das imagens analisadas e trabalhadas aqui, nenhuma delas implementou plantas no cenário. Contudo, a diferença apresentada por tal imagem nos leva a perceber um certo aconchego pretendido na ideia da representação. Todavia, certos pontos as colocam na mesma forma na escolha de como representar a cena. Assim como a anterior, a ama de leite também traja tons escuros, apenas com detalhes brancos nos pulsos e na gola do vestido, que permanecem brancos. Apenas o colar e a pequena presilha a diferencia da ama ao lado.

Contudo, a ideia da representação apresenta-se a mesma: conferir grande destaque à criança. O bebê, um pouco maior – talvez mais velho – que o da imagem ao lado já traja suas vestes batismais extremamente brancas, quase confundindo-se com a cor da criança e seus pequenos sapatos pretos, por causa do excessivo brilho da imagem, comprovando a ideia que se buscava de impor o destaque da imagem na criança. Todavia, ao pôr as imagens lado a lado, outra coisa se põe em destaque sob nossos olhos, a pose das amas. Se compararmos as duas amas de leite percebemos claramente a diferença postural das duas. Na foto da esquerda, a ama de leite apresenta-se sentada ereta de forma que mesmo que se pretendesse colocar unicamente a criança em destaque, a ama de leite tem sua posição determinada na imagem ao passar da linha da estatura da criança, enfatizando sua autoridade diante de um corpo tão pequeno. Enquanto isso, a ama de leite da imagem da direita apresenta-se agachada, quase que lutando para manter-se ao nível da criança, talvez buscando um tom de uniformidade, conflitando ainda mais as relações presentes nesta representação, buscando anular qualquer ideia de superioridade por parte da ama representada. Todavia, ao mesmo passo que a criança exerce seu poder senhorial, “inato” à sua condição, a ama de leite “equilibra-se” no “jogo dos poderes” para manter a “autoridade” relacionada ao seu papel na vida da criança senhorial.

Um último ponto que podemos averiguar na análise dessas duas imagens é o jogo dos olhares. No retrato da esquerda, enquanto a criança, perdida e nua, não faz ideia do que ocorre no momento e olha para o lado – talvez para seus pais que estivessem entretendo a criança no momento do registro –, a ama de leite direciona seu olhar a um ponto neutro entre seus senhores e o fotógrafo. Já no retrato da direita ocorre o contrário: enquanto a criança direciona seu olhar diretamente para o fotógrafo, buscando intimidar quem a olha por ser tão pequena com um olhar de profundidade raro nas crianças apresentadas nos registros trabalhados aqui, sua ama de leite olha diretamente ao lado, um olhar que foge do fotógrafo. Seu olhar incógnito se direciona para um vácuo, um ponto neutro? Procura seus senhores e fixa-se neles ou, talvez, busque olhar para a criança que a acompanha, por outro ângulo? Todas essas dúvidas nos mostram que de uma forma ou de outra, o conjunto apresentado de suas feições, sua postura agachada e seu olhar dirigido ao lado, imprimem certa ideia de subserviência reencenada em sua representação.

4.2.3 A VELHICE

Abordar a velhice no cativeiro não é um problema apenas no contexto das amas de leite. Inúmeras são as falhas nas documentações que atestam a transição geracional dos escravizados, principalmente depois da queima dos arquivos públicos referentes aos anos de escravidão. Nos documentos privados, também é complexa a procura de algo que nos dê pistas para vislumbrar a velhice escrava, embora haja possibilidades de registro de tempo através de cartas e diários. Durante muito tempo especulou-se que os escravizados não chegavam à idade avançada, devido, em maior parte, aos grandes índices de mortalidade e aos altos volumes de castigos ao que o corpo negro era submetido.

FIGURA 9: Augusto Gomes Leal e a ama de leite Mônica / Izabel Adelaide Leal Fernandes e a ama de leite Mônica



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Em termos de imagem, fica mais fácil mapear a velhice negra durante o período escravista se nos depararmos com os álbuns elaborados que expunham os “tipos de negros”, termo que ficou conhecido, na época, durante a idealização de uma antropologia criminal que

buscou avaliar a capacidade intelectual e as patologias atribuídas ao corpo negro, além de procurar justificar a criação de álbuns que catalogaram a população negra brasileira. Todavia, existem duas fotografias, no Recife, de uma mesma ama de leite retratada por dois fotógrafos diferentes, em dois momentos distintos de sua vida, que também permitem acesso às discussões sobre velhice entre cativos.

Ao pensar na imagem da ama de leite, é o retrato de Augusto Gomes Leal e sua ama de leite Mônica (retrato da esquerda) que nos vem logo à mente. Essa fotografia, em especial, tornou-se popular devido a sua vasta vinculação em capas de livros², conteúdos didáticos, exposições de museus³, em todas as formas que buscavam exemplificar a escravidão doméstica no Brasil. Contudo, a riqueza da representação de Mônica, que assim como Petrolina teve seu nome registrado de modo que hoje sabemos sua identidade, está nas suas duas fotos que sobreviveram e nos dão forte argumento para pensar e analisar a questão geracional tanto da escravidão como um todo quando da própria ama de leite.

Mônica teve seu primeiro registro datado da década de 1860 e elaborado pelo estúdio de João Ferreira Villela, no qual ela apresenta-se de forma minuciosamente centralizada, seu olhar objetivamente direcionado para a câmera, colocando a criança ao seu lado de modo que ela é apenas um “complemento” à composição da imagem. O modo pensado para a representação de Mônica difere das demais que vimos até agora.

À falta de um cenário completo e com grandes ornamentos, como pudemos perceber em fotos anteriores, a primeira imagem de Mônica também demarca uma ideia de simplicidade, de modo que o seu olhar se direciona para o centro da cena, sem que se perca dentro de uma visão panorâmica cheia de pontos de dispersão e de forma que não fosse necessária a utilização do recurso da “vinheta” apresentada nas imagens das primeiras análises. O simples cenário é composto apenas de uma pequena mesa coberta por um pano floral, harmonizando com o tapete que cobre todo o chão do estúdio. Um fundo claro destaca a imagem da ama de leite e a criança ao centro de modo que a captura da cena se sustente apenas na postura e nas feições dos retratados-atores. Seu vestido difere das demais amas de leite por apresentar um corte completamente diferente das demais. Um ponto que chama atenção na imagem é que Mônica é retratada de corpo inteiro, pondo as barras do seu vestido elegantemente arrumadas. Talvez, por isso, diferentemente das demais imagens, o estúdio tenha procurado ornamentar também o piso. Outro ponto que difere o figurino de Mônica é o decote e mangas curtas do corte do seu vestido, sem golas altas e punhos brancos. Apenas um rico xale de tom escuro ornamenta as costas e um

² Exemplo disso é o livro “História da vida privada no Brasil – Vol. II”, Org. Alencastro (1997).

³ A fotografia está famosamente exposta no Museu do Homem do Nordeste, na Fundaj, Pernambuco.

dos ombros da ama de leite, participando como um véu, separando Augusto e Mônica quando ele vem recostar-se em sua ama.

Aqui, a ideia de uma ama de leite higiênica pode ser atribuída, de certa forma, a falta de marcas nas partes expostas de Mônica e em seu curto cabelo, que em divergência das demais, não apresenta um corte longo com um penteado senhorial. Mônica apresenta-se sem marcas de castigos aparentes e completamente asseada, elegantemente arrumada. Isso corrobora para uma percepção da presença das violências morais que envolveram as relações de trabalho doméstico, principalmente no que disse respeito às amas de leite. Neste ponto, os cabelos curtos de Mônica podem nos remeter ao estilo de corte mais condizente aos escravizados na época, ao mostrarem-se naturais, diferindo das demais fotos que buscam conotar uma europeização dos modos de arrumar os cabelos das amas.

O decote de Mônica sugere uma possível jovialidade da ama de leite, ao contrário da austeridade impressa nas vestimentas das demais imagens, que buscaram imprimir uma maturidade nas amas, claramente mais jovens do que Mônica em sua primeira imagem. Isso também aponta para um melhor acesso da longevidade dentro da escravidão doméstica, se compararmos com a escravidão vivenciada nas ruas e nas lavouras. O “cuidado” ou como a punição doméstica operava no privado, alongando a expectativa de vida de domésticas como amas de leite, é possível se pensarmos nas práticas sanitaristas que envolveram novos ordenamentos do controle de corpos negros, além do regulamento da saúde das amas de leite, após de meados da década de 1860 e a de 1870, como apontados por Koutsoukos (2010) e Schwarcz (1993).

Entretanto, a austeridade que tanto foi buscada e representada nas imagens anteriores, em Mônica, encontra-se em sua pose. Como Barthes (1984) disse sobre o rito da pose, o foco da representação de Mônica está em como ela se porta diante da câmera. Em extremo contraste com a infantilidade quase desajeitada de Augusto, Mônica apresenta-se séria, firmemente sentada e ereta ao encarar a câmera. Seu olhar austero busca expressar a firmeza que se esperava de uma ama de leite durante os primeiros cuidados e a infância da criança senhorial. Contudo, Mônica apresenta um olhar intrigante, questionador, diante da câmera, o que mais uma vez nos leva a pensar na fragilidade da linha invisível que separa o olhar fotográfico dos autores e a posição que a própria Mônica assume diante da sua representação.

Augusto, posta-se ao lado de Mônica não com uma visão do herdeiro focado na imagem, como se procurou demonstrar nas imagens anteriores, mesmo se tratando de bebês, ou até mesmo do retrato dos irmãos Queiroz Monteiro. Aqui, o menino aparece refugiando-se ao lado de sua ama – o que enfatiza a ideia da ama como “cuidadora”. Diferentemente da imagem de

Raul e Paulo, Augusto não aparece em roupas sóbrias, cópias de adultos, ele traça roupas simples e cotidianas das crianças da época, mas sem perder a elegância designada por seu status social. Entretanto, o xale apresentado por Mônica pode abrir diversos questionamentos sobre a organização da foto a partir da postura do menino e do sugestivo abraço que ele dispõe em sua ama.

A forma como o xale aparece na imagem, meio transversal, surgindo das costas de Mônica e buscando cruzar seu busto e arrumando-se em seu colo, estabelece uma leve referência ao estilo do uso do xale pelas mulheres africanas, como símbolo de sua origem. Por outro lado, o fato de o xale estar posicionado transversalmente também levanta outras questões. Seria também proposital a escolha do ombro e braço direito estarem cobertos por motivo, na construção da cena, de ser onde Augusto estaria recostado e impor limite até onde o contato entre aqueles corpos poderiam ser significados no ato da imagem?.⁴

Este ponto de vista é interessante, se lembrarmos as imagens anteriores, nas quais as amas de leite de certa forma sustentam a criança. Isso faz com que seja necessário um leve toque das mãos negras nos pequenos corpos brancos. Entretanto, a relação estabelecida entre Augusto e Mônica é divergente; ele é quem a procura, talvez buscando acolhimento diante da imagem, mas, também, um espaço ensaiado que, a partir da construção imagética, ele passe a exercer, também, seu poder inconsciente e senhorial, diante do corpo da ama de leite. Tal perspectiva soma-se às imagens anteriores, ao pensarmos a fotografia como a perpetuação, a representação, do discurso de domínio racial do branco sobre o negro reafirmado cotidianamente nas práticas sociais, perpetrado pelo condicionamento do *habitus* estruturado na sociedade.

Um último ponto sobre o primeiro registro de Mônica são suas mãos. Ao contrário das demais amas de leite que figuraram nesta análise, as mãos da ama de leite de Augusto aparecem de forma bastante específica. Sem a necessidade do amparo à criança, as mãos aparecem firmes e quase recolhidas. Possíveis sinais de uma firmeza e autoridade que, em conjunto com a expressão do olhar e sua postura ereta, formam o conjunto da “ama de leite respeitada”, mas que também abrem espaço para um possível desconforto ou estranhamento com toda montagem e uma visão que provavelmente Mônica teve e que nós não temos acesso: os bastidores. Poucas fotos nos dão margem para uma busca analítica de como deveriam ser os bastidores da cena; os senhores, o fotógrafo e toda a maquinaria necessária, presente no estúdio, para dar forma ao resultado. Tendo isso em mente, não seria menos esperado o desconforto expresso em nuances

⁴ Uma versão anterior dessas discussões foi feita por mim em artigo publicado em 2018, no NEMAT-UFPE (Gonçalves, 2018).

que “fogem” do controle da cena. Isso não se aplica somente a Mônica, mas, também, a Augusto, se o atribuímos, igualmente, ao olhar desconcertante que ele mira à câmera ou como ele busca o contato ao corpo de sua ama. Tais fabulações podem passar a fazer sentido, se tivermos em mente os processos de coerção envolvidos na busca da representação de cativos na fotografia, assim como a presença corporal da criança.

Todavia, como pensar as mesmas problemáticas a partir do segundo registro de Mônica? Seu segundo registro provém de um período estimado entre 1877 e 1882, também no Recife, mas, desta vez, tendo seu registro feito em outro estúdio. Nesse novo registro, Alberto Henschel assinou a autoria da imagem. A imprecisão temporal no ato do registro do segundo retrato de Mônica nos impede maiores certezas sobre o espectro temporal. Desta maneira, entre a primeira foto, com Augusto, e a segunda, com Izabel, se passaram cerca de 20 anos.

Entretanto, é possível notar semelhanças e diferenças nas perspectivas trabalhadas pelos dois fotógrafos. Enquanto na primeira imagem, Mônica centralizava o foco da visão, colocando o menino Augusto ao seu lado, num campo mais desviante da foto, Henschel trouxe a menina também para o centro da foto, fazendo com que as duas, de certa forma, compartilhassem o protagonismo da imagem. O cenário pouco difere do anterior. Uma pequena mesa ao canto esquerdo da imagem, coberta com um longo pano que chega ao chão. Um tapete também retorna ornando o piso, possibilitando, novamente um retrato de corpo inteiro. Diferente da primeira imagem, Mônica não apoia mais um dos braços na mesa, dando espaço para um novo pano que surge em cima da mesa como se estivesse surgindo de uma coluna ou encobrendo um vaso. O espaldar trabalhado e alto de uma cadeira também surge nessa nova fotografia, um trono para a velha cativa.

Uma simples corrente com um medalhão foi trocada por um colar de pérolas – ou de “contas” à moda africana – e tampouco vemos sinais de anéis também. Seu vestido mais claro não mostra mais ricas estamparias ou seu decote; só temos a perspectiva de longas mangas devido ao braço (à nossa esquerda) que ela deixa escapar por debaixo do xale. Possivelmente, a idade que Mônica apresenta agora a impede de mostrar-se decotada e de mangas curtas. O xale que antes cobria apenas um dos braços, aquele que Augusto procurou apoiar-se, agora cobre completamente o colo de Mônica, dando um ar de recato condizente à sua idade avançada. O xale, agora trajado à moda das senhoras brancas, principalmente as viúvas, cobrindo todo o busto de Mônica, aparece com uma referência africana ainda maior do que o da primeira vez que se assemelhou mais ao prospecto de vestimenta senhorial.

Contudo, Mônica não aparece mais altiva, ereta, como se estivesse no exercício dos seus deveres. Agora ela é representada mais velha, claramente cansada, encurvada. Seus olhos já

não buscam mais inquirir o expectador, apenas se desviam para o lado como se observasse os longos anos que a levou até ali. Suas mãos já não são mais firmes, mas, juntas ao centro do colo, se apoiam mutuamente sobre a renda do xale, como se reconfortassem. Seus cabelos curtos levam o mesmo corte da primeira imagem, porém, agora aparecem completamente brancos, mostrando claramente o longo tempo que passou dedicada ao serviço doméstico. Todavia não temos nenhuma menção a sapatos. Terá sido uma escolha de Henschel não apresentá-los ou Mônica, já possivelmente sexagenária, permanecia escrava às beiras da promulgação da Lei dos Sexagenários?

Olhar para as duas imagens de Mônica, prestando atenção em sua postura, em seu cabelo, nos ajuda na comprovação do envelhecimento da mulher negra, quebrando diretamente com o imaginário de morte prematura por parte dos escravizados, principalmente as que exerceram o trabalho doméstico durante toda a vida.

Agora quem acompanha Mônica na cena é Izabel Adelaide Leal Fernandes (imagem abaixo). Não foi possível traçar concretamente uma ligação entre Augusto e Izabel. Entretanto, ao levantar o livro genealógico da família Gomes Leal finalizado por Antonio Gomes Miranda Leal e publicado em 1885, na Cidade do Recife, dados sobre Izabel foram encontrados, de modo que nos dão chance de entender o papel de Mônica na família. Nascida na Rua da Cadeia do Recife e batizada ao dia 11 de dezembro de 1864, Izabel é registrada no livro da família como Izabel Adelaide Magalhães Leal. Aqui, o sobrenome Leal é o que une Izabel à Augusto. O que descarta a ideia de irmandade entre eles é o fato de a menina ter sido registrada, no livro, contendo uma irmã, Maria, e não um irmão. Dado que a imagem de Augusto antecede a de Izabel, se irmãos fossem, ele já constaria nos registros. Outro fato intrigante no registro genealógico de Izabel é que lá é informado que sua ama de leite se chamou Manouella, não Mônica. É a partir de seu casamento, por volta de 1877, que ela passa a assinar seu nome como Izabel A. Leal Fernandes.

Trazer os dados de Izabel aqui é importante por diversos pontos. O primeiro deles é o de que, embora não tenham sido irmãos de acordo com o livro da família, tanto Augusto quando Izabel possuíram relações de algum grau de parentesco.

FIGURA 10: Izabel Adelaide de Leal Fernandes



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Outro ponto é o da sua ama de leite não ter sido de fato Mônica e, sim, Manouella. O fato de Manouella não ter tido seu registro fotográfico (se houve algum) conservado nos abre diversos pontos que levam diretamente ao papel que Mônica desempenhou no trabalho doméstico da família. Pela idade apresentada por Izabel, no segundo registro de Mônica, a ama idosa, que sabemos não ter amamentado a jovem, por algum motivo continuou vinculada à família. Tal pensamento reforça solidamente o papel central que Mônica, e a escravidão doméstica, teve para a organização familiar, além de caracterizar o posto de “pessoa da família” empregada pelas grandes famílias da época. Apesar de Manouella ter sido sua nutriz, Izabel possivelmente chegou a ter Mônica como companhia, até mesmo como ama seca, durante sua vida, o que levou as duas a serem registradas juntas.

Um outro ponto possibilitado pelo livro da família Leal foi o registro significativo de amas de leite entre as gerações da família. Ao percorrer as gerações familiares, foi possível perceber a presença de outras amas de leite que, assim como Mônica e Manouella, serviram à família de Augusto e Izabel como trabalhadoras domésticas. Foram elas: Archangela, Severina, Maria, Senhorinha, Antônia e Generosa. Possivelmente, muitas outras que não figuraram no registro do livro serviram como domésticas e amas de leite para a família Gomes Leal. Contudo, trazer esses nomes sem suas respectivas imagens só reforça o sistema de estrutura geracional do trabalho doméstico brasileiro.

Retornando à imagem em que Izabel aparece ao lado de Mônica, a cena se desenrola com Izabel em pé, um pouco atrás, levemente apoiada em um dos ombros da ama. Seus cabelos e suas vestes pouco parecem remeter à sua idade. O modo como foi vestida e sua pose remetem diretamente ao retrato de Paulo e Raul Queiroz Monteiro, apresentado no início do capítulo, onde as crianças maiores e adolescentes já eram representados como miniaturas de seus pais. Aqui, Izabel talvez representasse seus pais, com toda a carga do dever senhorial posta nas mãos de uma nova geração. Seu vestido escuro com rendas, gola e detalhe branco da manga exposta, remetem diretamente ao tom de austeridade de autoridade que buscou ser exposto das outras representações de amas de leite e até mesmo na primeira imagem de Mônica. Seus sapatos completamente à mostra indicam a posição de senhora imposta a Izabel na construção da cena. Aqui, não é mais Mônica que carrega um olhar austero e direcionado para a câmera, a Izabel é atribuído esse papel, e seu cabelo arrumado repartido ao meio e preso em um coque traseiro busca dar sentido a essa representação “madura”, apesar dos volumosos cachos que emolduram seu rosto. A forma como um dos braços da menina se encontra e se recosta no ombro de Mônica busca expressar a familiaridade com a ama, bem como o domínio sobre seu corpo – a ama idosa que passa a ter a sua existência vinculada à família a partir do preceito circulante, no fim do século XIX, de que o negro era incapaz de viver por conta própria, necessitando dos “cuidados” perenes dos seus (ex)senhores.

Por fim, ao pôr as duas representações de Mônica lado a lado podemos traçar os questionamentos discursivos presentes nas duas imagens e que corroboram para o entendimento das questões geracionais envolvendo o envelhecimento das amas de leite, a partir das representações de Mônica. Embora haja um espaço de tempo significativo entre elas, partindo já da montagem da cena. Entretanto, o que mais chama atenção é a alteração da presença de Mônica nas imagens. Se olharmos atentamente, enquanto Mônica aparece ereta e até mais alta que Augusto em seu primeiro retrato, na segunda imagem, o jogo da encenação muda. A ama de leite aparece “menor” e encurvada em relação a Izabel que se apresenta em pé ao seu lado,

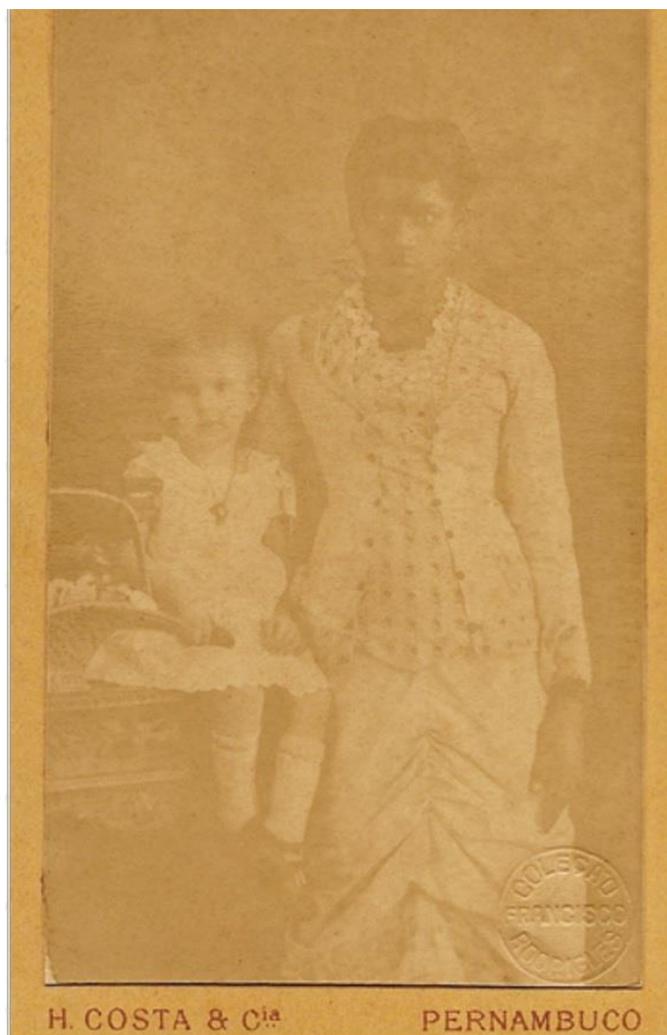
“maior” que ela. A chave da representação de Mônica muda após ela ser registrada idosa. Assim, Mônica foge à regra e sai do lugar de provedora de cuidados e assume o lugar de detentora desses cuidados. A fragilidade do corpo idoso de Mônica expõe um processo duplo: a acentuação de sua vulnerabilidade, mas também a longevidade de sua sobrevivência.

Registrar-se com a criança crescida ao seu lado, simbolizou a finalização de seus deveres ou uma espécie de “gratidão” por parte da família ao encomendar um novo retrato da Mônica envelhecida com Izabel. Os motivos que levaram Mônica a ser novamente representada, e não Manouella, ao lado de Izabel ficam perdidos dentro de suposições que não cabem neste momento da pesquisa. Entretanto, a imagem de Mônica idosa, ao lado de uma jovem revela o interesse social da época em velar os escusos processos do trabalho doméstico no Brasil do oitocentos, além de servir de comprovação a uma ideologia de que os cuidados dispendidos pelas amas de leite na criação das crianças brancas eram devolvidos “generosamente” na velhice dessas mulheres, não apagando, mas reafirmando as hierarquias sociais determinantes do ambiente privado.

Enquanto a força de Mônica encontra-se no fato dela ter sido registrada duas vezes, com duas crianças distintas com 20 anos separando os dois registros e, assim, dando-nos uma perspectiva de fabular a longevidade da vida cativa, a ama de leite Joana – imagem abaixo – nos traz outra forma de pensar a temporalidade das amas de leite. Embora a nitidez de sua imagem seja tão “espectral” – no sentido da deficiente definição, por ação do tempo – a ama de leite, visivelmente jovem, nos permite acessar as possibilidades que envolvem a precocidade feminina no trabalho doméstico, principalmente na função de ama de leite.

A imagem de Joana se assemelha às primeiras imagens analisadas durante o capítulo. Não a vemos sentada em ricas cadeiras ou agachada, tentando nivelar-se à criança, mas em pé. Joana apresenta-se ereta ao lado de Elisa Saboya de Albuquerque. A partir do que nos é permitido acessar na imagem, percebemos que, assim como as demais fotos, o padrão de fundo pastel foi seguido. A falta de profundidade da imagem impede a composição de um cenário mais elaborado, como foi no caso de Mônica. Não vemos as barras do vestido de Joana, o que talvez nos leve a pensar que a composição da ama de leite de Augusto e Izabel não fosse a regra. Talvez as representações das demais amas analisadas falassem mais sobre a fórmula do registro de amas de leite e a configuração delas como gênero fotográfico. Contudo, o vestido completamente branco, com frisos na saia e estampas e babados na parte de cima, nos mostra um desvio com relação aos figurinos apresentados até agora. Um par de brincos também ornava as orelhas de Joana, enquanto seu cabelo é posto num penteado senhorial, como, também, podemos perceber com as outras imagens.

FIGURA 11: Elisa Saboya de Albuquerque e a ama de leite Joana



FONTE: Coleção Francisco Rodrigues, FUNDAJ – CEHIBRA.

Seus olhos grandes desviam o olhar da câmera, mostrando uma vinculação a algo ou alguém nos bastidores. Sua fisionomia é tensa, como se o nervosismo da representação se mesclasse com a apreensão de qualquer erro. Uma mão prostrada ao lado, devidamente ensaiada para dar harmonia a sua pose; a outra se coloca por trás de Elisa, mas não sugere o toque, apenas o repouso sobre a mesa, na qual a menina está sentada. De volta ao cenário, além da mesa ricamente trabalhada em madeira, uma cesta cujo conteúdo está escondido está posta ao lado de Elisa.

Elisa apresenta-se de longas meias, sapatos pretos, uma pequena corrente com um medalhão e um vestido branco que não se assemelha às vestimentas batismais. Ao contrário das demais imagens, Elisa encontra-se no início da fase em que, provavelmente, Joana deixou de amamentá-la e passou apenas a cuidar da menina. Como Georgia Quintas (2009) e Washington

Pinheiro (2015) afirmaram em suas pesquisas, as amas de leite continuavam a exercer suas funções de cuidadoras das crianças até certa idade. A perspectiva traçada a partir do cruzamento de fotografias como, por exemplo, de José Eugênio, Elisa e Izabel, nos mostra que embora a fotografia de amas de leite existisse baseada numa fórmula cenográfica, a faixa etária da criança não era um determinante. Aqui, temos como exemplo um bebê, uma criança e uma adolescente, todas representadas com suas amas de leite ao lado. Assim, percebemos que não há um momento exato ou pré-definido para o momento do registro da ama de leite. O que se sobrepõe ao simples desejo de registrar a nutriz é a busca pela construção de uma narrativa vinculada a uma verdade. O que dá sentido às práticas sociais e familiares no séc. XIX.

O diálogo entre as amas de leite apresentadas, neste capítulo, demonstram isso. A variedade de faixas etárias aparentemente apresentadas pelas mulheres fotografadas demonstram a amplitude do dever da ama de leite dentro das casas senhoriais. Dialogar diretamente Joana com Mônica nos mostra claramente a precocidade da mulher negra no mercado de aleitamento e o cumprimento dos seus deveres como domésticas por toda uma vida. Pondo o retrato de Joana ao lado dos dois de Mônica, temos um sólido panorama visual das questões geracionais que envolveram a mulher negra em sua função como ama de leite, além de contribuir para a perspectiva de uma longevidade da vida cativa, principalmente das mulheres que foram enquadradas no trabalho doméstico.

Portanto, analisar as imagens de amas de leite nos permitiu compreender o desvirtuamento de uma ideia de *afeição, retribuição e generosidade* pelos cuidados dispendidos às crianças brancas, pretendidos socialmente a partir da ótica familiar, perpassando a desconstrução de uma ideia de “paradoxo” dentro da escravidão doméstica, ressaltando como os gestos de “benevolência” buscaram sublimar os acoites físicos e morais sofridos pela mulher negra dentro do trabalho doméstico, como também apontou Mariana Muaze (2018). A historiografia brasileira já apontou o amplo circuito percorrido por essas imagens: álbuns familiares, porta-retratos, pequenos souvenirs acompanhados de longas cartas a parentes distantes. O formato *carte-de-visite* transformou o interesse pela (auto)representação numa febre social. No exato momento em que o sistema escravista brasileiro decretava falência, um projeto nacional de industrialização fez com que as mesmas imagens fossem exibidas em exposições internacionais na Europa e direcionadas politicamente na campanha de permanência do recurso às amas de leite dentro do trabalho doméstico. Desta forma, as imagens de amas de leite tornaram-se linha de frente dos discursos conservadores que pretendiam a manutenção da escravidão e das condutas de condicionamento do trabalho doméstico e suas hierarquias.

Diante de tais imagens, hoje, é necessário um olhar atento e um trabalho de restaurador, na tentativa de tirar as camadas de poeira conservadora e discursos político-raciais que buscaram, através do corpo da mulher negra cativa, dar sentido a práticas cotidianas que, durante séculos, reafirmaram a dependência da sociedade à mão de obra escrava. Através de uma análise do trabalho doméstico, a partir dos afazeres da ama de leite, podemos perceber os processos de violência contra o corpo da mulher negra, o anulamento da sua autonomia, influenciando diretamente no seu poder de escolha vinculado à maternidade.

Olhar os pontos de vista da história da escravidão a partir das vivências privadas das amas de leite, durante o exercício da amamentação, trabalhados por Lorena Telles (2018), Maria Helena Machado (2012 e 2018) e Marília Ariza (2018) já demonstram como os corpos das mulheres negras sofreram anulações e regulações diante do trabalho doméstico escravo. Como discutido à luz de Susan Sontag (2004) no início do capítulo, a família brasileira, no contexto social da época, exerceu eficazmente seu papel de instituição regulatória e condicionante do papel do cativo para a estrutura das práticas sociais. Assim como Foucault (1999) trabalhou as formas de vigilância e punição como dispositivos de organização social, a manutenção das hierarquias vigilantes, presentes na sociedade brasileira, estruturaram o cotidiano e suas representações. As amas de leite, enquanto categoria, equilibraram-se numa corda bamba, entre as versões de si apresentadas pelo público e pelo privado.

Portanto, é importante pensar que Petrolina, Mônica, Joana e tantas outras mulheres, negras, cativas, amas de leite, não tiveram suas imagens registradas em fotografias como simples obras de gratidão e nem como sinal de certo privilégio diante da escravidão em geral, como a história das grandes famílias buscou apresentar durante cerca de um século de representações em imagens. Reconhecer tais imagens como fotografias de violência envolve identificar as tensões que se dão entre os sujeitos ali representados, em um complexo esquema em que a gratificação é também parte de um sistema de poder. As violências sofridas por elas, tanto fisicamente quanto discursivamente, comprovam que as atrocidades experienciadas por elas no privado apenas as reposicionam dentro do sistema mais amplo da escravidão. Representadas enquanto cuidadoras de bebês, crianças e adolescentes, ao longo de suas juventudes e velhices, trajando vestes elegantes e atravessando várias gerações de crianças brancas, a pluralidade das representações das amas ainda se dá, sempre, de modo que apareçam reconhecidas a partir das suas condições enquanto escravas – o que é reforçado pelo fato de as amas sempre aparecerem com seus instrumentos de ofício: o cuidado da criança senhorial.

5 “QUE SEJA ACEADA E SEM VÍCIOS”: O COMÉRCIO DO ALEITAMENTO E AS REPRESENTAÇÕES DAS AMAS DE LEITE NOS ANÚNCIOS DE JORNAL

À medida que o jornalismo foi-se desenvolvendo em bases empresariais, o trabalho nas redações adquiriu tal prestígio que gente de profissão indefinida ou obscura passou a apresentar-se como... *jornalista*. Muitos da geração de Bilac e Aluísio Azevedo (1857 – 1913) desprezaram carreiras burguesas tradicionais para abraçar o jornalismo e a literatura (SIMÕES JUNIOR, 2006, p. 127).

Como Lilia Schwarcz (1998) abordou, o jornal tal qual o conhecemos hoje criou suas bases durante o processo de industrialização, inserido no projeto encaminhado para “civilizar” o país. Simões Junior (2006), como podemos ver, também reitera o jornalismo como empreendimento industrial ao mostrar a amplitude e popularidade, entre a camada burguesa, dos ofícios voltados para as “letras”. Anteriormente ao advento da imprensa empresarial, negros escravizados eram comercializados em praças públicas e barracões nos portos das capitais. Entretanto, com a sedimentação das instituições do século XIX, o jornalismo passou a figurar em esferas diversas, canalizando e propagando discursos, tomando partido nas conduções sociais e propagando o comércio de variedades. É dentro do exercício do comércio de variedades que encontramos os “novos” moldes, encontrados pela sociedade do oitocentos, para a “modernização” do comércio escravo. Elizabeth Carneiro mostra que

Encontrava-se no jornal desde avisos de companhias marítimas sobre chegadas e saídas de navios no porto, convites para leilões de livros, móveis jóias e outros objetos, até peças de divulgação de missas e bailes, de óperas e apresentações teatrais que entravam e saíam de cartaz. Havia também uma infinidade de anúncios sobre o comércio de roupas, leques, chapéus e adereços para carnaval ou luto, remédios para moléstias da pele, para “*gonorrhéas*”, para doenças do estômago, do peito, pastilhas e xaropes (CARNEIRO, 2006, p. 190).

Desta forma, é imprescindível mantermos em mente o papel do escravizado no rol dos produtos oferecidos dentro das páginas comerciais dos jornais. Considerado “bem” de maior valor na sociedade brasileira, o escravo chegou a valer como moeda em pagamento de dívidas e na compra de bens diversos. Avisos de escravos em fuga, além de compra e venda de cativos em geral, diversificavam-se nas colunas entre anúncios de vendas de pianos, tecidos e vinho, como também apontou Carneiro (2006).

A autora ainda afirma que, durante o Império, grande parte dos rendimentos dos jornais eram originados pela grande publicação de anúncios em geral, mas, particularmente, dos de venda e compra de escravos. A diversidade presente numa única edição do século XIX é impressionante e define bem os parâmetros discursivos e os conflitos pelos quais a sociedade estava passando no período. Dentre os grupos de anúncios dirigidos às compras e vendas de cativos, os domésticos são os mais comuns. Esses anúncios eram feitos de forma direcionada,

porém em diagramação desordenada. Contudo, eles conseguiam demonstrar a força que a escravidão possuía na sociedade brasileira já no passar dos meados do século e à revelia dos discursos e das representações que surgiam vinculadas ao escravismo.

Entender as transações de venda e compra de cativos, durante o período, é manter a lógica de mercado. Dentre as práticas domésticas mais valorizadas estão as amas de leite. Apesar de serem consideradas domésticas assim como arrumadeiras ou a mucamas, as amas de leite possuíam um valor mercadológico mais acentuado. Como vimos em capítulos anteriores, ter uma ama de leite em casa era tido como luxo para muitas famílias e vista, ao fim do século XIX, como símbolo de status para as famílias burguesas. O exercício de cuidar e amamentar o filho senhorial terminou por atribuir à figura das amas de leite um certo destaque diante do comércio das demais domésticas. Uma série de instruções e requisitos para a procura da ama de leite, e mais tarde incorporada e acentuada pelo higienismo, terminaram por formalizar um comércio à parte para as amas de leite dentro dos jornais. Os anúncios jornalísticos voltados ao comércio das amas de leite eram específicos e qualitativos, buscando sempre construir uma imagem ideal e que “requeria, portanto, que seus corpos fossem enaltecidos em termos de atributos físicos e biológicos usualmente desejáveis, por exemplo, pelo fato da lactante ser “robusta” ou ter “leite sadio” (CARNEIRO, 2006, p. 224).

É justamente para entender como os discursos da época foram incorporados na elaboração dos anúncios e difundiram novas representações sobre a mulher negra doméstica e ama de leite que este capítulo se volta. A animalização à qual são expostos os corpos das mulheres negras, nos anúncios comerciais, através da reiteração de atributos físicos, demarcam as novas formas que a escravidão e o trabalho doméstico tomaram no fim do século XIX. Para compreender esse processo, analisaremos neste capítulo anúncios de compra e venda de amas de leite veiculados no periódico *Diário de Pernambuco*, sediado na cidade do Recife, ainda em atividade hoje, sendo o mais antigo de Pernambuco em circulação.

Metodologicamente, como a pesquisa busca cobrir o fim do século XIX, de 1871 até 1889, termina por ficar impossível cobrir detalhadamente todos os anúncios vinculados entre esses anos. Desta forma, foram selecionados “anos-chave” para o recorte do capítulo e para a análise textual desses anúncios; serão eles: 1871, 1876, 1881, 1886 e 1889. Dentro desse agrupamento, foram também selecionados como fonte os meses de Abril e Novembro, demarcando as diferenças entre o primeiro e o segundo semestre e atentando para as influências dos discursos presentes nas representações jornalísticas das amas de leite. O intuito de tal agrupamento e recorte de análise sobre os jornais parte da premissa de averiguar as alterações e, sobretudo, as permanências no sistema da escravidão a partir do comércio das amas de leite,

justamente no que diz respeito a medicina com o combate à amamentação e as reverberações dos discursos legislativos, partindo da Lei do Ventre Livre. O recorte, portanto, divide o período temporal estudado em intervalos regulares e engloba as transformações vinculadas às leis emancipacionistas.

5.1 “A PEDIDOS”: UM BREVE CONTEXTO SOBRE A IMPRENSA DO SÉCULO XIX

No século XIX, uma folha diária possuía uma parte editorial, que publicava matérias produzidas pela redação ou por colaboradores regulares ou eventuais, e uma outra parte comercial, que publicava matérias produzidas por leitores, pelo governo ou por empresas públicas e privadas. Entre essas matérias, publicavam-se anúncios de estabelecimentos comerciais (chapelarias, perfumarias, alfaiatarias, sapatarias etc.), de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados) e de produtos manufaturados, – principalmente medicamentos, – editais e as célebres publicações “A pedidos”, que veiculavam muitas propagandas enganosas, calúnias e descomposturas (SIMÕES JUNIOR, 2006, p. 136).

Álvaro Santos Simões Junior (2006), em sua citação de abertura do intertítulo, aponta para a variedade de publicações dos jornais que circulavam no século XIX. Embora muito do que se vê nos periódicos circulantes na atualidade ainda remonte às antigas formas, os jornais do século XIX eram muito mais variados em termos de publicações numa mesma edição. Como pudemos ver, através da fala de Simões, a concentração de “vozes” e assuntos se agrupavam numa confusão textual. Ainda sem as regulações da imprensa contemporânea, no século XIX os jornais tinham uma função que ia muito além do simples fato de informar. O comércio passava a ocupar a maior parte de suas páginas, e a facilidade de se publicar em suas páginas era o ponto central para a popularização do jornal como veículo comercial, sem tirar o seu contundente poder como formador de opinião.

A falta de um setor editorial organizado e a não regularização de uma profissão de jornalista formalizaram a facilidade do acesso a publicações diversas. Advogados, médicos, políticos, comerciantes e, sobretudo, senhores de escravos tinham pronto acesso às tipografias onde os textos eram escritos e publicados de acordo com o desejo de quem estava solicitando o serviço. A imprensa brasileira no século XIX obtinha muito mais um caráter canalizador de serviços. No caso das amas de leite, quando não escritos pelos próprios senhores, que procuravam os jornais pessoalmente e redigiam seus próprios textos, anúncios eram redigidos por casas de comissão, que ficaram famosas pela especialidade na prestação de serviços para o comércio de amas de leite através dos anúncios jornalísticos; da mesma forma funcionava com as grandes lojas, modistas e até mesmo africanos livres que alugavam suas especialidades em busca de emprego, como apontaram Lorena Telles (2018) e Elizabeth Carneiro (2006).

Contudo, com a massificação das discussões sociais vigentes, principalmente a partir de 1871, quando os debates políticos ganharam as portas afora dos centros de governo, os jornais tomaram voz também da política e dos encaminhamentos de questões como, por exemplo, a emancipação. Juristas, civis e médicos formalizaram-se como agentes informativos e formadores de opinião e fizeram dos jornais a forma mais eficaz para veicular suas formas de pensar. A formação dos bacharéis no Brasil, como apontou Gilberto Freyre (2010), representou tanto a quebra do envio de estudantes para a Europa em busca de formação superior quanto a europeização dos costumes e normatividades que imperaram no projeto nacionalista de D. Pedro II. A criação e expansão da nova elite intelectual serviu como principal canal importador para muitos dos discursos sobre higiene, etiqueta e discussões raciais. Lilia Schwarcz (1993), ao também abordar a ascensão do bacharel, mostrou as formas como a nova elite intelectual foi ingressada na sociedade e sobre quais pilares eles desenvolveram o seu papel de articulador dos discursos (re)definidores da sociedade brasileira, buscando formas validadoras para as novas normatividades.

Giovana Xavier (2020), em seu texto, apontou para o casamento do jornalismo com a literatura. Muitos dos literatos brasileiros, assim como os juristas, legisladores, civis e todos que procuravam e faziam do jornal o principal canal para propagação discursiva, valeram-se dos periódicos para manifestarem-se, através da literatura, sobre as problemáticas que envolveram o Império na segunda metade do século XIX. Como vimos no capítulo anterior, a literatura, diretamente vinculada aos jornais, trouxe histórias que tinham assimiladas, em seus textos, as normatividades propostas pelos debates do governo e da medicina. Desta forma, pensar o jornal brasileiro do século XIX é pensá-lo como uma ferramenta onde durante muito tempo foi possível qualquer cidadão burguês, de escravista à jurista, fazer suas publicações, demarcando suas divergências e variantes de posicionamento, sem perder no seu âmbito a precedência de informação sobre o maior interesse comercial do estado: a escravidão. Seja para criticá-la, aboli-la ou comercializá-la, a imprensa não largou mão do sistema para mantê-la em foco.

Por falar também do casamento entre a imprensa e o sistema escravista, como veremos mais adiante, a medicina social, emergente no século XIX, também embarca nos parâmetros do longo alcance jornalístico e formaliza a inserção do discurso médico no circuito. É importante termos isso em mente porque muito do que se criticou sobre o papel do cativo dentro das casas senhoriais e sobre a dependência excessiva dos senhores partiu dos médicos-jornalistas. A capacidade de alcance da imprensa terminou por criar diversos jornais especializados na saúde

da família e no controle do trabalho doméstico através dos escritos médicos, como veremos mais adiante.

Todavia, ainda sobre o relevante crescimento da popularidade da imprensa, no século XIX, Elizabeth Carneiro (2006) afirma que “o jornal se expande com o crescimento da cidade, também porque na segunda metade do século há um incremento significativo na entrada de importados destinados aos consumidores da Corte e das zonas rurais vizinhas” (CARNEIRO, 2006, p. 191), o que reafirma a consciência, tanto estatal quanto social, do grande investimento social para a modernização da imprensa. Contudo, é importante reafirmar, o crescimento urbano e jornalístico não foi um movimento restrito à Corte e ao Rio de Janeiro. Os grandes centros urbanos do Brasil, como vimos, também participaram da modernização nacional, e Recife também contou com grandes jornais e infraestruturas para a propulsão discursiva, como foi o caso do *Diario de Pernambuco*.

Fundado em 1825, o jornal *Diario de Pernambuco* marca presença como o jornal pernambucano mais antigo em circulação. Sua história remonta à história da própria Faculdade de Direito do Recife, fundada em 1827, em Olinda, e transferida definitivamente para o Recife em 1854. Arnoldo Jambo (1975), em seu livro que reconta a história das primeiras quinze décadas do jornal, não desliga as relações que permeiam o crescimento do jornal e as atividades do instituto de ensino superior. De acordo com o autor, “sem o afluxo da mocidade de outras províncias à procura de estudos superiores em Pernambuco é possível que ao Recife não tivessem sido tão fecundos os anos de sua história intelectual e jornalística depois do Primeiro e durante o Segundo Reinado” (JAMBO, 1975, p. 187). Tal colocação reafirma a primária colaboração entre os bacharéis e as ações jornalísticas, como apontou Schwarcz (1993) sobre o processo do desenvolvimento intelectual durante o reinado de Pedro II. Jambo aponta que, nos primeiros anos de publicações do *Diario*, muitos dos acadêmicos utilizaram-se de sua tipografia para a escrita de diversas pautas. Durante muito tempo, os estudantes da Faculdade de Direito “apropriaram-se” da redação do jornal, publicando artigos sobre temas filosóficos como, por exemplo, o direito, religião e as novas diretrizes científicas.

No caso do *Diario de Pernambuco*, é interessante perceber como o jornal passa a vivenciar o cotidiano da cidade. Raimundo Arrais (2004) chega a ressaltar a importância que o jornal teve para o noticiário do crescimento urbanístico e social do Recife, principalmente nas décadas de 1860 e 1870. Com a intelectualização do jornal e o seu destaque na imprensa, o *Diario* passou, assim como os principais jornais brasileiros, a trazer variedades em suas páginas, trazendo intercalados às colunas filosóficas dos estudantes, anúncios de variedades e comércio de escravizados. Assumidamente conservador, o *Diario de Pernambuco* não foi isento de

posicionamento em algumas questões ou de posicionar-se dubiamente sobre outras, mas o fato é que a longa trajetória do jornal termina por compilar e acompanhar a própria história do Império brasileiro. Analisar suas páginas é de fato perceber como eram feitos os debates acalorados sobre o movimento abolicionista ao mesmo passo que ao virar as páginas os anúncios de compra e venda de cativos e, especialmente, amas de leite, estampavam as colunas comerciais do jornal. A partir da década de 1870, os debates sobre o fim do escravismo brasileiro tornam-se mais frequentes, e a cobertura que o *Diário de Pernambuco* faz sobre o assunto, sendo um jornal do Norte do Império, mostra como a imprensa foi imprescindível para a transmissão de informações e formação de opinião, tomando amplitude nacional.

5.2 “AMAS DEGENERADAS”: O CASO DA IMPRENSA MÉDICA NO COMBATE ÀS AMAS DE LEITE

Aqui está um ponto recorrente no discurso médico da época: a valorização do aleitamento materno em oposição ao efetuado por escravas. Incentivar esse tipo de aleitamento situava o Brasil no rol dos países considerados civilizados, nos quais os médicos também incentivavam, com base em discursos científicos, a amamentação materna. Entretanto, em terras brasileiras, havia a peculiaridade de a maioria das amas de leite ser escrava – alugadas ou pertencentes à própria família (CARULA, 2012, p. 201).

Ao trazer esta citação de Karoline Carula (2012), sobre o discurso médico durante o século XIX e as reverberações em como a questão do aleitamento foi tratada, são reiterados os pontos conceituais trazidos nos capítulos iniciais dessa pesquisa. O Brasil, enquanto houve escravidão nestas terras, teve como hábito o recurso às amas de leite negras para a alimentação das crianças senhoriais. Parte desse hábito surge do discurso da incapacidade da mulher branca em amamentar devido à sua suposta “fraca estrutura” ou remontando à uma tradição ibérica de terceirização da amamentação, como abordou o estudo de Pinheiro (2015). Seja por qual motivo for, a tradição da ama de leite como recurso à alimentação dos bebês foi prerrogativa social até o fim do sistema escravista.

O processo civilizacional do Império, como abordado, buscou quebrar alianças e hábitos coloniais, de forma que, num pretense rompimento, novas representações foram elaboradas, buscando impingir a ideia de que as práticas de amamentação via escravizadas eram maléficas para o bebê. Foucault (1999), Certeau (1998) e Chartier (1888 e 1991) elaboraram conceitos que dialogam bem com o momento em que o Império do Brasil, através da nova setorização institucional, resolveu modificar seus discursos, “modernizar” suas práticas e construir representações favoráveis às novas condutas. Dentre as diversas questões que envolveram a

reorganização da família, a prática do aleitamento teve papel fundamental para essa reconstrução das práticas cotidianas e como reiteração do inicial discurso sobre higiene, sanitarismo e eugenia no Brasil. Refletindo sobre os processos sociais que o Império do Brasil passava naquele momento, Luiz Carlos Martins aponta que é possível

Pensar a cultura em processo de transição dos oitocentos como uma cultura que se inscreve nos paradoxos da modernidade, ou seja, em suas discontinuidades entre as tradições, o passado, o litúrgico-religioso, e o sonho da razão, da ciência, da nação e do urbano (MARTINS, 2006, não paginado).

Foi partindo dessa readequação das práticas culturais brasileiras que as instituições de ensino superior ganharam força discursiva na sociedade. Além das Faculdades de Direito sediadas em São Paulo e Recife, faculdades de medicina também foram abertas no Rio de Janeiro e na Bahia, desde cedo colocando em sintonia as práticas científicas desenvolvidas em ambas as áreas como, por exemplo, a assimilação do conceito darwinista para explicar as problemáticas raciais no Império, reformulando as práticas de conduta do trabalho doméstico, sobretudo aqueles que tinham maior contato com as mães e as crianças. Desta forma, a medicina se constrói, no Brasil do século XIX, na base das transformações políticas implementadas pelo Império. Os médicos tornam-se os agentes oficiais da construção das novas representações. Lilia Schwarcz (1993) aponta para as diferentes atuações que as faculdades desenvolveram na medicina praticada no Brasil imperial. Enquanto a faculdade carioca debruçava-se sobre o controle sanitário das cidades, através da busca por resultado aos combates epidêmicos, como a cólera e a febre amarela, por exemplo, na faculdade baiana os estudos eram predominantemente debruçados sobre as questões de raça no Brasil. Lá foi desenvolvida uma série de práticas higiênicas e eugenistas que viabilizaram a marginalização da população negra no fim do Império, além de fomentar discursos racistas que também foram incorporados pelo movimento abolicionista, sobretudo a parte civil do movimento, do qual a literatura, por exemplo, faz parte.

Com base na prática médica baiana, o cruzamento racial era a explicação para a “criminalidade, a loucura, a degeneração” (SCHWARCZ, 1993, p. 249), ideia em que basearam-se teses que defendiam o aumento de todos esses aspectos no caso de uma possível abolição e na dependência excessiva do senhor ao escravo doméstico, ao permitir maiores contatos com o cotidiano familiar. A popularização de tal conduta racista, diante das “modernizações” que se esperava para a construção das novas noções sociais, que buscavam dar luz a uma ideia de sociedade mais “asseada”, é que levou a medicina ao combate frontal com a escravidão. Raimundo Arrais (2004) já aponta para a criação em Pernambuco da

Inspetoria de Higiene Pública, em 1872, que por si já foi uma readequação de comissões e departamentos de saúde públicas anteriores em atividade da manutenção sanitária da província. Isso mostra que com o passar do tempo, os departamentos sanitários em todo o país também emergiram e passaram por uma série de transformações acompanhando as mudanças na dinâmica social sobre a saúde. Entretanto, é importante ressaltar que, na realidade, nenhuma dessas reformulações sanitárias favoreceu em concreto a vivência e o bem-estar dos cativos e afro-brasileiros livres. É imprescindível ter a clareza de que a medicina do século XIX, no Brasil, era uma medicina de elite, elaborada e aplicada para os interesses dos senhores brancos. Desta forma, as amas de leite só passaram a ser pauta de discussão médica quando o discurso médico atribuiu uma série de problemáticas à função do aleitamento, tachando o leite negro como portador de uma série de patologias que punham em perigo o desenvolvimento da criança.

Martins aponta para o final da década de 1870 o início da campanha que propagava uma suposta preocupação dos médicos com a saúde da família senhorial. Suas inquietações, segundo o autor, eram voltadas para fazer com que as famílias brancas ficassem alertas aos “possíveis perigos” do contato da criança com o leite da ama e a necessidade de uma série de testes que a habilitassem ao exercício da função. Os médicos defendiam a ideia de que a ama de leite desnutrida, além das características apontadas pelo racismo médico como inerentes ao sujeito negro, trazia uma série de traços em seu leite que o deixava impróprio para o consumo do bebê branco. A partir dessa ideia foi que surgiram os estudos que apontavam que a degeneração, além de característica supostamente presente na raça negra, era de transmissão hereditária. Desta forma, os médicos passaram a reunir esforços “na tentativa de conseguirem inaugurar um espaço que, enfim, agenciasse sua maior participação efetiva acerca da utilização indiscriminada das amas pela sociedade” (MARTINS, 2006, não paginado). Sandra Koutsoukos (2010) também trabalha essa questão ao falar sobre as inúmeras clínicas que foram abertas para o exame preventivo das amas de leite, sejam cativas ou livres. Na execução de tais exames, seriam investigadas as questões mentais, físicas e gestacionais da ama de leite e somente com uma avaliação positiva dos médicos é que elas seriam “certificadas” como aptas ao exercício de seu trabalho.

Como vimos anteriormente, a medicina e o direito apresentaram-se socialmente como os principais campos de saber dispostos a resolver os problemas que envolveram os rumos desempenhados pela população negra na sociedade, além de debaterem sob qual prisma racial deveria ser visto o povo brasileiro. A questão da escravidão foi uma das primeiras que entraram em foco nas discussões acadêmicas. Assim como na medicina, no campo do direito também houve um processo dicotômico envolvendo quem advogasse pela causa da cidadania e dos

direitos dos negros, abolindo a escravidão, e aqueles que construíam uma ideia mais darwinista sobre a raça negra. Esse segundo grupo terminou por se debruçar em conhecimentos antropológicos para diagnosticar as causas da criminalidade na sociedade e resolver as problemáticas do trabalho, elaborando teses racistas que visavam justificar a suposta inferioridade do negro diante do branco e a incapacidade de mantê-los fora de um regime regulador. A criminalização do ócio veio a partir de uma prerrogativa jurídica que impunha ao sujeito negro a alcunha de vadio e que somente a escravidão ou o trabalho compulsório supervisionado seria capaz de manter o controle social e do trabalho. Lilia Schwarcz (1993), ao também trabalhar sobre o assunto, aponta em seu texto as ferramentas utilizadas pelos antropólogos criminais para identificar as supostas falhas inerentes ao povo negro e os parâmetros utilizados pelos cientistas da época para a comprovação de uma suposta inferioridade racial através da medição de seu crânio, sua mandíbula e estrutura óssea, por exemplo.

Sintonizada à crescente discussão racial emergente no Brasil, a partir do exercício da antropologia criminal, a medicina ampliou seus estudos sobre raça, incorporando a genética como discussão e investigação dos malefícios que a hereditariedade pode causar nas gerações futuras, estudo que era diretamente inflamado à pesquisa sobre “os possíveis perigos do sujeito negro na sociedade”, visando principalmente os malefícios do contato íntimo entre negros e brancos. A chamada *medicina legal* surge como campo de estudo para as patologias que envolvem o sujeito negro. Foi a partir de uma série de estudos e, posteriormente, inúmeras teses publicadas sobre o assunto que firmou-se a prática discursiva que defendia e elaborava a representação do negro como “degenerado”. A incapacidade do exercício da cidadania e a prerrogativa da escravidão partia de uma suposta inaptidão ao desenvolvimento intelectual da raça negra. A representação do sujeito negro vicioso e criminoso terminou por ganhar força no Brasil e nas representações subsequentes sobre os escravizados, que perduraram ganhando mais força nos anos subsequentes ao término do Império e durante as primeiras Repúblicas.

Sandra Koutsoukos (2010) também apontou as consequências discursivas da medicina legal sobre as representações das amas de leite. Segundo a autora, a construção da imagem da “ama degenerada” buscou incutir no seio da sociedade, principalmente nas famílias, os perigos da “amamentação terceirizada” – termo usado pelos médicos para referir-se ao trabalho das amas de leite. De acordo com as teses médicas, a transmissão dos vícios, o pendor ao ócio e ao crime e possíveis patologias mentais era via amamentação exercida pelas mulheres negras. A construção de uma ideologia na qual a raça branca é imune a qualquer desvio social ou de caráter, em contrário à raça negra corrupta e degenerada cria uma série de representações

medonhas sobre o cotidiano escravo e as relações particulares dos negros com os brancos, percorrendo diversos setores sociais e sendo exaustivamente publicadas em diversos jornais sob a forma de colunas que assumiam textualmente uma série de medidas cautelares contra a presença do sujeito negro dentro das casas e na sociedade livre. A reverberação desses discursos é clara: a literatura que, como vimos, era endereçada primordialmente às senhoras brancas, trazia em seus textos amplas representações de escravizados corruptos, maledicentes e degenerados. Desta forma, podemos perceber claramente a amplitude do alcance dos discursos raciais propagados pela medicina na sociedade e que comprovam a agudeza na construção das narrativas racistas que marcaram socialmente o fim do século XIX no Brasil.

Ainda de acordo com os parâmetros médicos aplicados na época, as amas de leite deveriam apresentar-se regularmente, por incentivo próprio (caso fosse livre) ou conduzida por seu senhor (caso fosse cativa), para uma série de exames médicos onde seriam examinadas as genitais, os dentes e os seios das amas de leite, em busca de comprovação de sua boa saúde e, por conseguinte, da boa saúde do seu leite. Somente após um parecer positivo do médico, a ama de leite estaria apta a exercer seu trabalho, como apontam os cruzamentos dos estudos de Koutsoukos (2010) e Carula (2012). Para isso, os médicos passaram a publicar diariamente, em jornais, editais e anúncios convidando os leitores a conhecerem os novos consultórios abertos nas grandes capitais do Império. Foi desta forma que estabeleceu-se também o casamento entre a imprensa e a medicina. Diversos jornais foram abertos pelo país, de circulação regular, e voltados ao público feminino.

O crescente interesse pela modernização da maternidade, adotado pelas famílias, principalmente as urbanas, fez com que a massificação do conhecimento transmitido pelo médico da família crescesse, e mesmo os jornais dedicados ao assunto que não alcançavam circulação nacional enviavam textos por correspondentes de modo que as grandes capitais do Império estivessem articuladas na ação das novas práticas. Foi através desses jornais especializados que a medicina passou a exercer a sua tutela sobre a família senhorial. Sobre esses jornais, Luiz Carlos Martins ressalta que eles eram voltados “para as mulheres brancas pertencentes à parcela abastada da sociedade” e a premissa deles era de incutir no seio dessas senhoras de que “era sob a fala médica, oficial, ilustrada e urbana que deveriam figurar as práticas e inclinações da família” (MARTINS, 2006, não paginado).

Dentre os jornais médicos que circularam entre as décadas de 1870 e 1880, o mais notório deles foi o jornal *A Mãe de Família*, publicado originalmente entre 1879-1888 e fundado pelo médico Carlos Costa. A importância deste jornal para o entendimento de como os discursos médicos foram atrelados às questões que envolviam a condução do trabalho servil e, sobretudo,

as reorganizações dos padrões da alimentação infantil, que envolvia diretamente o aleitamento exercido pelas amas de leite, não pode ser subestimada. Somado a isso, embora a sede do jornal tenha sido no Rio de Janeiro, é relevante observar a ressonância dos seus discursos por todo o território nacional e como as práticas de alimentação infantil e as representações das amas de leite, dentro do trabalho doméstico, alteraram-se devido às novas práticas. Segundo Carula (2012), Carlos Costa era um médico higienista sediado na Corte e, além de fundador, atuou como principal redator do periódico. Segundo a autora, a trajetória do dr. Costa iniciou-se em outro jornal, o *Gazeta de Notícias*, onde ainda em 1877 obtinha uma coluna, destinada às senhoras brancas, onde tratava de várias questões sobre a maternidade e a higiene infantil.

Foi a partir dessas “cartas às senhoras brancas”, escritas pelo médico higienista, que surgiu o conceito de “mãe higiênica”, que buscava pregar uma maior autonomia das mulheres brancas no exercício da amamentação. Com a autonomia de seu próprio jornal, o médico dedicou-se à produção discursiva, dando força e luzes ao movimento higienista brasileiro, visando um alinhamento aos novos parâmetros médicos vigentes na Europa sobre a maternidade, nos quais, acima de tudo, a mulher devia ser uma “boa mãe”. De acordo com o discurso higienista que passou a ser veiculado na época, “cabia aos ilustrados em ciência comunicar-lhes esse saber, para que desempenhassem satisfatoriamente sua função social” (CARULA, 2012, p. 198). A partir dessa colocação, atentamos para o quanto o discurso médico esteve aparelhado às demais instituições que faziam parte do grande projeto de civilizar o Império. As novas práticas familiares, baseadas nas novas normas de higiene e a reeducação da família, encaminhando para o fim da dependência da escravidão, terminava por estar sintonizada também com as práticas que visavam o fim do cativo, embora a regulamentação higienista fomentasse também as bases da exclusão social, e do trabalho, dos afro-brasileiros. A propulsão do sistema imigratório que beneficiou a entrada de italianos e espanhóis, no Sul brasileiro, também partiram das bases do discurso médico higienista.

De acordo com as normatizações da Medicina Social, “entregar o filho para ser amamentado por outra mulher era apontado como um erro gravíssimo. Na interpretação de Carlos Costa, as mulheres eram displicentes no cumprimento do único papel que lhes cabia – a maternidade” (CARULA, 2012, p.198). Desta forma, Carlos Costa não só buscou quebrar com séculos de amamentação via ama de leite, rompendo com o costume “medieval” de delegar a alimentação a terceiros, como também buscou readequar o lugar da mulher branca dentro da sociedade. Ao passo que as mulheres brancas adentravam no meio público, novas formas de existir foram apresentadas a elas fora de suas casas. Entretanto, para um discurso médico machista, a ideia do poder central do homem no comando da sociedade e da casa devia ser

ressaltado. O conceito da “mãe higiênica” busca dizer justamente isso: imaculada dos vícios da rua, a mãe e senhora branca tem como dever o controle da casa e o cuidado dos seus filhos. Qualquer desvio da conduta prescrita, era vista pelos médicos como atos de “negligência”, “egoísmo” e “ vaidade”, principalmente se partisse da recusa de amamentar seu próprio filho.

O processo de discussão sobre os parâmetros da nova alimentação geraram uma série de conflitos na sociedade que entraram em embate com séculos de prática das amas de leite. Inúmeras teses de medicina sobre o assunto foram escritas e defendidas nas faculdades. Sandra Koutsoukos (2010) apontou que os médicos buscaram dividir “o aleitamento em quatro tipos: o materno, o artificial, o mercenário e o misto feminino” (p. 159). Nos atentemos para um fato: de acordo com a ordem de precedência médica, o aleitamento via ama de leite, tido como mercenário, figura como terceira alternativa. Contudo, exceções eram feitas àquelas mães que por motivos de saúde não podiam amamentar propriamente seus filhos. A essas mães era permitido a escolha de uma boa ama de leite, seja ela cativa da família ou alugada.

Embora alimentos artificiais industrializados já começassem a circular entre as principais cidades do Império e passassem a surgir anúncios deles nos jornais, numa tentativa de induzir o consumo nas parturientes, produtos como a farinha láctea Nestlé e o leite condensado diluído permaneceram como última opção, de acordo com os costumes populares e a preferência social. Isso termina por demonstrar a força que os costumes escravistas exerciam nas práticas cotidianas familiares, desta forma, continuando a precedência à procura das amas de leite. Koutsoukos aborda bem as novas ideias sobre a alimentação dos bebês ao esclarecer que

O aleitamento artificial era dividido em dois: “o mediado” (ou “indirecto”) e o “immediato” (ou “directo”). O “mediato” e o “indirecto”, era aquele em que o bebê tomava o leite na colher ou no copo, ou mamava em mamadeira, fosse leite de vaca, cabra, ovelha ou jumenta, diluído inicialmente em água, podendo-se ir diminuindo a quantidade de água aos poucos. Todo cuidado com a conservação do leite tinha que ser tomado, pois, se não fosse consumido logo, com o calor estragava rapidamente (KOUTSOUKOS, 2010, p. 159)

Contudo, apesar de uma série de alternativas expostas pelos médicos para que a amamentação dependesse cada vez menos do recurso às amas de leite, na prática, o que se viu socialmente foi a permanência da atividade das amas e consistência do comércio nos jornais. Os anúncios de compra e venda de amas de leite permaneceram a pleno vapor durante todo o processo de tentativas de reorganização das práticas da maternidade. É justamente esse puxar de cordas que configura o embate entre a medicina e o escravismo. As amas de leite e suas representações consecutivas às novas medidas “higiênicas” vigoraram socialmente entre debates que digladiavam entre si: se por um lado a família tradicional buscava imprimir a visão

de uma escravidão benéfica e segura através das imagens das amas de leite que transitavam socialmente como simulacro de cuidados, os legisladores discutiam a existência da maternidade negra dentro das ideias que deram forma à Lei do Ventre Livre e que punham à luz também a existência dos filhos das amas. Por último, os médicos, através de uma série de imposições, escancaravam ideias racistas sobre a amamentação negra. Esses discursos terminaram por definir por três vieses o destino do sistema escravista.

De acordo com as determinações, o leite da ama deveria se aproximar à idade da criança, o que implica que a mulher negra deveria ter parido em tempo similar à sua senhora; prerrogativa secular que uniu a mulher branca à negra durante todo regime de exploração materna da escravidão. Outro ponto de perigo expresso pelos médicos é da impossibilidade de escolha de uma ama de leite que já tenha voltado a menstruar; de acordo com a medicina da época, a menstruação afeta a qualidade do leite. Koutsoukos (2010) nos direcionou a perceber que a partir dessas especificidades, outras mais vigoraram no consenso do discurso médico, principalmente no que diz respeito às doenças. A ideia da mulher negra promiscua e voluptuosa toma nova forma ao ter tais termos associados às transmissões de doenças como a sífilis, a tuberculose e a escarlatina, além de uma série de parasitas e sarnas que para os médicos eram males hereditários e altamente transmissíveis pelo leite materno e que serviram como disposições para uma série de ataques públicos agressivos contra as amas de leite, a mulher negra e aos laços dependentes da escravidão.

Entretanto, os incansáveis ataques contra as amas de leite e a rigorosidade da implementação de uma ideologia higienista que pregava a higiene da maternidade sofreu tanta resistência por parte da família senhorial que, por sua vez, esta também terminou por entrar na mira direta dos discursos da medicina. Muitos médicos chegavam a pressionar posicionamentos através de advertências direcionadas às mães brancas que recusavam-se a amamentar dizendo que elas sofreriam “com inflamações nos seios e outros órgãos pelo acúmulo de líquidos, que no estado “de prenhez” se acumulavam no útero e eram depois eliminados pela amamentação” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 169).

Desta forma, através desse breve panorama, pudemos perceber como os incansáveis médicos assimilaram ideias evolucionistas europeias sob a forma de uma medicina higiênica que pretendia “o bem-estar da família branca” ao difamar não a escravidão, mas o exercício de uma prática de trabalho doméstico que a séculos estava interligada à construção familiar senhorial. Ao trazer debates sobre doenças, alimentação infantil, o “real sentido da maternidade” e as supostas “inferioridades” da “raça negra” para o público, o saber médico, aliado à literatura e à imprensa, construiu uma série de ideias que buscavam resguardar a família

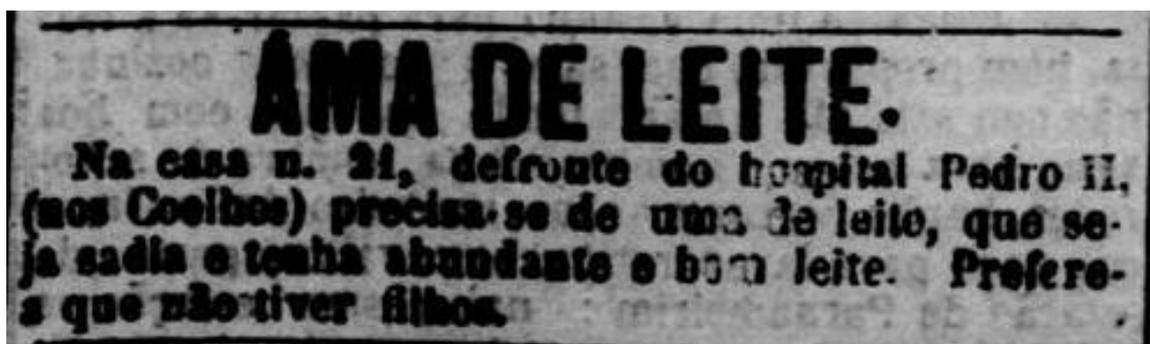
senhorial ao passo que vilanizavam as amas de leite negras. Esta eficaz rede de reorganização dos costumes familiares desencadeou sérias transformações sobre a higiene familiar e práticas de cuidados das crianças e, sobretudo, reformulou representações retirando as amas de leite do lugar da ama “afetiva e cuidadosa” e as colocaram no rótulo de “amas degeneradas”.

Contudo, o outro lado do embate também precisa ser visto, ao mesmo ritmo que os médicos utilizavam-se das diversas ferramentas públicas para inserir na sociedade suas determinações, combatendo agressivamente a prática do aleitamento terceirizado e do trabalho doméstico, os demais jornais, que não eram editados e chefiados por médicos, continuavam a publicar anúncios de compra e venda de amas de leite, construindo um outro olhar, não menos violento, sobre o corpo da mulher negra.

5.3 “PROCURA-SE”: AS AMAS DE LEITE NOS ANÚNCIOS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Em muitos desses anúncios, a palavra “ama-de-leite” aparece em destaque, logo no início, às vezes em negrito ou em caixa alta, particularmente naqueles publicados por quem procura uma delas. À medida que o jornal organiza a informação, fica mais fácil localizá-las nas colunas e nos anúncios que ganham ordem alfabética. Amas-de-leite logo aparecem no início das três seções – Aluga-se, Precisa-se, Vende-se (CARNEIRO, 2006, p. 223).

FIGURA 12: Anúncio de Ama de Leite do Diário de Pernambuco do dia 28 de setembro de 1871.



FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O anúncio acima demonstra bem a complexidade da aparição discursiva das amas de leite nos jornais. Este anúncio foi publicado no Diário de Pernambuco em 28 de setembro de 1871, data da sanção da Lei do Ventre Livre. Talvez, o primeiro fator de importância atribuído a ele seja a sua publicação no mesmo dia em que a Lei do Ventre Livre buscou refrear os avanços do escravismo, contudo, a sua relevância se acerba por nele conter, em sua completude, todos os pontos definidores da representação das amas de leite no jornal.

Nesse anúncio específico temos os principais pontos de análise apresentados neste intertítulo como, por exemplo, alguns dos requisitos físicos necessários à qualidade da “ama de leite higiênica” que, como vimos, procurou ser tida como regra diante dos preceitos médicos, assim como, de certa forma, tentaram imprimir imagem similar na mulher branca. Além de um ponto em particular que se torna perene nas publicações comerciais de amas de leite no jornal: a requisição de ausência dos filhos das amas. Entretanto, antes de debater mais a fundo tais questões, é necessário entendermos onde circulavam os anúncios, como eram escritos e quem compartilhava com as amas de leite as páginas de jornais.

Como vemos na imagem abaixo, e como Elizabeth Carneiro (2006) demonstra, os anúncios de amas de leite tem sua forma “clássica” em letras garrafais no enunciado, direcionando o olhar do leitor diretamente para o anúncio, mas também aparecem em sua forma mais “simples” contando somente com o termo “AMA” e dentro dessa categoria encontra-se a procura das diversas atribuições do trabalho doméstico: cozinheiras, engomadeiras, arrumadeiras e amas de leite, por exemplo. Desta forma, caberá ao leitor que procura por seus serviços ler atentamente sob qual forma os anúncios de amas de leite aparecem no jornal. Entretanto, percebamos como se formavam a dinâmica da publicação de anúncios. Como Carneiro (2006) apontou em seu trabalho, as páginas de anunciantes dos periódicos fervilhavam numa amalgama de anúncios variados e dentro deles é que tudo o relacionado aos escravizados estavam ligados, sejam anúncios de escravos fugidos ou de trabalho doméstico.

FIGURA 13: Recorte da página de anúncios da edição do Diário de Pernambuco do dia 02 de abril de 1871.

LEILÃO DE Solius ingleses superiores a 3 de abril Cunha & C. farão leilão por intervenção do agente Oliveira, de 5 caixas com solius ingleses finos e bordados das melhores qualidades que vem a este mercado Segunda-feira ás 11 horas da manhã em ponto, no 1º andar da rua n. 18, a rua da Cadeia.

LEILÃO DE MOVEIS Em S. José do Manguinho, no sobrado de um andar defronte do Sr. Jorge Tasso. O agente Pontual fará leilão por autorização do Carlos R. Nicol, dos móveis seguintes: — 1 rês

precioso que tenho comprado a armação e arrebitado a casa da rua da Esperança n. 7, e lizo conserto que os vendedores da mesma armação negociaram ou pretendem negociar a mesma, que fará em qualquer juízo e tribunal valer os seus direitos, por quanto ninguém está autorizado a vender aquilo que lhe não pertence. Declara o tiro sim que o-la prometo no juízo municipal da 1ª vara o despejo de quem estiver em dita casa a entrega da armação e utensílios que lhe pertencem, e não se responsabiliza por contrato algum que o não tiver, com a sua assignatura competente reconhecida, firmado. Manoel João Pires.

Irmãdade das almas erecta na matriz do SS. Sacramento da Boa Vista. De ordem do nosso irmão juiz convido a todos os nossos irmãos para comparecerem em nosso consistorio quarta-feira 5 do corrente, pelas 7 horas da manhã, para recordados, irmos acompanharem a procissão do Senhor aos enfermos que tem de sair da mesma matriz, para o que fomos convidados pela mesma regedora da irmandade do SS. Sacramento. Consistorio da irmandade das almas 1º, de abril de 1871. Oscrivão, José Afonso Monteiro.

AMA Precisa-se de uma ama de leite que não tenha filhos: na rua do Livramento n. 33, 2º andar.

lugar n. 5, a pouco acabada, com accommodações para pequena familia: a tratar no mesmo correio n. 5, ou no largo da escadilha da alfandega n. 3. — O abaixo assignado seguindo hoje para Lisboa no paquete *Guadalupe*, e não tendo tempo de despedir-se de todas as pessoas que o honram com sua amizade, prevalece se deste modo para o fazer e pedir desculpa de semelhante falta, e offerece, durante o tempo que alli estiver, ou em outra qualquer parte da Europa, para onde vai tratar de sua saúde, os seus limitados préstimos. Recife 1º de abril de 1871. José Joaquim de Faria Machado.

CADETE DE CAVALLARIA. Na rua Direita n. 53 ha precido de falar-se ao Sr. Herculano Cavalcanti de Albuquerque, cadete de cavallaria.

Grande casa e sitio. Aluga-se a grande casa da estrada do Rosarinho n. 10, com accommodações para grande familia, e imenso sítio com arvoredo para destructar, com excellentes haixas para capro mesmo na maior força do verão: a tratar no largo da escadilha da alfandega n. 3.

Ama de leite Offerece-se uma, sendo portugueza: na rua de S. Jorge (antiga do Pilar) n. 11.

Precisa-se de um pequeno sobrado para rapaz solteiro, e que seja na freguezia de Santo Antonio: a tratar na rua Direita n. 31, armazem. José Antonio Bando. D. Maria Felicia da Conceição Bastos, e seus sr. irmãos agradecem cordialmente aos parentes, e amigos que se dignarem assistir aos suffragios prestados a seu querido esposo e tio, que tiveram lugar no dia 30 do corrente na capella do cemiterio publico, e de novo lhes podem se dignem de ouvir uma missa que pelo repouso eterno do mesmo seu querido esposo e tio será celebrada na mesma capella no dia 3 de abril. AMA. Precisa-se d'uma ama para cozinhar e comprar, para uma familia de duas pessoas: a tratar na rua Nova de S. Rita, n. 60.

FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Nesse recorte da edição do Diário de Pernambuco no dia 02 de Abril de 1871, podemos perceber dois anúncios com o termo “AMA” e apenas um com o termo “AMA DE LEITE”. Antes de nos adentrarmos diretamente nos anúncios das amas, percebamos o entorno dos

classificados. Os anúncios das trabalhadoras domésticas figuram num emaranhado de convocatórias de leilões, aluguéis de propriedades e até mesmo de obituários. Contudo, não existiam lugares fixos nos jornais destinados a setorização dos anúncios e nem sempre os anúncios de amas apareciam quase ao rodapé da página, como no recorte acima.

Vejamos agora o que dizem os anúncios: o anúncio intitulado somente com o termo “AMA” nos dá um parâmetro de muitas das negociações feitas sobre essas trabalhadoras; enquanto um diz: “Precisa-se de uma ama de leite que não tenha filhos: na rua do Livramento n. 33, 2º andar”⁵ o outro diz: “Precisa-se d’uma ama para cozinhar e comprar para uma família de duas pessoas: a tratar na rua Nova de S. Rita, n. 65”⁶.

O interessante da comparação desses dois anúncios que procuram suas amas, respectivamente, termina por nos ilustrar as relações convectivas do trabalho doméstico. A procura das amas de leite e de uma cozinheira dentro de um mesmo grupo de anúncios faz todo o sentido, como se pode ver. O que levou às amas de leite terem um enunciado próprio foi a reverberação das normatividades e as representações construídas sobre elas, como vimos anteriormente. Enquanto isso, um terceiro anúncio, desta vez intitulado “AMA DE LEITE” nos diz: “Oferece-se uma, sendo portuguesa: na rua de S. Jorge (antiga do Pillar) n. 11”⁷ e que nos oferece material para uma análise mais aprofundada. Primeiro por haver na mesma edição dois anúncios de amas de leite completamente diferentes; o primeiro alega precisar de uma ama de leite e exige que esta não tenha filhos (ou os tenha, mas já impossibilita que a criança acompanhe a mãe); a segunda “oferece-se” como ama de leite e explicita, por sua vez, a sua branquitude e atesta sua procedência portuguesa.

Embora, ao contrário do anúncio que abre o intertítulo, a publicação não traga especificidades sobre o corpo ou a saúde da ama, ele deixa claro que prefere-se uma cativa, e, portanto, negra. O anúncio, aparecendo logo ao lado de uma publicação de uma mulher branca, possivelmente imigrante, oferece-se como ama de leite em busca de trabalho destacando como diferencial o fato de ser portuguesa. Aqui, para além das questões que envolvem raça, fica claro como o ofício de ama de leite passa a atuar no comércio. Primeiro há a inserção da mulher

⁵ AMA. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 2 abr. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=290. Acesso em: 20/03/23.

⁶ AMA. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 2 abr. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=290. Acesso em: 20/03/23.

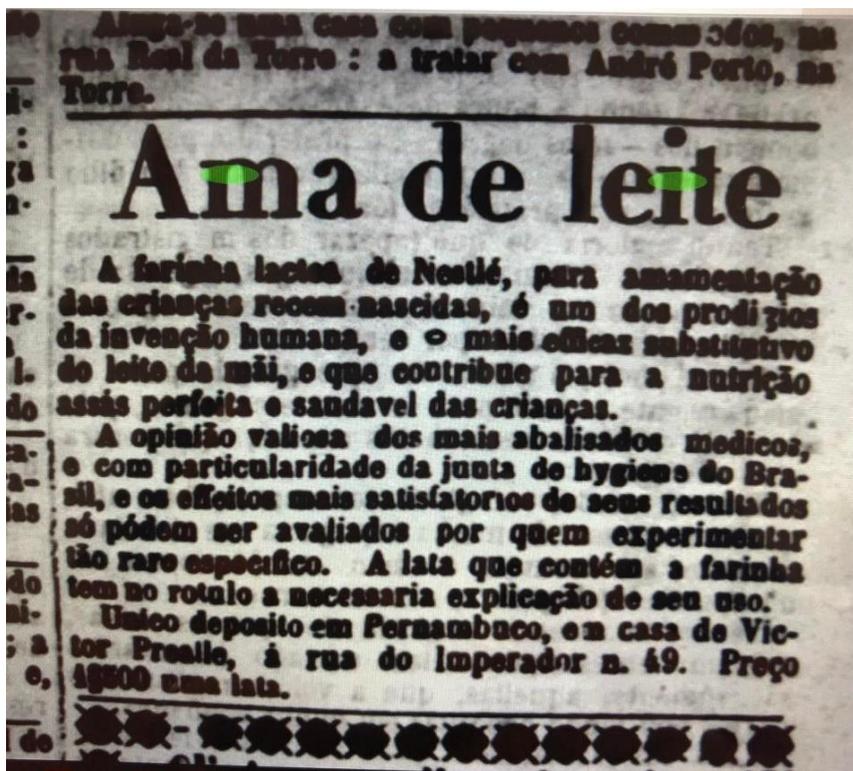
⁷ AMA DE LEITE. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 2 abr. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=290. Acesso em: 20/03/23.

branca e pobre dentro do mercado do trabalho; segundo, termina por abrir margem para uma competitividade comercial desigual entre as duas mulheres. Enquanto a ama de leite negra não tem opção além do dever de servir à família que a solicita, além de ter sua maternidade regulada pela separação de seu filho. A mulher branca, ao se oferecer, toma posse da renda oferecida ao seu ofício, a princípio negada à ama cativa, por conta de sua branquitude.

É pertinente também compreendermos o surgimento de mulheres brancas que se oferecem para o trabalho de ama de leite a partir das convenções estabelecidas pelos ditames médicos da época que defendiam a precedência (em caso de necessidade) do aleitamento das crianças via amas de leite brancas, partindo da premissa racista da transmissão da degeneração pelo leite materno. Para um maior incentivo por parte dos médicos aos novos moldes de amamentação, além das medidas formativas da “mãe higiênica” vinculadas aos textos publicados nos jornais especializados na narrativa médica, nos jornais em geral os médicos também buscavam estimular novas práticas para recondução da prática de amamentação que entravam em concorrência com a oferta de amas de leite.

Em anúncio de 26 de Novembro de 1876, um comerciante do Recife já começava a anunciar a venda exclusiva da Farinha Láctea Nestlé, abalizado pelas autoridades médicas como alternativa para a amamentação das crianças sem a dependência das amas de leite. Para vários impactos que esse anúncio possa ter para o entendimento do comércio do aleitamento, a vinculação do anúncio de venda do produto sob o título de “AMA DE LEITE” é bastante significativo para o entendimento do discurso propagado na época e, principalmente, das representações imbuídas em tal anúncio. Primeiramente, o fato dele se intitular como “ama de leite” consolida a imaginação da ama de leite escrava como um objeto comercial, passível de substituição por “produtos melhores do mercado”. A agressividade com que essa nota se apresenta termina por mostrar como os médicos e os industriais (uma nova instituição que lança mão do discurso que combate o regime escravista) representam as mulheres amas de leite como figuras “obsoletas” no mercado de trabalho e no trânsito comercial. A busca da substituição da ama de leite humana por uma que é invenção da indústria alimentícia, alimentada pelo discurso médico, termina por iniciar o trabalho de apagamento dos séculos de trabalho escravo, caminho que se consolida após a abolição.

FIGURA 14: Anúncio da Farinha Láctea sob o título de "Ama de Leite" no Diário de Pernambuco do dia 26 de novembro de 1876.



FONTE 15: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outro ponto é a certificação da farinha como o “mais eficaz substitutivo do leite da mãe” a partir da “opinião valiosa dos mais abalisados médicos, e com a particularidade da junta de hygiene do Brasil”. Esse termina por ser um exemplo na prática de como o discurso médico consolidou a propagação dos ideais racistas de combate às amas de leite socialmente ao defender a farinha industrial como alimento substituto ideal ao leite materno, atribuindo uma complexidade não só nos discursos e representações das amas de leite em geral, mas também na abertura de uma concorrência desequilibrada em que a mulher negra era posta em completa desvantagem diante da falta de decisão, por sua condição de cativa. Embora a grande cruzada da medicina fosse a marginalização completa da mulher negra da função de ama de leite e o descrédito racial sofrido pelo sujeito negro no mundo do trabalho, a opinião social não foi homogênea. Enquanto o público vivia enredado em anúncios capciosos de amas de leite que na verdade buscavam vender Farinha Láctea, o privado resistiu às investidas médicas e continuou recorrendo ao recurso das amas de leite cativas de forma, que apesar das investidas da indústria, as fórmulas lácteas só foram se tornar populares no final do século XIX, quando a abolição pôs fim ao comércio do aleitamento negro.

Com o decorrer da década de 1870 e 1880, muitos foram os produtos desenvolvidos, apresentados e anunciados, juntamente com as amas de leite, para a conformação e o tratamento dos males sofridos pelas mulheres brancas e que, segundo os médicos, eram a causa do enfraquecimento do seu leite e a impotência na hora de alimentar os bebês. Os médicos passavam não só a perseguir as amas de leite, representando-as como “degeneradas” em suas teses e defendendo a condenação da prática, mas também em ataque direto aos males de saúde que eram atribuídos às mulheres brancas em muitas de suas representações. Tônicos, elixires, pastilhas e demais produtos foram oferecidos para o tratamento de “moléstias gástricas” que dificultavam, segundo eles, a boa composição do leite materno, como foi o caso do *Lacto-phosphato de Cal*, publicado no Diário de Pernambuco em 24 de novembro de 1881⁸.

FIGURA 16: Anúncio do Vinho e Xarope de Dusart no Diário de Pernambuco do dia 24 de novembro de 1881.

VINHO e XAROPE DE DUSART
COM
Lacto-Phosphato de Cal

O Phosphato de cal é a substancia mineral mais abundante no homem assim como nos animais. Forma a totalidade dos ossos, e entra na composição da carne e do sangue. No interesse da saúde do homem, é preciso ter elle no corpo uma quantidade determinada de phosphato: quando ha falta, então apparece a molestia, e quando se principia a administral-o, já voltam o appetite e as forças.

A mulher grávida, ama de leite, a creança que cresce e se desinvolve, muitas vezes estão faltas de Phosphato de cal; então enfraquece a mãe, e o seu leite perde as suas qualidades nutritivas; em quanto a creança, esta desperce, padece *colicos* e *diarrhea*; o seu crescimento só se opera penivelmente, a sua dentição é custosa, e as pernas não a podem suster. N'estos varios casos é que a administração do Phosphato de cal produz efeitos admiraveis. A sua efficacia não é menos quando se trata de restituir todo o rigor a uma constituição exhausta, seja por excesso de trabalho ou prazeres, seja por uma alimentação insufficiente, ou por longa molestia.

Antes dos importantes estudos de M. Dusart, o Phosphato de cal não era mais do que um pó insolúvel, que percorria o estômago e os intestinos sem a menor alteração; por isso o seu pouco emprego na therapeutica. Hoje, porém, M. Dusart offerece este precioso agente de baixo de forma solúvel, podendo digerir-se e assimilar sem difficuldade; por isso o Vinho e o Xarope com Lacto-Phosphato de cal, que levam o seu nome, receberam o acolhimento mais caloroso da parte do Corpo Medical da Franca.

Em resumo, o Vinho e o Xarope de Dusart têm por effeito dar forças e despertar o appetite; também concorrem, pela acção do Phosphato de cal, para a consolidação dos ossos, formação dos musculos, e para a riqueza do sangue.

Convém:

As creanças pallidas ou rachiticas;	As Pessoas idosas enfraquecidas;
As meninas que se desinvoem;	As amas de leite para favorecer a
Aos tísicos;	abundancia e riqueza do leite e pre-
Aos que padecem dores do estomago;	venir as colicas e a diarrhea nas
Aos que padecem affecções do peito;	creanças a que amamentam.

Em Paris, casa GRIMAUULT e Cª, 8, rua Vivienne
E NAS PRINCIPAES PHARMACIAS E DROGARIAS DO BRAZIL.

FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O interessante em trazer o anúncio acima é a percepção de que ele também era direcionado não somente às mulheres grávidas (brancas), mas também às amas de leite e às

⁸ VINHO E XAROPE DE DUSART. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4, 24 nov. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=4552. Acesso em: 20/03/23.

crianças. O produto, em forma de xarope, foi desenvolvido e articulado por médicos e que defendia sua eficácia no combate à exaustão por excesso de trabalho, pouca alimentação, restituindo todo o vigor. Como podemos ver, além das fórmulas para crianças, medicamentos passaram a serem desenvolvidos para suprir a insuficiência alimentar das nutrizes. Especificar as amas de leite em meio ao grupo indicado para o consumo do remédio, formaliza não a preocupação, mas a precaução com que os médicos trataram a saúde das amas de leite, devido à grande recusa das senhoras em não se valer do trabalho das amas. Especificar o restauro do vigor e a possível “constituição exausta” por excesso de trabalho também nos dão luz para o entendimento da jornada de trabalho dessas mulheres dentro do trabalho doméstico cativo.

A riqueza de interpretações dos diversos anúncios trazidos até aqui está justamente na compreensão de como se deram as múltiplas faces do ofício das amas de leite vinculadas aos anúncios de jornais e as nuances das várias representações que permearam cada uma dessas faces. Podemos destacar aqui (a) a ama “viciosa” e “degenerada” presente no discurso indireto da Farinha Láctea que se vende como a melhor alternativa ao leite materno, (b) a ama “produto” que tem seu comércio marcado por uma competitividade que vai além da sua compreensão como cativa (levando em conta que quem administrava a competitividade comercial dessas mulheres eram os senhores) e, a partir de uma nova regulamentação do ofício, (c) a face da ama de leite trabalhadora que tem para si medicações próprias para o fortalecimento de sua saúde e a qualidade do leite a ser ofertado às crianças senhoriais. A questão desta última “face” está justamente na falsa preocupação com o corpo da ama de leite; o vigor das forças e a melhor constituição do leite não está direcionado ao bem-estar da mulher negra, mas sim à criança branca que deve ser salvaguardada das moléstias alimentares.

Para isso, ainda em 1876, a junta médica da província da Bahia publicou, primeiramente na gazeta médica provincial, um projeto de regulamentação das amas de leite, encabeçado pelo médico Moncorvo de Figueiredo e terminou vinculado aos procedimentos médicos direcionados às amas de leite em nível nacional. Tal projeto tinha como matriz as reformulações dos cuidados da primeira infância estipuladas pelo governo da França. Como todos os pareceres científicos, provenientes do século XIX no Brasil, foram importados, muito do regulamento do Dr. Moncorvo de Figueiredo tinha por adaptação à questão do “aleitamento mercenário” brasileiro, e o principal foco do seu projeto era a diminuição da mortalidade infantil que, segundo ele, era derivado dos maus cuidados com o leite e, como vimos, das problemáticas que envolveram o leite materno da mulher negra e, principalmente, cativa.

Segundo o Dr. Moncorvo, ainda na página de apresentação do regulamento, ele diz que

Tem por fim este projecto estabelecer uma fiscalisação legal e restricta sobre a industria da lactação mercenaria, já de si um mal necessário quando a materna é impossivel ou inconveniente, e tornal-a, senão de todo inofensiva á saude das crianças, tirar-lhe ao menos grande parte da influencia que ella exerce sobre a mortalidade na primeira infancia (MONCORVO, 1876, p. 1).

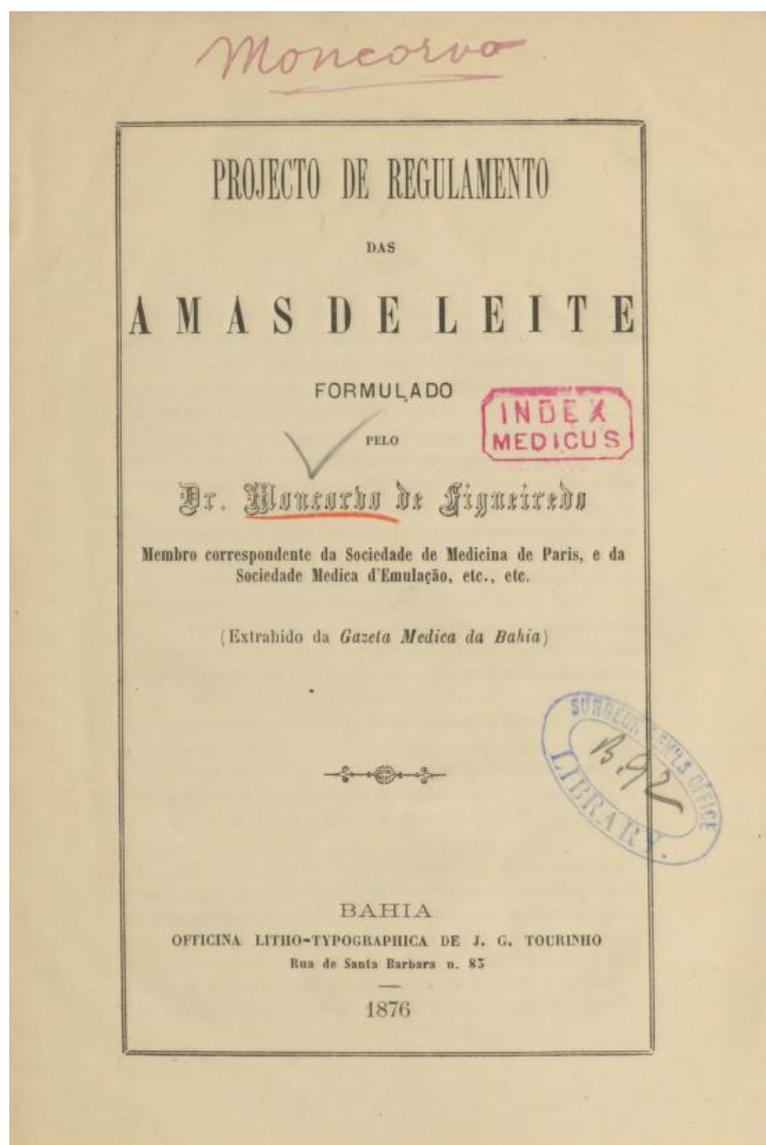
Interessante perceber como os médicos passam a tratar as amas de leite como uma indústria, subtraindo da mulher que exerce tal função a subjetividade, a individualidade. Tal postura médica termina por consolidar a imagem da ama de leite como uma máquina cuja sua função é apenas a produção do leite, e o regulamento surge como o manual de manutenção “da maquinaria”. E ele segue na mesma página finalizando que

O regulamento proposto pelo nosso collega fluminense, consubstanciando os mesmos principios, tem ainda o merito de se adaptar aos nossos costumes, e às circunstancias especiaes do nosso paiz, onde a escolha de uma ama de leite é, muitas vezes, um negócio decidido em família, por meras apparencias, e por informações destituídas de garantia, sem intervenção do facultativo assistente (MONCORVO, 1876, p. 1).

Aqui ele critica diretamente o costume familiar de indicar e até mesmo dividir a mesma ama de leite entre as crianças da mesma família. Nessas falas, o grupo de médicos encabeçado por Moncorvo tenta regulamentar os procedimentos de escolhas e verificação das amas de leite para o serviço. De uma forma racista, o regulamento termina por se apresentar como um “protótipo” de “constituição trabalhista” direcionado para as amas de leite, de forma que através de uma série de ordenamentos, elaborados ao longo de seis capítulos, e contando com diversos artigos sobre os exames e as verificações sobre o corpo e a mente das candidatas a amas de leite, as tornam “legalizadas” de acordo com os paradigmas médicos. Esta foi uma forma encontrada por eles para negociar o término do “recurso indiscriminado” das amas de leite por parte da família com os novos padrões higiênicos defendido pela medicina.

A partir dessa “industrialização” do aleitamento, juntamente com a dualidade discursiva que o condenava, o apego pela saúde e a qualidade do leite das amas de leite, corriqueiramente expostas nos anúncios de jornal, torna cada vez mais contundente os processos racistas e eugenistas presentes na nova ordenação da maternidade, que perpassam muito além do conceito da mãe branca “higiênica”. Apelar para um discurso no qual devem ser tomada uma série de condutas que assegurem a “qualidade” do leite da ama também abre precedente para pensar questões de classe (se também pararmos para pensar nas amas brancas e pobres, imigrantes, que, por exemplo, procuraram o jornais para oferecer seus préstimos). Talvez o regulamento, embora ideologicamente direcionado para as amas de leite negras, também tenha arguido o emprego das amas brancas que passaram a ficar mais evidentes no fim do século a partir dos movimentos imigratórios.

FIGURA 17: Capa do Projeto de Regulamento das Amas de Leite de 1876.



FONTE: National Librerly of Medicine / EUA.⁹

Com base nisso, é possível averiguar que durante o findar da década de 1870 e percorrendo a década de 1880, tendo como parâmetro os anúncios publicados no Diário de Pernambuco, foi possível perceber aspectos que demarcaram as relações comerciais das amas de leite no jornal. O fluxo decrescente dos anúncios das amas de leite no jornal diário do Recife fica mais contundente na década de 1880, principalmente a partir da ideia que Sylvana Brandão (2011) traz sobre o gradual processo de redução do trabalho cativo em Pernambuco, ainda em meados da década de 1850, diferindo claramente a nossa perspectiva histórica sobre o fim da escravidão do parâmetro ocorrido e defendido pelos que estudam o mesmo momento no antigo

⁹ <https://collections.nlm.nih.gov/ext/dw/> / Acesso em: 09/02/2023

Sul do país. A constante insistência presente no excesso de prerrogativas médicas ao trabalho das amas de leite, além da cada vez mais volumosa propaganda de suplementos alimentares, farinhas lácteas e venda de leite de animal (vacas, cabras e jumentas) ofertados em sítios de diversos arrabaldes recifenses, terminaram por diluir, com o passar dos anos, os anúncios comerciais de amas de leite. Contudo, é importante perceber a elasticidade do conflito social envolvendo o sistema escravista. Além da resistência familiar, através da continuidade das publicações de anúncios no Diário de Pernambuco até as vésperas da Lei Áurea, mesmo que com o passar das leis do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), os anúncios vão ficando cada vez mais escassos e espaçados. Tal redução no fluxo de publicações pode ser tanto vista como um processo “natural” de extinção de um sistema que já estava falido, em Pernambuco, como aborda Brandão (2011), mas também como um recurso utilizado pelo privado para distanciar-se novamente do público, resguardando suas práticas habituais de controle do trabalho doméstico, sobretudo no que diz respeito às amas de leite, mas que ao mesmo tempo assimila, sob critérios próprios, as novas noções de análise e certificação de aptidão para o exercício do mesmo trabalho, práticas comuns levadas pela sociedade brasileira mesmo após a abolição da escravatura.

Os anúncios que continuaram a ser publicados no decorrer da década de 1880, apesar de seu fluxo decrescente, continuaram a explorar o corpo da mulher negra, com o artifício de especificar a procura da ama de leite com base de seus atributos físicos. A “robustez”, a “saúde” e a “abundância” do leite nunca deixaram de ser pré-requisitos para a ocupação do cargo de ama de leite, embora nem sempre estivessem presentes nos anúncios, mas, mesmo assim, tais determinações terminaram sendo fatores determinantes das representações das amas de leite, principalmente quando se trata dos anúncios jornalísticos.

5.3.1 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO IDEAL DAS AMAS DE LEITE A PARTIR DA IDEALIZAÇÃO DA “QUALIDADE FÍSICA”

Especificações como “bom leite”, “robusta” ou “sadia” figuraram nos anúncios durante todo o processo escravista como demarcador de “qualidade” das amas de leite. Nos anúncios publicados no Diário de Pernambuco, no período, a busca por atributos específicos foram frequentemente mencionados nas publicações comerciais. Nos meses analisados de 1871, ainda pode-se perceber a consistência do investimento em publicações de anúncios de amas de leite – contabilizando 13 anúncios inéditos para o mês de Abril e 11 inéditos para o mês de Novembro. Refiro-me a “inéditos”, ou seja, aqueles que aparecem pela primeira vez nos meses

estudados, pois anúncios costumavam ser publicados e, depois, replicados diversas vezes pelos meses seguintes. Todavia, não descartamos as repetições. As republicações podem nos mostrar muito de como se deu o processo de desmonte tanto de comércio de escravizados no jornal quanto a reorganização do trabalho doméstico com a ruína do sistema escravista. Entretanto, não há como rastreamos os motivos do “desaparecimento” dessas republicações após algumas semanas; apenas restam conjecturas sobre o ocorrido, sendo o mais provável o suprimento da demanda de alguma forma ou até mesmo desistências. Mesmo assim, sendo uma quantia significativa para ambos os meses, devido ao contexto político do Império por conta da sanção do *Ventre Livre*, muitos dos anúncios continuaram a especificar a procura de amas de leite que possuíssem “bom” e “abundante” leite, demarcando a “qualidade do leite” como pré-requisito ideal para se considerar uma boa ama de leite como, por exemplo, o anúncio publicado em 14 de novembro: “COM URGENCIA” “Precisa-se de uma ama de leite, que tenha bom e abundante, paga-se bem : nesta typographia”¹⁰.

Observando esse anúncio, em específico, podemos perceber alguns pontos sobre como estava o comércio ao fim do ano de 1871. A urgência com a qual o anunciante solicita uma ama de leite pode remeter a diversos fatores, desde a prematuridade da criança ou até mesmo uma impossibilidade maior de amamentação por parte de sua mãe, por exemplo. Contudo, o processo de declínio comercial no qual a escravidão já começava a mergulhar pode dar indícios da dificuldade de encontrar amas de leite disponíveis no mercado, o que se casa com a ideia trabalhada por Sylvana Brandão (2011) de uma decrescente na mão de obra cativa em Pernambuco desde a década de 1850, o que é somado, por sua vez, ao fato do solicitante oferecer bom pagamento pelo serviço. Outro ponto levantado pela leitura do anúncio é abertura que ele dá para a apresentação ao serviço de amas de leite já forras, de cativas que juntam pecúlio ou até mesmo para a possibilidade de uma ama de leite branca e imigrante, como o exemplo da mulher portuguesa do anúncio mostrado anteriormente, que ofereceu seus serviços ainda em abril do mesmo ano.

Outro caso relevante para os anúncios analisados em 1871 é o do dia 25 de novembro que dizia: “Precisa-se de uma ama de leite, preferindo-se crioula : quem quiser apareça a rua das trinxeiras, n. 50, 2º andar”¹¹. Embora não traga em seu texto nenhuma especificidade sobre

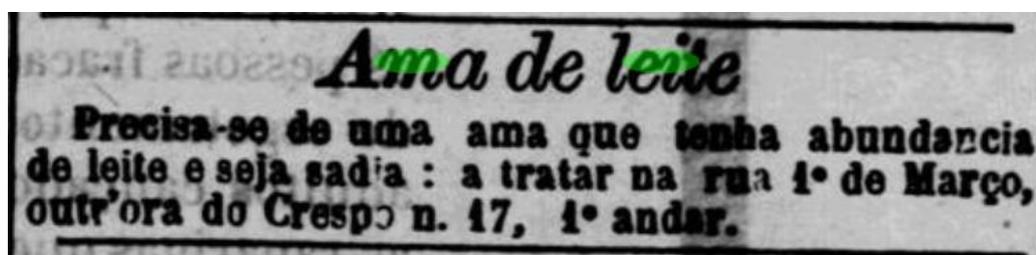
¹⁰ COM URGENCIA. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4, 14 nov. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=4552. Acesso em: 20/03/23.

¹¹ AMA DE LEITE. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4, 25 nov. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=4552. Acesso em: 20/03/23.

o porte físico da ama, o anúncio “prefere” uma crioula e ainda determina que “quem quiser apareça”. Ora, ao leitor fica clara a intenção do solicitante por uma ama de leite crioula e até mesmo forra. Ao determinar o aparecimento no endereço anunciado por vontade própria, o anunciante termina por dar margem tanto a voluntariedade e a necessidade da procura por emprego por parte da mulher que se interessar quanto do enquadramento dessa mesma mulher numa estética específica, baseada na raça e nos padrões higiênicos, defendidos pela medicina, que viam na miscigenação o distanciamento das relações entre brancos e negros. A ideia da “diluição do sangue negro”, como vimos, também foi uma determinação médica para “solucionar” as questões sociais brasileiras. Em retrospecto, no ano de 1871, apesar de trazer exemplos interessantes e relevantes para o entendimento do caminhar do comércio, a busca pela “boa qualidade do leite” permaneceu uma premissa constante diante de um eminente declínio do comércio de anúncios.

Já em 1876, em consonância com o ano de 1871, percebe-se uma continuidade no decréscimo nas publicações de anúncios. Por exemplo, no mês de Novembro foram contabilizados 5 anúncios inéditos, seis anúncios a menos do que o mesmo mês de 1871. Apesar da crescente escassez dos anúncios, alguns exemplos são relevantes por trazerem pré-requisitos que referenciem o asseio e a saúde da ama de leite, já demonstrando uma sintonia crescente aos ditames médicos que buscavam impor noções de higiene não somente às mães senhoriais, mas também às amas de leite, a partir da série de regulamentações que foram publicadas no mesmo ano como uma tentativa de assegurar o domínio sobre o corpo e o trabalho das amas a partir das normas da medicina social.

FIGURA 18: Anúncio de Ama de Leite do Diário de Pernambuco do dia 20 de abril de 1876.



FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Outro ponto crucial para o entendimento de 1876, além do espaçamento de publicações e a repetitiva busca pelo “bom leite”, foram os anúncios de farinha láctea que, como vimos anteriormente, prometiam uma nutrição saudável aos bebês e vendia-se como um produto

adequado para a substituição do leite materno. Sua venda era realizada em lojas especializadas. Isso mostra, mais uma vez, o assegurado papel que a medicina exerceu sobre o controle da alimentação infantil, com a introdução de fórmulas lácteas no mercado. Além disso, podemos perceber que o ano de 1876, embora não tenha sido um ano de grandes mudanças no comportamento social em relação à servidão, demarcou o crescente policiamento da medicina sobre as práticas do aleitamento materno.

A tendência continuou durante a década de 1880. Em 1881, ainda percebe-se a continuidade do declínio comercial das amas de leite – em abril foram contabilizados 4 anúncios inéditos, em detrimento dos 7 inéditos encontrados para o mesmo mês, em 1876 – e o crescente investimento em propaganda de produtos lácteos e até mesmo leite animal em substituição às amas de leite. Apesar da contínua decaída de anúncios, ainda são oferecidas e procuradas amas de leite com o pré-requisitos que buscam avaliá-las devido a demarcadores de condição jurídica ou “saúde” como, por exemplo, os anúncios publicados em 5 de abril: “Precisa-se de uma ama de leite, sadia e sem filho ; a tratar em S. José do Manguinho, casa n. 4, defronte da rua da Amizade”¹² e um outro que publica: “Precisa-se de ama de leite que seja escrava, paga-se bem ; na rua do Visconde de Goyanna n. 8”¹³. Ao olhar especificamente para o primeiro anúncio, podemos perceber, novamente, a importância da saúde da ama e acredita-se, devido ao regulamento de 1876, que as comprovações “sanitárias” da mulher devessem se apresentadas ao solicitante para a avaliação de adequação do trabalho. Não se tem ao certo, para esta pesquisa, o quantitativo de amas de leite que se apresentaram a consultórios médicos para a feitura dos exames avaliativos. Entretanto, podemos perceber o fortalecimento da necessidade de uma ama “sadia” após a publicação do projeto regulamentar. Todavia, a determinação que a ama de leite apresente-se “sem filho” continua a ser uma máxima presente, embora não constante nos anúncios.

Quanto ao segundo anúncio, temos mais um exemplo de uma publicação padrão e regulamentar. O interessante dela, porém, é que no lugar dos pré-requisitos físicos, o solicitante requer sua ama de leite baseada na sua condição jurídica. O fato de o anúncio solicitar uma ama de leite escrava, abre precedência para uma flexibilização na questão da raça, não importando que seja negra ou parda, mas escrava. Contudo, o demarcador da escravidão, para o anúncio,

¹² **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 05 abr. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_06&pasta=ano%20188&pesq=%22%20a%20de%20leite%20%22&pagfis=3022. Acesso em: 20/03/23.

¹³ **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 05 nov. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_06&pasta=ano%20188&pesq=%22%20ama%20de%20leite%20. Acesso em: 20/03/23.

está imbuído dos discursos normativos que buscaram prevenir a separação da ama de leite do meio público, outrora trabalhados. Escrava, “considerada cria da casa” e apartada do convívio com as ruas, essa ama seria considerada “sem vícios”, outro demarcador de “escolha” de amas de leite e que também era muito popular nas publicações comerciais. Ao procurar definir a condição de escrava da ama de leite, o solicitante terminou por categorizar, através de uma palavra, uma série de requisitos para a “escolha” de uma ama de leite “ideal”. Elizabeth Carneiro argumentou que “a construção da imagem ideal da ama-de-leite requeria, portanto, que seus corpos fossem enaltecidos em termos dos atributos físicos e biológicos usualmente desejáveis, por exemplo, pelo fato de ser “robusta” ou ter “leite sadio” (CARNEIRO, 2006, p. 224). Um último ponto é que mais uma vez o “paga-se bem” está presente nos anúncios, mas, diferentemente do anúncio trabalhado anteriormente, subentende-se que o pagamento sobre o serviço desta ama de leite vá diretamente para o senhor dela, devido a categorização em requerer uma ama escrava; entretanto, a ama de leite também podia assegurar parte do pagamento, devido a garantia de pecúlio, previsto por lei, desde 1871.

Já para 1886, um ano após a Lei dos Sexagenários, a procura por amas de leite é baixa – o número de anúncios inéditos para o mês de Novembro permanece a mesma quantidade, comparativamente ao mesmo mês do ano de 1881. Entretanto, nota-se o início da variedade dos produtos lácteos ofertados no mercado para solucionar a problemática alimentação infantil, contribuindo como demarcador das transformações comerciais do aleitamento considerado “mercenário”. Outro ponto a ser considerado relevante são as prerrogativas estabelecidas pelas Leis Emancipacionistas diante do prolongamento do sistema e as manobras senhorias para o não cumprimento efetivo da lei. Contudo, é fato que as leis de 1871 e 1885 terminaram por afunilar ainda mais o trânsito comercial dos anúncios. Todavia, temos que ter em mente que a diminuição dos anúncios inéditos publicados não quer dizer que o recurso às amas de leite foi completamente extinto, mesmo depois da Lei Áurea, em 1888. Como abordarei mais adiante, conforme um edital de polícia, publicado no Diário de Pernambuco, em 24 de dezembro de 1889, todos os trabalhadores que categorizavam o trabalho doméstico da época deveriam comparecer ao departamento de polícia para fazer o registro de sua caderneta de trabalho. O interessante de tal edital é que dentro do grupo de trabalhadores domésticos, estavam citadas nominalmente também as amas de leite, o que indica uma possível continuidade da prática de amamentação terceirizada mesmo após a abolição.

Diante deste panorama analítico, podemos compreender que, com o crescimento da ciência, sobretudo da medicina higienista, as tipologias de “qualificação” foram apropriadas como demarcadores de aptidão ao exercício da amamentação por mulheres negras, pardas,

escravas ou livres. Entretanto, pensar nessas “rotulações” é enxergar além do simples processo de “animalização” que o corpo da mulher negra sofreu, mediante, entre outras coisas, a massiva publicação de anúncios que comercializavam seus corpos e seu leite. Investigar tais tipologias, afinal, é delinear os processos discursivos presentes nessas mesmas “rotulações”. Contudo, a verdade é que essas “tipologias qualitativas” transbordam os limites reguladores do saber médico e elaboram uma nova gama de representações da mulher negra doméstica.

A relevância que se pretende trazer com essa discussão não é somente as problemáticas do comércio servil praticado nas páginas jornalísticas, nem uma discussão aprofundada de como eram organizados os anúncios e as formas que eles circulavam na sociedade. Muitas autoras, como Elizabeth Carneiro (2006) e Sandra Koutsoukos (2010), o fizeram. Ao trazer as amas de leite como debate central da discussão, busca-se compreender o ordenamento dos vários discursos circulantes na época, como eles se fundiram ou foram apropriados por diversos setores ao mesmo tempo (a medicina é um exemplo discursivo que passa a se fundir com outros, muitas vezes formando ambiguidades em seus próprios enunciados). Além disso, busco também abordar como essa profusão discursiva reverberou e fomentou uma diversidade de representações sobre a mulher negra e doméstica.

Desta forma, os anúncios se apresentam também como demarcadores políticos, ultrapassando a ideia de simples notas comerciais. Ao tratar o corpo da mulher como “*robusto*”, “sadio” ou demais características que busquem formalizar o ideal da mulher negra e ama de leite, o discurso jornalístico demarca a posição política de uma medicina higienista em torno do que eles consideravam ser a maternidade ideal. Portanto, “sob essa ótica, [os médicos] relacionam atributos físicos e morais de amas-de-leite escravas, configurando em contraponto as imagens da ‘ama-de-leite’ e da ‘maternidade’, dentro das condições de possibilidade da sociedade escravista” (CARNEIRO, 2006, p. 226).

Carneiro ainda vai mais além quando aponta para superposição uníssona de determinados sentidos que emanam das diversas esferas sociais como, por exemplo, a medicina, o poder público e a imprensa. O choque dessas superposições com o poder privado é que vai gerar as bases conflitivas que vão levar às normatizações do trabalho doméstico, sobretudo o que diz respeito ao ofício das amas de leite, resultando no projeto do Dr. Moncorvo, em 1876, por exemplo. Desta forma, podemos pensar que o constante ressalte das “qualidades físicas” da mulher negra, seja no discurso médico ou diretamente vinculada aos anúncios de jornal, são os instrumentos que garantem o funcionamento de dispositivos que determinam os limites do certo e do errado, além do controle das práticas e das condutas, como apontou ainda Elizabeth Carneiro (2006).

Com isso, a vigilância que ordena a sociedade aparece fortalecida a partir da normatização das práticas sociais, principalmente as que envolvem os cativos e a população afro-brasileira livre, e essa força emana justamente do corolário de representações baseadas nas relações sociais da época. Como dito anteriormente, a partir dos estudos de Foucault (1999), os “atributos físicos” idealizados e desejados pela norma social não pode ser desviado. Desta forma, a medida em que o comércio das amas de leite se regulariza à base de uma lista qualitativa, qualquer desvio de comportamento ou de controle do corpo idealizado compromete o exercício do ofício. A partir do momento em que se compreende uma concorrência no campo de trabalho da ama de leite negra, a partir da inserção da mulher branca, imigrante e pobre, o controle corporal e a comprovação do diferencial de cada uma dessas mulheres termina sendo matéria para o acirramento da vigilância dentro do próprio grupo das amas de leite.

Como pudemos perceber, através de um esforço conjunto entre a medicina, a imprensa e o poder público, a vigilância sobre as amas de leite perpassou os limites do seu ofício e adentrou o processo regulador do trabalho doméstico como um todo. Contudo, foram as amas de leite que mais se mantiveram sob os holofotes. A construção do corpo-máquina terminou por as representar como mais um dispositivo motriz da vida social e familiar. O modo como a sociedade, a partir da década de 1870, passou a lidar com imagens das amas de leite gerou uma diversidade de representações que confluíam e se correlacionavam entre si, compartimentando cada vez mais a ideia do que era e qual era o papel da ama de leite. Exemplos disso são as várias versões da ama de leite representadas socialmente e que, se não foram suplantadas, viveram constantemente em vigilância. São elas a “ama fiel e afetiva”, a “ama grata”, a “ama sadia” e a “ama degenerada”. Por fim, os anúncios muitas vezes terminavam por determinar que a ama de leite só seria aceita, além das altas demandas sobre seu físico e comportamento, “sem filhos”. Mas onde se encaixaram as crianças negras dentro desta narrativa?

5.3.2 “PREFERE-SE SEM FILHOS”: UMA NOTA SOBRE AS CRIANÇAS CATIVAS

O processo de marginalização da criança negra reverberou em uma série de heranças culturais para o Brasil e que permeia tanto o imaginário quanto os estudos historiográficos escritos no país. Sobre o assunto, Gilberto Freyre (2003), ao escrever sua *Casa Grande & Senzala*, fetichiza o papel que a criança escrava exerceu nas “indolentes” vidas de seus senhores. O autor pernambucano redesenha a imagem da criança alimentada aos pés da cadeira por suas *iaiás* – imagem também eternizada nas litogravuras de Debret – ou sendo escape para o mau humor das senhoras ao levar incontáveis solavancos de palmatórias nas mãos, por

exemplo. Ao redesenhar as práticas cotidianas senhoriais no ambiente doméstico, Freyre termina por romantizar as relações hierárquicas que compunham relações escravistas e, ao apontar o lugar da criança dentro do microsistema do lar, o sociólogo constrói a representação da criança cativa quase como um “bobo” de seus senhores e dos filhos destes, “criada” dentro das casas para entretenimento. Para Katia Mattoso (2016), a dinâmica da infância cativa terminou por se diversificar a partir do meio ao qual ela estava inserida. Nos engenhos, se não apartada de sua mãe, além de vivenciar o exercício do controle paternalista por parte da família senhorial, dentro de suas casas, no terreiro e nas senzalas, vivenciou um controle parental coletivo, exercido por sua mãe e por toda a comunidade cativa da fazenda. Sobre as crianças dos centros urbanos, Mattoso aponta para uma certa diluição das práticas de controle senhorial ao serem deixadas mais perto das mães. As crianças cresciam “desregradas” nas ruas, sendo comum o “formigamento” de crianças nos centros das cidades ao correrem pelas ruas e banharem-se em fontes públicas, por exemplo.

Mas como pensar a partir destas narrativas as presenças da criança ao lado de sua mãe cativa, se nos anúncios, em praticamente todos, seguem-se a determinação “sem filhos”? Na edição de 25 de abril de 1871, do *Diário de Pernambuco*, foi publicado o seguinte anúncio: “Precisa-se alugar uma ama de leite sem filho: na rua Nova n. 31, 1º andar”¹⁴; já em 23 de novembro de 1881 um outro anúncio requeria: “Precisa-se de uma ama de leite com filho ou sem elle, agradando paga-se bem ; na rua das Hortas n.114”¹⁵. A partir destes dois anúncios, publicados com o espaço de dez anos, temos dois exemplos para pensar acerca da presença da criança cativa na comercialização de suas mães, além do contínuo questionamento sobre sua presença ao passar dos anos. Na publicação de 1871 temos um anúncio padrão, sem muitos pré-requisitos sobre o físico da ama, sendo a única exigência a separação da ama de leite e de seu filho. Entretanto, o negócio apresentado pelo anúncio é para um aluguel. Pouco se pode averiguar sobre os destinos das crianças cativas a partir da leitura de anúncios, visto que nada além da recusa ou de uma possibilidade de aceite esteja presente na publicação. Todavia, pode subentender-se que a criança cativa permaneça sob controle dos senhores de sua mãe, cuidado por alguma outra mulher cativa da casa, até o retorno de sua mãe; o outro seria o abandono na roda de expostos. Contudo, os processos sobre tutela e o controle senhorial sobre as crianças

¹⁴ **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 25 abr. 1871. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=3017. Acesso em: 20/03/23.

¹⁵ AMA DE LEITE. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 23 nov. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=4546. Acesso em: 20/03/23.

ficaram muito mais acirrados a partir do *Ventre Livre*. Afinal, libertas pelo parto, as crianças não podiam mais ser apartadas de suas mães, mas ficavam atreladas aos senhores delas até a maioridade. Com isso, somado ao fato da diminuição gradual da mão-de-obra, os senhores passam a observar e exercer a tutela trabalhista de outras formas, buscando garantir a permanência da criança, sob seu teto, ao atingir a maioridade.

O segundo anúncio, datado de 1881, requisita uma ama de leite “com filho ou sem elle”. Diferentemente do anúncio anterior, esse não especifica que tipo de contrato é (se compra ou aluguel), contudo, precisa da ama com ou sem seu filho, fica a critério do senhor separá-lo ou não de sua mãe. O modo como o anúncio foi publicado, somado com a oferta de pagamento, mediante ao “agrado”, abre a possibilidade de definição do contrato à base da compra ou aluguel da ama de leite, mas também para a probabilidade da candidatura de amas de leite livres e/ou brancas, como no caso da mulher portuguesa que se ofereceu para o cargo, em 1871. Além disso, a alternativa do filho acompanhá-la nos sinaliza os resultados dos processos sociais da aplicação da lei de 1871 que reorganizou, de certa forma, o imaginário da maternidade negra, trazendo para a sociedade a discussão sobre a infância negra e a presença da criança. Todavia, focando na procura da presença da criança nos anúncios, durante a década de 1870, a determinação “sem filhos” apresentou-se de maneira corriqueira, mas não constante, nos anúncios pesquisados. Em sua grande maioria, os anúncios não chegaram a fazer menção ao filho da ama de leite, além do protocolar dos anúncios, mesmo após 1871. O mesmo comportamento se caracterizou nas publicações da década de 1880, aliando-se ao crescente decréscimo das publicações, a sanção da lei de 1885 e o desmantelamento do comércio específico das amas de leite pelo discurso médico.

Entretanto, é possível rastrear a presença da criança cativa e os rumos dados a elas se ampliarmos o horizonte para fora dos anúncios, mas percebendo como os processos existentes nessa amplitude contribuíram para a continuidade do comércio e das vivências das amas de leite. Lorena Telles (2018), Maria Helena Machado (2018) e Marília Ariza (2018 e 2021) desenvolveram trabalhos que nos deram luzes para perceber os caminhos destinados às crianças cativas, diante do comércio de suas mães. Telles aponta, em sua tese de doutoramento, para a existência de “casas de maternidade”, mas que eram destinadas a mulheres livres, pobres e cativas que estavam prestes a dar à luz. A prática das parteiras e suas relações com a família senhorial remontam da década de 1820, percorrendo todo o século XIX e início do século XX. Contudo, essas casas recorrentemente eram procuradas pelos senhores que por motivos escusos não queriam que a criança nascesse em suas casas. Telles (2018) diz que muitas das cativas atendidas nessas “maternidades” tinham lá seus filhos e de lá mesmo eram postas a

vender/alugar, por ordem dos senhores das cativas, como amas de leite. Ou seja, de acordo com o estudo de Telles, muitas das puérperas nem sequer voltavam às casas de seus senhores e seguiam como amas de leite para uma terceira casa, vendida ou alugada. Seus filhos, porém, segundo a autora, eram apartados de suas mães já no parto e endereçados para longe, muitas vezes sob o pretexto de terem sido natimortos. Contudo, muitas dessas crianças eram abandonadas em frente às igrejas, em esquinas ou, sendo o destino mais comum, eram entregues à roda dos expostos das Santas Casas de Misericórdia.

Deixadas à própria sorte, dificilmente crianças foram resgatadas por seus senhores e voltaram ao convívio de suas mães. Muitas vezes dada como morta ao nascer, a inexistência da criança causava grandes problemas para as mães, incluindo a produção de leite tão almejada pelos senhores, mas tais dificuldades eram constantemente esquecidas diante da ganância senhorial pela garantia de um leite “de qualidade” e “abundância” para as crianças brancas, além da rentabilidade das amas de leite puérperas. Muitos consideravam o leite do primeiro mês o melhor para a nutrição das crianças. Desta forma, o valor da ama de leite terminava subindo a partir “dos meses do leite”. Assim, podemos perceber com mais profundidade como eram organizados o comércio de amas de leite, indo além da simples leitura de anúncios. Podemos perceber como a profundidade da teia comercial direcionada às amas de leite vai além das representações, dos mascaramentos ou da “generosidade” senhorial.

A rede comercial de amas de leite se torna ainda mais complexa quando a própria Santa Casa de Misericórdia passa a empregar amas de leite, alugadas ou vendidas, na alimentação das crianças negras e brancas abandonadas na roda, embora o leite destinado à criança negra fosse apenas o suficiente para garantir-lhe a vida. Interessante perceber que a percepção real do controle senhorial sobre os corpos das mães e dos seus filhos vai além do fetiche colonial de Freyre (2003) e da convivência dual entre os senhores com suas escravas e seus filhos, trazidos por Mattoso (2016). Se nos atentarmos à visão sobre o trabalho de Telles (2018), podemos entender qual foi o local de pertença da criança cativa a partir do consenso de rentabilidade do comércio de amas de leite, tendo em vista como sua presença ao lado de sua mãe foi tida como perigosa para a qualidade do leite, como abordou Maria Helena Machado (2012).

Marília Ariza (2018) aponta para o contínuo obscurecimento da criança cativa dentro da casa senhorial até 1871, quando, a partir do *Ventre Livre*, os debates sobre a mãe escrava e seu filho tomaram formas públicas. Antes disso, a autora nos direciona para a presença das crianças que não foram apartadas de suas mães, no interior do privado, onde, principalmente as meninas, desempenhavam desde cedo atividades domésticas como servir, varrer, engomar e costurar; quando eram enviadas para as ruas, realizavam tarefas que assegurassem rendimentos extras

para seus senhores como, por exemplo, vendiam frutas e doces em tabuleiro, muitas vezes acompanhadas por cativas mais velhas. Os meninos cativos das cidades, quando atingiam idade, também aprendiam serviços que lhes garantissem ofícios futuros como marceneiros, ferreiros e sapateiros.

Com o debate sobre a libertação do ventre, em 1871, os debates sobre maternidade, infância e alimentação formularam discursos combatentes aos da medicina, como vimos ao decorrer do capítulo. Ariza (2021) mais uma vez nos mostra as crescentes disputas entre os apoiadores e os opositores da Lei de 28 de Setembro, sendo estes últimos os grandes defensores da ideia de que o protagonismo da maternidade negra dos discursos de estado era observado como ferramenta dissolutiva da ordem social. Os debates sobre maternidade, aleitamento e, sobretudo, o direito aos seus filhos, terminaram por incorporar as mães negras no programa conceitual que pregava o conceito de “mulher-mãe”, primeiramente destinado, pela medicina, às mulheres brancas. Ao transmutar a representação da mulher negra de “mulher-máquina” para “mulher-mãe”, os discursos da época que passavam a defender o direito da mulher cativa à maternidade suspenderam a representação da sujeição do corpo feminino cativo à escravidão. As mulheres negras deixavam de ser vistas como seres apenas dirigidos ao trabalho e à reprodução e passavam a ser representadas como corpos que “guardavam e nutriam, objetiva e metaforicamente, os frutos do seu ventre” (ARIZA, 2021, p. 27).

Com isso, a partir deste panorama analítico e historiográfico, pudemos perceber a complexidade do comércio de amas de leite, suas relações dentro do trabalho doméstico e como seus corpos foram matéria de uma profusão de discursos e representações baseados em práticas científicas que uniram diversos setores do domínio público e que se chocaram com o interesse privado. Os debates sobre o corpo da mulher negra, sua maternidade e seu leite permaneceram circulantes nas práticas públicas até a derrocada final da escravidão em 1888. Contudo, a partir do estudo da cena comercial das amas de leite, como se reformularam as narrativas, as normatividades e as representações das amas de leite e, conseqüentemente, do trabalho doméstico no pós-abolição?

5.4 “E VEIO A ABOLIÇÃO...”

Pensar o ano de 1889 para o Brasil é bastante complexo devido ao grande processo de mudanças que se instaurou na sociedade. A extensa população afro-brasileira, em tese, a partir daí, agora é cidadão livre. Para uma sociedade agrária como a brasileira, a quebra do sistema motor da economia, sem qualquer respaldo governamental aos latifundiários, consolidou a crise

política que derrubou o Império, além de “empurrar” os ex-cativos para os morros sem assistência ou reparação alguma, propulsionando novas formações urbanas nos moldes higienistas, além de uma nova retração das práticas domésticas.

A abolição, a doença de Pedro II, o enfraquecimento político da Princesa Isabel, somadas aos crescentes problemas da imigração italiana para o Sul não deixaram espaços para as novas diretrizes que deveriam ser elaboradas para o novo grupo recém liberto do cativo. 1889 não marcou apenas a queda do regime monárquico, também consolidou o higienismo e o sanitarismo como práticas atuantes da medicina social, além de exercer políticas de marginalização que não previam programas de reintegração do indivíduo negro na sociedade. Tal panorama foi extensivamente abordado em estudos de Lilia Schwarcz (1998), Walter Fraga (2018) e Maria Helena Machado (2018), que abordam o período entre a abolição e a Proclamação da República. Como vimos, no decorrer da pesquisa e como apontou Angela Alonso (2015), o processo de abolição foi complicado pela elite conservadora que, apesar de sua política gradualista, não previa qualquer projeto que readequasse os ex-cativos socialmente e nem no mercado de trabalho. A historiadora nos direciona para pensar o golpe de 15 de novembro como uma medida de retaliação do conservadorismo ao ato da emancipação sem qualquer garantia de lucratividade dos fazendeiros pelos séculos de exercício de dominação e exploração da mão de obra escrava. Todavia, a autora também aponta para uma lucidez da monarquia sobre os riscos dos atos tomados. Para muitos, a monarquia deu sua cabeça à guilhotina ao tomar a pena e assinar a Lei Áurea.

Muitos autores também destacaram o papel importante desempenhado pela imprensa não só durante o processo de emancipação e da concretização da abolição, mas também nos acontecimentos posteriores. Os jornais terminaram por serem porta-vozes da reorganização social, os embates políticos sobre o novo regime e as novas normas socioculturais da “*belle époque*” brasileira. Todavia, notou-se que quase nada se falou, no pós abolição, sobre as novas medidas de inclusão social da população afro-brasileira. A negligência, por parte dos grandes fazendeiros, era evidente e isso reverberava em como os jornais reproduziam suas notícias. Entretanto, Anoldo Jambo (1975), ao rememorar a trajetória do Diário de Pernambuco, diz que quando ocorreu o 13 de maio de 1888 não houve, no histórico de edições do jornal, uma publicação mais triunfante do que aquela que noticiou a Lei Áurea. O autor diz que, no 13 de maio, todas as publicações do dia foram suspensas e um histórico caderno foi impresso contendo o texto da lei e outra exclusiva sobre o ministro João Alfredo, enaltecendo o pernambucano responsável pelo gabinete da Lei Áurea. Segundo Jambo “a notícia do decreto de abolição chegou ao Recife logo depois da aprovação pela Câmara, por telegrama recebido

às 13h30min, pelo que o DIARIO fez divulgar um boletim” e ainda complementa ao dizer que somente “às onze horas da noite saiu outro, transcrevendo a mensagem da lei pela Princesa Isabel” (JAMBO, 1975, p. 201) e que somente depois vieram as “festas da liberdade”. O autor ainda faz um panorama sobre a expectativa dos pernambucanos para a recepção da lei ao dizer que a população do Recife “vibrou pelas ruas” e que o Diario, de portas fechadas, “parecia fazer renascer o fastígio dos dias de integral comunhão com toda gente” (JAMBO, 1975, P. 201). Sobre o comportamento efusivo da sociedade recifense em comemoração à abolição, Walter Fraga contribui dizendo que

No Recife, de todos os lados da cidade tocaram-se muitos foguetes, e uma grande multidão afluíu para a rua do Imperador em busca de notícias que chegavam às redações dos jornais. Depois de confirmada a informação, a multidão marchou em passeata para a praça da Princesa e postou-se diante do palácio do governo para ouvir o pronunciamento oficial do presidente da província. Na quarta-feira, 16 de maio, a passeata organizada pelos abolicionistas pernambucanos reuniu mais de 15 mil pessoas no centro da cidade (FRAGA, 2018, p. 353).

Passadas as “festas da liberdade”, o ano de 1889 percorreu panoramicamente sem grandes alterações, pelo viés da leitura jornalística, sem muitas atribulações ou grandes prerrogativas ou novidades sobre as novas práticas sociais e trabalhistas até que ocorreu o golpe de 15 de novembro, grande evento daquele ano. Sobre o advento da República e o posicionamento do Diario sobre o assunto, Jambo (1975) traz ponderações bastante interessantes. O autor ressalta a posição conservadora do jornal e da família Figueiroa, proprietária do jornal, na época, e que nunca foram republicanos. Com base nisso, e averiguado na própria pesquisa jornalística, o Diario de Pernambuco se abstém, durante dias, de fazer qualquer pronunciamento sobre a troca de regime político. Sobre o assunto, o Diario só se pronunciou, através de uma sóbria nota, no dia 19 de novembro sob o título de “*Consumatum*”, oficializando a República brasileira e descartando qualquer possível resistência monárquica.

Como podemos perceber, no período que estendeu de 13 de maio de 1888 a 15 de novembro de 1889, ou até o primeiro pronunciamento sobre o golpe republicano em 19 de novembro, a análise cotidiana do Diario de Pernambuco continuou sem grandes embates ou discussões sobre os direitos dos ex-cativos ou assuntos derivados. A dinâmica comercial não correspondia mais à intensa venda ou aluguel de escravos ou anúncios de cativos fugitivos. Contudo, ficam bastante claras as alterações nas formas como o trabalho doméstico vai atuar nos anúncios a partir de então. A discrepância entre o primeiro e o segundo semestre do ano de 1889 são enormes. Ainda no início do ano, ao analisar o mês de abril, foi possível detectar 4 anúncios inéditos que requisitam “amas” (não mais “ama de leite”) enquanto o mês de novembro corre praticamente sem nenhuma intercorrência. A sublimação do título revogando

o “de leite” demonstra uma clara desvinculação ao passado escravista, ao mesmo tempo que reforça uma ideia de consolidação do saber médico sobre a amamentação, fortalecida pelo vasto comércio de fórmulas e leite animal anunciados nas páginas do Diário. Exemplo disso é a publicação em que, no dia 16 de abril, um sítio, no arrabalde de Apipucos, anuncia que passa a vender leite de vaca fresco, atestando ser o mais próprio para a alimentação das crianças.

Uma característica que vai demarcar fortemente a nova estrutura político-social do Brasil Republicano não é mais o afastamento do “viver colonial”, premissa do Império, e sim do próprio Império estigmatizado pela escravidão. A desassociação da sociedade republicana do passado escravista é um projeto que vai perdurar toda a República Velha, mas não para repará-la, e sim para esquecê-la. A busca pelo esquecimento do passado escravista empurrou a população negra para as margens da sociedade, assegurando para eles, e sem nenhuma regulamentação, apenas os trabalhos de base, existentes nos centros urbanos, sendo, no caso das mulheres, o trabalho doméstico um dos mais preponderantes.

Tal atitude justifica o silêncio nos jornais sobre as novas condutas requalificadoras voltadas para a assistência aos libertos, assim como seus direitos e sua recolocação na vida social. Também ressalta o motivo pelo qual o “de leite” foi retirado dos anúncios de procura por amas e categorizou o termo como um grupo generalizado de trabalhadoras domésticas. Contudo, a busca por trabalhadores domésticos continua a fluir, mas não mais trazendo as premissas e requisitos avaliativos presentes nos anúncios escravistas. Todavia, como se trata 1889 como um período de transição e reorganização das práticas e discursos no contexto brasileiro, precisamos ter em mente que, embora passem a ser raros os anúncios que determinem o tipo específico de trabalhador que se espera, tais narrativas não sumiram por completo. A partir de 1889, os anúncios que passavam a ser intitulados simplesmente por “AMAS” passaram a agrupar cozinheiras, passadeiras, faxineiras, lavadeiras etc.; mas, embora sua prática estivesse fortemente interligada à escravidão, ainda foi possível perceber a permanência da presença de amas de leite dentro do grupo do trabalho doméstico. Como dito anteriormente, no mês de abril ainda foi possível registrar a presença de 4 anúncios inéditos. Contudo, a chave para a percepção da presença das amas de leite em tais publicações passa a ser quase que subliminar. Pouquíssimos anúncios passaram a pedir especificamente por uma ama de leite, preferindo-se apenas procurá-las por amas. Do pequeno agrupamento de anúncios apenas um procurava especificamente por uma ama de leite. Mas como perceber a procura por amas de leite nos demais anúncios?

No dia 9 de abril, por exemplo, um anúncio do Diário dizia “Precisa-se de uma ama para cuidar de crianças e fazer outros serviços : a tratar na rua do Imperador n. 77, loja de

livros”¹⁶. Essa publicação exemplifica como foi o padrão dos anúncios encontrados que evocavam o cuidado às crianças. O lugar da ama, de acordo com esse anúncio, não era mais como nutriz da criança e sim como acompanhante; não cabia mais às amas apenas cuidar dos pequenos. A depender da idade, agora ela deveria ter em seu currículo outras especialidades, como atestou o único requisito do anúncio. “Cuidar”, essa agora foi a premissa encontrada para justificar a manutenção da prática de delegar os cuidados infantis a terceiros, desta vez não mais sendo condenável socialmente e nem indo na direção contrária à pregada pela medicina. Contudo, esse discurso se prova ambíguo e complexo ao nos depararmos com o anúncio do dia 13 do mesmo mês que dizia “Precisa-se de uma ama de leite : a tratar na rua Barão da Victoria n. 54, nova agencia de móveis”¹⁷. O anúncio em questão, como se pode ver, procura especificamente por uma ama de leite, e ele mostra justamente que, mesmo após a abolição, com essa pretensão de “esquecimento da escravidão”, a procura por uma ama de leite refresca a ideia da permanência não só da prática, mas do hábito, exercido pelo poder familiar. Essa “força do hábito” discursivo, proveniente dos costumes escravistas que dialogam com a lógica familiar do cuidado infantil, fica ainda mais evidente se tomarmos como exemplo o anúncio publicado no dia 28, também em abril, que dizia: “Precisa-se de uma ama de leite que seja sadia : na rua do Imperador n. 44 ou Saudade n.4”¹⁸. Aqui, a normatividade do discurso que especifica a procura por uma ama de leite “sadia” reverbera socialmente a continuidade da prática escravista da amamentação terceirizada e evidencia a dificuldade da família senhorial de renunciar a uma série de discursos e representações que demarcaram as práticas associadas às amas de leite no período escravista, mesmo durante o pós-abolição.

Desta forma, podemos compreender como, mesmo com a ruptura da servidão, as práticas familiares ainda permaneceram enredadas por costumes que acentuavam a representação que a família brasileira deveria ter. A ideia de uma criada, embora livre, que vivesse sob a órbita da família aristocrática, continuava a reforçar a representação da ama considerada “como se de casa fosse” e que também ressignificou os registros fotográficos familiares na virada do século XIX para o XX, por exemplo. A ideia concebida sobre uma mulher que, em busca de trabalho, se dispusesse a viver sob a órbita dos, agora, patrões e

¹⁶ **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 09 abr. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=22238. Acesso em: 20/03/23.

¹⁷ **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 13 abr. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=22270. Acesso em: 20/03/23.

¹⁸ PRECISA-SE. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 28 abr. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=22358. Acesso em: 20/03/23.

cuidasse de suas crianças e/ou cozinhasse, ou desempenhasse qualquer outra função para toda uma família durante toda a sua vida, tornou-se natural das práticas exercidas pelos códigos familiares, reafirmando o conceito de Elias (1994) sobre o *hábitus*, presentes nessas práticas que permaneceram como inerentes das grandes famílias, as bases do trabalho doméstico no Brasil.

Um anúncio do dia 16 de abril faz a seguinte solicitação: “Precisa-se de uma ama de idade para pegar em uma menina de 2 a 3 meses ; tratar no caminho novo n. 36”¹⁹. Esse anúncio novamente enuncia o mesmo argumento trazido pelo anúncio do dia 9: não se procura uma nutriz, mas sim uma cuidadora. Mas o que chama atenção nesse anúncio é o pré-requisito da ama ser de “idade”. Contudo, o artifício de requerer uma ama de “idade” pode significar várias coisas ao leitor. Por exemplo, levanta-se a questão: procura-se uma ama idosa ou uma ama com idade suficiente para cuidar de um bebê? Como vimos anteriormente, afinal, havia uma recorrência de meninas que adentravam no serviço doméstico junto com suas mães. Portanto, é possível elucubrar a possibilidade da procura de uma ama que tenha idade mínima para exercer o cuidado específico de crianças, mas que não seja necessariamente adulta, mãe ou idosa. No decorrer da história do trabalho doméstico no Brasil, podemos perceber a recorrência da precocidade da inserção de trabalhadoras domésticas dentro das casas de família como um dos fatores determinantes do trabalho doméstico brasileiro, durante um longo período; prática que se inicia na escravidão.

Para o mês de novembro, diferentemente dos anos anteriormente estudados, não houve intercorrências de anúncios publicados solicitando amas de leite ou simplesmente amas de cuidar. Para o caso específico das amas de leite, a “raridade” dos anúncios ainda nos mostra a insistência da sociedade em manter determinadas práticas originárias da escravidão e que, de certa forma, dão sentido ao modo como a família branca se estrutura. Sua presença pública através da atividade comercial permaneceu em destaque enquanto houve escravidão. Contudo, após a abolição, seu comércio decadente desde 1871 tornou-se raro, embora sua função tenha se ressignificado e sido agrupado às demais categorias de trabalho doméstico. A procura por amas para “cuidar”, “pegar” ou “tratar” de crianças continuou a figurar páginas do Diário de Pernambuco de forma esporádica. Todavia, sua presença nos jornais se torna novamente concreta a partir de um edital da Secretaria de polícia do Recife, publicado no dia 24 de

¹⁹ AMA. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 6, 16 abr. 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=22286. Acesso em: 20/03/23.

dezembro de 1889, que determinava que todas as trabalhadoras domésticas comparecessem ao comissariado para dar entrada na sua caderneta de trabalho.

A função de tal caderneta era regularizar os tipos de trabalho doméstico e atribuir uma espécie de licença para o exercício de suas funções. A concessão de tal licença era o que permitia às trabalhadoras serem admitidas nas casas de família. A caderneta terminou por funcionar como mais um dispositivo de vigilância, tendo em vista que o trabalho doméstico ainda continuava a ser exercido majoritariamente por pessoas negras, e que a pressão social sobre o indivíduo negro crescia vertiginosamente, beirando a criminalização por parte de instituições como a polícia e a medicina. Entretanto, o interessante desse edital é justamente o fato de ele dedicar um artigo específico sobre as amas de leite, no qual ele diz que toda mulher que quiser se empregar como ama de leite deve, por determinação da polícia, comparecer a um exame médico regular na Câmara Municipal a cada 30 dias, onde será registrado o resultado em sua caderneta. O não cumprimento da norma exige, segundo o edital, a suspensão da caderneta e do seu trabalho.

O edital em questão especifica bem, já no fim de 1889, a presença e a continuidade o exercício do ofício de ama de leite, principalmente no segundo semestre. Outro ponto é a determinação da aplicação dos exames, já previsto no regulamento de 1876, e do consecutivo monitoramento dos resultados que, por sua vez, é a condição da manutenção da sua permissão de trabalho, justificando a preocupação do anunciante de 28 de abril que ainda, em 1889, fazia questão de procurar uma ama de leite que fosse “sadia”. Aqui, percebemos também a permanência e até a concretude dos discursos médicos que enrijeciam as noções de higiene social e familiar e que passou a representar negativamente as amas de leite, durante grande parte do século XIX. A preocupação com a saúde infantil, a partir da ideia da “degeneração” da ama e do seu leite, foi cada vez mais trabalhada pela medicina sanitaria durante o período Republicano e perdurou todo o tempo em que a prática de amamentação terceirizada vigorou no Brasil.

Desta forma, através de um panorama que percorre a tomada de voz da imprensa sobre as problemáticas da escravidão, entrelaçado com o extenso e lucrativo comércio doméstico, sobretudo de amas de leite, podemos perceber como os discursos vigoraram, tomaram frente em diversas instâncias, reformulando as práticas e as representações das amas de leite a partir de um dismantelamento do seu comércio. A reafirmação do direito à maternidade por mulheres negras, o conceito de mãe higiênica e os debates médicos e criminais sobre o corpo e saúde da mulher negra perpetuaram inúmeros conceitos, preconceitos e normas que se contradiziam e que eram conflitados pelos hábitos escravistas inerentes à sociedade da época. O protagonismo

da mulher negra e mãe trouxe seus filhos para as discursões sobre o lugar preterido da criança ao lado da mãe nutriz.

Também pode-se compreender como as relações comerciais da escravidão, do aleitamento e da maternidade perpassaram Pernambuco, província tida como uma das precursoras da transição das formas de trabalho. Recife, que acolheu o 13 de maio embebido em festividades, também expôs em suas páginas até fins de 1889 anúncios que procuravam trabalhadoras domésticas e amas para crianças, mediante requisitos específicos. Em sintonia com os médicos, determinou-se ainda a regularização das avaliações de saúde como fator de capacidade para exercício do ofício.

Os diversos pontos que se conectam dando forma ao extenso panorama criado neste capítulo mostram como a imprensa trabalhou em sintonia com as mudanças de comportamento, e como a família, a partir do declínio de anúncios, foi puxando novamente para o privado as práticas e concepções que sustentam o trabalho doméstico. O silêncio cada vez mais crescente dos anúncios grita alto a continuidade das práticas de controle do trabalho doméstico exercidos pela família, desta vez, novamente internalizadas nas relações privadas. Sabemos, afinal, que ainda que anúncios tenham se tornado mais escassos, o trabalho doméstico – em moldes que continuavam práticas escravistas – continuou a vigorar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MONTANDO UM MOSAICO DE REPRESENTAÇÕES

6.1 DE ONDE PARTI

Ao iniciar esta pesquisa, busquei identificar as diretrizes discursivas que ressoaram socialmente, durante a segunda metade do século XIX, na formação da variedade das representações das amas de leite. Primeiro, foi necessário compreender o contexto social em que o Brasil estava mergulhado. Sendo assim, determinar o panorama de análise de forma que cobrisse de 1871 à 1889 me deu peças para a montagem de um vasto mosaico e que podemos compreender melhor se dividirmos, para caráter de ilustração, o extenso período que buscou cobrir a pesquisa, em dois menores: de 1871 – 1880 como o início de uma instabilidade do Império que saía do seu ápice, mas que ainda mantinha sua força motriz em pleno vapor e de 1881 – 1889 como o período de decadência não só dessa força, mas também da sua própria força política.

A partir da compreensão desses pontos, foi possível acessar os processos diversos pelos quais a sociedade estava entrelaçada. O amplo projeto social, artístico e intelectual de D. Pedro II, ambicionando a criação de um passado glorioso, instaurou a corrida progressista do país, diretamente vinculada a instituições. A criação de uma nova elite ilustrada, ciente das problemáticas sociais do Brasil e associadas à ilustração europeia terminou por intensificar e diversificar as capacidades de compreensão e produção discursiva e, por conseguinte, a remodelação das práticas cotidianas. O conflito social entre o antigo e o novo, a escravidão e a industrialização vão ser temáticas sociais trabalhadas à exaustão. Cada uma dessas peças fazem parte do mosaico de minúsculos elementos que deram cores à sociedade brasileira da segunda metade do XIX.

A partir disso, a compreensão das linhas de conexão entre *discurso – práticas sociais – representação – hábitos*, formando um grande ciclo de influências sobre si, foi imprescindível para o entendimento da problemática da prática escravista vinculada ao trabalho doméstico. O privado (família), as camadas públicas, a imprensa e as instituições de ensino aparecem como instâncias formadoras de comportamento e pensamento que conturbam a ordem pré-estabelecida pelo colonialismo. É justamente durante a quebra desse colonialismo que a variedade de representações sociais convivem, muitas vezes antagonistas, entre si.

Ao tomar as amas de leite como personagem central do grande panorama defendido pela pesquisa, pudemos perceber como essas instâncias formadoras de opinião trabalharam na

construção tanto de defesa quanto de combate às diversas questões pertinentes ao “progresso” e à escravidão. A escravidão, e seus personagens diversos, ganhou maior foco a partir do momento em que a sociedade senhorial decide tomá-la como “objeto” para disputas políticas entre conservadores e progressistas, exemplo disso foi a abolição que, a muito tempo engavetada, nunca foi tratada com urgência até o sufocamento do sistema escravista no exterior. Portanto, foi a partir de um entendimento das questões embaralhadas até então que a pesquisa foi tomando forma. A busca pelo entendimento e pela reflexão sobre as variantes discursivas sobre às amas de leite nos proporcionou um panorama de todo os processos de disputas envolvendo a escravidão e o controle dos cativos. As amas de leite apareceram como um personagem rico para tal empreitada, por elas estarem diretamente vinculadas aos discursos do século XIX no Brasil. E o mais desafiador também foi perceber como muitas das questões foram arquitetadas no Recife; como foram essas disputas em Pernambuco e como as amas de leite desenvolveram seu papel como principal objeto de interesse de discursos e representações numa das principais províncias do Norte do Império.

6.2 PERCURSOS QUE TOMEI

Ao analisar os retratos das amas de leite pude perceber como a família senhorial atuou como instituição na produção de discursos e imagens que representassem seu estilo de vida dependente da escravidão. A desconstrução da ideia de *afeto* e *generosidade* exaustivamente expressa pela família, a partir da percepção da imagem como dispositivo de controle, me levou a refletir não sobre os açoites físicos, mas morais às quais a mulher negra sofreu a partir das práticas domésticas brancas, em que punição e recompensa atuam como duas faces da dominação. Sua exposição em álbuns, muito mais do que um “respeito” e “gratidão” pelos cuidados, representavam a solidez do poder escravista branco sobre o negro, além da concretização do discurso mantedor da escravidão na sociedade. O exercício do olhar atento para tais imagens foi necessário para esclarecer que as amas de leite representaram não apenas a “ama afetuosa”, trabalhada pela família, mas também foram objeto de uma representação nua e crua de uma sociedade racista orgulhosa de suas práticas, baseada no exercício de violência e de submissão do corpo negro e como produções discursivas de sua autoatribuída superioridade. Portanto, longe de serem imagens de privilégios adquiridos, os retratos das amas de leite são atestados de violência e documentos utilizados, desde sua época, como artilharia de combate à quebra do *hábitus* senhorial.

Já no texto literário, foi necessário ampliar o espectro das representações para além das amas de leite, enveredando na busca pela percepção do funcionamento do doméstico e o exercício das práticas de dominação. Levando em conta que na literatura ressonaram diversas práticas discursivas e ideológicas que estavam vigentes socialmente no período, foi possível detectar diversas representações tanto sobre a escravidão doméstica quanto sobre o corpo da mulher negra. Ao ler os romances, analisados pela pesquisa, pude perceber as vastas influências que instituições como a medicina e o abolicionismo ilustrado exerceram nas produções textuais. Os discursos que construíam representações que variavam da exacerbação física da mulher negra, perpassando as representações da mulata voluptuosa até a mucama invejosa e má, me mostraram as diversas faces produzidas pela escravidão. Muito mais do que representações institucionais, a literatura terminou por me mostrar as diversas faces da dominação senhorial e das prerrogativas que a sociedade disponibilizava para tal exercício.

A pretensão educativa que a literatura, dita abolicionista no período estudado, mostra como a mentalidade senhorial e institucional trabalhou não em prol de uma igualdade racial e civilizacional, mas para a reafirmação da ideologia paternalista que exerce outra forma de controle submisso e que se baseia no conceito de inferioridade, premissa do racismo. Isaura, tão celebrada nas representações midiáticas ainda hoje, me aparece como o mito do branqueamento trabalhado pela medicina higienista, assim como Mariana que, em educação, se assemelha a Isaura em diversos aspectos, mas é inferiorizada por sua cor; da mesma forma Sabina, ingênua e bela mas que reforça o discurso público de que a mulher negra “é para se aproveitar e não para amar”. Foi a partir desse corolário de representações que pude perceber as mais diversas faces dos processos de dominação do corpo da mulher negra e suas representações, todas elas submetidas ao completo controle, físico e narrativo, do corpo da mulher negra por parte do homem, levando em conta que todos os folhetins analisados foram escritos sob a ótica masculina. Assim, ainda que todas as obras analisadas tenham assumido posturas, cada uma a seu ver, combatentes à escravidão, todas elas se articulam a partir de um “progressismo” que também se estrutura a partir do racismo.

Por fim, o jornal foi quem me deu uma amplitude maior sobre as representações das amas de leite, do comércio do aleitamento e da conjuntura organizacional do trabalho doméstico. Compreender a exclusividade do comércio de amas de leite, de certa forma apartada da generalidade do trânsito comercial do trabalho doméstico, foi a chave para a reflexão dos vários discursos e as representações vinculadas a eles, sobre as amas de leite. A cobertura dos anos e meses pré-determinados funcionou para construir um panorama que realmente mostrasse o processo de declínio da escravidão e das mudanças de discursos, das práticas e das

representações no decorrer do tempo e a partir de momentos específicos. A partir da década de 1870 os debates sobre o gradual processo de emancipação dos escravos se mesclou com a preponderância dos debates sobre amamentação e maternidade. A mulher negra, através da Lei do Ventre Livre, passa a foco de questionamento sobre ser mãe, sobre o direito de amamentar seu filho e até mesmo os destinos dados às crianças negras, muitas vezes apartadas das suas mães, como os anúncios também testemunharam. Tal postura entra num embate científico, postulado pela medicina, que buscou imprimir uma maternidade higiênica direcionada para as mulheres brancas. Ambos os discursos, sejam elaborados pela via intelectual ou médica são falas pragmáticas do racismo. Obras do racismo intelectual ou do racismo científico, as representações, como mostraram os embates no jornal e dos anúncios, oscilaram entre a ama de leite “afetuosa”, “mãe” e a ama de leite “degenerada”, “viciosa” e “pouco asseada”.

Outro ponto permitido, pela leitura dos anúncios, foi a percepção da passagem do tempo, referente ao trabalho das amas de leite. Enquanto na década de 1870 o trabalho da amamentação vigorava em constantes anúncios que muitas vezes se repetiam durante um mês inteiro, pôde sugerir tanto a rigidez dos requisitos procurados quanto a falta de demanda de amas de leite no mercado. Já na década de 1880 percebi o arrefecimento do mercado de trabalho das amas de leite a partir do massivo combate discursivo e do desvirtuamento de suas representações por parte dos discursos médicos que regulamentaram e padronizaram o que viria a ser considerado uma ama de leite “ideal”, além de restringir o acesso a elas, impondo condições para sua procura. Além, claro, da influência visível que o próprio movimento abolicionista exerceu sobre o decréscimo da escravidão e do comércio de escravizados, principalmente em Pernambuco, que, como vimos, desde as décadas de 1850-1860 já vinha “enxugando” a quantidade de trabalhadores escravizados presentes na província. Um último fator foi extremamente relevante, no entendimento dos anúncios: o crescimento do trabalho livre e a “oferta” diversificada de amas de leite que passaram a se anunciar nos jornais oferecendo seus trabalhos; sendo muitas dessas mulheres brancas, pobres e imigrantes.

Um último achado foi feito, pelos jornais, ao me deparar com o edital do dia 24 de dezembro de 1889²⁰. Mais de um ano após a abolição da escravatura, pouco mais de um mês depois da troca do regime político, que tornou o Brasil republicano, nova regulamentação é feita pela polícia para a padronização e registro do trabalho doméstico e lá figuraram mais uma vez as amas de leite em um artigo único e especificamente direcionada a elas. Tal achado foi

²⁰ EDITAES. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 24 dez, 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_06&Pesq=%22%20ama%20de%20leite%20%22&pagfis=23940. Acesso em: 27/03/2023.

um forte indicativo para a certeza da permanência do ofício exercido por mulheres como amas de leite, mesmo após o fim do trabalho escravo. Contudo, todos esses indicativos encontrados no jornal e, precisamente, nos anúncios, mostram como as produções discursivas e as representações atreladas a elas foram diversificadas e amplamente difundida, garantindo uma volatilidade em como a sociedade percebeu as amas de leite nas décadas de 1870 e 1880, negociando discursos propriamente senhoriais com ideais de progresso intelectual e o racismo científico empregado pela medicina.

6.3 AONDE CHEGUEI

Mediante a construção do amplo mosaico das representações, a partir da análise de diversas fontes, pude compreender a relevância do estudo da História da Escravidão dentro da História da Vida Privada, enxergando as complexidades das práticas que dão forma ao que compreendemos como trabalho doméstico e, além disso, como as representações do passado sobre a mulher negra, e seu papel de nutriz, terminaram por ressoar nas práticas cotidianas do trabalho doméstico, em pleno século XXI.

Ao traçar linhas de raciocínio que perpassam imagem, literatura e anúncio jornalístico, pude ampliar os questionamentos sobre o trabalho doméstico escravo e o papel das amas de leite nas relações familiares da época. Ao pôr as amas de leite em foco, na pesquisa, pude percorrer as minúcias das diversas produções discursivas e de suas subsequentes representações sobre o trabalho doméstico e o papel da família, como instituição, para a manutenção das relações escravocratas da sociedade. A amplitude do trabalho doméstico escravo e as complexidades de suas funções foram extremamente importantes para o entendimento, não de uma visão macroscópica do escravismo, mas das tênues relações que as formam. Questões sobre amamentação, maternidade, nutrição e cuidados foram as chaves para o entendimento das representações das amas de leite e seu ofício, enquanto exemplo, foi a chave para o entendimento dos discursos sobre o corpo da mulher negra e as articulações dos processos de dominação exercidos sobre eles.

Pensar o aleitamento exercido pelas amas de leite e os questionamentos sobre o racismo e a qualidade do leite nos levaram a pensar sobre as reformas na alimentação infantil, como a higiene operou para o combate do aleitamento negro e a obrigatoriedade de novas práticas e hábitos alimentares. Por fim, como o abolicionismo ilustrado também operou, sob viés racistas, para o desmantelamento do aparelho escravocrata e a extinção do trabalho escravo.

Como questionamento norteador, a pesquisa apresentou a preocupação em compreender como as transformações das práticas cotidianas e dos processos discursivos reverberaram nas representações das amas de leite, principalmente atentando para as transformações e permanências do exercício do trabalho doméstico e das próprias amas. Assim, pudemos perceber que as relações entre discursos e práticas sociais são bastante tênues e interligadas, como em uma “cama de gato”. Desta forma, observamos que as linhas de pensamento que interligam os discursos às representações são mais emaranhadas ainda porque elas não foram tecidas de forma retilínea, elas se complementam ao mesmo tempo que se redefinem, tudo ao mesmo tempo, assim como as práticas que são reiteradas e alteradas, durante o processo.

Portanto, a força da pesquisa não está em detectar simplesmente as permanências e as alterações das representações a partir de uma série de discursos e práticas, mas, sim, as formas complexas que elas assumem e se reiteram socialmente. Ao terminar a pesquisa não reflito mais sobre as “alterações” e as “permanências” até porque nada foi alterado, com exceção da estrutura de trabalho e o regime político nacional, mas, nas reiterações. Família, abolicionistas, médicos, políticos, jornalistas e literatos não buscaram de fato alterar as práticas, eles alteraram leis, formas de ação e até mesmo de gestão das práticas públicas; contudo, nenhum deles buscou cortar de fato essas linhas de pensamento. Cada uma dessas instituições trabalhou a seu modo para a reiteração de sua forma particular de observar e praticar o mundo.

O racismo científico, instituição maior do século XIX, pairou sobre cada uma das instituições, oferecendo meios de alcance dos seus pragmatismos particulares. O racismo letrado, através dos abolicionistas e da literatura vai, através do medo, da vileza da escravidão, atormentar os leitores e a sociedade em geral não somente contra os males da escravidão, mas do próprio sujeito negro, visto como impróprio às interações sociais. O racismo médico traz na higiene concepções que determinam a riqueza e a pobreza a partir do acesso às benesses médicas, baseados numa submissão racial. A ideia de higiene não foi concebida para equiparar racialmente brancos e negros sob o prisma de uma sociedade livre, mas para diferenciá-los ainda mais sob o prisma da cor. A política e o jornalismo serviram como “coringas” nos jogos de manipulação institucional entre a família e a sociedade geral. Enquanto o comércio prosperou e a abolição foi foco de discussões, os jornais fervilhavam de anúncios de venda de cativos e debates propostos para a emancipação deles, após a abolição, nenhuma linha foi escrita sobre as novas medidas que deveriam ser tomadas para a reinserção da massa de ex-cativos na sociedade livre. A política se calou e o jornalismo não cobrou.

Dessa forma, mais do que ver as representações a partir de alterações e permanências, é importante perceber que as transformações vem também a partir das reiterações. Desse modo,

ainda que as representações mudem e se alinhem com questões contemporâneas, elas frequentemente fazem a manutenção dos valores que sustentam estruturas desiguais. Embora a escravidão brasileira tenha sido extinta em 1888, a primeira lei que regulamentou o trabalho doméstico no Brasil só foi sancionada em 2015. Isso demarca pouco mais de um século de trabalho doméstico irregular, sobrevivente do exercício de práticas que remetem ao período senhorial. De acordo com o site do Senado brasileiro, em matéria de junho de 2019, a fiscalização ainda precisa continuar e de forma mais completa porque grande parte dos trabalhadores ainda não conhecem seus direitos, segundo os sindicatos da área. Já de acordo com o estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), em abril de 2022, as mulheres representaram 92% das pessoas empregadas em trabalhos domésticos, sendo 65% mulheres negras²¹.

Neste sentido, percebemos que o trabalho doméstico sobreviveu por muito tempo envolto na informalidade, continuando predominantemente feminino e negro. Assim, as babás do Brasil contemporâneo já não mais nutrem as crianças sob seus cuidados, mas ainda permanecem subjugadas em uma série de práticas senhoriais ressignificadas e operantes nas formas de tratamento, fardamento e horários de trabalho. Ao trazer esses dados, busco demonstrar as readequações das práticas senhoriais, ligadas ao trabalho doméstico, na contemporaneidade. Como os espólios do trabalho doméstico transicional da escravidão ao trabalho livre permaneceram e orientam as formas como percebemos o trabalho doméstico hoje.

Dessa forma, foi possível perceber que cada uma das instituições analisadas não se absteve da assimilação e prática discursiva baseada no racismo vigorante do século XIX e que se estendeu por todo o século XX. Assim, podemos compreender que, quando a escravidão foi foco dos discursos institucionais e propagandistas, principalmente sobre sua extinção, cada uma dessas instâncias disputou entre si modelos de práticas sociais direcionadas ao trabalho doméstico e qual papel o sujeito negro desempenharia e seria representado na nova sociedade. Aos olhos da fotografia, um índice do olhar senhorial, o trabalho doméstico aparece a partir da reiteração de uma suposta benevolência senhorial em que o lar vive, supostamente, de forma harmoniosa, estando a mulher negra sob o “cuidado” da família branca enquanto cuida dos futuros senhores. A literatura, por sua vez, na contramão, faz ver as tensões do sujeito negro no trabalho doméstico e os limites de sua inserção social, em que as mulheres negras estão sujeitas a estupros, abusos e tragédias ao passo que elas mesmas, às vezes, são entendidas como riscos à família branca. Por fim, nos jornais, as negociações comerciais validam as escravizadas a

²¹ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 27/03/2023.

partir de seus atributos físicos, desejando mulheres “sadias” e sem filhos, a despeito do racismo científico que tentava inculcar na sociedade a ideia de que as mulheres negras eram risco à sociedade. Desta forma, compreendemos as defasagens na forma como o trabalho doméstico se sustentou e foi reorganizado, principalmente dentro dos parâmetros da vida burguesa brasileira. Embora não mais uma aristocracia titular, as camadas mais altas da sociedade brasileira continuaram a sustentar práticas senhoriais nas formas como lidou com o trabalho doméstico com o passar dos séculos, e cada um dos modelos gestados no século XIX, e mapeados nessa pesquisa ainda deixam seus vestígios na sociedade atual.

Por fim, concluo que ao fazer um mapeamento de três fontes diversas, inicialmente busquei compreender as formas como cada uma delas interpretava o exercício do trabalho escravo na casa senhorial. Com os retratos, inicialmente, tive olhos voltados para a percepção da ideia de afeto e de generosidade. Com a literatura procurei ver as formas como o trabalho doméstico era representado dentro de um contexto discursivo que previa uma suposta iluminação sobre o sistema escravista, presente em suas entrelinhas. Nos jornais, à primeira vista, busquei compreender as formas como o comércio do aleitamento era exercido através dos anúncios e como as amas de leite eram representadas. Contudo, o que pude perceber é que nas mesmas fotografias a reiteração da dominação, submissão e violências se sobreponham ao suposto afeto, como arma discursiva para o combate ideológico. Na literatura, muito mais do que o trabalho doméstico em si, pude perceber os diversos olhares sobre o sujeito negro; são eles: o sexualmente ativo, o desviante, o degenerado. Nos jornais além da simples formalidade comercial, ficou clara as formas como a mulher negra era vista socialmente, como produto, vinculadas diretamente ao controle de qualidade a partir do seu corpo e de sua saúde, pauta associada à medicina que previa, em seus estudos, uma série de problemas tidos como inerentes dos negros e que estremecia a qualidade da ama de leite enquanto “produto”. A medicina atua como um pilar discursivo diante das fontes, norteador de muitas das representações escritas na literatura, como no caso de Lucinda, nos jornais cujos anúncios corriqueiramente procuravam por mulheres “sadias” e “asseadas” e que reverberavam nas imagens registradas nas fotografias que, como vimos, apresentavam amas penteadas e com roupas alinhadas.

Desta forma, a contribuição final desta pesquisa foi compreender como o sujeito negro, representado pelas amas de leite, era visto e inserido dentro da casa senhorial branca, sob a ótica de diversos olhares. Foi a continuidade das relações opressoras e controladoras do trabalho doméstico no interior dos lares, junto com a reiteração de maneiras de compreender o papel do sujeito negro na família branca gestadas por instituições como a Academia, a Medicina, a família senhorial e a Imprensa, que ajudou a moldar o racismo que ainda hoje estrutura o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz F. (org.). **História da vida privada no Brasil vol.2**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARAÚJO, Rita de Cássia B; MOTTA, Tereza Alexandrina (orgs.). **O retrato e o tempo: Coleção Francisco Rodrigues, 1840 – 1920**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2014.

ARAÚJO, Rita de Cássia B. **Ao futuro, em sinal de estima e consideração: fotografias e interpretações na Coleção Francisco Rodrigues, 1840 – 1920**. Coletiva – Revista de divulgação científica. n. 17. Recife. 2020.

ARIZA, Marília B. A. **Crianças / Ventre Livre**. In. GOMES, Flavio; Lilia M. SCHWARCZ (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

_____. **Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870-1880)**. In. MACHADO, Maria H. T. P.; CRUZ BRITO, Luciana da; VIANA, Iamara da S.; GOMES, Flavio dos S. (orgs.). **Ventres Livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ASSIS, Machado de. **Sabina**. In. ASSIS, Machado de. **Obra Completa vol. III**. 1992. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/796-machado-de-assis-sabina>. Acesso em: 02/03/2023.

ASSIS, Machado de. **Mariana**. In. ASSIS, Machado de. **Obra Completa vol. II**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/contos/avulsos/CONTO,%20Mariana,%201871.htm>. Acesso em: 02/03/2023.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2011. *E-book*.

AZOULAY, Ariella. A fotografia cativa. **Revista Zum**. São Paulo. Janeiro – 2022. Disponível em: <https://revistazum.com.br/ensaios/a-fotografia-cativa/>. Acesso em: 02/03/2023.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRANDÃO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Maria Elizabeth R. **Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888)**. 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. *Afro-Ásia*, 29/30. Salvador. Pg. 41-78. 2003

_____. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_____. **Cidades Escravistas**. In GOMES, Flávio; Lilia M. SCHWARCZ (orgs) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.

CARULA, Karoline. **Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família**. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 19, supl, dez. 2012, p. 197-214.

CASTILHO, Celso T. **“Propõe-se a qualquer consignação, menos de escravos”: o problema da emancipação em Recife, c. 1870**. In. MACHADO, Maria H. P. T.; CASTILHO, Celso T. (orgs.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo da abolição**. São Paulo: Edusp, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. **O mundo como representação**. *Estudos avançados*, 11(5). Pg. 173-191. 1991.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Leituras Filosóficas. São Paulo: Edições Loyola, 1999

FRAGA, Walter. **Pós-Abolição; O dia seguinte**. In GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 351 - 357.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Ed. Global, 2003.

_____. **Sobrados e Mocambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Ed. Global, 2013.

GONÇALVES, Hygor F. C. **Mãe preta para filho branco: as amas de leite nos anúncios do Diário de Pernambuco em 1871 e 1889**. 2019. 65 f. Monografia (Especialização em História do Nordeste) Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In. HOLANDA, Heloisa B. de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. Centaur, 2011. *E-Book*.

JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas**. Recife, 1975.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **Negros no estúdio fotográfico: Brasil, segunda metade do século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **As Vítimas Algozes: quadros da escravidão**. São Paulo: Martin Claret, 2011. *E-book*.

MACHADO, Maria H. P. T. **Mulher, corpo e maternidade**. In GOMES, Flávio; Lília M. SCHWARCZ (orgs) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-340.

_____. **Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão**. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MARTINS, Luiz Carlos Nunes. **No seio do debate – amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006.

MELO, Evaldo C. de. **O norte agrário e o império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MENDONÇA, Joseli M. N. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. **Legislação emancipacionista, 1871 e 1885**. In GOMES, Flávio; Lília M. SCHWARCZ (orgs) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

MUAZE, Mariana. **Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX.** In XAVIER, Regina Celia L.; OSÓRIO Helen (orgs). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2018.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação.** São Paulo: Editora 34, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In. HOLANDA, Heloisa B. de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.

OLÍMPIO, Francisco Pinto. **O mulato: uma reflexão sobre questões identitárias, no entrecruzamento entre história cultural e literatura.** Em *Tempo de Histórias*. Brasília. Pg. 59-76. 2007.

PARÁISO DO TUIUTI. **Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão? [2018].** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wIhx762Sbh0>. Acesso em 15 mai. 2023.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina.** *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v. 9, n.18, 1989, p. 9-18.

_____ **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, CW, ARAÚJO AS, VASCONCELOS APN, FREITAS DJN, ALENCAR HCN, ROLIM KMC. **[The care of wet-nurses and the role of blacks in the history of nursing: a fight for fairness].** *Hist enferm Ver eletrônica [Internet]*. 2015;6(1):124-34. Portuguese.

QUINTAS, Georgia. **Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica.** *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.8, n. 22, pp. 11 a 44, abril de 2009. ISSN 1676-8965.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Andréa Marques da. **Lucinda, A Mucama: a representação da mulher escravizada em vítimas algozes de Joaquim Manoel de Macedo.** *Cadernos Imbomdeiro*, v.2, n.1, João Pessoa. Pg. 1-15. 2012.

SILVA, Maciel H. **Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870).** Recife: Ed. Universitária da UFPE, coedição, Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Juremir M. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA, Sandro V. da. **Quando Recife sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX.** SAECULUM – Revista de História [25]; João Pessoa, jul./dez. 2011. p. 215-226.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. **Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. Patrimônio e Memória.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 2, n. 2. São Paulo, 2006.

TELLES, Lorena F. S. **Amas de leite.** In GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs) **Dicionário da escravidão e liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 99-105.

Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). 345 f. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

XAVIER, Giovana. **Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX.** In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.